

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras**

**João Rodrigues Pinto**

**AS PEDRAS GRITARÃO:**  
**uma análise crítica da metáfora conceptual em discursos sobre o MST**

**Belo Horizonte**  
**2016**

**João Rodrigues Pinto**

**AS PEDRAS GRITARÃO:  
uma análise crítica da metáfora conceptual em discursos sobre o MST**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Mari

**Belo Horizonte  
2016**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

P659p Pinto, João Rodrigues  
As pedras gritarão: uma análise crítica da metáfora conceptual em discursos sobre o MST/ João Rodrigues Pinto. Belo Horizonte, 2016.  
201 f.:il.

Orientador: Hugo Mari  
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Letras.

1. Metáfora. 2. Análise do discurso - Aspectos políticos. 3. Análise crítica do discurso. 4. Comunicação na política. I. Mari, Hugo. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 82.085

João Rodrigues Pinto

**AS PEDRAS GRITARÃO:  
uma análise crítica da metáfora conceptual em discursos sobre o MST**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Letras da Pontifícia Universidade Católica de  
Minas Gerais.

---

Prof. Dr. Hugo Mari (Orientador) - PUC Minas

---

Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa – CEFET/MG

---

Profa. Dra. Lilian Aparecida Arão – CEFET/MG

---

Prof. Dr. Willian Augusto Menezes – UFOP

---

Prof. Dr. Luiz Antônio Assunção – UFSJ

Belo Horizonte, 08 de abril de 2016.

A *Deus*, autor da vida e do universo.

À minha mãe amada, *Eunice Luiz Pinto*

Aos que partiram e deixaram uma flor chamada saudade: *Geraldo Rodrigues Pinto*, meu pai; *Tida*, minha mana; *Guilherme*, meu sobrinho e o meu querido tio *Zé Pinto*.

Aos três amores da minha vida:

*Leila*, minha esposa e companheira de estrada.

*Henrique*, filho amado: amigo, parceiro, sempre pronto a descontraír meus momentos de “tédio”.

*Laisa*, filha amada: a quem o significado da ternura começa com um sorriso e se espalha no olhar e nas carícias que nunca se perdem.

Aos meus irmãos: *Lucidalva*, *Osmar*, *Lena*, *Eleázaro*.

Aos sobrinhos: *Eduardo*, *João Pedro*, *Maurício*, *Pietro*, *Polyanna*, *Luana*, *Paloma*, *Juliana*.

Aos sobreviventes do *Massacre de Eldorado de Carajás*: “mesmo que endureças, sem perder a ternura jamais”.

Aos amigos: *Marina*, *Soraia*, *Ivo*, *Gildenê*, *Gleimar*, *Vinicius*, *Ademar Bogo*, *Nalva*, *Nelbi*, *Valmir*, *Ires*, *Brandão*, *Angela*, *Erasmó*, *Rilson*.

## AGRADECIMENTOS

À *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais* pela oportunidade de realizar esse curso.

Ao orientador e artesão da palavra, Prof. Dr. Hugo Mari que me ajudou a lapidar o discurso.

Aos orientadores (1ª fase): *Prof. Dr. Milton do Nascimento e Profª Drª Márcia Morais*, pelos contornos necessários à (des)construção da palavra.

Aos professores do *Curso de Pós-graduação da PUC-Minas*: Juliana Assis, Paulo Henrique, Jane, Mariângela, Marco Antonio, Arabie, Hugo Mari, Milton – pelos saberes e sabores que os nossos debates suscitaram em busca do conhecimento.

A *D. Carlos*, bispo da Diocese de Teixeira de Freitas e Caravelas, pelo empenho em tornar viável esse curso. Deus o ilumine.

Aos amigos *Gildenê e Gleimar* que ajudaram na hospedagem durante os momentos que ficava em Belo Horizonte. A casa, a comida e o calor humano... Jamais esquecerei.

Aos colegas servidores do *IFBaiano* pelo caminho que estamos percorrendo juntos.

À *Débora*: educadora, militante, ex-aluna do curso de Letras da Terra: uma verdadeira apaixonada pela mística do MST. Obrigado por tudo.

Aos *militantes* do MST que fizeram parte do curso de Letras da Terra (UNEB/Pronera) – Turma Patativa do Assaré.

## RESUMO

O presente estudo investigou as metáforas conceituais que transformam, discursivamente, fatos em “atos de guerra”, a partir dos pressupostos teóricos defendidos por Lakoff e Johnson. Trabalhamos a hipótese de que essas metáforas são usadas, cognitivamente e linguisticamente, para justificar uma ação ou (re) ação, com implicações políticas e sociais. Para tanto, destacamos um evento que impactou a sociedade na década de 1990: o Massacre de Eldorado de Carajás de 17 de abril de 1996 ocorrido no interior do estado do Pará que resultou na morte de 19 trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Sem Terra - MST. A partir desse evento, investigamos como a conceptualização do Massacre de Eldorado dos Carajás como um “ato de guerra”, através de diferentes materializações no discurso, foi um importante instrumento no processo de justificativa das futuras ações do MST e do fortalecimento da sua imagem perante a sociedade brasileira. Este enquadramento, apoiado em metáforas conceituais relacionadas à guerra, pode ser evidenciado nas falas dos representantes do MST e de seus militantes, relatadas na mídia nacional. Exploramos essas falas num corpus dividido em duas partes: a) artigos dos principais jornais que realizaram a cobertura do episódio em 1996; b) relatos do autor Eric Nepomuceno no livro “O massacre – Eldorado de Carajás: uma história de impunidade” (2007). De posse desse material, buscamos revelar as metáforas conceituais, os cenários e os sistemas metafóricos que subjazem tais falas. O estudo mostrou como a metáfora desempenha um papel relevante na formação e difusão de ideologia tão vital para os movimentos sociais do campo, uma vez que ela legitima conceptual e linguisticamente, determinadas visões, ou enquadramentos, que vão ao encontro de interesses específicos. Teoricamente, a pesquisa foi realizada com base nos estudos da metáfora da linguística cognitiva (LAKOFF & JOHNSON, 1980 / 2002; LAKOFF, 1987, 1991, 2002, 2005; KÖVECSES, 2001, 2002, GIBBS e STEEN, 1994), com ênfase nos aspectos sócio-culturais (TOMASELLO, 1999; KÖVECSES, 2005), discursivos (CAMERON, 1999; 2003) e ideológicos da metáfora (CHARTERIS - BLACK, 2004, 2005; CHILTON, 1993, 2004 e MUSOLFF, 2004).

Palavras-chave: Metáfora conceptual. Cenário. Discurso político. Análise crítica da metáfora

## ABSTRACT

Under Lakoff and Johnson's theoretical view, this study investigates the conceptual metaphors that transform, in a discursive way, facts in "acts of war". We worked on the assumption that these metaphors are cognitively and linguistically used to justify an action or (re)action with political and social implications. These implications encouraged us to highlight an event that impacted the Brazilian society in the 1990s: the Carajás Eldorado Massacre in April 17<sup>th</sup>, 1996, occurred within the state of Pará, which resulted in the deaths of 19 rural workers connected to the Landless Workers' Movement – MST. From this perspective, we investigated how the conceptualization of Eldorado dos Carajás Massacre as an "act of war" was an important instrument in the justification process of the MST future actions and the strengthening of its image in Brazilian society. MST representatives and its members' discourse evidenced this framework through the national media. As methodology, we explore a corpus divided into two parts: a) articles from main daily newspapers that covered the episode in 1996; b) Eric Nepomuceno's reports in his book "O massacre - Eldorado de Carajás: uma história de impunidade" (2007). When it comes to the research, we intend to reveal the conceptual metaphors, scenarios and metaphorical systems that underlie such lines. The study showed how the metaphor plays an important role in the formation and diffusion of the rural social movements' ideology, since it legitimizes certain views or frameworks, to satisfy specific interests. It was based on the metaphor of cognitive linguistics studies (LAKOFF & JOHNSON, 1980 / 2002; LAKOFF, 1987, 1991, 2002, 2005; KÖVECSES, 2001, 2002, GIBBS e STEEN, 1994), with emphasis on social and cultural (TOMASELLO, 1999; KÖVECSES, 2005), discursive (CAMERON, 1999; 2003) and ideological (CHARTERIS - BLACK, 2004, 2005; CHILTON, 1993, 2004 e MUSOLFF, 2004) aspects of the metaphor.

Keywords: Conceptual metaphor. Scenario. Political discourse. Critical analysis of metaphor.



## RESUMEN

Este estudio investigó las metáforas conceptuales que transforman discursivamente, hechos en "actos de guerra" de los supuestos teóricos defendidos por Lakoff y Johnson. Trabajamos la hipótesis de que estos se utilizan metáforas, cognitiva y lingüísticamente, para justificar una (re) acción o acción, con implicaciones políticas y sociales. Para ello, resalte un evento que impactó a la sociedad en la década de 1990: la Masacre de Eldorado de Carajás, de 17 de abril, de 1996 tuvo lugar en el estado de Pará, que resultó en la muerte de 19 trabajadores rurales vinculadas al Movimiento Sin Tierra - MST . A partir de ese evento, se investigó cómo la conceptualización de Eldorado dos Carajás masacre como un "acto de guerra" a través de diferentes formas de realización en el discurso fue un instrumento importante en el proceso de justificación de las futuras acciones del MST y el fortalecimiento de su imagen en la sociedad brasileña. Este marco, con el apoyo de las metáforas conceptuales relacionados con la guerra puede ser evidenciado en los discursos de los representantes del MST y sus miembros, informó en los medios nacionales. Exploramos estas palabras en un corpus dividido en dos partes: a) los artículos de los periódicos más importantes llevadas a la cobertura del episodio en 1996; b) el autor de los informes Eric Nepomuceno en el libro "La matanza - Eldorado de Carajás: la impunidad de la historia" (2007). La posesión de este material, que tratan de revelar las metáforas conceptuales, los escenarios y los sistemas metafóricos que subyacen en dichas declaraciones. El estudio mostró cómo la metáfora juega un papel importante en la formación y propagación tan vital ideología de los movimientos sociales rurales, ya que legitima conceptual y lingüísticamente, ciertos puntos de vista, o marcos, para satisfacer intereses específicos. En teoría, la encuesta se realizó sobre la base de la metáfora de los estudios de la lingüística cognitiva (Lakoff y Johnson, 1980/2002; Lakoff, 1987, 1991, 2002, 2005; Kövecses, 2001, 2002, Gibbs y Steen, 1994), con énfasis en aspectos socioculturales (Tomasello, 1999; Kövecses, 2005), discursiva (Cameron, 1999; 2003) y la metáfora ideológica (Charteris - NEGRO, 2004, 2005; Chilton 1993, 2004 y Musolff, 2004).

Palabras clave: Metáfora conceptual. Escenario. El discurso político. Análisis crítico metáfora.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ACM – Análise Crítica da Metáfora

ACD – Análise Crítica do Discurso

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

FSP – Folha de São Paulo

JST – Jornal Sem-Terra

FHC – Fernando Henrique Cardoso

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

PRONERA – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base

PT – Partido dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	23
1.1 Justificativa e apresentação do tema .....	23
1.2 Objetivos.....	28
1.3 Organização do Estudo .....	29
<b>2 VISÃO PANORÂMICA DA METÁFORA AO LONGO DA HISTÓRIA</b> .....	31
2.1 Por que, ainda, estudar a Metáfora? .....	31
2.2 Em busca do conceito de metáfora.....	33
2.3 Visão tradicional da metáfora .....	37
2.3.1 <i>A linguagem figurada e o sentido literal</i> .....	42
2.4 Importância da Metáfora: visões contemporâneas .....	45
2.5 A Metáfora Conceptual.....	46
2.6 A metáfora numa dimensão epistemológica.....	50
2.6.1 <i>Os mitos do objetivismo e subjetivismo</i> .....	50
2.6.2 <i>A síntese experiencialista</i> .....	52
2.7 Classificação e funções da metáfora conceptual .....	54
2.7.1 <i>Metáfora estrutural</i> .....	54
2.7.2 <i>Metáfora ontológica</i> .....	56
2.7.3 <i>Metáfora orientacional</i> .....	57
2.7.4 <i>Metáforas primárias</i> .....	59
2.7.5 <i>Metáforas e cenários</i> .....	62
2.8 Metáfora e cultura: uma abordagem sociocognitivista.....	63
2.8.1 <i>Conceituação de Cultura</i> .....	63
2.8.2 <i>Cultura e biologia</i> .....	65
2.8.3 <i>Cultura e linguagem</i> .....	66
2.8.4 <i>Relação metáfora e cultura</i> .....	67
2.8.5 <i>Pensamento metafórico e experiência corpórea</i> .....	70
<b>3 ANÁLISE CRÍTICA DA METÁFORA: POLÍTICA, DISCURSO E IDEOLOGIA</b> ...	73
3.1 Política e movimentos sociais.....	74
3.2 Metáfora e política.....	77
3.3 Política, ideologia e discurso .....	80
3.4 Análise crítica do discurso .....	82
3.5 Análise crítica de metáfora .....	84
3.6 Persuasão: processo de comunicação interativo .....	89
3.7 Discurso sobre MST na perspectiva da ACM.....	91
<b>4 AS GUERRAS CANÔNICA E COGNITIVA</b> .....	93
4.1 Afinal o que é a Guerra? .....	94
4.2 Características e elementos da guerra .....	96
4.3 A Guerra cognitiva .....	98
<b>5 METÁFORA CONCEPTUAL: ELEMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	101
5.1 Definição e análise do corpus.....	103
5.1.1 <i>Identificação e localização do corpus</i> .....	103
5.1.2 <i>Procedimentos de análise</i> .....	105
5.2 Metáforas orientacional e estrutural em análise .....	106
5.3 Extensões Metafóricas a partir de “Luta pela terra é Guerra” .....	115

<i>5.3.1 O locus do confronto</i> .....	117
<i>5.3.2 O massacre de Eldorado de Carajás é um ato de guerra</i> .....	119
<b>5.4 Análise das metáforas conceptuais subjacentes aos relatos do massacre</b> .....	120
<b>5.5 Guerra das palavras: sentimentos subjetivos e julgamentos explícitos</b> .....	122
<b>5.6 O acontecimento 17 de abril é crime</b> .....	124
<b>5.7 Visibilidade do MST pós massacre</b> .....	130
<i>5.7.1 Visibilidade midiática e reconhecimento político do MST</i> .....	131
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	139
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	143
<b>ANEXO A</b> .....	153

**Eldorado dos Carajás:**  
*“Se calarmos, as pedras gritarão”*



FONTE: [www.averdade.org.br](http://www.averdade.org.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Nenhum discurso é totalmente individual, pois há marcas que provêm de representações disseminadas pelo coletivo-social. Porém, os discursos também não são essencialmente universais, pois há traços que o caracterizam como produto de condições específicas (MARI, Hugo, 1991, p. 26).

### 1.1 Justificativa e apresentação do tema

Optamos por essa investigação, motivados por três aspectos marcantes: o primeiro diz respeito ao fato de acreditarmos na Educação do Campo e, nesse contexto, fazermos parte da equipe pedagógica que estruturou o curso de Licenciatura em Letras junto a Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Campus X, voltado especificamente à formação de professores em áreas de Assentamento. Vivenciamos o nascimento do curso de *Letras da Terra*, implantado no ano de 2006, em resposta às reivindicações dos educadores e educadoras de áreas de assentamentos que queriam legitimar o direito à formação universitária<sup>1</sup>, o que resultou em mais uma conquista do setor de Educação do MST, através da parceria entre a UNEB e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, no processo de desenvolvimento socioeducacional da população campestre do Extremo Sul da Bahia.

Então a nova turma - batizada de *Patativa do Assaré* - passou a compor o cenário acadêmico e a forjar um novo currículo da Educação do Campo, numa perspectiva intercultural. Em função da especificidade do projeto do Curso de Letras e o perfil dos estudantes (professores dos assentamentos e militantes dos movimentos sociais organizados), as aulas foram ministradas no Centro de Formação Carlos Marighela, localizado na Agrovila do Assentamento 1º de Abril, município do Prado-BA.

O segundo aspecto diz respeito à parte operacional do curso, já que fizemos parte do quadro de educadores, trabalhando as disciplinas Metodologia da Pesquisa (2007) e Laboratório de Expressão Oral (2008). Naqueles períodos foi possível estreitarmos os laços com o projeto de formação e, mais especificamente, com os diversos momentos em que tivemos a oportunidade de apreciar e refletir um ritual denominado *mística*, elaborado por uma equipe de preparação e que era apresentado aos demais antes das atividades pedagógicas do dia.

Aprendemos que a *mística* praticada pelo MST é uma herança da Teologia da

---

<sup>1</sup> O primeiro curso implantado pelo Pronera/UNEB/MST foi o de Pedagogia (batizado de Pedagogia da Terra). O curso funcionou de 2005 a 2010, com uma turma de 40 educadores e educadoras do campo provenientes dos estados da Bahia e Espírito Santo.

Libertação adotada pela ala progressista da Igreja Católica nas décadas de 1970 e 1980, fomentada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), assessorada por padres e agentes religiosos possuidores de uma evidente convicção cristã e marxista.

Nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, havia o costume de se iniciar os encontros ou qualquer evento social/comunitário com uma dinâmica de motivação (mais tarde denominada “mística”). Era uma espécie de encenação de, no máximo 30 minutos, sobre a temática do dia, que mesclava textos, música e símbolos - elementos do cotidiano com representação religiosa e cultural -, expostos numa intenção comunicativa.

O terceiro aspecto, provavelmente o mais significativo no intento da pesquisa diz respeito à nossa percepção quanto ao universo semântico da expressão “luta pela terra”, largamente utilizada pelo MST. “Luta” é uma palavra de ordem, frequentemente enunciada nos gestos, nos símbolos, nas falas e na escrita, portanto, tomada como um elemento indispensável na elaboração ritualística das místicas.

Quando as temáticas eram expostas através das místicas, observamos que os estudantes ouvintes apresentavam reações diversas: lágrimas, olhos fechados, suspiros, torciam as mãos. As reações eram mais evidentes quando as narrativas abordavam momentos fortes da história do MST, como, por exemplo, o conflito de Eldorado dos Carajás, evento ocorrido em 17 de abril de 1996, quando 19 agricultores sem terra foram mortos em confronto com a polícia do estado do Pará.

A partir daquele acontecimento, o MST tem se esforçado para que a tragédia jamais seja esquecida, tornando-a um marco memorialístico sinônimo de “luta e resistência camponesa”, como afirmam seus militantes. Uma das iniciativas tomada pela direção foi a criação do “Abril Vermelho”, jornada nacional de mobilizações organizada todos os anos para reivindicar a reforma agrária. O evento, como o próprio nome indica, realiza-se no mês de abril em memória dos trabalhadores mortos no histórico conflito.

Na ocasião, a comoção pública diante de um acontecimento tão marcante, levou os militantes do MST a se reportarem a outras situações vivenciadas ou conhecidas, já legitimadas linguisticamente, para poderem preencher esse hiato de significado referente a uma experiência de impacto nacional. Deu-se, assim, um processo de transformação semântica de (res)significações de um fato, a princípio “inominável” - referido e qualificado, sobretudo através de metáforas -, que passou a ser visto como um “ato de guerra”, personificado pela mística e pela mídia, como veremos no decorrer desse estudo.

A partir dessa percepção, chegamos à conclusão de que o Massacre de Eldorado de Carajás foi um conflito agrário brasileiro que marcou radicalmente o MST, colocando-o no

centro das atenções políticas como o principal movimento social do campo, reconhecido, inclusive, internacionalmente. O Massacre ocorreu em 1996, mas ainda é constantemente referenciado, memorizado, contextualizado nas principais ações do movimento, como as marchas e o evento anual denominado Abril Vermelho.

Um texto que chamou a nossa atenção foi a reportagem “O Massacre de Eldorado dos Carajás: se calarmos, as pedras gritarão”, por ocasião dos 15 anos do conflito. A reportagem, de autoria do historiador José Levino (2012) retoma aspectos do conflito e utiliza a história de *Joana*, adolescente de 14 anos, filha de uma das vítimas do massacre. Levino enfatiza suas impressões sobre o recém formado cenário de guerra. Afirmações do tipo: “Não houve diálogo, os policiais já chegaram **lançando bombas** de gás lacrimogêneo”; “Não houve **confronto**”; e/ou questionamentos, tais como, “O que poderiam ferramentas de trabalho contra **armas de fogo**?”, entre outros, foram utilizadas pelo autor para tentar compreender e descrever os eventos daquela ocasião.

Por sua vez, as manchetes dos principais jornais e a opinião pública, evidenciaram elementos semânticos que compunham a metáfora estrutural A LUTA PELA TERRA É GUERRA<sup>2</sup>, como podemos verificar por fatos relatados a partir de lugares sociais diversos:

“Cenas de uma *guerra civil*” (Manos da Baixada de Grosso Calibre, grupo de hip-hop, 1996).

“Foi um *massacre* pesado, com requinte de violência e **alvos determinados**” (NEPOMUCENO, 2008).

“FHC diz que só a punição dos culpados da **chacina** devolverá credibilidade ao país (*O Globo*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1996).

De posse desse material, desenvolvemos um campo semântico a partir das metáforas, conforme os estudos de Lakoff e Johnson (1980), que apontam a metáfora cognitiva DISCUSSÃO É GUERRA. Trata-se de uma metáfora comum na linguagem cotidiana que ajuda a conceptualizar o conceito abstrato de discussão em termos do conceito mais concreto de guerra.

Em diversos exemplos do corpus, identificamos declarações do MST (ou sobre o MST), em que há desdobramentos da metáfora conceptual A LUTA PELA TERRA É GUERRA. Numa perspectiva linguística, as expressões: lançando bombas, confronto, armas de fogo, guerra civil, balas, massacre, alvos determinados, chacina, foram tomadas do

---

<sup>2</sup> Lakoff e Johnson (2002) convencionaram grafar as metáforas conceituais como “AMOR É VIAGEM” em maiúsculas, enquanto as expressões metafóricas são grafadas em minúsculas. Desde então, as metáforas têm sido apresentadas desta forma pelos mais diversos autores.



domínio fonte da GUERRA pelo locutor para expressar mais concretamente a visão sobre a luta pela terra, em suas variadas articulações. Essas escolhas linguísticas indicam que o pensamento a respeito da LUTA PELA TERRA está estruturado em termo do conceito de GUERRA, mas, principalmente, que sua ação em reação à política também é estruturada dessa forma.

O episódio ocorreu no dia 17 de abril de 1996, no município de Eldorado de Carajás, quando 1.500 sem-terra que estavam acampados na região decidiram fazer uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras, obstruindo a rodovia PA-150, que liga a capital do estado ao sul do Pará. De acordo com os sem-terra ouvidos pela imprensa na época, os policiais chegaram ao local jogando bombas de gás lacrimogêneo. Os sem-terra revidaram com foices, facões, paus e pedras. A polícia, acuada pelo revide inesperado, recuou atirando – primeiramente para o alto, e depois, como os sem-terra não se intimidaram, atirou na direção dos manifestantes. Dezenove pessoas morreram na hora, outras duas morreram anos depois, vítimas das sequelas, e outras sessenta e sete ficaram feridas.

Em pequenos discursos na manhã seguinte ao ataque, algumas vozes do MST (dirigentes, militantes e simpatizantes), protestaram e exigiram respostas enérgicas:

“Eldorado dos Carajás é a polícia militar com o braço armado do poder econômico e do poder político contra trabalhadores e trabalhadoras rurais” (Dom Tomás Balduino, bispo emérito de Goiás, e presidente da CPT nacional);

“[...] Por isso eu conclamo para que se faça justiça no campo, especialmente se condene esses que massacraram em Eldorado dos Carajás” (Leonardo Boff);

“Enquanto os coronéis e seus soldados não forem punidos nossa luta continua. Lutar sempre!” (grupo “A família”).

Não era de se estranhar que o MST, “em estado de guerra”, passasse a tomar um conjunto de medidas justificado e legitimado por essa significação. A partir de 1997 se intensificaram as marchas, ocupações e manifestações, num contexto em que o movimento passou a ser melhor (re)conhecido como um ator importante para a democracia e os movimentos sociais. A imagem do movimento perante a população passou a ter uma representação positiva: pesquisa do Ibope realizada no período mostrava que 83% dos brasileiros apoiavam a reforma agrária e 40% eram favoráveis, até mesmo à ocupação de fazendas.

Por outro lado, mesmo considerando as críticas à sua política de ocupação, o sujeito MST se manteve em evidência midiática nos anos subsequentes. Na edição de três de junho de 1998 (“A esquerda com raiva”), a capa da revista Veja trouxe a foto de João Pedro Stédile,

uma das principais lideranças do MST: “[...] inspirados por ideais zapatistas, leninistas, maoístas e cristãos, os líderes do MST pregam a implosão da democracia burguesa e sonham com um Brasil socialista”.

“Stédile declara guerra” (*Veja*, 30/06/2003)

No início de 2004, a bancada ruralista, começou a colher assinaturas para a instalação da CPI da Terra. Na edição de 14 de abril daquele ano, a reportagem “O abril sem lei do MST” (*Veja*, 14/04/2004) atestava a inoperância do governo Lula para conter as “ações criminosas” do movimento: a luta pela reforma agrária. Na semana seguinte, a matéria “Como na guerra” narrava a história de um fazendeiro obrigado a fazer barricadas para se proteger dos sem-terra.

Dessa forma, cria-se um consenso em torno do recém-nomeado “estado de guerra” vivenciado em 1997 e retomado discursivamente, sobretudo no aniversário daquele evento. Referindo-se a esse consenso em torno da avaliação dos 15 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário do governo FHC, Raul Jungmann comentou: “Uma mancha indelével, um ato de violência e desrespeito aos direitos humanos, de despreparo de forças policiais e também de impunidade. Algo que o Brasil precisa corrigir” (*Uol Notícias/São Paulo*, 17/04/2011).

Podemos ver que o “sentido conotativo” inicial foi dando lugar a uma alternativa conceptual que trazia consigo elementos característicos do domínio da “guerra”, levando em conta, sobretudo, as metáforas estruturais DISCUSSÃO É LUTA e DISCUSSÃO É GUERRA. Tais metáforas permitem que se use “um conceito detalhadamente estruturado e delineado de maneira clara para estruturar outro conceito” (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p.134). Então podemos inferir que a metáfora da “guerra” seja uma extensão da metáfora da “luta”, a qual é considerada uma metáfora conceptual convencional, chamada de metáfora primária.

Nesta perspectiva, surgiu a proposição da metáfora conceitual A LUTA PELA TERRA É GUERRA, através da qual discutimos as diversas formas de sua realização com base no “estado de guerra” motivado pelo episódio de Eldorado de Carajás. Notamos que um acontecimento que, de fenômeno “indescritível”, passou a ser abordado como um ato de guerra nos levou a observar a presença do conceito de “guerra” revestido/mesclado do conceito de “luta” em vários outros acontecimentos, menos ainda relacionados à guerra, mas que personificados e alimentados pela mística, pareciam, de alguma forma, desencadear “atos de guerra”, como nas palavras de ordem que os sem terra gritavam em coro:

“Reforma Agrária: essa **luta** é de todos”

“Reforma Agrária **na lei ou namarra**”

“Ocupar, **resistir**, produzir”

“Reforma agrária, a **guerra** é pra valer”

As expressões em destaque referem-se à atividade bélica, não a discussão. Contudo, percebe-se claramente que não só falamos sobre discussão em termos de guerra, como conceptualizamos o primeiro em termos do segundo. Essa é uma metáfora que vivenciamos em nossa cultura e ela guia nossas ações. Os exemplos dados não devem ser considerados metáforas diferentes, mas expressões linguísticas que fazem parte de uma mesma metáfora conceptual: DISCUSSÃO É GUERRA.

Essas observações serviram de motivação para criarmos uma hipótese de que poderia haver uma tendência de transformar determinados acontecimentos em “atos de guerra”, para que certas medidas pudessem ser tomadas, justificadas e socialmente aceitas e legitimadas. Um processo pelo qual determinados fenômenos são conceituados e vivenciados através de outros.

Posto tais considerações iniciais, o presente estudo investiga de que forma a metáfora, sendo um fenômeno cognitivo-social, apresenta-se no discurso do MST, de seus adeptos e não adeptos, verificando, sobretudo qual a sua relação com: i) o lugar social dos falantes (que implica certa dimensão da luta de classe); ii) a formação discursiva (que implica a dimensão social ideológica que aparece manifesto tanto na fala do MST como dos seus oponentes) e, iii) a formação ideológica.

Apresentamos alguns conceitos fundamentais das teorias com o intuito de caracterizar as metáforas que transformam, discursivamente, fatos/acontecimentos em “atos de guerra”. Investigamos a hipótese de que essas metáforas são frequentemente usadas para justificar tipos de ação ou reação como no massacre de Eldorado dos Carajás de 17 de abril de 1996.

## 1.2 Objetivos

A metáfora conceptual enfocada na pesquisa, e que poderia ser vista como a “metáfora-mãe” é A LUTA PELA TERRA É GUERRA, entendida aqui como uma forma de experiência que o MST vive e propaga em seus atos. As evidências linguísticas dessa metáfora conceptual foram extraídas de textos jornalísticos e dos relatos apresentados pelo jornalista Eric Napomuceno registrados no livro “O massacre – Eldorado de Carajás: uma história de impunidade”. Tais evidências foram analisadas a partir de sua natureza metafórica.

Assim, nosso objetivo principal foi demonstrar em que medida o cenário de crime e as

metáforas conceptuais inscritas naquela conjuntura sócio-histórica, de certo modo, são determinantes na cultura brasileira, nutrindo, como toda metáfora conceptual, não só a linguagem, mas também o pensamento e a ação.

Nesta perspectiva, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- Verificar a forma pela qual a metáfora, apresenta-se no discurso do MST e sua relação com o lugar social dos falantes e com a formação discursiva e ideológica.
- Verificar a produtividade da metáfora A LUTA PELA TERRA É GUERRA a partir de tópicos próprios à guerra no gênero jornalístico e de possíveis evidências linguísticas dessa metáfora em artigos desses meios.
- Mostrar a possível onipresença da metáfora conceptual A LUTA PELA TERRA É GUERRA, e as formas pelas quais a metáfora determina não só uma variedade de expressões linguísticas conceitualmente inter-relacionadas como também o desencadeamento de ações e reações.
- Revelar ideologias, atitudes, e/ou crenças que subjazem à análise qualitativa das metáforas do corpus e, conseqüentemente, o entendimento da relação entre linguagem, pensamento e contexto social.

### 1.3 Organização do Estudo

Apresentamos no capítulo introdutório a justificativa, os objetivos e a organização do estudo. O segundo, intitulado “Visão Panorâmica da Metáfora ao longo da história”, expõe a fundamentação teórica, centrada, principalmente, na teoria da metáfora conceptual desenvolvida por Lakoff e Johnson (2002). Para situarmos a importância do elemento cultural na metáfora, abordamos determinados pressupostos de Tomasello (1999); Kövecses (2004, 2005); Deignan (2003) e Gibbs (1994).

No terceiro capítulo refletimos a questão da ideologia através da análise crítica da metáfora (CHARTERIS-BLACK, 2004, 2005), partindo dos princípios teóricos de Fairclough (1989).

No quarto apresentamos a definição de “guerra”, levando em conta sua natureza e filosofia. Neste capítulo mostramos como aspectos centrais do domínio-fonte (estratégias, táticas, logística e formas de guerra) são apropriados metaforicamente para se compreenderem outros domínios. Para entendermos a metaforização desse conceito, consideramos a proposta de George Lakoff (1991), que sugere uma estrutura metafórica para o conceito de guerra.

No quinto capítulo destacamos os aspectos metodológicos do estudo: apresentação e

justificativa do corpus utilizado na pesquisa, além da abordagem analítica adotada. Descrevemos e interpretamos os dados a partir do estudo global do corpus com base nas questões norteadoras. Ainda nesse capítulo, enfatizamos as metáforas conceptuais que sustentaram os discursos enfocados na mídia envolvendo o Massacre de Eldorado dos Carajás e os conflitos dele resultantes.

## 2 VISÃO PANORÂMICA DA METÁFORA AO LONGO DA HISTÓRIA

*Uma semiótica da metáfora tem que ver também com uma semiótica da cultura (Eco, 1994)*

**Foto 01 - Migração Rural – Sebastião Salgado**



Fonte: Vozes Sem Terra [www.landless-voices.org](http://www.landless-voices.org)

### 2.1 Por que, ainda, estudar a Metáfora?

A metáfora tem uma importância e presença avassaladoras na nossa vida. Mais do que apenas enriquecer a linguagem, ela questiona, explica e interpreta o mundo. Esse fenômeno tem uma significativa participação no processo cognitivo para formação/estruturação de significados. Não é a toa que o mesmo suscita reflexões e pesquisas ao longo de séculos, considerado um dos processos fundamentais da conceptualização e interação humana com a realidade.

Nesse sentido, o processamento metafórico, como modo de pensamento e de ação, como criação de uma imagem mental, invoca uma alternativa para uma realidade, ultrapassando a simples junção de palavras, envolve processos cognitivos que obrigam os sujeitos a associá-las à realidade, experiências, movimentando o seu pensamento e

fornecendo-lhes uma interpretação, que não é neutra.

O conceito de metáfora proposto por Lakoff e Johnson (1980) revela que o nosso sistema conceptual busca recursos metafóricos para expressar uma infinidade de conceitos. Assim, não sendo neutro, o processo metafórico implica sempre uma ou varias opiniões: portanto, é inescapável que o vejamos como uma forma oblíqua de exprimir opiniões. Interessa-nos revelar que, sem exprimir claramente o seu ponto de vista (já que em sua natureza metafórica/gestáltica<sup>3</sup>, a contrafactualidade, é o cerne, pois ao mesmo tempo a metáfora é e não é aquilo que diz), a manifestação da metáfora possibilita uma marca da (inter)subjetividade. No caso específico do discurso do MST, podemos facilmente verificar que a metáfora se trata de um recurso altamente produtivo, dado que os militantes pretendem denunciar/reivindicar a legitimidade de suas ações na defesa do direito à conquista da terra, como também persuadir/convencer/sensibilizar o auditório a aderir ao seu ponto de vista/opinião, a partir das imagens e/ou expressões metafóricas que apresentam.

Assim, para uma matriz como “luta pela terra”, por exemplo, podemos observar que a identificação dos significados destes conceitos é feita quase que automaticamente, já que estes conceitos estão estruturados em suas mentes, porém, nem por isso impedem que os usuários reflitam ou potencializem essa matriz, fazendo, assim, uma relação entre os conceitos metafóricos e a direção retórico-argumentativa das expressões metafóricas utilizadas nas falas do MST.

Enfim, parece-nos salutar estudar a metáfora, não como figura de linguagem retórica e/ou estética, mas como fruto de processos complexos que envolvem a cognição, a experiência e a cultura humana. Desta forma, a compreensão do processamento se dá devido ao fato de os conceitos metafóricos corresponderem também a uma base social e cultural, sendo que seus significados são compartilhados pelos membros de uma mesma comunidade.

Posto isto, neste capítulo discutiremos o conceito de metáfora, segundo as visões tradicional e contemporânea, apresentando a metáfora como figura de pensamento. Além disso, destacamos o mito do objetivismo e sua relação com o mito do subjetivismo e, em seguida, a visão experiencialista, proposta por Lakoff e Johnson. Na sequência abordaremos a teoria conceptual da metáfora<sup>4</sup>, retomando o conceito de metáfora primária e, em seguida,

---

<sup>3</sup> Gestalts são maneiras de organizar as experiências em blocos estruturados. Na metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, a gestalt da conversa é estruturada através de correspondências com elementos selecionados da gestalt da GUERRA (LAKOFF & JOHNSON, 2002).

<sup>4</sup> O termo ‘teoria cognitiva da metáfora’, que inclui todas as abordagens pertencentes ao paradigma holístico da Linguística Cognitiva, não será largamente abordado em nosso estudo, já que adotamos a ‘teoria conceptual da metáfora’ - que se refere exclusivamente à teoria de Lakoff & Johnson, eleita para a pesquisa em foco. Sobre antecipações da teoria cognitiva da metáfora desde Vico ver, entre outros, Hülzer-Vogt (1989), Baldauf (1997), Jäkel (2003) e Schröder (2004).

classificamos os tipos de metáfora em: estrutural, ontológica e orientacional, levando em conta, especificamente, a importância da base cultural na emergência da metáfora.

Acreditamos que essa discussão serviu como base teórica para a compreensão da natureza linguística e conceptual da metáfora O ACONTECIMENTO/EVENTO “X” É UM ATO DE GUERRA e as metáforas que interagem com a metáfora conceptual dominante desta pesquisa.

## 2.2 Em busca do conceito de metáfora

Por muito tempo a metáfora foi considerada/entendida como um fenômeno exclusivo da linguagem, um ornamento linguístico do texto literário; uma clara relação com o objetivismo científico, que defende “o possível acesso a verdades absolutas e incondicionais sobre o mundo, e entende a linguagem como mero espelho da realidade objetiva” (ZANOTTO *et al.*, 2002, p.11).

Mas a metáfora faz parte de qualquer língua humana e está presente em nosso cotidiano, na maneira como vemos, interpretamos e damos sentido ao mundo empírico extralinguístico. O uso que fazemos dela tornou-se tão habitual que, por vezes, ela passa despercebida, apresentando-se como fato, com valor de verdade, de verossimilhança.

Sabemos que o estudo da metáfora é muito antigo, no Ocidente, data de pelo menos o século IV a.C, com Aristóteles. Na retórica aristotélica, a metáfora foi intitulada tropo (transporte) e considerada a figura por excelência. Tanto na retórica quanto na poética, o filósofo trabalha com a lexis (expressão), o que Hjelmslev chamou de plano de expressão, e Saussure, de significante linguístico (FILIPAK, 1983, p. 20). No caso da retórica, a lexis refere-se à arte de comunicação do dia-a-dia, da persuasão do discurso público (argumentação, composição e elocução), e na poética, trata-se de uma arte de evocação imaginária.

[...] a palavra metáfora indica o que ainda hoje se entende pelo termo *metaphorá*, do grego, *meta* = *trans* + *phérein* = *levar*, que significa mudança, transferência, transposição. No caso específico do fenômeno semântico, a mudança seria de um sentido próprio para um outro, figurado. Dessa forma, dois elementos estariam envolvidos nessa “transferência”, “levando” para o outro o seu sentido (FILIPAK, 1983, p. 24).

Retomando a definição de Aristóteles, a classificação da metáfora se dá em quatro tipos: a) espécie a gênero; b) gênero a espécie; c) espécie a espécie; d) analogia. Os dois primeiros tipos são o que hoje conhecemos como metonímia, ou seja, as relações parte/todo e



vice-versa. Aos dois últimos tipos, Aristóteles chamou de: “metáfora de espécie para espécie”, e “metáfora por analogia”.

Marques (1956, p.17) nos apresenta os seguintes exemplos de cada caso:

*Meu navio está imóvel aqui* (gênero à espécie) “Porque estar preso à âncora é uma espécie de imobilidade” – diz o próprio filósofo.

*Certamente Ulisses realizou milhares de boas ações* (espécie a gênero).

*Ele tirou sua vida com o bronze, com o duro bronze ele lhe arrancou a vida* (espécie a espécie). Aristóteles explica: “Aqui tirar equivale a arrancar, que são duas formas de tirar”.

*A taça é para Baco o que o escudo é para Marte* (analogia)

Ainda segundo Marques (p. 17), haverá analogia, ou melhor, proporção, no seu entendimento, “quando o segundo termo está para o primeiro assim como o quarto está para o terceiro”, podendo-se, então, empregar o quarto em lugar do segundo e o segundo em lugar do quarto. Algumas vezes seria lícito “ajuntar, em lugar do que se fala, aquilo a que a gente se refere”. Exemplo: “A taça, escudo de Baco; o escudo, taça de Marte”.

Por conta disso, ressalta Filipak (1983), a léxis retórica, trabalhará com metáforas linguísticas, denotativas ou lógicas, porque essas são procedimentos característicos da léxis da retórica. Por outro lado, a léxis na poética objetiva a mimesis (imitação) na tragédia, onde os homens são melhores, e na comédia, onde os homens são inferiores. Aqui a função da léxis estará a serviço do dizer, do poematizar no campo da subjetividade. Aristóteles conclui, então, na Retórica, que a léxis teria a função da prova, da demonstração, da função lógica, objetiva, intelectual, denotativa e na Poética, a da imitação, da função alógica, subjetiva, emocional, conotativa. Aristóteles admite, por assim dizer, metáforas denotativas (na Retórica) e metáforas conotativas (na Poética).

No entanto, a assertiva de Paul Ricoeur (2005), afirma que Aristóteles não tinha como propósito explicar a metáfora pela comparação; mas, sim, o contrário: a comparação pela metáfora. Além disso, o autor nos esclarece que para Aristóteles o fato do termo de comparação não se fazer presente na metáfora não quer dizer que a metáfora seja uma comparação abreviada, mas o contrário: a comparação é uma metáfora desenvolvida. Por sua vez, Aristóteles percebe certa superioridade da metáfora sobre a comparação, pelo fato da metáfora ser entendida e julgada como sendo mais agradável, mais elegante e predicativa ao ser equiparada à comparação. Com base na aproximação - metáfora e comparação -, defendida por Aristóteles, Ricoeur é enfático ao afirmar que a linguagem que é feita de metáforas resulta em um enigma e a essência desse enigma permite falar de coisas reais aproximando termos inconciliáveis. Para ele, isso não seria possível com a mera combinação

de palavras, mas, sobretudo, com a metáfora. Podemos dizer que a definição de metáfora sustentada por Aristóteles, e discutida por Ricoeur, compreende três traços: (a) a metáfora é algo que acontece ao nome; (b) a metáfora é definida em termos de movimento; (c) a metáfora é a transposição de um nome. São traços que nos permite inferir que a visão clássica de metáfora, herdada do pensamento grego, nutre várias definições do tropo ainda usadas nos dias de hoje, principalmente aquelas que derivam do que é conhecido na literatura como “visão tradicional da metáfora”.

Na segunda metade do século XX, alguns filósofos e estudiosos voltaram-se novamente ao tema, renovando o interesse pelo assunto. Tivemos, então, as contribuições de Richards (1936), com a ênfase na expressão metafórica e na maneira de nomear os componentes da metáfora, de Max Black (1981), com suas teorias da Substituição e da Interação<sup>5</sup>, entre outros. Vemos, por exemplo, que tanto Bühler como Richards afirmam que a metáfora não seria somente o uso de um termo no lugar do outro, mas, sim, interação de dois fatores. Esses fatores podem ser compreendidos em Richards como um intercâmbio de ideias. “Duas ideias diferentes que colaboram juntas: o tenor (ou *meaning*, as ideias) e o veículo (*metaphor*, a imagem). Não é a relação tenor - veículo que se deve considerar, mas o tenor + veículo juntos”, uma vez que, segundo o autor, “a metáfora é essencialmente uma resultante semântica” (FILIPAK, 1983, p. 97).

A partir de 1970, os estudos da metáfora passaram por uma ruptura conceitual, com o surgimento da teoria cognitiva da metáfora proposta por Lakoff e Johnson (1980), segundo a qual, a metáfora deixou de ser uma figura de linguagem para ser um processo estruturador do pensamento; deixou de ser um aspecto da linguagem, um ornamento literário restrito a certos tipos de texto ou prática social (oratória); para ser principalmente um recurso convencional. Esses autores rompem com a visão tradicional, afirmando que a “essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra”<sup>6</sup> (1980, p. 48).

Nesse entendimento, Zanotto (1998), enfatiza a metáfora como um fenômeno cognitivo-social presente no cotidiano, não só na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Para esses estudiosos da metáfora, a partir da análise de expressões linguísticas, pode-se

---

<sup>5</sup> Max Black foi o precursor do pensamento moderno de que a metáfora não é apenas ornamental, mas é cognitiva, isto é, ela produz conhecimento. Black tira a metáfora do plano puramente ornamental, e a redimensiona no âmbito cognitivo, inserindo-a como elemento fundamental em todos os domínios de conhecimento, não só no âmbito poético (SANTOS, 2001).

<sup>6</sup> Tal postulado, segundo França e Albano (2008), pode ser captado já em Black (1962), que alega que o fenômeno metafórico se dá na relação do tópico “em termos de” ou “ver como”, ou seja, a metáfora para este autor é uma questão de perspectiva, de projeção. No entanto, a sistematização desta ideia, considerada vaga demais, vem a ser trabalhada de forma profunda e sistemática no texto de Lakoff & Johnson (1980), daí o seu caráter seminal (Cf. MCGLONE, 2007)

inferir um sistema conceptual metafórico que revela a maneira que as pessoas fazem sentido do mundo à sua volta e delas mesmas. Portanto, “[...] a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação” (LAKOFF, 1991, p. 45).

A relação entre metáfora e cotidiano, é vista por Lakof e Johnson, como um processo intrinsecamente construído. Para eles, a metáfora é a linguagem influenciada pelo cotidiano dos indivíduos. São metáforas que resultam: “das memórias e das impressões sensíveis que tive e dos atos, tanto internos quanto externos que realizei” (LAKOF; JOHNSON, 2002, p. 310).

Notemos que a visão clássica de metáfora, herdada do pensamento grego, nutre várias definições do tropo ainda usadas nos dias de hoje, principalmente aquelas que derivam do que é conhecido na literatura como “visão tradicional da metáfora”.

Quando empregamos metaforicamente um termo, a diferença entre o sentido metafórico e o sentido convencional está no fato de que, por exemplo, “a perna da mesa” tem somente algumas das características da perna de cavalo. “Uma mesa não caminha com as pernas, elas apenas a sustentam”. Na teoria de Richards, o *focus* corresponde ao tenor e o *frame* ao veículo. É através desses dois elementos, segundo ele, que se realiza a metáfora. Já Filipak (1983, p. 97), sustenta que “a metáfora não é uma transferência de traços semânticos, mas uma intuição que se transfere” (FILIPAK, p. 1983, p. 97).

Eco (1994, p. 92) segue a tradição aristotélica quando afirma que “a metáfora é uma figura de substituição de um elemento da linguagem por outro”, enquanto Filipak (1983) acrescenta a essa definição o fato de a metáfora ser uma palavra substituída por outra com a relação de semelhança ou analogia entre os seus significados.

Black (1981, p. 28) admite que dizer uma coisa e significar outra é possível através do *focus* metafórico, termo que recebe a carga metafórica, e o *frame*, a moldura constituída pelo restante do enunciado literal. No entendimento de Cameron (2003), a metáfora opera em dois campos distintos: o linguístico e o conceptual, acrescentando, então, os termos alternativos *focus/frame* e *tópico/veículo*. O primeiro faz um contraste semântico e o segundo refere-se ao domínio lexical e conceptual.

Entretanto, a visão “conceitual” rompe com as demais conceituações de metáforas vigentes até a sua introdução formal, a partir da publicação da obra *Metaphors we live by* de Lakoff e Johnson (1980), que questiona conceitos consagrados em torno das definições que envolvem a metáfora. Para os autores, nossos conceitos estruturam o modo como percebemos e lidamos com os fatos do mundo e são determinantes no modo como nos relacionamos

socialmente. Nosso sistema conceitual, portanto, desempenha um papel essencial na forma como definimos nossa realidade cotidiana. Esse posicionamento demonstra que o nosso sistema conceitual é amplamente metafórico. Então, o modo como pensamos e agimos é, sobretudo, uma questão metafórica.

Mas é importante destacarmos que muitas visões e redefinições de metáfora surgidas no século XX - apesar de acrescentarem à visão tradicional, importantes elementos para uma maior compreensão do fenômeno -, ainda a enxergam como um tropo com as seguintes características: a) ela seria, primordialmente, uma figura de linguagem; b) ela teria como base a semelhança; c) ela envolveria dois domínios distintos; d) ela seria basicamente usada para entender um sistema de entidades em termos de um outro.

### 2.3 Visão tradicional da metáfora

Contextualmente, a concepção tradicional do discurso científico - cujo ponto de origem situa-se na revolução científica (século XVII) - inclui em seus preceitos a expulsão da metáfora, por considerá-la um recurso de distorção, intrinsecamente ambíguo, próprio do campo subjetivo e emocional. Subjacente a esta concepção clássica está a compreensão da metáfora como "ornamento linguístico" e, em última instância, como mera substituição de palavras.

Para a pesquisadora Guiomar E. Ciapuscio (2003), a metáfora e, em geral, o conjunto das figuras de linguagem cultivado pela retórica, foram considerados inimigos "naturais" da ciência moderna por vários séculos. Segundo ela, a concepção tradicional da linguagem científica, que se prolonga - com matizes - até quase o fim do século XX, tem suas raízes históricas nos tempos daquela revolução científica, especialmente a partir da ação da Sociedade de Londres para melhorar o conhecimento natural.

Essa instituição - cujo lema foi justamente "*Nullius in verba*", expressão latina que, em pitoresca tradução de Peter Medawar (prêmio Nobel de Medicina em 1960), significa "não acredite na palavra de ninguém e menos ainda na de Aristóteles" - impulsionou a emancipação das ciências naturais experimentais, chamadas intencionalmente "ciências reais", da posição marginal que haviam ocupado na visão escolástica até o seu moderno papel como ciências líderes (CIAPUSCIO, 2003, p. 3).

A autora enfatiza que esta luta pela imposição de ciências naturais novas foi simultaneamente uma luta linguística: o desejo de alcançar um estilo, ou até mesmo, nos mais entusiasmados, uma linguagem diferente para expressar e comunicar a verdadeira ciência. A oposição estabeleceu-se sobre uma dicotomia já prevista pela antiga retórica: *res vs. verba*, o

objeto *versus* as palavras. A língua da ciência deveria encaminhar-se decididamente para o lado dos objetos, em clara oposição ao estilo tradicional, marcado pela retórica e sua visão persuasiva, e, portanto manipuladora, da língua.

Por outro lado, mais do que propor definições mais elaboradas ou redefinições para a metáfora, alguns estudiosos têm procurado revelar os pressupostos que sustentam as visões tradicionais da metáfora, assumindo-a como um padrão de processamento cognitivo e que, de certa forma, impedem uma melhor compreensão da complexidade desse fenômeno.

No entendimento de Vereza (2007), o que fica nítido na visão tradicional é o estatuto da metáfora como figura de linguagem. Para essa autora, podemos dizer que, segundo essa visão, o *locus* da metáfora é a linguagem. Isso implica que o uso figurado não tem um papel central na produção de sentidos, uma vez que não estabeleceria uma relação direta entre realidade, conceito e palavra, que seria o caso do sentido literal.

Esse sentido seria, no nível da linguagem, “distorcido”, ao se usar um termo no lugar de um outro, trazendo, nesse transporte, conotações próprias do conceito “emprestado”, que interfeririam no sentido daquilo a que se quer referir (VEREZA, 2007, p. 202).

Uma das implicações, segundo a autora, diz respeito ao fato de se abordar a metáfora como “troca” de uma palavra por outra, seria ver a figura como desvio do sentido correto, “próprio” de um termo. Como consequência, a metáfora passa a ser vista como um recurso supérfluo da linguagem, característico do discurso poético ou retórico, ambos não considerados usos “sérios” da linguagem, por não conterem sentidos “legítimos”.

A visão tradicional apresenta a metáfora como, exclusivamente objeto da poesia e da retórica. Os estudiosos dessa visão, como Pollio, Smith e Pollio (1990) faziam uma distinção clara entre a linguagem poética e a linguagem do cotidiano: a primeira era vista como um dom especial dos poetas e a segunda, como a linguagem de todos (usada no cotidiano). Acreditava-se que o poético viria do coração, não poderia estar na mente, pois a mente seria literal (as teorias baseadas em pressupostos objetivistas ainda consideram que a mente é literal).

Os estudos de Lakoff e Johnson, no marco da linguística cognitiva, constituíram um ponto de inflexão em sua teoria. A tese central desses autores é que a metáfora é um instrumento do pensamento, e só em segunda instância um recurso linguístico; para eles, os processos do pensamento humano são, em grande parte, metafóricos. A metáfora impregna o conhecer e atuar humanos; trata-se de um fenômeno que vai muito além de palavras ou de conceitos isolados. Para eles, as metáforas nos permitem entender um campo da experiência

com as palavras de outro campo. Em casos de metáforas convencionais (cotidianas), como "tempo é dinheiro" ou "discussões são guerras", vemos que as definições metafóricas encontram-se em domínios básicos da experiência, como dinheiro e guerra; subconceitos como "calcular o tempo" ou "ganhar uma discussão" derivam dos conceitos mais gerais. Os domínios básicos da experiência são totalidades organizadas como *Gestalt*, isto é, configurações, em forma de dimensões naturais.

Esses campos, segundo Ciapuscio (2003), são naturais porque são produtos de nossos corpos, de nossa interação com o meio físico, de nossas interações sociais em um marco cultural que nos é próprio. No caso de "tempo é dinheiro" trata-se de uma metáfora convencional de raiz cultural: o tempo em nossa cultura (mas não necessariamente em todas) é concebido e experimentado como um recurso valioso e limitado, por isso dispomos de numerosas expressões vinculadas a esta metáfora-mãe (como "meu tempo vale ouro", "*me custou várias horas*", "*ganhar tempo*", etc.).

Diferentemente da visão objetivista presente na concepção comparatista da metáfora, a concepção experiencial sustenta que o pensamento metafórico pode ser criativo: as metáforas originais - baseadas na percepção de novas semelhanças - podem dar um sentido diferente à experiência, isto é, criar coerência ao destacar alguns traços e ocultar ou obscurecer outros, e assim originar novas realidades. As metáforas criativas são um instrumento indissociável não só da criação artística, mas também da atividade científica. Assim, nesta concepção a metáfora é antes de tudo uma questão de pensamento e de ação; não expressa somente analogias preexistentes, também pode descobri-las ou postulá-las. Em suma, a teoria experiencial afirma que as semelhanças relevantes no feito metafórico são aquelas que a gente experimenta e, podemos sublinhar aqui, descobre. (CIAPUSCIO, 2003, p. 10).

A tese experiencial da metáfora, e de nossos processos de conhecimento humano, é proposta como uma alternativa ao objetivismo e ao subjetivismo (sua face oposta). O mundo, os objetos e suas relações impõem limites e condições à percepção, mas nosso conhecimento é necessariamente mediado por nosso sistema conceitual, que é, em grande medida, metafórico e, portanto, imaginativo. A proposta experiencial é uma síntese superadora daquelas duas posições, pois une razão e imaginação, união esta que realiza e arremata de maneira paradigmática o fenômeno metafórico: a razão inclui os processos de ordenar, categorizar, realizar inferências; a imaginação, em uma de suas formas mais representativas, implica em ver o campo dos objetos em termos diferentes, o que nada mais é do que o pensamento metafórico.

Ao contrário da perspectiva tradicional, Lakoff e Johnson (2002) acreditam que as metáforas estão presentes na linguagem cotidiana e, por vezes, estão tão enraizadas em nossa cultura, que passam despercebidas aos nossos olhos. Essa visão tradicional, por anos, tem sido

alvo de crítica por parte de muitos pesquisadores contemporâneos, que vêem a teoria como simplista e redutora, por ser baseada exclusivamente na lógica. Por sua vez, os estudos de Pollio, Smith e Pollio (1990) explicitam os pressupostos do modelo tradicional por mediação dos seguintes postulados que se referem à linguagem figurada, em especial à metáfora:

- a) figuras de linguagem como a metáfora, metonímia, símile, oxímoro, ironia etc. – elementos linguísticos especiais – não ocorrem frequentemente quando falamos, escrevemos ou pensamos;
- b) o uso figurado não é conceitualmente útil, porque é utilizado para enganar o pensamento racional e embelezar ideias comuns ou vulgares;
- c) a linguagem figurada, anomalia, nonsense e uso literal são categorias de linguagem psicologicamente distintas;
- d) a linguagem figurada depende ou é derivada da linguagem literal (POLLIO, SMITH e POLLIO, 1990, p. 03).

Segundo esses autores, embora existissem contextos nos quais a linguagem figurada era frequente, como a poesia, o entendimento geral era de que tais contextos, apesar de tudo, eram poéticos e, portanto, de interesse periférico. Para eles, as análises linguísticas de figuras “clichés” feitas por Lakoff e Johnson (1980/2002), Johnson (1987), Lakoff e Turner (1989) “indicam que tanto a nossa linguagem como nosso sistema conceitual são amplamente metafóricos por natureza” (POLLIO, SMITH e POLLIO, 1990, p. 144). Conforme esses autores, nossos conceitos estruturam a forma pela qual percebemos e lidamos com os fatos do mundo e no modo como nos relacionamos socialmente. Nosso sistema conceitual, portanto, desempenha um papel crucial no modo como definimos nossa realidade cotidiana.

[...] os conceitos que governam nosso pensamento não são meras questões do intelecto. Eles governam também a nossa atividade cotidiana até nos detalhes mais triviais. Eles estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas. [...] então o modo como pensamos, o que experienciamos e o que fazemos todos os dias são uma questão de metáfora (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 45).

As expressões do tipo “Esse relacionamento não irá a lugar nenhum” ou “O nosso relacionamento está numa encruzilhada” são comuns e faladas diariamente e são exemplares da poética ou retórica. Ainda segundo os autores, essas expressões fazem parte da linguagem do dia a dia, porque a metáfora AMOR É UMA VIAGEM faz parte da nossa maneira comum e rotineira de conceptualizarmos e racionalizarmos o amor. (LAKOFF & JOHNSON, 1999, p. 123).

Pollio, Smith e Pollio (1990), rejeitam, nesse caso, a ideia de que a linguagem figurada seria apenas um ornamento: uma visão enraizada tanto na crítica literária como filosófica. Essa crítica é sustentada pela referência a Thomas Hobbes, filósofo inglês do século XVII, no

final do capítulo “Sobre a razão e a ciência” de seu principal trabalho *Leviathan* (1657), que discutiu o uso da metáfora e das figuras de retórica, afirmando que eram palavras sem sentido e ambíguas. Entretanto, segundo Pollio, Smith e Pollio (1990, p. 144), talvez Hobbes não tenha percebido que usou naquela curta passagem de 67 palavras, na qual criticara o uso da metáfora, pelo menos oito figuras de linguagem. Os autores citam a alusão de Darwin à grande árvore da vida para mostrar que a metáfora está presente até mesmo no discurso científico.

Os autores questionam a afirmativa de que a metáfora apenas substitui um conjunto de sentenças literais. A ideia fundamenta a teoria de substituição da metáfora, e se essa visão for aceita, as metáforas, então, seriam dispensáveis, na medida em que não apresentam nova informação.

Segundo Black (1993, p. 19), a metáfora se distingue do literal ao produzir um efeito semântico novo que foge de qualquer regra ou padrão convencional. A dificuldade para fazer julgamentos firmes e decisivos em tais assuntos está presente em todos os casos de proferimentos metafóricos. Assim, para esse autor, desde que nós devemos necessariamente ler atrás das palavras, não podemos estabelecer limites precisos para as interpretações admissíveis: ambiguidade é um subproduto necessário de sugestividade da metáfora.

Black acredita que o reconhecimento de um proferimento metafórico depende, essencialmente de duas coisas: a) o reconhecimento geral do que deve ser um proferimento metafórico; e, b) o julgamento específico de que uma leitura metafórica de uma declaração é preferível a uma leitura literal. A razão decisiva para a escolha de interpretação é frequentemente a falsidade óbvia ou a incoerência da leitura literal - mas poderia ser também a banalidade daquela verdade lida, ou sua insignificância ou sua falta de congruência com o contexto ou ambiente não verbal. Esta situação, para o autor, é a mesma que em outros casos de ambiguidade.

Mas a partir de uma perspectiva da visão tradicional da metáfora, fica a pergunta: por que falamos metaforicamente? Para Kövecses (2005, p. 67), a resposta se deve ao fato de que existe uma semelhança entre as duas entidades denotadas pelas duas expressões linguísticas e, conseqüentemente, entre os significados das duas expressões. Desta forma, a dificuldade que restringe a produção da metáfora reside no fato de ter que haver uma semelhança entre as duas entidades comparadas. Se elas não forem semelhantes em algum aspecto, não podemos metaforicamente usar uma para falar de outra. No entanto, sob este ponto de vista, a semelhança também restringe a escolha de uma determinada expressão linguística para se falar de outra. O autor exemplifica o fato com a expressão *as rosas em seu rosto*, que pode



suscitar alguns comentários que evidenciaram visões típicas da noção tradicional da metáfora:

- a) A metáfora é decorativa ou um tipo de discurso sofisticado. Usamos a palavra *rosas* para falar das bochechas de alguém porque desejamos criar algum efeito especial no ouvinte ou leitor (por exemplo, uma imagem agradável).
- b) A metáfora é um fenômeno linguístico e não conceptual. Não existe o conceito de um domínio para compreender um outro.

A palavra *rosas* é usada para descrever as bochechas de uma pessoa porque existe uma semelhança entre a cor de algumas rosas (vermelha ou cor de rosa) e aquela das bochechas de alguém (também cor-de-rosa ou vermelho claro).

Na visão de Kövecses, é esse tipo de semelhança preexistente entre duas coisas que restringe as possíveis metáforas que um falante de uma língua pode usar. Por exemplo, jamais esse falante poderia dizer *o céu em suas bochechas*, tendo em vista que normalmente nos referimos à cor azul do céu, e essa cor não faz lembrar a tonalidade rosa da pele de algumas bochechas.

### ***2.3.1 A linguagem figurada e o sentido literal***

Não é mais possível afirmar que a linguagem figurada é compreendida ou produzida com base em um processo mais longo e demorado do que o envolvido no uso de clichês e da linguagem literal. Uma conclusão que Pollio, Smith e Pollio (1982) tiraram a partir de vários experimentos. Entretanto, segundo Black (1993, p. 19), a metáfora se distingue do literal ao produzir um efeito semântico novo que foge de qualquer regra ou padrão convencional.

Mas afinal, o que é o sentido literal? Para responder a essa questão, Searle (1979) retoma o senso comum, segundo o qual, dada qualquer sentença, seu significado literal pode ser definido como o significado que ela tem independentemente de qualquer contexto, ou ainda, o significado literal seria o significado sem o contexto. Assim, o significado literal poderia ser definido como o significado que uma sentença tem num “contexto zero”.

Searle (1979) nos chama a atenção para o papel da metáfora ao criticar as teorias que localizam o seu significado na frase, salientando que é necessário distinguir o significado das palavras em si e que corresponde ao significado literal, e o significado de que elas, intencionalmente, se revestem, ao serem produzidas por um sujeito/locutor e dirigidas a outrem que as recebe e interpreta, ou seja, um significado que é construído num contexto enunciativo e comunicacional.

A justificativa de que, somente a partir de 12 anos, as crianças podem entender ou produzir sentido figurado tem como base, segundo Pollio, Smith e Pollio (1990, p.157), o pressuposto de que crianças usam metáforas inadvertidamente. Nesse caso, elas diriam alguma coisa que soa de modo figurado para os adultos porque não teriam noção das dificuldades comuns que se apresentam quando o falante faz uso das palavras.

Se levarmos em conta o seguinte exemplo: uma criança diz: “meu caminhão *morreu*”, quando, na verdade, o caminhãozinho apenas deixou de funcionar, a criança pode não ter consciência de que usou a palavra “morrer” para um ser inanimado, e, conseqüentemente, cometeu um desvio semântico, porque não conseguiu se expressar de uma maneira linguisticamente mais complexa. Na verdade, a criança poderia estar brincando ao dizer que seu caminhão morreu sem, de fato, entender o sentido do que disse.

Certo? Não necessariamente, já que o exemplo fornecido merece algumas observações. Ao apresentar a sentença - “meu caminhão *morreu*” -, em termos semânticos podemos ter duas justificativas para isso: (a) ele usou corretamente o verbo, apenas atualizando um traço mais genérico que o verbo possui, isto é, ‘deixar de existir’; (b) ele usou o verbo metaforicamente, neutralizando a restrição seletiva [+animado] que o verbo requer em seu uso convencional (ou ainda a literalidade para um aluno que estivesse dirigindo o caminhão). Além do mais, porque essa frase na boca de um adulto seria uma metáfora e na boca de uma criança não? Não existe nenhuma razão para isso; essa questão da competência linguística por faixa estaria, em termos semânticos, é algo pouco confiável. Ao contrário do autor, acreditamos sim que as crianças também fazem metáfora. É possível que possam não entender muitas; mas isso é válido também para os adultos.

Nessa compreensão Rumelhart (1973), nos explica que crianças e adultos entendem e produzem falas metafóricas constantemente. Acrescenta o autor que, caso uma criança tenha dificuldade em entender a linguagem metafórica, essa dificuldade poderia ser explicada pela concepção da situação formada pela criança, destacando os itens lexicais usados e a situação presente, e não por causa de qualquer inabilidade inerente de usar termos aprendidos em um determinado contexto ou em um outro.

Pollio, Smith e Pollio (1990) nos chamam a atenção para a diferença entre visões alternativas da linguagem figurada e as crianças, do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo de ambos (tal como argumentado por Piaget), afirmando que o uso figurado é somente considerado como tal se ele representar um desvio deliberado e proposital do uso literal com base na compreensão, conhecimento e ramificações desse uso.

Entretanto, a discussão da metáfora conceitual e a da metáfora do canal já mostraram

que os fatos não são bem assim: metáfora é um padrão de processamento de sentido disseminado na atividade dos falantes. Esse propósito pode existir naquele que construiu uma metáfora, mas isso está fora do alcance da discussão da quase totalidade das metáforas.

Complementando a argumentação de que a máxima em questão é falaciosa, Rumelhart (1973) dá o exemplo ocorrido com seu filho que, em meio a uma viagem de carro com a família, disse para a mãe: “Minha meia tem uma unha pendurada”. A mãe, rapidamente, sem maiores comentários, respondeu que quando chegassem em casa ela iria consertar a meia.

O autor nos lembra que o único que percebeu tal sentido figurado foi ele. Afirma que, ali, naquele momento, uma nova metáfora acabara de ser criada e compreendida. Rumelhart adianta que essa maneira livre e fácil de usar palavras de uma forma “não literal” não é algo especial. Assim, o processo de aquisição da linguagem, não deveria ser entendido como um processo em que primeiro a criança aprenderia a linguagem literal e, depois desta estar bem assimilada, passaria para a linguagem não-literal. Ao contrário, o processo de aquisição da linguagem pela criança envolveria a produção e a compreensão do que, para a criança, é não convencional e, provavelmente, linguagem não literal. Rumelhart (1973) acredita que os processos que envolvem a compreensão do discurso não literal fazem parte da nossa produção de linguagem e equipamento de compreensão logo muito cedo, estando longe de ser um aspecto especial da linguística ou pragmática.

Sobre a questão do uso da metáfora por crianças, Cameron (2003, p. 84) afirma que a metáfora é vista como “uma ferramenta cognitiva poderosa para as crianças aprenderem sobre o mundo em que vivem”. A autora argumenta que estudos mais recentes em sala de aula mostram que a metáfora é muito mais evocada na busca de se expressar em uma forma mais interpessoal e afetiva.

Além disso, a autora nos chama a atenção para o fato de que muitas pesquisas realizadas sobre crianças e metáforas quase sempre investigam a compreensão da criança de metáforas convencionais e daquelas usadas por adultos. Afirma ainda que “deve-se manter uma distinção entre as metáforas produzidas por crianças e aquelas do mundo dos adultos que elas encontram em sua interação” (CAMERON, 2003, p. 84).

Para Tomasello (1999), as construções linguísticas são tipos especiais de símbolo linguístico, e aprender construções linguísticas completas – símbolos linguísticos internamente complexos e que são historicamente convencionalizados – orienta crianças em certos aspectos de suas experiências a que elas próprias não conseguiriam dar sentido se não fosse a linguagem.

Ao adquirirem a linguagem, as crianças são levadas a conceptualizar, categorizar, e esquematizar eventos de maneiras muito mais complexas do que elas poderiam, caso não estivessem engajadas na aprendizagem de uma linguagem convencional. Além disso, esses tipos de representações de eventos e esquematizações contribuiriam para a grande flexibilidade e complexidade da cognição humana (TOMASELLO, 1999, p.159).

O autor ressalta, que o mais significativo mecanismo para construção metafórica parece estar fundamentado na nossa tentativa de tornar o mundo abstrato compreensível, trazendo-o para dentro de nós ou nos estendendo para dentro do mundo. O centro universal da expansão e atração metafórica deve ser o ser humano que vive, funciona e se relaciona socialmente.

## 2.4 Importância da Metáfora: visões contemporâneas

No século XX, três teorias coexistiram com o propósito de explicar *como* a metáfora é processada e por que é usada: duas delas, a *Teoria da Substituição*- que propõe que a sentença ou a palavra metafórica substitui um termo literal, que pode sempre ser substituído por uma paráfrase - e a *Teoria da Comparação* - que trata a metáfora como uma comparação implícita, na qual o equivalente literal da metáfora é visto como uma comparação, ou uma declaração de similaridade - fazem parte do paradigma tradicional já discutido anteriormente.

É importante esclarecermos que essas duas teorias remontam a época de Aristóteles (RICOEUR, 1979). A terceira, a *Teoria da Interação*, apesar de não romper radicalmente com a visão tradicional redimensiona a importância da metáfora no processo de construção de sentidos. Essa teoria, proposta por Black (1981, 1993) tem o propósito de justificar as novas formas de compreensão que surgem com o processo interativo da metáfora. Nessa visão, a metáfora implica um processo mental ligando *Tópico* e *Veículo* e gera significados novos e irreduzíveis, ao contrário de ativar semelhanças preexistentes, como no caso das teorias da substituição e comparação. Isso significa que a Teoria da Interação não aceita a ideia de transferência unilateral das propriedades dos significados envolvidos.

Conforme Black (1981), o leitor ou ouvinte traria para a compreensão da metáfora um “complexo implicativo” de compreensões e crenças. Esse complexo interage através de processos mentais de seleção, mapeamento e organização, a fim de produzir um novo elemento que não pode ser parafraseado com equivalentes literais. Entretanto, é interessante destacar que Lakoff e Turner (1989, p. 73) rejeitaram essa teoria ao entenderem que ela nega a assimetria da metáfora, na qual a transferência é unidirecional, isto é, do Veículo para o Tópico.

Segundo Waggoner (1990, p. 90), existem seis características enfatizadas pelos

teóricos interacionistas:

- a metáfora pode criar novos significados e novas similaridades;
- a metáfora não é equivalente ou reduzível à símile ou analogia;
- a metáfora não é parafraseada sem a perda de significado, conteúdo ou importância;
- os componentes da metáfora exercem uma influência recíproca entre eles, resultando, assim, na modificação de significado ou importância de ambos os componentes;
- a metáfora compreende tanto semelhanças quanto diferenças entre os seus componentes.

Mas é a metáfora como figura de pensamento e de ação que vai realizar uma virada paradigmática nos estudos da metáfora (ZANOTTO et al, 2002), a partir da formalização de uma teoria de base cognitivista, cujo núcleo estaria no conceito de metáfora conceptual, introduzido por Lakoff e Johnson (1980 [2002]; 1999), (re)conhecida doravante como Teoria da Metáfora Conceptual (TMC). É o que veremos a seguir.

## 2.5 A Metáfora Conceptual

Apesar da contribuição das concepções que ressaltam a importância da metáfora para a comunicação e compreensão humanas, o grande divisor de águas entre o conceito tradicional e a nova visão da metáfora foi a obra publicada por George Lakoff e Mark Johnson em 1980, denominada *Metaphors we live by* (Metáforas da Vida Cotidiana). Nesse estudo, os autores discutem a natureza e a estrutura da metáfora sob uma nova perspectiva: ela é conceptual e tem grande influência em boa parte do pensamento e da ação do homem. Os autores desenvolvem a tese de que a metáfora é um fator preponderante no funcionamento da mente humana, uma vez que, sem ela, até mesmo pensar seria impossível. Os pesquisadores contestam os pressupostos até então estabelecidos de que: a) toda linguagem convencional é literal; b) tudo pode ser descrito e entendido sem o uso de metáforas; c) apenas a linguagem literal pode ser falsa ou verdadeira.

Dentre os vários atributos conferidos à metáfora, há o fato de que esta “carrega consigo argumentos emocionais que levam a alguma ação ou dá suporte emocional àqueles que a usam” (MIO *et al.*, 1996). Então, a metáfora é vista como um elo entre os argumentos lógicos e emocionais. Como tal, ela nos dá aquele sentimento de que estamos nos comportando racionalmente, embora isso possa não ser o caso.

Segundo Cacciari (1998, p. 147), a metáfora “dá a palavra”, por assim dizer, às partes relevantes de nossa experiência subjetiva do mundo, que de outra forma seriam difíceis de

expressar. Além disso, a metáfora nos permite estender dinamicamente nossa atividade categórica, sendo, portanto, um mecanismo-chave para modificar nossas maneiras de representar o mundo no pensamento e na linguagem. Ela é necessária epistemológica e comunicativamente.

Reforçando o redimensionamento da importância cognitiva, discursiva e epistemológica da metáfora, Cameron (2003) enfatiza o seu papel, no contexto educacional. Para a estudiosa, “metáforas não são somente recursos linguísticos que ajudam a explicar conceitos, mas realmente estruturam os próprios conceitos” (2003, p. 6). A autora destaca o fato de que a metáfora é imediatamente verdadeira e falsa, ao mesmo tempo disjuntivo e conectivo, comum, porém surpreendente.

Cameron ressalta que, na última década, o estudo da metáfora “explodiu”, mas pouco desse impacto se deu no campo da linguística aplicada, apesar do importante papel desse tropo na teoria e prática do ensino e aprendizagem de língua. Dessa forma, a análise da metáfora na educação, segundo a pesquisadora, pode lançar luz sobre as diversas maneiras pelas quais participantes, sejam eles aprendizes, professores, administradores ou pais, podem conceptualizar o que fazem ou melhorar seus desempenhos.

Mas essa visão cognitivista da metáfora - também chamada de construtivista por Ortony (1993), já tinha sido explorada pelo filósofo italiano Vico, muito antes de Lakoff e Johnson, entre os séculos XVII e XVIII. O pensador fazia da metáfora o principal instrumento de uma forma de apreensão do mundo, visão esta inédita naquela época. Vico não toma a metáfora no âmbito individual, como obra do gênio poético de algum indivíduo. Ao contrário, ele dá ênfase ao aspecto coletivo do pensamento metafórico ao tomar como base para suas afirmações mitos, fábulas e a poesia épica de Homero (CERDERA, 2002).

Para o desenvolvimento da Metáfora Conceptual, Lakoff e Johnson (2002) tomaram por base um artigo escrito por Reddy, intitulado *The conduit metaphor*, no qual o autor introduz o conceito de “metáfora do canal”, que seria um tipo de metáfora conceptual. Para Reddy (1979) uma sociedade com melhores comunicadores poderia ter menos conflitos. Nesse entendimento, o autor passou a investigar como se apresentava o problema de comunicação entre os falantes da língua inglesa partindo de dois argumentos: “Que tipo de histórias as pessoas contam sobre seus atos de comunicação? Quando esses atos perdem o rumo, como é que as pessoas descrevem ‘o que está errado e o que precisa de conserto?’”. Então Reddy passou a analisar os enunciados dos falantes de língua inglesa no uso da própria fala sobre a comunicação, e. pode perceber que é possível sim, organizar os enunciados em quatro categorias principais da Metáfora do Canal, uma vez que tais enunciados destacam

algumas premissas:

(1) a linguagem funciona como um canal, transferindo pensamentos corporeamente de uma pessoa para outra; (2) na fala e na escrita, as pessoas inserem seus pensamentos e sentimentos nas palavras; (3) as palavras realizam a transferência ao conter pensamentos e sentimentos e conduzi-los às outras pessoas; (4) ao ouvir e ler, as pessoas extraem das palavras os pensamentos e os sentimentos novamente. (REDDY, 1979 apud LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 20).

Tal argumentação concreta de se pensar a comunicação pode ser de certa forma capciosa ou nociva na visão de Reddy, ou seja, a metáfora do canal revela que a comunicação é compreendida com êxito, conduzindo o ouvinte ou leitor que deve apenas pegar o significado que está nas palavras e colocá-lo na sua cabeça. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 16). Neste sentido, de acordo com a metáfora do canal, Lakoff e Johnson (1980) afirmam que as expressões linguísticas (palavras, sentenças, parágrafos, livros, etc.) são comparadas a vasos ou canais nos quais pensamentos, ideias, sonhos são despejados e dos quais eles podem ser tirados exatamente como foram enviados, realizando uma transferência de posse. Ou seja, a metáfora do canal considera que as ideias são objetos, que as expressões linguísticas são recipientes e que comunicar é enviar. Assim, a metáfora do canal propaga uma ideia enganosa de que é possível uma comunicação com sucesso garantido.

As expressões abaixo são exemplos de expressões linguísticas que foram motivadas pela “metáfora do canal” e que, portanto, a evidenciariam na linguagem:

“Não consigo por minhas ideias em palavras. Quem te deu essas ideias?”  
 “Até que enfim você está conseguindo passar suas ideias para mim”.  
 “Esse livro não traz muita coisa”.  
 “Suas palavras não estão carregadas de convicção” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 15).

Zanotto, citando Green (1989, p. 10), nos apresenta uma explicação interessante para a metáfora do canal, tão presente na linguagem ordinária:

Admite-se comumente que a linguagem constitui um veículo para o pensamento, que as palavras expressam pensamentos e fazem isso univocamente. Então você tem um pensamento, põe esse pensamento em palavras, que levarão o pensamento, e qualquer pessoa racional e sensata que conheça a linguagem será capaz sem esforço de ver seu pensamento, de pegar sua ideia. (ZANOTTO, 1998, p. 16)

Para ilustrar o fato de que “a metáfora é possível na linguagem porque está presente na mente”, Lakoff e Johnson (2002, p. 46) utilizam o conceito de “tempo”, que é conceptualmente estruturado como “dinheiro”. Essa metáfora conceptual (TEMPO É

DINHEIRO) é marcada, linguisticamente, por várias expressões, entre elas:

“Você está *desperdiçando* meu tempo. Você está me fazendo *perder* tempo”.

“Esta coisa (engenhosa) vai te *poupar* horas”.

“Eu não *tenho* tempo para te dar./ Eu não tenho tempo para você”.

“Como você *gasta* seu tempo hoje em dia? Como você usa o seu tempo hoje em dia?”

A partir dessa visão, a metáfora, mais do que nunca, começa a ser vista como um elemento importante no processo de entendimento da própria compreensão humana, e não mais como um simples ornamento do discurso.

Enquanto fenômeno cognitivo, as metáforas são mapeamentos entre domínios conceptuais: do domínio fonte para o domínio alvo. A estrutura DOMÍNIO ALVO É DOMÍNIO FONTE é usada como forma mnemônica de nomear esses mapeamentos metafóricos. Não devemos, assim, confundir o nome do mapeamento com o próprio. Mapeamento é o conjunto de correspondências conceptuais. Por exemplo, a forma mnemônica TEMPO É DINHEIRO se refere ao conjunto de correspondências conceptuais entre TEMPO e DINHEIRO.

A metáfora, assim, envolve tanto os mapeamentos conceptuais quanto as expressões linguísticas. Entretanto, na perspectiva da teoria da metáfora conceptual, a língua é secundária, no sentido de que “é o mapeamento que sanciona o uso da linguagem e dos padrões de inferência do domínio fonte para o domínio alvo” (LAKOFF, 1993, p. 209). Isso ocorre, segundo Vereza (2007), porque o foco de interesse é o mapeamento, o termo metáfora refere-se, normalmente, ao mapeamento e não às expressões linguísticas metafóricas. A língua, principalmente o léxico, seria, fundamentalmente, vista como um reflexo do sistema conceptual humano. Dessa forma, é através de um estudo detalhado da maioria das expressões lexicais relacionadas a determinados conceitos que os linguistas cognitivos têm identificado grande parte desse sistema. Kövecses, por exemplo, traça um paralelo entre a visão cognitivista e a visão tradicional, situando o ato de falar e entender metáforas:

Na visão cognitivista, falar e entender metáforas só é possível porque existem metáforas no sistema conceptual humano. Na visão tradicional, (conhecemos o mundo por meio dos objetos que o constituem; entendemos esses objetos por causa dos conceitos inerentes a eles e por meio das relações existentes entre eles; as palavras têm significados fixos; o conhecimento “objetivo” é o conhecimento real, verdadeiro), “digerir” em “digerir uma idéia”, por exemplo, não é vista como uma palavra metafórica e, sim, literal, homônima de uma outra palavra, digerir. A visão tradicional não nega a sua origem metafórica, mas entende que, uma vez convencionalizada, a palavra “digerir” morreu como uma metáfora e congelou seu significado metafórico antigo como um novo significado literal (KÖVECSES,



2005, p. 211).

Por outro lado, segundo esse autor, para a linguística cognitiva, a chamada linguagem literal está repleta de metáforas, e de forma sistemática; assim, *digerir uma ideia* não é uma metáfora isolada, mas parte de um grupo de outras expressões em que ideias são faladas em termos de comida. Exemplos:

“O que ele me disse me deixou com um *gosto* ruim na boca”.

“O que temos nesse papel não passa de fatos *crus*, ideias meio *cozidas* e teorias *subaquecidas*”.

“Não dá para *engolir* nenhuma dessas ideias”.

“Ele *devorou* o livro”.

Para Lakoff e Johnson (1980/2002), as semelhanças entre os termos *fonte* e *alvo* não podem estar baseadas em conceitos inerentes, mas surgem como resultado de metáforas conceptuais. Dessa forma, essas semelhanças devem ser consideradas interacionais. Isto é, são definidas em termos de propriedades baseadas na percepção humana – como concepções de forma, dimensão, espaço, função, movimento, e não em termos inerentes das coisas em si. Estaríamos, assim, ampliando nossas habilidades de entender certos aspectos importantes da nossa interação com o mundo e nossa realidade.

Tomemos por exemplo, a metáfora conceptual TRABALHO É UM RECURSO, a partir da qual aspectos do trabalho escravo ou da mão-de-obra barata o tornam lucrativo e por consequência, “bom”, uma vez que o custo deve ser sempre baixo se aceitamos a metáfora como verdade. A função da metáfora é, assim, a de estender as capacidades de comunicação e, principalmente, conceptualização do ser humano. A metáfora é uma “janela” para os sistemas de conhecimento que são relevantes e centrais em uma determinada cultura.

## **2.6 A metáfora numa dimensão epistemológica**

### **2.6.1 Os mitos do objetivismo e subjetivismo**

A visão tradicional da metáfora é sustentada pelo que Lakoff e Johnson (2002) chamam de mito do *subjetivismo* e do *objetivismo*. Por trás desses mitos haveria a motivação humana para o entendimento do mundo externo e, também, de seus aspectos internos.

Entendamos aqui que o termo “mito” não está sendo usado como algo pejorativo; afinal, como Lakoff e Johnson (2002, p. 185) argumentam, “os mitos oferecem-nos maneiras de compreendermos a experiência; eles organizam nossas vidas”.

Para os autores, a aceitação tácita do dogma da verdade absoluta (objetivismo) ou a rendição ao primado do individual e particular (subjetivismo) são visões igualmente equivocadas, constituindo o que os estudiosos chamam de mito do objetivismo e do subjetivismo. Na cultura ocidental, tem-se a impressão de que a única premissa válida é a existência de somente duas alternativas possíveis: acreditar na verdade absoluta ou fazer o mundo a sua própria imagem, sem que haja uma terceira escolha disponível.

Lakoff e Johnson estabelecem um parâmetro entre mitos e metáforas dizendo que eles estão presentes em todas as culturas e que as pessoas precisam de ambos para que consigam ordenar suas vidas e dar sentido ao que se encontra à volta delas. Assim como tomamos as metáforas como verdades, também fazemos em relação aos mitos. O mito do objetivismo não apenas não se reconhece como sendo um mito, como também tem como seu principal pressuposto a ideia de que os próprios mitos e as metáforas não são relevantes no que tange a busca da verdade. Ao contrário, ambos são vistos como objetos dignos de descaso: “de acordo com a visão objetivista, os mitos e as metáforas não podem ser levados a sério porque não são objetivamente verdadeiros” (p. 186).

Por outro lado, segundo Lakoff e Johnson (2002), a subjetividade, como a entendemos hoje, tem suas origens na progressiva hegemonia alcançada pela ciência, através da tecnologia, com o advento da Revolução Industrial. Os autores afirmam que o processo da Revolução Industrial fez vir à tona uma realidade desumana, que provocou, em contrapartida, uma reação entre poetas, artistas e filósofos que culminou com o desenvolvimento da tradição do Romantismo.

De acordo com os autores, a ciência, a razão e a tecnologia haviam alienado o homem dele mesmo, como os representantes do Romantismo alegavam; logo, eles viam a poesia, a arte e o retorno à natureza como uma maneira que o homem possuía para recuperar sua humanidade perdida.

Lakoff e Johnson observam que, ao adotar o subjetivismo, o Romantismo reforçou a dicotomia entre verdade e razão de um lado e arte e imaginação de outro. Sem dúvida, os românticos criaram um domínio para si mesmos, em que o subjetivismo continua a dominar.

É interessante observarmos que, para os não românticos, a racionalidade é, na maioria das vezes, associada à objetividade; já para aqueles que defendem o objetivismo, ser irracional, é, sem dúvida, ser subjetivo. A subjetividade, para esses, é vista como algo através do que se pode perder o contato com a realidade objetiva.

Em contrapartida, o subjetivismo, a metade complementar do objetivismo, tem como seu foco principal a capacidade do indivíduo de usar os sentidos e intuições em sua vida

diária. Quando questões de real importância aparecem, acredita-se que as intuições são o melhor guia para nossas ações. Segundo Cerdera (2002), nessa linha de pensamento, a arte e a poesia, ao transcenderem a racionalidade e a objetividade, tornam-se meios de grande valia ao possibilitarem o acesso à realidade dos sentimentos e intuições. Assim sendo, a linguagem “da imaginação”, à qual a metáfora também pertence, é relevante por exercitar aspectos únicos e muito significativos em nossa experiência.

Lakoff e Johnson (2002), afirmam que o que os mitos do objetivismo e do subjetivismo perdem é a maneira como entendemos o mundo através da nossa interação com ele, pois se, por um lado, o objetivismo pressupõe que existe um mundo totalmente independente do homem, por outro, o subjetivismo acredita que o homem é independente do mundo; se para o objetivismo há uma verdade absoluta e incondicional, para o subjetivismo a verdade só é obtida através da imaginação, sem interferência do mundo externo.

Se fizermos uma relação entre esses dois mitos e a metáfora, verificaremos que, para o objetivismo, esse tropo deve ser evitado porque seus significados não são precisos e, portanto, não correspondem à realidade. A realidade só é escrita através de sentidos estáveis. Por outro lado, a metáfora, segundo o subjetivismo, é a linguagem da imaginação, e, por conseguinte, necessária para expressar os aspectos únicos e significativos de nossa experiência.

Lakoff e Johnson argumentam que, na realidade, precisamos de uma alternativa que possa, de fato, promover uma conciliação entre essas duas correntes – uma visão que, por um lado, adotasse uma perspectiva de subjetividade que não implicasse a noção de sujeito subjacente ao mito do subjetivismo, isto é, um sujeito “intuitivo”, autônomo, que chega, através de emoções, a realidades espirituais e emocionais autônomas também. Uma alternativa que, por outro lado, promovesse uma visão que, ao contrário de excluir o sujeito do real que o circunda, como no caso do objetivismo, propusesse uma relação dialética entre sujeito e realidade, um construindo o outro através da experiência do homem no mundo concreto em que vive.

### ***2.6.2 A síntese experiencialista***

O experiencialismo proposto por Lakoff e Johnson seria a união do objetivismo com o subjetivismo, sem a obsessão objetivista com a verdade absoluta ou a insistência subjetivista de que a imaginação é totalmente ilimitada. A visão experiencialista vê o homem como parte do meio em uma relação de transformação mútua por meio da interação constante de negociação, tendo como consequência o entendimento. Assim, o entendimento do ponto de

vista experiencialista oferece uma perspectiva mais abrangente nas áreas mais importantes de nossa experiência diária, explicada pelos autores do seguinte modo:

*a) Comunicação interpessoal e entendimento mútuo:* o entendimento se faz por meio de negociação do significado, respeitando-se diferenças (culturais, pessoais, e de vida), assim como o exercício da paciência, da flexibilidade e o uso de metáforas.

*b) Auto-entendimento:* pressupõe entendimento mútuo. Através de nossas constantes interações com o meio físico, cultural e interpessoal, atingimos o estado de autoentendimento, com auxílio apropriado de metáforas pessoais, que fazem sentido em nossas vidas.

*c) Ritual:* um tipo “gestalt”: uma sequência coerente de ações estruturadas de acordo com as dimensões naturais de nossa experiência. Sendo assim, as metáforas culturais ou pessoais que utilizamos são preservadas e propagadas através de ações costumeiras, já que não se pode falar em cultura sem rituais.

*d) Experiência estética:* na visão experiencialista, a metáfora permite o entendimento de um tipo de experiência por meio de outro, criando coerência segundo “gestalts” impostos e estruturados de acordo com as dimensões naturais da experiência. Toda experiência nova cria novas realidades através da racionalidade imaginativa.

*f) Política:* as ideologias estão sempre delimitadas em termos metafóricos, pois escondem um aspecto da realidade em virtude de outros. (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 232)

Diante da dicotomia subjetivismo-objetivismo, Lakoff e Johnson rejeitam o ponto de vista objetivista de que há verdade absoluta e incondicional, mas não adotam a postura subjetivista de chegar à verdade por meio da livre imaginação, propondo a união entre os binômios razão e imaginação que se encontra na concepção de metáfora por eles defendidos. Na perspectiva experiencialista, os conceitos são definidos em termos de propriedades interacionais baseadas na percepção humana como concepções de forma, dimensão, espaço, função, movimento e não em termos de propriedades inerentes das coisas.

Para Lakoff e Turner (1989), as estruturas que caracterizam a nossa experiência emergem naturalmente das nossas interações com o mundo e do mundo conosco. O sistema conceitual do homem, portanto, surge da sua experiência com o próprio corpo e o ambiente físico e cultural em que vive. Tal sistema, compartilhado pelos membros de uma comunidade linguística, contém metáforas conceituais, sistemáticas, geralmente inconscientes e altamente convencionais na língua, várias palavras e expressões idiomáticas dependem dessas metáforas para serem compreendidas.

Podemos afirmar, então, que a alternativa experiencialista oferece um novo significado aos antigos mitos. Os mitos do subjetivismo e do objetivismo inegavelmente têm uma função importante na sociedade ocidental e compartilham algumas noções fundamentais com o experiencialismo.

## 2.7 Classificação e funções da metáfora conceptual

As metáforas conceptuais podem ser classificadas de acordo com as funções que elas desempenham. Assim elas podem ser: *estrutural*, *ontológica* e *orientacional*. Discutiremos também a metáfora primária como uma possível categorização da metáfora conceptual.

### 2.7.1 Metáfora estrutural

As metáforas estruturais estão estruturadas em correlações sistemáticas em nossas experiências. Essas metáforas nos permitem fazer muito mais do que simplesmente orientar conceitos, nos referirmos a eles, quantificá-los, etc.; elas nos possibilitam usar um conceito altamente estruturado e claramente delineado para estruturar outro (LAKOFF; JOHNSON, 2002). Segundo Kövecses (2005, p. 33), a função cognitiva dessas metáforas é “possibilitar ao falante de entender o alvo A através da estrutura da fonte B. Esse processo ocorre através do mapeamento conceptual entre os elementos de A e aqueles de B”.

Como exemplo de tais metáforas, citamos:

<p><b>DISCUSSÃO É GUERRA</b></p>
--------------------------------------

O conceito de discussão é, normalmente, estruturado como o de guerra. Assim, podemos vencer ou perder uma discussão, ou elaborar estratégias, atacando os pontos fracos do adversário, por exemplo. Para Lakoff e Johnson (2002, p. 48):

Os processos do pensamento são em grande parte metafóricos. Isso é o que queremos dizer quando afirmamos que o sistema conceptual humano é metaforicamente estruturado e definido. As metáforas como expressões linguísticas são possíveis precisamente por existirem metáforas no sistema conceptual de cada um de nós.

<p><b>TEMPO É DINHEIRO</b></p>
------------------------------------

Esse conceito metafórico contempla a forma pela qual transferimos nossa experiência com dinheiro para a forma como lidamos com o tempo, podendo, assim, gastá-lo, poupá-lo, desperdiçá-lo ou, simplesmente, perdê-lo, como no exemplo acima. Atribuimos tal pensamento ao advento da modernidade que impoemdo à sociedade um ritmo acelerado tornou

o tempo um bem valioso.

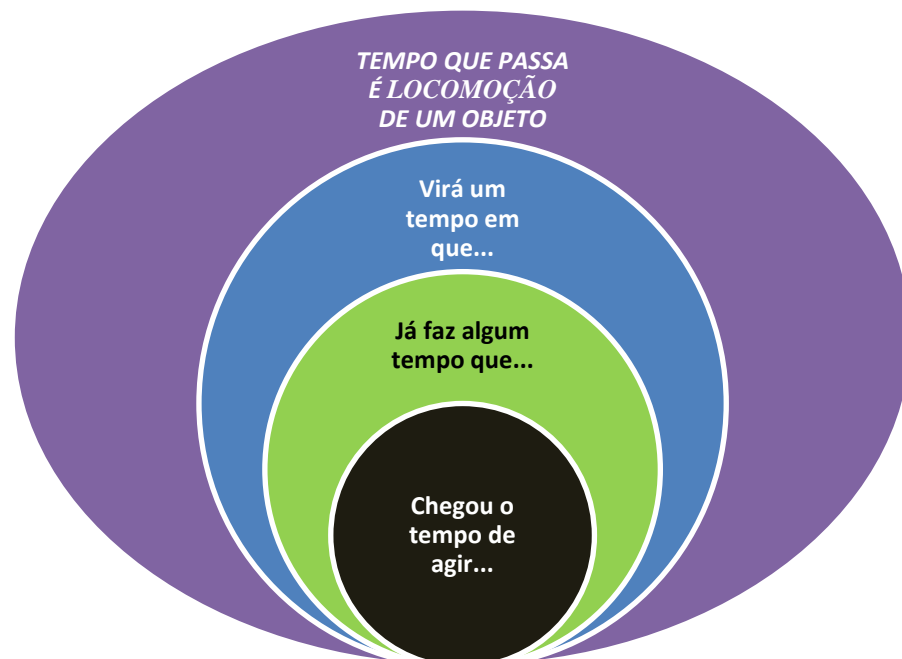
**TEMPO É  
LOCOMOÇÃO**

No último exemplo o conceito de tempo é estruturado de acordo com locomoção e espaço em termos de alguns elementos básicos: objetos físicos, seus locais e o movimento deles. O tempo presente está no mesmo local como um observador canônico. A partir daí temos os seguintes mapeamentos:

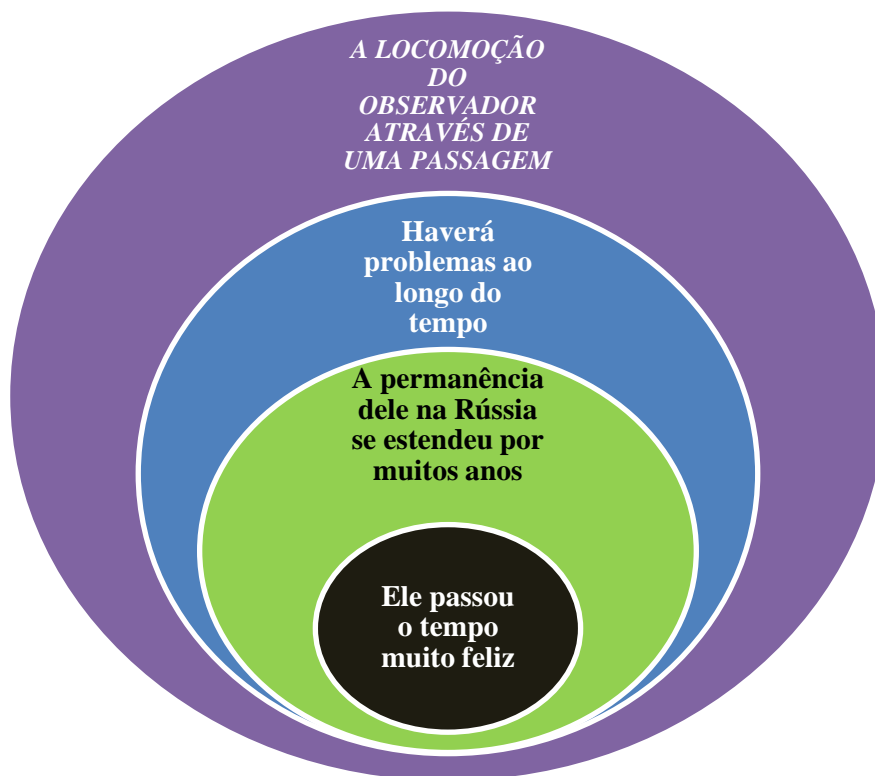
- *Tempos são coisas.*
- *O passar do tempo é locomoção.*
- *O tempo futuro está à frente do observador [o tempo passado está atrás do observador]*
- *Uma coisa está se movendo, a outra está estacionada [a coisa estacionada é o centro dêitico]*

Daí termos a seguinte estrutura de TEMPO É LOCOMOÇÃO em dois casos especiais:

**1º Caso:**



Kövecses (2005) diz que nesse tipo de exemplo em que TEMPO É LOCOMOÇÃO o *observador* está fixo, e o *tempo* é um objeto que se move em relação ao observador.

**2º Caso:**

Kövecses afirma que sem essa metáfora conceptual seria muito difícil imaginarmos o nosso conceitual de tempo.

**2.7.2 Metáfora ontológica**

Também chamada de metáfora de entidade e de substâncias (LAKOFF; JOHNSON, 2002), a metáfora ontológica faz com que compreendamos nossas experiências em termos de objetos e substâncias, permitindo, assim, selecionar partes de nossa experiência e tratá-las como entidades discretas ou substâncias de uma espécie uniforme. Podemos nos referir a essas experiências, categorizá-las, agrupá-las e quantificá-las e, segundo Lakoff e Johnson (2002) e Kövecses (2005), raciocinar sobre elas.

As metáforas ontológicas nos capacitam a ver uma estrutura mais delineada em conceitos onde existe muito pouca ou praticamente nenhuma estrutura. Lakoff e Johnson ressaltam que essas metáforas servem a vários propósitos e as diferenças que existem entre elas refletem os diferentes fins. Ao consideramos, por exemplo, a experiência de aumento de preços por meio da palavra inflação, podemos vê-la como uma entidade:

**INFLAÇÃO É UMA**

<b>ENTIDADE</b>
-----------------

<p>- <i>A inflação está abaixando o nosso padrão de vida.</i></p> <p>- <i>Se houver muito mais inflação, nós nunca sobreviveremos.</i></p> <p>- <i>Precisamos combater a inflação.</i></p>
--

As metáforas ontológicas são usadas, também, para compreendermos eventos, ações, atividades e estados. Eventos e ações são metaforicamente conceptualizados como objetos, atividades como substâncias, estados como recipientes.

Embora os autores dediquem um capítulo ao tipo de metáfora ontológica denominada “personificação”, Kövecses (2005) faz menção a essa metáfora em apenas algumas linhas da sua seção sobre metáforas ontológicas. Segundo o pesquisador, “na personificação, as qualidades humanas são atribuídas às entidades não humanas”. Por exemplo:

- Suas teorias me esclareceram sobre o comportamento das galinhas criadas em fábricas.

- A vida me passou para trás.

- A inflação está comendo nossos lucros.

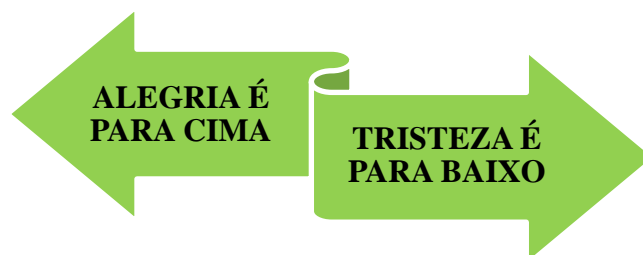
Kövecses (2005) comenta, ainda, que a personificação faz uso de um dos melhores domínios-fonte que nós temos: nós mesmos. Ao personificarmos os não humanos como humanos, passamos a entendê-los um pouco melhor.

### ***2.7.3 Metáfora orientacional***

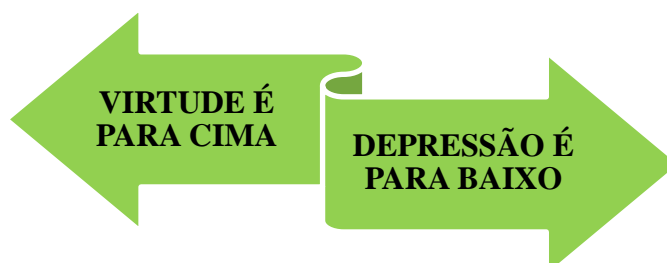
A metáfora orientacional, diferentemente da *estrutural*, não estrutura um conceito em termos de outro; ao contrário, organiza todo um sistema de conceitos em relação a um outro (LAKOFF; JOHNSON, 2002).

Os autores mostram que grande parte das metáforas está relacionada a nossa orientação espacial – noções como em cima - embaixo, dentro - fora, frente - atrás, centro - periferia –, que emerge do fato de “termos um corpo como o que temos e interagimos como interagimos com o nosso ambiente físico”. Por exemplo, a noção **em cima** emerge porque quase todo movimento que fazemos (ficar de pé, deitar para dormir) envolve um programa motor que muda, mantém ou pressupõe a orientação **em cima – embaixo**. Essa noção gera um número grande de metáforas, tais como:





- *Hoje estou me sentindo pra cima;*
- *Você está de alto astral;*
- *Estou na fossa;*
- *Ela está pra baixo hoje.*



- *Maria tem um alto padrão de comportamento;*
- *Marta tem uma mente superior;*
- *Este foi um truque baixo.*

De acordo com a teoria, experiências físicas diretas como essas não são, entretanto, inerentes ao tipo de corpo que temos, mas envolvem certos pressupostos culturais. No exemplo dado, a noção de verticalidade (EM CIMA-EMBAIXO) envolve o fato de vivermos em um campo gravitacional como o nosso. Alguém que vivesse em condições diferentes no espaço sideral, por exemplo, sem outro tipo de experiência, não teria a mesma noção espacial (LAKOFF; JOHNSON, 1980/2002, p. 57). Entretanto, apesar de toda experiência ter uma base cultural, ainda é possível fazer uma distinção entre experiências mais físicas (como levantar) e experiências mais culturais (como participar de uma cerimônia de casamento).

A experiência com objetos e substâncias físicas dá origem a metáforas ontológicas, que ajudam a entender outros conceitos envolvendo mais do que mera orientação, como eventos, emoções e ideias. Identificamos nossas experiências como entidades ou substâncias que, como tais, podem ser categorizadas, agrupadas e quantificadas. Por exemplo, experienciamos nosso corpo como um recipiente, que tem limites (a pele) e orientação

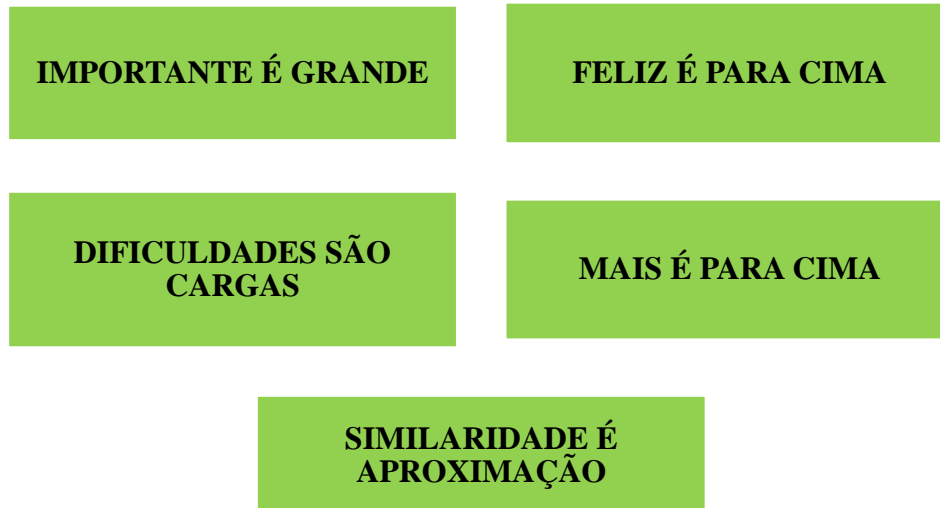
DENTRO-E-FORA (o resto do mundo está fora). A partir dessa experiência, a noção DENTRO-E-FORA é projetada para outros objetos físicos que têm limites, bem ou mal delineados, tais como uma sala (- Entrei em sala) ou uma clareira na floresta (ex: Ficaram a noite inteira numa clareira da floresta), e uma série de outras coisas, tais como campos visuais (- Ela saiu do meu campo de visão), eventos (ex: Eles estão fora da competição) e atividades (- Entrei neste campo há 2 anos), que passam então a ser vistos também como recipientes com partes internas, externas e limites.

#### **2.7.4 Metáforas primárias**

Muitos estudiosos sugerem que grande parte do pensamento metafórico deriva de uma experiência corpórea recorrente, isto é, o contato e as sensações corpóreas com o meio ambiente. Essas experiências aumentam a *gestalt* experiencial, chamada de ESQUEMA DE IMAGEM, que são estruturas que organizam as representações mentais num nível mais geral e abstrato do que aquele em que determinadas imagens mentais são formadas (JOHNSON, 1987, p. 23).

O conceito consiste de pequeno número de partes e relações, através das quais podem ser estruturadas infinitas percepções, imagens, eventos, etc. Em um estudo elaborado por Gibbs e Colston (1995); Lakoff (1990) e Turner (1996) solicitou-se que indivíduos imaginassem a sensação corpórea de um contêiner fechado repleto de um fluido. Posteriormente, foram feitas perguntas relacionadas à causalidade, intenção e forma com que esse procedimento foi processado mentalmente. Pôde-se constatar que indivíduos tendem a fazer as mesmas inferências tanto para metáforas quanto para paráfrases literais. Tais sensações podem ser explicadas através de intuições de cada indivíduo em relação à sua experiência corpórea.

Metáforas geradas a partir dessas bases experienciais diretas (de experiências sensório-motoras) e cognitivas básicas, com pouca ou quase nenhuma influência cultural, são chamadas de *metáforas primárias* (GRADY, 1997), como podemos observar no esquema a seguir:



Essas metáforas fazem parte do “inconsciente cognitivo” (LAKOFF, 2002, p. 56). As pessoas as adquirem automática e inconscientemente através do processo normal da aprendizagem e podem não ter consciência de que as possuem. Não temos controle desse processo. Por partirem de experiências universais, as metáforas primárias devem ser comuns a várias línguas. As correlações entre nossas experiências geram centenas de metáforas primárias que, por sua vez, podem se unificar e formar metáforas mais complexas.

A unificação de metáforas primárias tem base cultural e, portanto, ao contrário das primárias, pode formar diferentes metáforas compostas nas diversas línguas (LAKOFF; JOHNSON, 1999). Esse processo é ilustrado pelos autores através de uma breve análise da metáfora primária *A vida é uma jornada*. Segundo eles, há, em nossa cultura, uma preocupação de que as pessoas tenham um propósito na vida. Caso não o tenham, há algo errado. Se você não tem propósito na vida, você está “perdido”, “sem direção”, “não sabendo que caminho tomar”. Ter propósito na vida lhe dá “objetivos para alcançar” e a força a mapear um caminho para atingir esses objetivos, como se desviar de obstáculos, etc. O resultado é a metáfora complexa que nos atinge a todos, a metáfora conceptual *Uma vida com propósito é uma viagem*, construída de metáforas primárias da seguinte forma:

Começando da crença cultural: *As pessoas supostamente têm propósitos na vida e elas devem agir no sentido de alcançá-los*. As metáforas primárias são:



A versão metafórica dessa crença cultural é: as pessoas devem ter destinos para suas

vidas, e elas devem agir no sentido de alcançar esses destinos. E isso se junta a um simples fato: uma viagem longa para uma série de destinos é uma jornada.

Quando todos esses fatores se juntam, formam um mapeamento metafórico complexo:

*- Uma vida com propósito é uma  
jornada*

*- Uma pessoa que vive é um  
viajante*

#### OBJETIVOS DE VIDA SÃO DESTINOS

*- Um plano de vida é um itinerário*

Esse exemplo nos mostra que a metáfora complexa A VIDA É UMA VIAGEM é composta de quatro submetáforas. Dessa forma, levamos de um domínio para o outro nossos vastos conhecimentos sobre o domínio-fonte e todas as inferências que podemos fazer nesse domínio para o domínio-alvo.

Então a metáfora linguística só é possível porque existem metáforas no sistema conceptual humano. Como elas são geradas a partir de experiências corpóreas em relação ao ambiente físico e cultural, compreendê-las equivale a entender o próprio modo de pensar e agir inerente ao homem (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 5).

Assim, a função da metáfora é a de estender as capacidades de comunicação e conceptualização do ser humano. A metáfora é uma janela para os sistemas do conhecimento que são relevantes e centrais em uma determinada cultura. Ela está presente na linguagem do dia a dia, seja poética ou não, dentro de várias instâncias discursivas. A metáfora, tanto a linguística como a conceptual, é parte importante da construção de sentidos, estruturando os nossos sistemas conceptuais e determinando, assim, nossa maneira de ver o mundo, de falar sobre ele e de agir sobre ele. É a partir dessa visão abrangente de metáfora que iremos conduzir a presente pesquisa.

Ao usarmos o domínio geral de “guerra” para compreendermos e organizarmos conceptualmente outros domínios para falarmos e agirmos sobre eles, estamos seguindo os princípios da metáfora conceptual. Nenhuma outra visão de construção de sentidos parece oferecer um poder explicativo tão poderoso e com possibilidades empíricas tão promissoras para que possamos investigar o fenômeno focado em nosso estudo.

Já que, como veremos mais detalhadamente adiante, a metáfora proposta nesta pesquisa é de natureza complexa e não primária e, portanto, não necessariamente universal, procuraremos compreender, na próxima seção, como se dá a complexa relação metáfora e cultura.

### 2.7.5 Metáforas e cenários

Os tipos de metáfora conceptual discutidos acima são frequentemente usados, por meio de suas marcas linguísticas, como categorias analíticas na identificação e na análise de metáforas. Isto é, a metáfora conceptual distingue o aspecto conceptual (semântico) de uma metáfora de seu aspecto linguístico – a ocorrência dela em textos empiricamente observável.

Assim, pode-se dizer que em uma sentença documentada "A criança euro nasceu saudável", existe uma metáfora linguística: O euro é uma criança (saudável) e subjacente a essa manifestação linguística existe uma metáfora conceptual que pode ser parafraseada como *Uma moeda é um ser vivo*.

A teoria cognitiva também concorda em agrupar os conceitos em "domínios", por exemplo: *seres vivos* e *moeda corrente* (= domínio fonte). Além do conceito central de metáfora conceptual, faremos uso nesta pesquisa do conceito/categoria de *cenário*, tendo em vista que, como veremos adiante, essa noção surgiu como um elemento importante na análise do discurso do/sobre o MST e seus colaboradores para justificar os eventuais conflitos agrários do Brasil.

A categoria de cenário é apresentada como uma unidade analítica intermediária entre o nível do domínio conceptual como um todo e seus elementos individuais (*ibid*). Cenário, ainda, segundo o autor, é um conjunto de deduções construídas/idealizadas por membros competentes de uma comunidade discursiva sobre aspectos prototípicos (participantes, papéis, enredos "dramáticos") e avaliações sociais/éticas relacionadas aos elementos característicos de domínios conceptuais. Essa categoria, assim, é usada para capturar o nível do subdomínio das estruturas conceptuais.

É interessante ressaltar que a categoria de cenário não é contrária, de forma alguma, a categoria ou teoria da metáfora conceptual. Sua característica marcante é que ela está relacionada a um texto empiricamente observável e testável retirado de um corpus tanto especial quanto geral. Assim, "cenários metafóricos" são categorias conceptuais tal como

esquemas<sup>7</sup>, domínios, etc., mas podem ser observáveis em vez de depender somente da abstração teórica (MUSOLFF, 2004).

A categoria “cenário” mostra-se, assim, apropriada aos objetivos de nossa pesquisa por contemplar o fato de que há padrões conceptuais e configurações, como deduções sobre determinados participantes (presença de personagens), papéis e ações a serem tomadas, complementando, assim, o sistema metafórico responsável pelos aspectos cognitivos e discursivos presentes na retórica do MST e de seus militantes.

## **2.8 Metáfora e cultura: uma abordagem sociocognitivista**

Pretendemos nesta seção explorar resumidamente, a interface entre metáfora e cultura, segundo o enfoque sócio cognitivista. Ao compartilharmos a premissa da antropologia linguística de que a linguagem deve ser entendida como prática cultural, não podemos deixar de discutir a noção de cultura, considerando que esta é bastante complexa (DURANTI, 1997).

Entendemos que as metáforas conceptuais não são apenas ornamentos linguísticos, mas também figuras de pensamento e, portanto, estão relacionadas diretamente à cognição (LAKOFF; JOHNSON, 2002). E, se o ser humano se conhece e se faz como tal através da interface com o outro (via linguagem) - daí a relação com o social (TOMASELLO, 1999) -, podemos, então, abordar metáfora e cultura do ponto de vista da sóciocognição, conforme veremos nas subseções seguintes.

### **2.8.1 Conceituação de Cultura**

Mesmo considerando o fato de que, como afirma Deignan (2003, p. 256), “é notoriamente difícil desenvolver uma definição operacional da noção de cultura”, é preciso partir de uma conceituação dessa noção para que possamos articulá-la à questão da metáfora.

A visão popular de cultura remete à noção de “conhecimento adquirido”, principalmente através do letramento, das ciências e da literatura. Assim, sob este ponto de vista, certas pessoas teriam mais ou menos cultura do que outras.

Essa visão, no entanto, foi desafiada, formalmente, já em 1871, quando Edward Tylor

---

<sup>7</sup> Neste trabalho utilizamos a noção de esquema a partir das abordagens de Beaugrande (1980), segundo o qual, o esquema é como uma rede semântica, cujos nódulos aparecem em uma seqüência de eventos e estados. Os esquemas são estruturas abstratas que o próprio sujeito constrói com o intuito de representar a sua teoria do mundo. Quando o indivíduo interage com o meio, ele percebe que determinadas experiências apresentam características comuns com outras.

(1832 – 1917), em *Primitive Culture*, propõe a primeira definição de cultura sob o ponto de vista antropológico (evolucionista), ou seja: “a cultura, tomada em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Laraia (1986, p. 25), ao citar Tylor, afirma que a cultura seria “um complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Para Duranti (1997), se cultura é apreendida, muito do que se entende por cultura pode ser pensado em termos de conhecimento de mundo. Segundo o autor, reconhecer objetos, lugares e pessoas não é o objetivo único daqueles que pertencem a uma determinada cultura; esses membros deveriam também compartilhar determinados padrões de pensamento e maneiras de se entender o mundo, fazendo inferências e predições por meio desses padrões.

Ao resumir as relações entre linguagem, cultura e cognição<sup>8</sup>, Langacker (1994), as considera “facetadas imbricadas” da cognição. O autor argumenta que sem a linguagem um certo nível de conhecimento/desenvolvimento cultural não poderia ocorrer e, inversamente, um alto nível de desenvolvimento linguístico só se obtém através da interação sócio-cultural. Por outro lado, segundo ele, certos aspectos da linguagem são não-culturais, porque capacidades psicológicas provavelmente inatas (como a capacidade para articular sons); e, inversamente, certos aspectos da cultura são basicamente não-linguísticos, na medida em que são apreendidos por meios não-linguísticos e são culturalmente específicos. Mas aspectos linguísticos não-culturais não deixam de ser culturalmente manifestados e convencionalizados e, inversamente, o conhecimento cultural originariamente não-linguístico não deixa de poder ser considerado como fazendo parte da convenção linguística ou do significado convencional, mesmo que não chegue a ser verbalizado. Para Langacker se compaginam e se interligam na cognição e na linguagem fatores universais, diretamente ligados ao fato de os indivíduos terem a mesma estrutura biológica e interagirem num mundo basicamente igual para todos, e fatores culturalmente específicos.

Entretanto, para esse estudo, adotamos a visão de cultura apontada por Tylor, tendo em vista que entendemos que a sua perspectiva é abrangente e coerente com o que entendemos que seja a dimensão cultural de metáfora.

---

<sup>8</sup> Outra importante leitura interpretativa das relações entre linguagem, cultura e cognição podemos verificar na entrevista de G. Lakoff conduzida por Oliveira (2001: 27-36) e em “The cognitive culture system” de Talmy (2000, vol. 2: 373-415).

### 2.8.2 *Cultura e biologia*

A noção de cultura é o cerne de uma antropologia que separava o determinismo biológico “racial” das manifestações de comportamento aprendidas pelos indivíduos de uma sociedade após o nascimento. Estes aspectos eram considerados então como de ordem “ambiental” no debate das relações entre Raça e Cultura.

Trata-se de um debate que leva em conta a possibilidade de um determinismo biológico para se entender cultura. Entretanto, os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais. Segundo Felix Keesing (1971, p.184), “não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais”.

A maneira como as pessoas se comportam diante da aprendizagem remete ao processo que a antropologia chama “endoculturação”. Ou seja, a mente humana não passa de uma caixa vazia quando nascemos, dotada simplesmente da capacidade ilimitada de adquirir conhecimento. Por exemplo, um homem e uma mulher agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas por serem educados de forma diferente.

Ao considerarmos a definição de Tylor acima, entendemos que ele marcava fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de cultura como aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos.

Kroeber (1986), por sua vez, não refuta a ideia de que o homem depende muito de seu equipamento biológico e que, para manter-se vivo, independentemente do sistema cultural a que pertença, “ele precisa de algumas funções vitais, como a alimentação, o sono, a respiração, a atividade sexual, etc.” (p. 38). Entretanto, a maneira de satisfazer essas funções variaria entre as culturas. Para ele, essa variedade na operacionalização de um número bastante pequeno de funções faz com que o homem seja visto como um ser fundamentalmente cultural. Os seus comportamentos não são biologicamente determinados. A genética, assim, não seria responsável pelas ações e pensamentos do homem, pois seus atos dependem totalmente de um processo de aprendizado.

Na verdade, o homem desenvolveria a cultura simultaneamente ao seu equipamento fisiológico. A cultura, de fato, molda uma vida num ser biologicamente preparado para viver inúmeras vidas.

Essa discussão nos leva a entender que cultura não está desassociada da biologia. Elas, de fato, se complementam. Veremos mais adiante que o debate em torno da universalidade – ou não – da metáfora, ou de certas metáforas, como a metáfora primária, perpassa, também, a



questão da biologia (dimensão corpórea da metáfora) e da cultura (dimensão cultural e social da metáfora).

### 2.8.3 *Cultura e linguagem*

Para Kroeber (1986), não podemos realmente entender outra cultura a não ser que se tenha acesso à sua língua. A relação, assim, entre cultura e língua (gem) é fundamental para os antropólogos linguistas como Duranti, que chega a afirmar que “conhecer uma cultura é como conhecer uma língua e descrever uma cultura é como descrever uma língua (1986, p. 28)”. Vale notar que, como vimos acima, língua é entendida na sua relação com as práticas discursivas que formam a cultura e que essas práticas, por sua vez, se dão através da interação entre indivíduos e grupos. A interação, mediada pela linguagem, seria, segundo Tomasello (1999), o centro da cognição humana. O homem é um domínio que se descobriu na contraface do outro via linguagem. Ele é capaz de se ver através do outro, de partilhar intenções e desenvolver ações conjuntas.

Vendo a linguagem como um dos modos da cognição humana, Tomasello nos afirma que as construções abstratas formam a base da criatividade linguística da criança. Cada criança deve elaborar essas construções individualmente, da mesma forma que faz a distinção entre as falas que ouve de usuários mais experientes na língua. Isso torna as construções linguísticas abstratas especialmente interessantes do ponto de vista da cognição, uma vez que elas estão fundamentadas tanto na aprendizagem das estruturas linguísticas culturalmente convencionais como nas habilidades cognitivas individuais de categorização e formação de esquemas que advem, em última análise, da sua herança biológica como primatas individuais. Soma-se a isso o fato de que, segundo o antropólogo, “as construções linguísticas abstratas levam a algumas operações cognitivas singulares sem similar no reino animal” (TOMASELLO, 1999, p. 157).

Tomasello ressalta a interação entre as construções linguísticas abstratas e palavras individuais concretas, que, segundo ele, cria novas e poderosas possibilidades para construções de elementos derivacionais, analógicos e metafóricos, tais como:

- propriedades e atividades como se fossem objetos: *azul é minha cor favorita, esquiar é divertido, descobrir o tesouro foi sorte;*

- objetos e atividades como se fossem propriedades: *sua vizinha me balançou, sua cabeça raspada distraiu-a, sua maneira nixoniana me ofendeu;*

- objetos e propriedades como se fossem propriedades: *Ela presidiu a reunião, Ele molhou as calças, O pequeno jornalista “abrigou” o jornal;*

- eventos e objetos como se um fosse o outro: *O amor é uma rosa, A vida é uma viagem, Um átomo é um sistema solar.*

Os seres humanos, segundo o autor, criam esses tipos de analogias quando os recursos no seu inventário linguístico são insuficientes para atender a demandas, principalmente as demandas expressivas, de uma determinada situação comunicativa. É difícil imaginar que seres humanos poderiam conceptualizar ações como objetos ou objetos como ações – ou mesmo se engajarem em qualquer atividade além das formas mais rudimentares do pensamento metafórico – se não fosse pelas demandas funcionais que recaem sobre eles, na medida em que adaptam meios convencionais de comunicação linguística a determinadas exigências comunicativas. Para Tomasello o pensamento metafórico surge, em última análise, da interação cultural.

Assim, dentro do paradigma sócio-cognitivista, cultura, interação e a metáfora emergem da própria comunicação humana. A visão sócio-cognitivista de cultura preconizada por Tomasello, por fazer referência ao papel da linguagem e, principalmente, à linguagem figurada na cultura tem grande relevância para o presente estudo.

#### **2.8.4 Relação metáfora e cultura**

Quando Gibbs (1999) se refere à base cultural da metáfora, ele destaca que tanto antropólogos como linguistas acreditam que a presença de metáforas em expressões linguísticas reflete não somente a operação de estruturas mentais individuais, mas também o trabalho de diferentes modelos culturais. Esses modelos culturais podem ser definidos como “esquemas culturais subjetivamente compartilhados que funcionam no intuito de interpretar experiências e guiar ações em vários domínios, incluindo eventos, instituições, e objetos mentais e físicos” (p. 153). Ou seja, modelos culturais podem ser entendidos como uma representação de visão de mundo de uma sociedade/cultura no que tange à suas crenças, atos, maneira de falar sobre o mundo e suas próprias experiências.

Na compreensão de Boers (2003) a linguagem figurada de uma comunidade pode ser entendida como “uma reflexão dos padrões convencionais do pensamento daquela comunidade ou como uma visão de mundo” (p. 256). Então a metáfora reflete e reproduz as visões de mundo de uma comunidade.

A relação entre metáfora e cultura é também ressaltada por Lakoff e Johnson (2002). Como vimos anteriormente, a metáfora, longe de ser um fenômeno exclusivo da linguagem, embora a linguagem cotidiana esteja repleta de metáforas, estrutura o sistema conceptual humano, que está edificado sobre as bases da cultura. Para os autores, a metáfora é entendida como uma caracterização da nossa experiência, na medida em que ela se adequa a outros conceitos metafóricos mais gerais, formando, portanto, um todo coerente. Os autores reconhecem também a importância da cultura no processo de formação do referido tropo, embora, em sua obra, não elaborem detalhadamente esse aspecto.

Em que medida os modelos cognitivos seriam determinados sócio-culturalmente ou vice-versa ainda é fonte de grandes debates na linguística cognitiva. Quinn (1991), por exemplo, argumenta contrariamente ao que Lakoff e Kövecses sugerem, ao afirmar que as metáforas simplesmente refletem os modelos culturais preexistentes. A autora argumenta usando o conceito abstrato de casamento. A sociedade americana vê o casamento como expectativas: troca, benefício para os cônjuges e durabilidade. Essas expectativas seriam propriedades do amor.

O conceito abstrato de amor, segundo Quinn (1991), surge literalmente de experiências básicas como a fase do bebê com suas primeiras experiências de vida e com o seu responsável, experiências essas que sustentam a concepção de amor adulto e de casamento. Nenhuma metáfora, segundo a autora, é necessária para que conceitos abstratos emerjam, uma vez que a estrutura motivacional do amor forneceria a sua estrutura de expectativa; isto é, desejamos estar com a pessoa que amamos, preenchendo nossas carências mútuas, e que esse amor seja longo.

Para Kövecses (2005), trata-se de uma análise incompleta já que essas experiências básicas, naquela etapa de vida, carecem do conteúdo detalhado e estrutural que caracteriza o conceito de amor em adultos.

Lakoff, Johnson e seus colegas, salientam que ao usarmos expressões como “atacar uma posição”, “nova linha de ataque”, “vencer”, “ganhar terreno”, etc., estamos sistematizando a linguagem usada para falar do conceito de guerra e que, no mundo ocidental, tais expressões fazem parte do ato de discutir (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 7; KÖVECSES, 2002, p. 74).

Na compreensão de Lakoff e Johnson, se imaginássemos uma cultura em que a discussão fosse compreendida em termos de dança, por exemplo, os participantes seriam vistos como dançarinos, cujo objetivo seria realizar a ação de forma harmônica, equilibrada e estética. Nessa cultura, as pessoas entenderiam as discussões de forma diferente, e também as

realizariam e falariam sobre elas diferentemente. Nós ocidentais, no entanto, não pensaríamos, de modo algum, que essas pessoas estivessem discutindo: elas estariam fazendo alguma outra coisa. Consideraríamos estranho chamar esse ato de discussão. Talvez fosse melhor dizer que, em nossa cultura, a discussão estaria estruturada em termos de batalha e, naquela, em termos de dança.

Tais exemplos sustentam os argumentos de Deignan (2003, p. 269) que enfatizam o papel da cultura na determinação do conteúdo e da forma de expressões metafóricas. Segundo ela, a metáfora que usamos hoje pode não refletir a compreensão atual sobre a nossa cultura. Entende a autora, que muito das expressões metafóricas foram geradas a partir de determinadas situações históricas e, na medida em que elas se fossilizam, sua motivação fica, de certa maneira, pouco transparente para os falantes de uma língua. Isso, de certa forma, nos alerta para o problema do enfoque cultural na metáfora. E, neste caso, Boers (2003, p. 235) acredita que devemos abordar a metáfora na linguagem, em sua grande parte, como uma reflexão diacrônica de cultura, e não sincrônica. E, assim, uma determinada expressão metafórica, ao longo do tempo, pode tornar-se opaca para a compreensão do falante daquela língua. Apesar de concordarmos com essa ressalva, fazemos eco, neste estudo, a autores como Kövecses (2005) que ressaltam a relação simbiótica entre metáfora e cultura.

Por outro lado, os estudos de Littlemore (2003), abordam a metáfora do ponto de vista da variação entre culturas, examinando o efeito dessa variação no plano de julgamentos de valores associados ao uso de certas metáforas. A autora observa especificamente as dificuldades que estudantes de Bangladesh, em cursos na Grã-Bretanha, tiveram para entender as metáforas usadas por seus professores britânicos. Para Littlemore, muito dos problemas ocorreram por causa de diferentes sistemas de valores, tendo em vista a diferença entre as duas culturas. A autora acredita que é importante tanto para os professores quanto para os alunos reexaminarem seus valores e ficarem atentos para um possível desentendimento ao usarem metáforas que, de certo modo, estão impregnadas desses julgamentos.

No que se refere à metáfora conceptual, Boers (2003), nos lembra que a variação entre culturas tem um papel mais preponderante nas metáforas complexas ou compostas do que nas primárias (LAKOFF; TURNER, 1989; TURNER, 1995). Para Boers, diferentemente da experiência física que subjaz as metáforas primárias, “os domínios complexos experienciais são mais de natureza cultural e, por isso, variam de lugar para lugar” (2003, p. 233). Assim, um determinado domínio pode não estar igualmente disponível para um mapeamento metafórico em todas as culturas. Para ilustrar tal argumento, Boers afirma que em uma comunidade distante dos Andes não se esperaria ter uma quantidade de metáforas do domínio

da navegação a vela, como em: *Ela “navegou” (voou) nas suas provas*. Isso sem considerar o fato de que certas metáforas podem “sair de moda” ou novos objetos podem ser inventados pelo homem, gerando novas metáforas. *A mente é um computador*, por exemplo, é uma metáfora conceptual recentemente criada a partir do surgimento da eletrônica e que já licencia expressões como *Vou deletar você da minha memória*, entre outras.

Argumenta Boers (2003, p. 236) que, devido à globalização econômica e cultural, as diferenças interculturais relevantes para o uso da metáfora podem, um dia, desaparecerem. Para ele, se a linguagem é uma parte integrante da cultura, e se a cultura é expressa através da metáfora (ainda que indiretamente), então a comunicação intercultural se beneficiaria substancialmente de um aumento da compreensão de metáforas por parte dos educadores e aprendizes de línguas. No entanto, essa possível “universalização” cultural que levaria à “universalização” de muitas metáforas não estaria no mesmo paradigma da discussão, na literatura linguístico-cognitivista acerca da “universalidade” de determinadas metáforas, mais especificamente, as metáforas primárias (GRADY, 1997; GIBBS *et al.*, 2004). Essa discussão, pela sua centralidade na compreensão da relação entre metáfora e cultura, será tratada a seguir.

### **2.8.5 Pensamento metafórico e experiência corpórea**

Entendemos que quando um conceito metafórico faz parte de uma experiência básica humana como as metáforas primárias (LAKOFF; JOHNSON, 2002; LAKOFF e TURNER, 1989; TURNER; FAUCONIER, 1995) diz-se que ela tem base corpórea. Para Kovecses (2005), o pensamento metafórico fundamenta-se na experiência corpórea e em atividades neurológicas no cérebro. Então podemos dizer que a metáfora tem como base o funcionamento do corpo humano e do cérebro e que, neste sentido, os seres humanos são iguais, então a maioria das metáforas conceptuais que as pessoas usam seriam universais.

Podemos alegar, por exemplo, que conceitos espaciais que fazem parte do repertório humano, do tipo em “cima/embaixo”, “frente/trás”, “dentro/fora”, “perto/longe”, também denominados de “esquemas-imagens” (LAKOFF, 1990), surgem da interação do homem com o meio-ambiente físico. Assim, quando identificamos o conceito de em cima ou para cima como alguma coisa boa e positiva, em contraste com o seu oposto *embaixo* ou *para baixo*, estaríamos apenas tomando ciência de algo já enraizado em nosso repertório sensorio – motor (LAKOFF; JOHNSON, 1980/2002).

Com o surgimento (ou formalização) do conceito de metáfora primária (GRADY,

1997), a possibilidade teórica da “universalidade” de determinadas metáforas ganha força, não deixando, no entanto, de representar uma hipótese polêmica na área da metáfora.

Lakoff e Johnson (1999, p. 56) observam que as metáforas primárias fazem “parte do inconsciente cognitivo”, uma vez que o ser humano adquire-as automática e inconscientemente. Os autores afirmam que, quando as experiências corpóreas no mundo são universais, as metáforas primárias correspondentes a essas experiências seriam adquiridas universalmente, o que explicaria o grande número dessas metáforas em diversas línguas.

Lembramos que Kovecses (2005, p. 64), também, argumenta que não somente as metáforas primárias, mas também as complexas, podem ser universais, desde que essas últimas tenham como base experiências humanas universais.

Para o momento, é importante destacarmos que o conceito de guerra, subjacente às expressões acima, teria uma base corpórea (agressão física) que é estendido a domínios mais abstratos como discussão, jogos, etc. (RITCHIE, 2003).

Ao trazermos essa discussão da universalidade das metáforas para a metáfora estrutural e central dessa pesquisa, O ACONTECIMENTO/EVENTO “X” É UM ATO DE GUERRA, poderíamos conjecturar que sendo o sentido de lutar um ato que envolve agressão física - experienciado desde os primórdios da nossa civilização (VANPARYS; 1995; KOLLER, 2002), uma forma de garantir a própria sobrevivência do ser humano e viabilizar a possibilidade de se resguardar e, assim, perpetuar até mesmo a própria espécie -, a metáfora da guerra poderia ter uma dimensão universal e, possivelmente, uma outra que variaria interculturalmente. Por exemplo, vimos anteriormente que, segundo Lakoff e Johnson (2002), a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA - que licencia expressões como: 1) Não ganhei nunca uma discussão com ele; 2) Ele derrubou todos os meus argumentos; 3) Se você usar aquela estratégia, ele o aniquilará; provavelmente não seria compreendida em uma cultura que conceptualizasse discussão como dança. O que é cultural ou universal nas metáforas conceptuais é uma questão complexa na Linguística Cognitiva.

Estudiosos como Charteris-Black (2005) defendem a variação intercultural entre metáforas e a sua determinação sócio-histórica, assumindo, assim, uma postura mais “relativista” do que “universalista” dentro do debate. As experiências socioculturais relacionadas, por exemplo, à metáfora corpo como contêiner podem muitas vezes explicar como as pessoas entram e saem de contêineres, como a saída de diferentes fluidos é compreendida, como as experiências das pessoas como contêineres afetam suas relações interpessoais e suas próprias noções de identidade e autonomia. Pesquisas nessa área poderiam revelar como as metáforas estão relacionadas ao corpo e à cultura do indivíduo,

além de contribuir para a compreensão do significado de expressões linguísticas.

Em outras palavras, de acordo com o autor, até mesmo o que chamamos de “experiência física direta” acontece sempre dentro de uma vasta bagagem de pressuposições culturais. Ou seja, toda experiência, física ou não, é totalmente cultural.

É a partir dessa relação entre os aspectos socioculturais da metáfora conceptual que Eubanks (2002, p. 25) observou que “a ligação entre o cognitivo e o cultural é a maior força da teoria cognitiva da metáfora”.

Por sua vez, Gibbs (1999) rejeita a ideia de que experiências corpóreas aparentemente universais possam se interpretadas da mesma forma em culturas diferentes:

Não se pode falar ou estudar cognição separadamente das nossas interações específicas corporificadas com o mundo cultural uma vez que o que entendemos como significativo no mundo físico é altamente limitado pelas nossas crenças e valores (GIBBS, 1999, p.153).

A inseparabilidade de mente, corpo, mundo e modelos culturais, implica uma visão de metáfora em que esta emerge da interação entre todos esses fatores. Nesse aspecto, Kövecses (2005, p. 293) acredita que algumas metáforas são potencialmente universais e que outras variam entre culturas e dentro da própria cultura.

### 3 ANÁLISE CRÍTICA DA METÁFORA: POLÍTICA, DISCURSO E IDEOLOGIA

**Imagem 01 - Mística apresentada no XIII Encontro Nacional do MST, 20/01/2009**



**Fonte: Fabiano Coelho (Acervo Pessoal).**

Pelo exposto até aqui, podemos afirmar que o fator “cultura” será de importância crucial para a compreensão do conceito metafórico “O ACONTECIMENTO/EVENTO “X” É UM ATO DE GUERRA” que investigamos como metáfora dominante, assim como aquelas relacionadas ao crime, à política e movimentos sociais que interagem com a dominante. Uma de nossas hipóteses é de que essas metáforas, mesmo podendo ter uma base corpórea significativa, são geradas pela cultura e, ao mesmo tempo, determinantes dessa cultura. Dessa forma, optamos por não considerar a possibilidade da universalidade dessa metáfora, acreditando que sua dimensão cultural, em sua relação com seus aspectos ideológicos, seja mais relevante para o presente estudo. Essa afirmação pode ser corroborada com a argumentação de Deignan (2003, p. 256) de que “cultura” pode-se fazer compreensível desde que se entenda que ela carrega as ideologias dominantes de uma comunidade. Explorar essa relação, com foco no discurso, política e ideologia, a partir de uma perspectiva cognitiva, é o objetivo deste capítulo.



### 3.1 Política e movimentos sociais

Em primeiro lugar, acreditamos que a política pode ser vista como uma luta entre aqueles que querem e os que resistem ao poder. Por outro lado, a política pode ser abordada, ainda, como um meio de cooperação para resolver problemas de disputa de interesses no que diz respeito a dinheiro, influência, liberdade e fatores dessa natureza (CHILTON, 2004).

No lado extremo do nível macro há as instituições políticas do Estado. Essas instituições, em um estado democrático, manifestam-se a partir de constituições, e dos códigos civil e criminal. Ligados a essas instituições encontram-se os políticos de partido, os políticos profissionais, grupos de interesses.

Podemos ver que os profissionais da política reconhecem o papel da linguagem porque a política se faz pelo uso da linguagem e porque o seu uso tem claros efeitos na ação política. Afinal, segundo Charteris-Black (2005, p. 11), em sociedades democráticas, “o poder é expresso pela palavra falada ou escrita e não pelo chicote, corrente ou revólver.”

Somente na linguagem e através dela pode alguém proferir comandos e ameaças, perguntar, oferecer e prometer (uma vez que o falante tenha os recursos básicos para tornar a sua fala confiável). Além disso, somente através da linguagem, associada às instituições sociais e políticas, pode-se declarar guerra, apontar culpados ou inocentes, aumentar ou diminuir taxas, etc.

Já o nível micro da política envolve conflitos de interesse, esforços para cooperação entre indivíduos, gêneros e grupos sociais de vários tipos. Como Jones (1994, p. 05) aponta: “[...] no nível micro usamos uma variedade de técnicas para que consigamos as coisas da nossa maneira: persuasão, argumento racional, estratégias irracionais, ameaças, subornos, manipulação – qualquer coisa que acreditamos que funcionará”.

E como Hague *et al.* (1998, p. 3) afirmam sobre pronunciamentos de estudantes de política, típicos também do nível micro: “A Política implica diferenças reconciliatórias através da discussão e persuasão. A comunicação é, conseqüentemente, essencial à política”.

Entretanto, o surgimento dos movimentos sociais e o seu crescimento – na esfera do nível micro - também revitalizam a luta política travada pelas classes subalternas, pois inovam nas formas de agir, criam mecanismos diferentes de luta, pluralizam os debates e as causas a serem defendidas, como a Reforma Agrária reivindicada pelo MST, por exemplo.

Os Movimentos Sociais emergem como sujeitos sociais (coletivo) que redefinem o *espaço* e o conceito de cidadania. Segundo Scherer-Warren (1996, p. 54):

[...] defendem o direito de participar do consumo de bens e equipamentos coletivos, o direito à terra para trabalho, a uma vida mais sadia, o direito a não serem discriminados culturalmente, [mas, internamente] defende-se também o direito de participar de decisões que afetam o destino de seus membros e o respeito por suas formas culturais.

Ao se constituírem como sujeitos e espaços de ação coletiva, que buscam se estruturar através de formas organizativas que privilegiam a democratização das práticas cotidianas internas ao grupo, a mobilização social e o estímulo à participação direta das pessoas nas decisões e na realização das tarefas, os Movimentos Sociais se estabelecem como espaços onde se formam novos sujeitos sociais (militantes), onde se constrói o exercício de uma nova cidadania, definida por Munarim (2000, p. 49) como cidadania ativa, que se materializa através da participação dos cidadãos nos processos de luta por seus próprios direitos. Direitos que muitas vezes os membros dos Movimentos Sociais, através da ação direta combinada com desobediência civil e resistência pacífica, buscam conquistar como direitos de fato (reais) para posteriormente serem validados como direito positivo (constitucionais).

De acordo com Medeiros (2002), um bom exemplo disso talvez sejam as ações desenvolvidas pelo Movimento Sem Terra (MST), que ao ocupar (*ação direta*) áreas identificadas como latifúndios improdutivos, atingem um dos alicerces da sociedade capitalista, o *direito à propriedade*, quebrando a lógica de uma ordem estabelecida e sustentada juridicamente (*desobediência civil*), e dando início a um longo processo em que um Movimento Social (neste caso, o MST), mede força com o Estado, que ordena por diversas vezes, por meio jurídico e policial, a retirada dos ocupantes da área, sendo que estes sempre retornam (*resistência pacífica prolongada*), causando uma situação de pressão social e política que tende a resultar na desapropriação da área ocupada. Dessa forma, as ações do MST fazem valer o *direito de fato* que cada trabalhador tem de ter terra para trabalhar, plantar e comer, para daí se processar o *direito constitucional*, que garante a desapropriação de tais terras para fins de Reforma Agrária.

Todas as atividades políticas, características das interações entre esses diversos grupos e instituições, não existem sem o uso da linguagem. No caso do MST, como sugerem as reflexões de Caldart (2000), é nas caminhadas da luta pela terra que se forma o sujeito sem-terra. No MST o sujeito social, com consciência de si e de seus direitos, é forjado em movimento (mover-se), a partir da vivência de experiências pessoais concretas; da interação ativa experimentada na relação com os outros sujeitos e com outras experiências; da vivência

de relações cotidianas que engendram experiências coletivas que produzem e reproduzem valores e costumes; a partir dos objetivos buscados através do grupo; do cultivo dos símbolos, das músicas e das histórias que os identificam, etc. São elementos discursivos que elaboram a linguagem e esta é instrumento de poder, de luta e reivindicação. São elementos sintetizados num discurso em que, “as palavras são construídas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN e VALOCHINOV, 1999, p. 41).

Parafraseando Bakhtin, podemos dizer que na identidade dos movimentos sociais (em especial, o MST), a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. Diante desse evento repleto de significações, somos capazes de compreender as palavras, mas “somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (BAKHTIN, 1979, p. 95).

Então a constituição de *identidades sociais* próprias aos sujeitos que participam dos Movimentos Sociais, ocorre atrelada a um modo de comunicação intencionalmente elaborado pelo MST, cuja produção conta, necessariamente, com a combinação das linguagens verbal e não-verbal, utilizadas com a intenção de formar, educar, representar, mobilizar, sensibilizar e envolver adeptos, para, desse modo, fortalecer o espírito de luta da sua militância.

Segundo afirma Fiorin (1997) ao longo do processo de aprendizagem linguística, a formação discursiva é ensinada aos membros da sociedade. Por meio dessa formação discursiva o homem constrói seus discursos. Enquanto a formação ideológica impõe o que pensar, a discursiva impõe o que dizer. Dessa maneira, o sujeito passa a ver o mundo por meio dos discursos que assimila, reproduzindo esses discursos em sua fala.

Nessa visão de mundo, a constituição do sujeito é atravessada pela ideologia, ou como entende Orlandi (2003) “por uma interpelação- que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva [...]. Esta forma-sujeito corresponde historicamente, ao sujeito do capitalismo [...], um sujeito com seus direitos e deveres.”

Concordamos, então que “[...] são as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (BRANDÃO, 1998, p. 38). É através dessa formação discursiva que o homem constrói seus discursos. Se por um lado, a formação ideológica<sup>9</sup> impõe o que pensar, por outro, a discursiva impõe o que dizer.

---

<sup>9</sup> O conceito de formação ideológica é incorporado na primeira fase da análise do discurso e depois perde importância. Tem

Dessa maneira, o sujeito passa a ver o mundo por meio dos discursos que assimila, reproduzindo esses discursos em sua fala. Nesse sentido, podemos inferir que a linguagem/discurso “[...] é utilizada para transmitir representações ideológicas”. (FONSECA, R.B da., 2013).

Segundo Chouliaraki (2000), ainda causa estranheza, a ausência, nos estudos convencionais da política, de uma reflexão sobre o fato de que os comportamentos sobre o nível micro são realmente tipos de ação linguística – o discurso. Da mesma forma, as instituições de nível macro (política institucional) são formadas por ações discursivas específicas – debates parlamentares, noticiários da imprensa falada e escrita, por exemplo; ou seja, gêneros políticos institucionalizados.

Tendo em vista a complexidade desses níveis da análise política, isto é, as múltiplas formas como os textos políticos relacionam-se a representações políticas, nos limitaremos a uma única estrutura do discurso político: sua dimensão metafórica, objeto dessa pesquisa.

Veremos, mais adiante, como o discurso e a política estão interligados através do viés da ideologia. No momento, discutiremos, mais especificamente, como a metáfora relaciona-se à política.

### 3.2 Metáfora e política

Vimos no capítulo anterior como a metáfora mantém uma relação dialética com a cultura. Isto é, a metáfora ao mesmo tempo determina e é determinada pela cultura. E como a cultura e a política mantêm também uma relação igualmente dialética em formações sociodiscursivas, podemos concluir que a metáfora também está intrinsecamente relacionada à política e às práticas discursivas de natureza política. Lakoff e Johnson (2002, p. 159) argumentam que “metáforas desempenham um papel relevante na construção da realidade social e política”. E podemos ainda acrescentar o argumento de que se as nossas experiências

---

como ponto de partida o trabalho de Althusser, mais específica a concepção de discurso como uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza. A noção de formação discursiva foi elaborada por Pêcheux a partir das proposições de Foucault e tem dois tipos de funcionamento:

\*A paráfrase – a formação discursiva é um sistema de paráfrases, ou seja, de constante retomada e reformulação dos enunciados, como forma de preservar sua identidade.

\*O pré-construído – A análise do discurso chama de pré-construído as construções anteriores e exteriores, que se diferenciam do que é construído pelo enunciado.

A noção de formação discursiva foi elaborada por Pêcheux a partir das proposições de Foucault e tem dois tipos de funcionamento:

\*A paráfrase – a formação discursiva é um sistema de paráfrases, ou seja, de constante retomada e reformulação dos enunciados, como forma de preservar sua identidade.

\*O pré-construído – A análise do discurso chama de pré-construído as construções anteriores e exteriores, que se diferenciam do que é construído pelo enunciado. (Ver mais em: CORREA, Vanessa Loureiro. *Leitura e produção de texto*. 2 ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009)

e conceptualizações são organizadas pelas metáforas, então política, como parte do domínio social, deve ser entendida e construída metaforicamente (MUSOLFF, 2004).

Desde Aristóteles, sabemos que a metáfora é uma figura não só presente, mas característica do discurso político. Segundo Miller (MILLER apud van DIJK, 2002, p. 04):

A metáfora é essencial ao entendimento político porque ela nos permite expandir nosso conhecimento de um mundo familiarizado para uma região que não está aberta a experiências imediatas. A metáfora é necessária ao conhecimento político, precisamente porque o significado ou realidade do mundo político transcende ao que é aberto à observação.

Lembramos que, devido às restrições de comunicação pela mídia, os políticos, em particular, fazem uso da metáfora como um meio de explicar políticas de ações complexas, seja aos seus grupos ou a seus constituintes.

Lakoff e Johnson (1980) argumentam que as metáforas estão entre nossos principais veículos para a compreensão e, portanto, desempenham um papel central na construção da realidade social e política. No que se refere à dimensão política da metáfora, numa perspectiva cognitiva e não somente de retórica, ela foi estudada por Lakoff (1991) e Rohrer (1995) na guerra do Golfo I. Os autores examinaram as metáforas usadas por George W. Bush, o pai, para mostrar como aquela situação política foi conceptualizada. Lakoff, a partir de uma análise que combina um enfoque cognitivo com uma abordagem discursiva, examina a metáfora como uma estratégia para defender as políticas de ação do então governo Bush ou para se opor àquelas dos seus oponentes.

Para esse linguista, as metáforas corpóreas foram utilizadas para justificar a Guerra do Golfo, quando Saddam Hussein passou a ser representado como alguém intrinsecamente malvado e irracional: “Você simplesmente não discute com um demônio, nem negocia com ele. A lógica da metáfora demanda que Saddam Hussein seja irracional. Mas ele o era?” (LAKOFF, 1991, p. 25). Em discurso perante o Congresso norte-americano após a guerra, o ex-presidente Bush declarou: “o desafio recente não pode ter sido mais evidente: Saddam Hussein era o vilão; o Kuwait, a vítima”.

Carvalho (2006), citando Lakoff, enfatiza que a metáfora do *inimigo* como o *diabo* vem como resultado do fato de que nós entendemos o que é uma guerra justa em termos de conto de fadas. Ou seja, existe um conflito que temos de reivindicar. Um “mal” assumiu a “vítima, usurpa os seus direitos, e o herói decide salvar a vítima: começou sua luta contra o mal”. Nas invasões norte-americanas do Afeganistão e do Iraque, o princípio metafórico - princípio estruturante do pensamento -, é a base da cultura tentando mostrar o conflito do

Golfo como uma guerra justa.

A metáfora, assim, no contexto político internacional, não parece ser um recurso retórico vazio, mas, talvez, um importante recurso cognitivo. Nesta perspectiva, ela (a metáfora) pode funcionar como um recurso heurístico para explorar novos conceitos e ações políticas. De acordo com Chilton (1993, p. 27), “as metáforas não são transferidas com significados fixos, mas processadas de acordo com línguas locais, formações de discurso local e interesses políticos locais”.

No entendimento de Charteris-Black (2005), a metáfora é uma característica importante do discurso da persuasão porque faz a mediação entre os meios de persuasão consciente e inconsciente, ou seja, entre cognição e emoção, para criar uma perspectiva moral de vida (*ethos*). Portanto, a metáfora, ao acessar, discursivamente, nosso sistema de valores sociais e culturais, incorporados a nossos sistemas conceptuais, torna-se um elemento essencial na legitimação do discurso político.

Ainda segundo esse autor, se tivéssemos que explicar por que o discurso político é tradicionalmente metafórico, diríamos que, sendo a metáfora a transferência de significado do conhecido ou familiar para o desconhecido, o largo uso da metáfora no discurso político é um sinal de que os elementos do domínio da política são de alguma forma, menos familiares ou mais obscuros do que os elementos dos domínios-fonte de que as metáforas políticas são extraídas. E aí nos perguntaríamos: qual seria a razão para a obscuridade dos fatos políticos? Por que temos que nos apoiar nas metáforas para que os fatos se revelem mais claramente?

Para Chilton (2004), a obscuridade dos fatos políticos decorre do fato de eles não poderem ser observados diretamente através dos sentidos. Então os fatos políticos são elementos não observáveis e a metáfora seria uma maneira de mover-se do observável ao político. Conforme esse autor, as metáforas políticas refletem, assim, a trajetória do nosso conhecimento do observável para o não observável ou do menos obscuro para o mais obscuro.

Na compreensão de Nascimento (2006), talvez uma explicação para o uso metafórico na política seja pelo fato de que como a metáfora é a transferência de significado do familiar para o desconhecido, o uso recorrente da metáfora no discurso político ocorra porque os elementos da política são menos familiares, mais obscuros do que o domínio fonte, como bem explica Miller (1979, p. 168):

Uma metáfora política pode frequentemente ser dita em outros termos, mas é difícil evitar a sua presença na paráfrase. Assim, a carga total está na expressão linguística que, de alguma forma, tem que induzir os ouvintes a fazerem representações mentais de algo que para eles não tem, ou somente tem, muito indiretamente, provas sensoriais.

A metáfora, segundo Charteris-Black (2005), não tem apenas essa função; ela desempenha outros papéis no discurso: um papel semântico, ao criar novos significados para as palavras; um papel cognitivo, ao desenvolver o nosso entendimento com base na analogia e o papel pragmático (com os componentes ideológicos e retóricos da metáfora) que objetiva fazer a avaliação. Portanto, uma forma de ação no mundo mediada de forma indireta pela dimensão linguística, cognitiva e pragmática.

A esse respeito, as condições e exigências pragmáticas do discurso mostram que ele é uma prática que tem a ver não só com intenção, atitudes proposicionais, eventos ou ações. Essas condições, segundo Davidson (1991), devem prover recursos para a validação, isto é, para o acerto entre os falantes acerca de intenção, especificação do ato de fala, que circunstâncias discursivas são requeridas para tal enunciação; essas são condições inerentes a um texto, a um diálogo, a uma mensagem publicitária, etc.

Enfim, a metáfora do ponto de vista cognitivo não responde o porquê da escolha daquele tropo em detrimento de outro. Daí a necessidade da pragmática.

A dualidade entre função cognitiva e função pragmática da metáfora no discurso será explorada mais adiante. No momento, é importante ressaltarmos que qualquer discussão sobre o papel da metáfora na política requer, necessariamente, uma reflexão sobre a dimensão ideológica não só da metáfora como do discurso em geral.

### **3.3 Política, ideologia e discurso**

Várias são as definições de ideologia se essa noção carrega um sentido explicitamente negativo (consciência falsa) ou neutro (uma percepção social abrangente e coerente do mundo) (HODGE; KRESS, 1993, p. 15). De acordo com Charteris-Black (2005), ideologia é um sistema de ideias através do qual um grupo social cria os significados que justificam sua própria existência, sendo, desse modo, uma forma de autolegitimação. A ideologia é um conjunto de ideias que organiza e representa o mundo e forma a base de como agir nesse mundo.

Para Goatly (2007), assim como a cultura e a história, a ideologia tem um grande papel na produção e elaboração de muitas das metáforas que utilizamos. As metáforas são uma ferramenta ideológica.

Segundo Fairclough (1989), a ideologia estaria intrinsecamente atrelada ao poder e, por isso, teria efeitos diretos na política, de um modo geral, e em políticas públicas. Por exemplo, uma ideologia racista pode ter feitos sobre políticas de moradia, trabalho e educação

mais ou menos inclusivas em relação aos imigrantes. Fairclough (1995) enfatiza uma outra importante, para não dizer fundamental, dimensão de ideologia: sua determinação sobre a linguagem ou o discurso. Nesse sentido, o autor vê a ideologia como “a configuração total da prática de discurso de uma sociedade ou de suas instituições” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 02).

É no discurso que a ideologia se articula à linguagem. Segundo Meurer (2005, p. 86), de acordo com a perspectiva de Foucault (1972), adotada também em Kress (1985) e Fairclough (1992), discurso é o conjunto de afirmações que, articuladas na linguagem, expressam os valores e significados das diferentes instituições. O discurso é o conjunto de princípios, valores e significados “por trás” do texto. Todo o discurso é investido de ideologias, maneiras específicas de conceber a realidade. Todo o discurso é exercício de poder e domínio de uns sobre outros.

Quando os humanos interagem verbalmente, eles podem estar simplesmente sinalizando papéis sociais, limites e elos, mas muito dessa interação, seja qual for a sua função social, é feita por meio de representações do mundo, inclusive a política (CHILTON, 2004). E é em seu efeito político e ideológico que a linguagem torna-se “discurso”.

Ideologia, portanto, é um conceito fundamental para entendermos as relações complexas entre discurso, contexto social e ação política. Ainda no que se refere ao elo entre ideologia e discurso, tanto van Dijk (1998, p. 27; 1995, p. 32) como Fairclough (1989, p. 85) concordam que a ideologia é mais eficaz quando o seu trabalho é menos visível. E concordam entre si também ao afirmarem que a invisibilidade é alcançada quando ideologias são trazidas para o discurso não como elementos diretos, visíveis no texto, mas como construtos subjacentes. Esses, por um lado levam o produtor do texto a “textualizar” o mundo de uma determinada maneira e, por outro, levam o intérprete a interpretar o texto de uma determinada forma e não de outra. Uma vez que os modelos mentais representam o que as pessoas sabem e pensam sobre uma situação ou evento, eles essencialmente controlam o “conteúdo” ou a semântica do discurso (van DIJK, 1998).

Charteris-Black (2005, p. 22) acredita que uma maneira comum de comunicar ideologia é através do mito. Um mito é uma história que oferece uma explicação de muitos fenômenos que precisam ser esclarecidos. Eles poderiam versar sobre as origens do universo, as causas do bem e do mal, a origem dos elementos, do homem e da mulher ou simplesmente sobre o que acreditamos ser misterioso.

O autor propõe que a análise da metáfora é uma metodologia para a identificação e descrição desse mito, mas somente a análise crítica pode levar a uma explicitação da narrativa como “um mito” em vez de “uma verdade”. A análise crítica da metáfora, assim, é um método



para se entender como mitos políticos comunicam ideologia. Para ele, a presença sistemática de metáforas no discurso político é parte de uma ideologia porque a metáfora é a intermediária entre mito e ideologia. A identificação da base conceptual de metáforas seria, então, uma forma de explicar as associações ideológicas que subjazem à metáfora. Uma vez que a avaliação é essencial à ideologia, os mitos nos quais ela é fundamentada podem ser revelados através da análise das metáforas que ocorrem nos discursos políticos.

Portanto, tanto os mitos como outros construtos ideológicos como crenças, valores e opiniões combinam-se à linguagem na dimensão do discurso. Em relação a opiniões, van Dijk (1998, p. 29) as define como sendo “crenças avaliativas”, isto é, crenças que caracterizam um conceito avaliativo. Qualquer crença que pressuponha um valor e que envolva um julgamento sobre alguém ou alguma coisa é avaliativa tal como: “X” é bom (ruim, bonito, feio, honesto, inteligente), dependendo dos valores de um grupo ou cultura.

Obviamente, como é o caso de todos valores e julgamentos, crenças podem variar cultural e socialmente. E uma vez que grupos e interesses de grupos conflitantes sejam envolvidos, opiniões passarão a ser ideologias. Resumindo, opinião é um ato do discurso fundamentalmente persuasivo – no sentido de que ele propicia uma percepção compartilhada que transcende aquela do sistema semântico.

Veremos adiante como a Análise Crítica da Metáfora (ACM) propicia reflexões bastante esclarecedoras sobre construtos ideológicos, crenças (avaliativas ou não), atitudes e sentimentos da comunidade discursiva em que o discurso acontece.

### **3.4 Análise crítica do discurso**

Com base no que vimos anteriormente, podemos concluir que a dimensão discursiva das ideologias mostra como estas influenciam nossos textos e falas. Por essa razão, compartilhamos a crença de que o discurso exerce um papel fundamental na expressão e reprodução de ideologias. Assim, para termos alguma compreensão das ideologias que formam o pensamento e o discurso de uma dada comunidade, é essencial que estudemos a produção discursiva dessa comunidade, ou as práticas de linguagem dessa comunidade.

O discurso vem sendo estudado sob diversos ângulos teóricos e analíticos. Essa diversidade se reflete nas diferentes tendências da análise do discurso. Mas é na análise do discurso de linha francesa de Michael Pêcheux<sup>10</sup> (1982) e na análise crítica do discurso (ACD)

---

<sup>10</sup> No final dos anos 1960, Michel Pêcheux (1938-1983), então pesquisador da *École Normale Supérieure* (ENS Paris) propõe

de Norman Fairclough (1995, 1989) que encontramos as duas principais linhas teóricas que estudam o discurso sob uma perspectiva política e ideológica. Em *Semântica e Discurso* (1988), Pêcheux retoma a discussão sobre base linguística, processo discursivo e Formação Discursiva, relacionando-as com a questão do sentido e do sujeito do discurso. Para Pêcheux, o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe “em si mesmo”, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. Assim, “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1988, p. 160). Segundo Fowler, a linguística crítica, termo precursor da ACD “propõe que a análise que usa as ferramentas linguísticas apropriadas, e que se refere a um contexto histórico e social relevante, pode trazer à tona, para fins de identificação, uma ideologia que normalmente está escondida na habitualidade do discurso” (FOWLER, 1991, p. 89).

Nas ciências sociais e humanas, “crítica é frequentemente usada para se referir às perspectivas teóricas e metodológicas que objetivam alterar a ordem social e política existentes”. Para Fairclough (1989, p. 5), “crítica é usada no sentido especial objetivando apontar conexões que possam estar ocultas às pessoas – tais como as conexões entre linguagem, poder e ideologia”. Nessa perspectiva, o autor define os dois objetivos da ACD:

O primeiro (mais teórico), corrigir o grande descaso em relação à significação da linguagem na produção, manutenção e mudança nas relações sociais do poder, e o segundo (mais prático), aumentar a conscientização de como a linguagem contribui para o domínio de algumas pessoas sobre as outras, tendo em vista que a conscientização é o primeiro passo para a emancipação. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 2)

Podemos dizer que as noções de crítica, ideologia e poder são básicas para a ACD. Crítica, vista por Ruth Wodak (2003), como resultado de certa distância dos dados, considerados na perspectiva social e mediante uma atitude política e centrada na autocrítica. O autor se refere às formas e aos processos sociais em cujo seio, e por cujo meio, “circulam as

---

a teoria da *Análise do Discurso* (AD), na França. No entanto, costuma-se afirmar que nos trabalhos de AD, a tradição francesa dessa disciplina teve sua origem no ano de 1969 e que um de seus marcos inaugurais foi a publicação da *Análise Automática do Discurso* (AAD). Com esta publicação vemos uma teoria insurgir com certa autonomia que lhe é merecida no campo da linguística. Pode-se dizer que o AAD é o laboratório da teoria de Análise do Discurso. Para a proposição de sua teoria, Pêcheux baseou-se em importantes estudos realizados por Canguilhem e Althusser. Os estudos pêcheuxianos trouxeram uma abordagem distinta ao pensar a Ciência da Linguagem. As discussões sobre língua e linguagem divergiam de seu pensar. Até então o estruturalismo (com a negação do sujeito e da situação) e a gramática gerativa transformacional (GGT), proposta por Noam Chomsky (valor biológico à linguagem) ocupavam um espaço significativo de discussão em relação aos estudos da linguagem. A análise de discurso surge, então, com a discussão de questões que advogam contra o formalismo hermético da linguagem, questionando a negação da exterioridade.

formas simbólicas no mundo social” (WODAK, 2003, p. 30). Por isso, a ACD indica, como um de seus objetivos, a desmitificação dos discursos por meio da decifração da ideologia.

Ressaltamos que a abordagem cognitivista, ao contrário do que alguns críticos podem acreditar, de modo algum rejeita a indissociabilidade entre discurso e ideologia, mas considera o discurso político necessariamente um produto de processos mentais individuais e coletivos. Um exemplo prático do enfoque cognitivo no discurso político encontra-se nos trabalhos de van Dijk (1990, 1993).

Van Dijk argumenta que discurso e política podem ser relacionados de duas maneiras: (a) no nível sociopolítico da descrição: processos e estruturas políticas são constituídos por eventos situados, interações e discursos de atores políticos em contextos políticos e (b) no nível sociocognitivo da descrição: as representações políticas compartilhadas estão relacionadas às representações individuais desses discursos, interações e contextos.

Acreditamos assim que a ACD requer uma abordagem multidisciplinar por envolver os estudos das relações intrínsecas entre texto, fala e cognição social, ou seja, o sistema de representações mentais e processos usados por membros de comunidades discursivas. Parte desse sistema é o conhecimento sociocultural compartilhado pelos membros de um determinado grupo, sociedade ou cultura, lembrando que membros de um grupo podem também compartilhar crenças avaliativas, tais como opiniões organizadas sem atitudes sociais (van DIJK, 1997, p.18).

Neste estudo, rejeitamos, assim, a dicotomização entre cognição e discurso, com todas as práticas sociais e contextos culturais a este último relacionado. Por essa razão, acolhemos como referência teórico-metodológica a Análise Crítica da Metáfora (ACM) que adota essa postura mais abrangente.

### **3.5 Análise crítica de metáfora**

Segundo Vereza (2005), a ACM “investiga a dimensão político-ideológica da figuratividade”. A autora acrescenta que Charteris-Black (2004, 2005) “apresenta um trabalho sólido nessa área, com alguma influência da Análise Crítica de Discurso de Fairclough”. Entretanto, as abordagens críticas nos estudos do discurso, especialmente a ACD, raramente se direcionam aos encaixes cognitivos do discurso. Mais especificamente, os relatos sobre a metáfora são parcimoniosos, referindo-se, em sua maioria, às expressões metafóricas apenas como um recurso lexical ou retórico, e não como um fenômeno de natureza cognitiva (van DIJK 1998, p. 45; FAIRCLOUGH, 1995, p. 70).

Para Charteris-Black (2005), a ACM pressupõe, ao contrário da análise puramente cognitiva, uma visão de ideologia, por um lado, e de persuasão, por outro, sendo que ambas são características essenciais do discurso político. Seguiremos essa abordagem na nossa análise de corpus por acreditarmos que a ACM trará uma contribuição substancial para a identificação das ideologias nas falas dos representantes do MST.

Acreditamos que em discursos planejados, muito do pensamento é linguística e pragmaticamente traduzido pelas metáforas que são escolhidas para formar o quadro geral do tema a ser abordado. Em conversas espontâneas, a grande parte da linguagem figurada usada resulta de processos cognitivos inconscientes subjacentes, enquanto que em discursos planejados a metáfora pode, frequentemente, refletir decisões pragmáticas conscientes.

O “verdadeiro” político, aquele que usa um sistema coerente de metáforas (por exemplo: NAÇÃO É PESSOA) pode argumentar que elas são simplesmente palavras, rótulos convenientes e que apenas descrevem com precisão a natureza do fenômeno político. Todavia, com os avanços dos estudos cognitivos sobre as metáforas, sabemos hoje que elas não são tão somente palavras quando empregadas em partes significativas de um texto escrito ou oral. Na verdade, elas podem ser entendidas como processos de engendramento de sentido, possibilitando, assim, a formação de matrizes conceituais para determinadas ações.

Para ilustrar esse efeito “cognitivo-pragmático” da metáfora, citamos o caso descrito por Lucília Maria Sousa Romão (2004) acerca das manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), durante o mês de abril de 2004 (batizado de “abril vermelho”). Na ocasião o MST iniciou ocupações, manifestações e atos públicos, cobrando, do governo Lula, agilidade na realização da reforma agrária.

Segundo Romão (2004), naquele mês de abril, as sirenes midiáticas soaram alto, intensificando a exposição do tema nos jornais e revistas impressos e eletrônicos, o que acendeu um febril trânsito de novidades, depoimentos, entrevistas, comentários, artigos, reportagens e pareceres de dar destaque aos representantes da Lei e do Estado, cobrando de suas bocas depoimentos, comentários e pareceres inéditos.

Na compreensão de Romão (2004), quando se referem ao movimento social e especialmente ao MST, o discurso jornalístico evoca genéricos como o sentido da lei, ordem, democracia, Estado de Direito e não marca as causas sociais, econômicas e políticas que fizeram os sem-terra se mobilizar. Essa regularidade foi observada na maioria dos relatos do/no jornalismo impresso e eletrônico, posto que os discursos autorizados a circular tanto no site quanto na página impressa são os mesmos.

A autora cita como exemplo a entrevista do presidente da OAB (Ordem dos

Advogados do Brasil), Roberto Busato em que o mesmo tece analogias entre o MST e o Hamas:

Hoje de manhã liguei a TV e vi o novo líder do grupo terrorista Hamas dizendo a mesma coisa, que vai transformar abril em um mês de sangue [...] Não é desta forma, partindo para a ilegalidade, lembrando com essas declarações de Stedile o terrorismo internacional, que o movimento vai resolver os problemas graves daqueles que não têm terra para plantar.

Levando em conta essa formação discursiva engendrada pela ideologia dominante, Romão cita o texto de Arnaldo Jabor, transcrito da Rádio Central Brasileira de Notícias (CBN), em que ocorre a mesma analogia:

Amigos ouvintes, essa semana que passou foi de guerra e de beijos de amor. Tivemos a alegria de ver o senador Suplicy aos beijos com o João Pedro Stedile, o Osama Bin Laden rural do MST. Stedile disse que ia infernizar o governo Lula em abril e, depois, negou isso na CPI, dizendo que ia só azucrinar. Bem, mas esse beijo é uma síntese do Brasil de hoje. Nós temos um líder que ataca o governo e o ameaça e, ao mesmo tempo, temos um líder do mesmo governo, que atravessa o samba do governo e se une ao populismo e à provocação de Stedile, beijando-o. (...) Tudo isso por causa de uma reforma agrária, que não está funcionando, que as pessoas sérias sabem que é antiga e inútil no mundo da tecnologia e da agroindústria. O governo sabe também que essa reforma não funciona bem, mas faz essa reforma do mesmo jeito porque é ela que está entranhada no imaginário da esquerda populista. E além de tudo, ainda temos de ver o pai do Supla beijando o Stedile, o diabinho que os santos bispos da Pastoral da Terra criaram para infernizar o país.

Para Romão (2004), nos dois recortes, o fato de usar a referência ao Hamas, à Osama Bin Laden e ao terrorismo internacional renegocia sentidos trabalhados por atentados cometidos por suicidas “fanáticos”, seja no emblemático 11 de setembro, seja na explosão dos trens de Madri, seja nos episódios de massacre, promovidos por G. Bush no Iraque, seja ainda na matança diária de palestinos em Israel.

Observamos, nesses segmentos, que as expressões selecionadas nos dois recortes – terrorista, mês de sangue, guerra, infernizar, azucrinar, ataca, ameaça – como outras formulações (terrorismo internacional) indicam a necessidade de agir como em uma guerra contra o terror, em que há inimigos, por exemplo: João Pedro Stedile, o Osama Bin Laden rural do MST; a Reforma Agrária; o MST. Como já vimos, as vítimas da guerra são “aqueles que não têm terra para plantar”. Nota-se que o padrão metafórico-cognitivo que engendrou tais notícias acionou a metáfora CONFRONTAR O ESTADO É TERRORISMO. Essa co-responsabilidade atribuída ao MST – qual seja o de desafiar a estrutura política – nos permite inferir que quando os recortes apresentam a metáfora CONFRONTAR O ESTADO É

TERRORISMO, podemos afirmar que além de falar sobre essa realidade empírica em termos de guerra, as notícias também apontam a necessidade de agir como em uma guerra, indicando, inclusive, os seus oponentes (as lideranças do MST, os Sem Terra), apontando os alvos (deter o diabinho que inferniza o país; enfrentar os líderes que atacam o governo; lutar contra a reforma agrária), apresentando estratégias (ação contra o terrorismo; salvar o país do inferno, eliminando o diabinho) e indicando o propósito (um mundo da tecnologia e da agroindústria, sem a Reforma Agrária defendida pelo MST).

Esses fatos pespontam a trilha da memória por onde passeia o sujeito, ao enunciar o terrorismo internacional. Movimentam-se, em cadeia de rememoração, os efeitos de terror e barbárie, que tanto foram noticiados e destacadas em manchetes sensacionalistas, cenas televisivas, capas de revista e portais eletrônicos com a exposição de corpos mutilados, estraçalhados e mortos. Ao promover a conexão entre MST e grupos terroristas, o sujeito faz trabalhar a ideia de que estas organizações querem sangue e vampirizam as populações civis inocentes com ataques insanos, movidos pelo desejo de instalar a selvageria bárbara e irracional. O sujeito também apaga as representações políticas de esquerda da bandeira vermelha, marcando, em lugar da tradição política, o sangue do terror (ROMÃO, 2004, p. 9).

Entende a autora que *MST*, *Laden* e *Hamas* são alinhados de modo a parecerem idênticos, pois seus dirigentes dizem “a mesma coisa” e podem ser descritos como representantes satânicos na terra, o que, em uma equação simplista, não particulariza nenhuma atribuição às conjunturas sócio-históricas, que tanto particularizam os três significantes. Para Romão, ao MST, é reservado o lugar de ícone do mal, pois é designado como sinônimo de “sangue, guerra, terrorismo internacional, grupo terrorista” desejoso da ação de “infernizar”.

Seria difícil acreditarmos que tais casos pudessem ser vistos como caracterização de uma realidade “objetiva”, pelo menos, no sentido de uma realidade existente antes de sua representação por conceitos e palavras. Essas projeções, com base em interesses, acabam sendo consideradas a realidade “objetiva” sobre as quais os estados de fato, operam, embora essa não seja a única realidade possível (CHILTON, 1993, 2004).

As metáforas, assim, se fazem presentes nos discursos políticos por omitirem importantes aspectos do que é real, persuadirem por meios pacíficos e refletirem um sistema compartilhado de crenças sobre o mundo e sobre o lugar da humanidade nesse mundo (CHATERIS-BLACK, 2005, p. 20). Por isso, é essencial que saibamos que realidades elas estão omitindo e quais estão ressaltando.

A partir dessa perspectiva, propomos, neste trabalho, a análise crítica da metáfora no discurso político, tendo como foco principal o domínio da guerra e, como derivados desse, o do crime e o da política nacional.

Através dessa análise crítica, pretendemos mostrar que líderes são capazes de mobilizar seus seguidores por meio de seus desempenhos discursivos e que, por essa razão, nos grandes modelos de democracia, a liderança e o poder são legitimados através do discurso. Segundo Chilton (2004, p. 23), a metáfora tem um papel preponderante na legitimação e deslegitimação de ideias e ações. Os políticos, por exemplo, que baseiam suas metáforas no léxico de conflito – empregando palavras tais como “batalha” e “luta”, como identificadas na presente pesquisa - têm o poder de suscitar emoções como orgulho, raiva e ressentimento, que são associadas ao combate físico. Essas emoções evocam fortes sentimentos de antagonismo em relação a uma entidade que eles identificam como “os inimigos” - ou o vilão – e fortes sentimentos de lealdade e afeição a um sujeito herói, tipicamente eles mesmos (CHILTON, 2004).

Assim, quando essas metáforas são usadas na política, elas transferem um conjunto de associações e crenças psicológicas, com base cultural, que temos sobre a noção de conflito para assuntos políticos, nos levando, dessa forma, a pensar sobre eles de uma forma específica.

Para analisarmos esses efeitos, utilizaremos a análise crítica da metáfora, uma vez que, esta oferece um aparato adequado para se investigar sistematicamente a linguagem e o pensamento figurados a partir de um enfoque tanto cognitivo quanto pragmático do discurso.

Distinguirmos ou separarmos o papel cognitivo do pragmático na metáfora não é uma tarefa fácil. Isso porque, segundo Charteris-Black (2005), o desenvolvimento de um esquema conceptual envolve escolhas linguísticas. Consequentemente, as características cognitivas da metáfora não podem ser tratadas isoladamente da sua função persuasiva no discurso. O valor do enfoque semântico-cognitivo é a adoção de um conjunto unificado de critérios para a classificação de metáforas, permitindo, assim, comparações precisas de como a metáfora é usada em diferentes domínios do discurso.

A fim de entendermos por que determinada metáfora conceptual tem preferência sobre outra, precisamos necessariamente considerar as intenções, crenças do falante/escritor e esses mesmos elementos em relação ao receptor dentro de contextos específicos. É um engano considerar o fato de que uma língua por ter uma sintaxe convencional, semântica e um léxico definido que as falas construídas dentro dessa organização serão compreendidas como desejadas por parte de falante/escritor (GREEN, 1989).

Argumenta Chilton (2004), que a metáfora deve ser estudada não como parte apenas de uma teoria cognitiva, mas também dentro de sua relação com o discurso (CHILTON, 1993, p. 08). Para isso, é necessário compreender as três principais dimensões discursivas da

metáfora: a persuasão, a emoção e a avaliação.

### **3.6 Persuasão: processo de comunicação interativo**

Hague et al., citando Miller, (1991, p. 390), sugerem que o processo político envolve tipicamente persuasão (uma função do discurso de múltiplas camadas que é o produto de uma interação complexa entre intenção, escolha linguística e contexto – aspectos da pragmática considerados na nossa pesquisa). (CHARTERIS-BLACK, 2005, p. 30; GREEN, 1989) e barganha.

Dentre as teorias contemporâneas da metáfora, encontram-se as linhas teóricas que dão uma maior ênfase ao uso linguístico social dessa figura. Uma dessas linhas agrega o trabalho desenvolvido por Charteris-Black (2004, 2005), que propõe “uma nova tendência na metaforologia, já conhecida como análise crítica da metáfora” (VEREZA, 2006, p. 157).

Para Charteris-Black (2004), a metáfora é vista como uma figura tipicamente usada na persuasão, sendo empregada discursivamente na linguagem retórica e argumentativa. Argumenta o autor que a metáfora seria importante por ter uma função persuasiva no discurso, auxiliando no desenvolvimento de ideologias, principalmente em áreas como a política e a religião. Segundo ele, o uso da metáfora frequentemente esconderia uma função persuasiva subjacente, invisível à percepção imediata. Então seria necessário desenvolvermos uma consciência crítica da linguagem, isto é, “uma consciência de como uma função persuasiva subjacente na escolha de certas palavras influenciaria as interpretações feitas pelos que recebem esse texto” (p. 9).

Charteris-Black (2005, p. 9), defende que a persuasão “é um processo de comunicação interativo em que o emissor de uma mensagem tem por objetivo influenciar as crenças, atitudes e comportamento dos receptores dessa mensagem”. Segundo o autor, retórica (a arte de persuadir a outros) e persuasão são inseparáveis, estando o foco da primeira na perspectiva do ouvinte e, da última, nas intenções do falante e nos resultados obtidos pelo mesmo. Além da função da metáfora no desenvolvimento de ideologias, essa figura seria ativa no desenvolvimento de um sistema conceptual para representar novas ideias e prover novas palavras que preencham espaços lexicais, assumindo assim uma função semântica, além da cognitiva – funções essas já abordadas pela teoria da metáfora conceptual (LAKOFF e JONHSON, 1980). Nessa perspectiva, a metáfora assumiria também uma função pragmática, já que refletiria as escolhas linguísticas capazes de concretizar intenções retóricas específicas a um dado contexto.



Ainda baseando-se no trabalho de Lakoff e Johnson (1980), Charteris-Black (2004) optou pela abordagem semântico-cognitiva para identificar os processos de pensamento que determinariam escolhas lexicais (o que inclui escolhas de metáforas). No entanto, o autor aponta que as características cognitivas da metáfora não poderiam ser tratadas isoladamente, ou seja, sem considerarmos sua função persuasiva no discurso. Para dar conta desse aspecto, a abordagem semântico-cognitiva precisaria ser complementada com a análise de fatores pragmáticos da metáfora, isto é, uma análise de como as metáforas são geralmente usadas em contextos comunicativos específicos (CHARTERIS-BLACK, 2004, p. 9). Em outras palavras, o autor sugere a integração de uma visão cognitiva e pragmática para melhor compreendermos a metáfora, já que o aspecto pragmático daria conta daquilo que os falantes querem dizer ao usarem certas palavras em dados contextos. A intenção do falante ao usar uma expressão metafórica, segundo Charteris-Black, seria central para compreendermos o que a metáfora vem a ser. Na verdade, o processo comunicativo da persuasão nos leva à noção clássica de *pathos*: a habilidade do falante/escritor em levar emoções ao público.

Podemos assim dizer que a metáfora é vista como um tropo eficaz em realizar o objetivo subjacente de persuadir o ouvinte/leitor por parte do falante/escritor por causa do seu potencial de nos emocionar. Por causa do potencial da metáfora de suscitar a emoção, ela é largamente usada na linguagem persuasiva; entretanto, o efeito de determinadas metáforas variará de acordo com a percepção linguística e pragmática do usuário da língua.

Afinal, a metáfora se respalda na interpretação (CHARTERIS-BLACK, 2004). Hunston e Tompson (2005) se referem ao papel da metáfora na avaliação, um termo amplo para designar atitudes, pontos de vistas ou sentimentos por parte do falante/escritor sobre aquilo que estão falando. A metáfora também se refere à articulação de pontos de vistas e de como nos posicionamos discursivamente em relação a eles. Isso, talvez, explique uma relação bem próxima entre avaliação e metáfora.

Há outro aspecto discursivo-pragmático da metáfora que é ressaltado por Cameron e Low (1999, p. 86):

A metáfora não somente encobre uma proposição do discurso direto, como se nada literal fosse dito, mas ela tem a vantagem inestimável de combinar o fato de que o falante não pode ser responsabilizado pela mensagem, com o respaldo de que há uma mensagem proposta que não pode ser discutida abertamente.

Enfim, como podemos observar, partiremos para a nossa análise de corpus com a proposta de um enfoque que contempla a linguística cognitiva, a pragmática e a análise crítica do discurso. Vimos que a metáfora tem um importante papel persuasivo ao evocar respostas

de grande impacto emotivo, priorizando uma determinada interpretação<sup>11</sup> de um texto em lugar de outra. E é esse papel que constitui a base ideológica e retórica da metáfora<sup>12</sup>.

### 3.7 Discurso sobre MST na perspectiva da ACM

Com base no que foi discutido neste capítulo, focaremos as falas do MST desde o massacre de Eldorado dos Carajás sob uma perspectiva da análise crítica da metáfora, com ênfase na ideologia e crença através da análise das metáforas referentes a *crime*, *guerra* e *política*.

Assim sendo, realizamos uma análise micro (materialidade do discurso) em articulação com o macro (instâncias ideológicas e suas relações com as metáforas conceptuais que de certa forma estão representadas por mitos). Como a metáfora se dá por meio de mapeamentos de elementos de um domínio fonte para os de domínio alvo, consideraremos necessário, antes mesmo da análise, explorarmos, no capítulo a seguir, aspectos do domínio fonte “guerra” que consideramos relevantes, uma vez que servirão de base para as conceptualizações metafóricas em foco nesta pesquisa.

---

<sup>11</sup> Essa perspectiva, associada aos estudos sobre argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca, evidencia o papel da metáfora como recurso que colabora para os objetivos da argumentação, principalmente o de instruir.

<sup>12</sup> No entendimento de Silva (2015), o estudo da metáfora no discurso político ou no discurso econômico mostra que a metáfora é não só meio de conhecimento e compreensão do mundo como também estratégia de persuasão e manipulação emocional e ideológica. Uma ideologia é um conjunto explícito ou implícito de ideias e crenças assumidas por um grupo de pessoas, que conduz a uma representação mental do mundo e serve para unir indivíduos em ordem a alguma forma de ação social. Combina os meios retóricos da persuasão: pensar bem (logos), ter boas intenções Augusto Soares da Silva 7 (ethos), parecer bem (pathos) e dizer a história de que o grupo precisa (CHARTERIS-BLACK, 2011, p. 22).



## 4 AS GUERRAS CANÔNICA E COGNITIVA

“A metáfora também merece que se lute por ela”  
(Gadet & Pêcheux, *A língua inatingível*, 2004)

Foto 4 - MST em Luta – Sebastião Salgado



Fonte: Vozes Sem Terra ([www.landless-voices.org](http://www.landless-voices.org))

Numa carta de Einstein a Freud, datada de 30 de Julho 1932, o cientista alemão, numa forma interrogativa, questiona o psicanalista se existe a possibilidade de «libertar os homens da fatalidade da guerra?», e em forma de antecipação ao veredito do vienense (apesar de ser natural de Freiberg, (Morávia) refere que impõe-se neste caso uma resposta única: «o homem tem dentro de si o prazer de odiar e de destruir». (*in*Freud/Einstein, *Porquê a Guerra: Reflexões sobre o destino do mundo*, Lisboa, Edições 70, 1997, p. 59-61.)

“E... a guerra se faz”

(João Rodrigues)

A guerra é tão antiga quanto a própria civilização. Desde os tempos mais remotos, os hominídeos procuravam abrigos em cavernas para se protegerem de ataques, também, para delimitar seu espaço. A luta já fazia parte do seu cotidiano. Ele lutava contra a natureza para vencer as adversidades do meio em que vivia, além de capturar animais para sua sobrevivência. Enfim, era uma luta pela preservação da vida. Além disso, a convivência com

o seu semelhante e a intolerância geraram desentendimentos, discórdias e brigas entre irmãos – pela disputa de alimentos, de fêmeas, de espaço ou mesmo para a satisfação de suas paixões e outros interesses. E, dessa forma, o uso da violência passou a ser comum também entre os homens, em lutas pessoais e grupais.

Estava, assim, inventada a *guerra*, ou seja, “um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 7). Já para Preston e Wise (1979) a guerra pode ser definida como “qualquer conflito entre grupos rivais, por força das armas ou outros meios, que tenha reivindicações para ser reconhecido como um conflito legal”.

Neste capítulo discorreremos acerca de alguns dos elementos que caracterizariam o conceito canônico de guerra, ou seja, a guerra “literal”, tendo em vista que a metáfora conceptual central dessa pesquisa tem a “guerra” como seu domínio-fonte.

#### 4.1 Afinal o que é a Guerra?

*“A guerra é a continuação da política por outros meios”.*

Carl Von Clausewitz (1790 – 1831)

Para o psicólogo evolucionista Mark Van Vugt, a guerra tem estado conosco por pelo menos várias dezenas, talvez centenas de milhares de anos. Van Vugt acrescenta que as guerras teriam atingido até mesmo o ancestral comum entre humanos e chimpanzés. Fósseis de humanos primitivos possuem sinais de ferimentos que poderiam ter sido causados em batalhas. E, nos dias de hoje, estudos sugerem que as guerras são responsáveis por 10% de todas as mortes entre homens.

Sabemos que a natureza da guerra está intimamente relacionada ao estado da organização social, política e econômica da sociedade – em qualquer período histórico. Há mudança nos métodos de se fazer a guerra quando ocorrem mudanças na organização de grupo ou como resultado de influências de outras culturas. Tal mudança pode surgir do domínio de uma técnica ou da evolução das instituições políticas, como a realeza. Explica Van Vugt que nas sociedades mais progressistas, a guerra é uma condição que é distinguível de muitas outras formas de violência pelo fato de que ela é uma forma legitimada de comportamento por parte de certos grupos da comunidade.

A guerra, então, é um fenômeno social, cultural, político ou militar? Afinal, o que é a

guerra? Qual a sua natureza? Sua filosofia? Há muito, o homem se preocupa em compreender a arte da guerra, e alguns pensadores vêm refletindo e registrando suas idéias sobre esse fenômeno complexo. Entre esses pensadores, Sun Tzu, um filósofo e também general, propôs teorias de como conduzir soldados há dois mil e quinhentos anos, na China. Seu tratado, conhecido como *A Arte da Guerra*, trata da condução da guerra, da preparação de planos, variações de táticas, manobras, ataque pelo fogo, além de apresentar a máxima aparentemente paradoxal em relação à característica central da guerra: O mérito supremo consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar.

Von Clausewitz é o nome de maior relevo nesta abordagem da guerra como tema filosófico, e nele encontramos uma filosofia da guerra em sentido forte, posto que em seu grande tratado *Da guerra* não há somente a apreciação filosófica do tema, como, também, colocações efetivamente militares, próprias de um manual de doutrina, onde explica como proceder uma luta em terreno pantanoso, por exemplo. Para Clausewitz, a guerra é um instrumento da política, na verdade, a guerra seria a política de estado continuada por outros meios “um duelo em uma escala mais vasta [...] um ato de violência destinado a forçar os adversários a submeter-se à nossa vontade” (CLAUWSEWITZ, 2003, p. 7).

Dentre as afirmações de Clausewitz, resultado de suas experiências bélicas que ajudam a entender a natureza do fenômeno, podemos destacar:

“A guerra é um ato de violência com a finalidade de fazer o nosso oponente obedecer à nossa vontade”.

“O desarmamento ou destruição do inimigo... ou ameaça disto... dever ser sempre o objetivo da guerra”.

“[...] na guerra, cada facção tenta dominar a outra, há uma ação recíproca que pode chegar até a extremo”.

A relação entre, a guerra, o poder e a política também é ressaltada por Clausewitz, nas seguintes afirmações:

A guerra é um ato político [...] e também um eficiente instrumento político, uma continuação do intercâmbio político e uma forma diferente de executá-lo.

Em nenhuma circunstância a guerra dever ser considerada uma coisa independente. Apolítica está intimamente ligada a todo o desenrolar da guerra e exerce contínua influência sobre ela.

O mundo é um conjunto de Estados, cada qual com uma lei para si próprio. O objetivo da política internacional é o poder. O poder é obtido e conservado por meio da violência (CLAUWSEWITZ, 2003, p.10).

Para Clausewitz “a guerra é encarada como um instrumento racional de política

nacional” (p. 23). As palavras “racional”, “instrumento” e “nacional” são os conceitos-chave do seu paradigma. Segundo o autor, a decisão de empreender a guerra “deveria” ser racional, no sentido de que deveria ser baseada numa avaliação de custos e benefícios da guerra. A seguir, a guerra “deveria” ser instrumental, isto é, deveria ser empreendida com vista a alcançar-se um objetivo. Desse modo, tanto a estratégia como as táticas devem ser dirigidas para um só fim, que é a vitória. Por último, a guerra “deveria” ser nacional, para que o seu objetivo seja a satisfação dos interesses de um Estado nacional e para que se justifique que todo o esforço de uma nação seja mobilizado a serviço do objetivo militar.

Assim iremos encontrar essa transformação de um ato de guerra em um fenômeno de interesse político/nacional quando se apresenta um ato de violência forçando o oponente (também visto como “inimigo”) a obedecer aos nossos interesses. Veremos em nossa análise, que isso acontece no massacre de Eldorado dos Carajás: os trabalhadores sem terra foram tratados, metonimicamente, como nação, daí o apoio político/nacional às futuras ações do MST.

E é exatamente aqui que encontramos a metáfora conceptual GUERRA É POLÍTICA CONTEMPLADA DE OUTRAS MANEIRAS. Como veremos mais adiante, observamos, em nossa pesquisa, que a filosofia dessa metáfora é uma das mais predominantes no discurso do MST. Ainda de acordo com Clausewitz, a guerra é uma combinação dos aspectos militar e político – a luta pelo poder; para ele, é uma condição fundamental da existência humana.

#### **4.2 Características e elementos da guerra**

A principal característica da guerra é o emprego da violência. Quando os meios pacíficos não conseguem resolver uma disputa entre dois grupos humanos, a luta passa a ser utilizada como instrumento de força de imposição da vontade de um sobre o outro, através da qual se pretende alcançar a vitória. No âmbito de uma sociedade organizada, podemos dizer que quando a ação diplomática falha em alcançar os objetos políticos, o Estado recorre à ação bélica, ou seja, ao emprego ostensivo e violento do poder, que passa a ser entendido como a aptidão para fazer a guerra (CAMINHA, 1980, p. 20).

Uma vez que o homem é um ser inteligente e criativo, ele tenderá a aperfeiçoar os instrumentos de luta e os métodos de empregá-los. No início do Neolítico, por exemplo, há 10 mil anos, “quatro novas armas tremendamente poderosas entraram em cena: a funda, a adaga, a clava e o arco, permitindo ao homem, a partir de então, manter a distância” (KEEGAN, 1995, p. 136).

No plano de guerra, segundo Clausewitz (2003) a derrota do inimigo, ou seja, a destruição de suas forças militares é o objetivo capital do ato de guerra. Mas, infelizmente, hoje a atualização da guerra de Clausewitz é a guerra total, isto é, o genocídio.

Os estudiosos da guerra costumam abordá-la de dois modos: i) ramos ou componentes; ii) níveis ou planos verticais. A primeira destas apresenta uma visão topográfica das áreas que compõem a teoria da guerra, podendo estar ou não situadas acima de outras, em termos de condução hierárquica. O enfoque desta sistematização é organizar conceitos que possuam natureza semelhante ou que, em comum, sejam relacionados a funções ou atividades não necessariamente hierarquizadas. É o caso de Jomini (1838), ao conceber a teoria da guerra como sendo composta por três elementos fundamentais:

a) *Estratégia*: parte responsável pelo planejamento e execução da guerra e suas operações militares;

b) *Tática*: parte que aplica as forças no campo de batalha. Trata da disposição e da manobra das forças durante o combate, seguindo métodos e procedimentos específicos;

c) *Logística*: responsável pelo movimento de todos os recursos necessários às forças militares. A ela cabe o planejamento e a execução de todas as atividades relativas a: suprimento e manutenção de material; recrutamento, formação, qualificação e adestramento de pessoal; transporte e movimentação de material e pessoal para a área de combate; além de apoio e assistência moral e psicológica necessários à manutenção da eficiência combativa.

A estratégia é a combinação de esforços e direções para ganhar a guerra (guerras em que não houve vitórias claramente declaradas); a tática, a combinação de choque físico, fogo e movimento para ganhar a batalha e, finalmente, a logística, a combinação de meios no tempo e no espaço para ganhar a guerra e as batalhas. Devemos associar o tempo à estratégia, à tática e sempre à logística, mas as três devem interagir, pois o fracasso de um pode acarretar sua própria derrota. Já a segunda forma, da qual Clausewitz é um exemplo, tem por base a existência de níveis referentes à condução das atividades militares. Subjacente a esta concepção está a ideia de que para cada nível há regras e características próprias.

Todos esses elementos fazem parte da elaboração do plano de uma guerra, que, por sua vez, é base de um ponto de vista militar. E quando o ponto de vista militar se coloca frente no ponto de vista político, quem se submete a quem? Segundo Clausewitz (2003, p. 873), a subordinação do ponto de vista político no ponto de vista da guerra seria um absurdo, visto que foi a política que preparou a guerra: a política é a faculdade intelectual, e a guerra é só o instrumento, e não inverso. A guerra nada mais é do que a manifestação da própria política.

Podemos inferir com base nos relatos da mídia, que o massacre de Eldorado dos



Carajás foi sendo gradualmente conceptualizado como um “ato de guerra”. Nesta pesquisa, mostramos como metáforas conceptuais foram acionadas para promover essa transformação e como, a partir dessa “ressignificação”, as ações do MST foram justificadas discursivamente por meio de metáforas.

### 4.3 A Guerra cognitiva

Um dos grandes acontecimentos políticos da década de 1990 foi a guerra do Golfo. Com base nesse evento, Lakoff (2003) realizou a tarefa de identificar e analisar algumas das metáforas conceptuais que nutriram o discurso sobre a referida guerra, a partir de uma visão cognitiva. Tomemos como exemplo a metáfora NAÇÃO É PESSOA, que, segundo Lakoff (2002, p. 71), é frequentemente usada para justificar a “guerra justa e moral” aliada a duas narrativas que têm a estrutura dos contos de fadas clássicos: a história da autodefesa e a história do resgate. Em cada uma delas temos a presença de um herói, um crime, uma vítima e um vilão. Explica Lakoff (1991), que na história da autodefesa, o herói e a vítima são os mesmos. Em ambas as histórias, o vilão é sempre diabólico e irracional e o herói não pode ponderar com o vilão. Não é dada nenhuma outra opção ao herói a não ser lutar e derrotar o vilão, ou mesmo matá-lo e, conseqüentemente, resgatar a vítima.

Em ambas as histórias, a vítima tem que ser inocente, estando além de qualquer reprovação; o crime é de responsabilidade do vilão, e o herói equilibra a moral do conflito matando o primeiro. Sendo ambas as partes nações-pessoas, então as histórias da autodefesa e do resgate tornam-se formas de uma guerra justa para a nação-herói. De acordo com Lakoff (2003), é como se o herói fosse um “aliviador de dores”. O “alívio” é a forma de afastar a dor ou o mal, graças ao “aliviador”.

A isso os linguistas cognitivos chamam de “moldura”. É uma estrutura mental que usamos para dar coerência cognitiva a experiências. A moldura do “alívio” é um exemplo de um cenário de resgate onde existe um herói (o aliviador), a vítima (o aflito), um crime (a aflição), um vilão (a causa da aflição) e um resgate (o alívio). O herói é sempre bom, o vilão sempre mal e a vítima, depois do resgate, deve gratidão ao herói.

A existência de um vilão é, portanto, um fator essencial na moldura da guerra, que, por sua vez, apoiar-se-ia na moldura do “conto de fadas”. Esse vilão, no caso da guerra canônica, é linguisticamente caracterizado pelo termo “oponente”, “inimigo” ou “adversário”, como podemos verificar pelas afirmações sobre a guerra citadas anteriormente.

Nesta pesquisa, partimos da hipótese de que o evento de Eldorado dos Carajás

precisou ser conceptualizado e linguisticamente ressignificado como um “ato de guerra” (a polícia atacando o MST) para que uma retaliação, também de guerra, fosse justificada como:

a) autodefesa: “[...] Os sem-terra *reagiam* atirando pedra e pedaços de madeira nos PMs, que, então, iniciaram os disparos a esmo [...]” (YADO e ROMÃO, 2006, p. 10);

b) resgate: “Chegando lá, começou o penoso processo de identificação dos mortos. Nas autópsias, eles foram identificados como ‘ignorado número 1’, e assim, em sequência, até o número 19 [...]” (NAPOMUCENO, 2007, p. 180)

O objetivo da nossa análise é mostrar, de que modo a moldura do domínio-fonte da guerra serviu de base conceitual para as metáforas conceituais e linguísticas que estruturam o discurso do ator MST, particularmente as justificativas discursivas para as suas ações posteriores.



## 5 METÁFORA CONCEPTUAL: ELEMENTOS METODOLÓGICOS

**Foto 04 – Menina Sem-Terra, 1996 – Sebastião Salgado**



**Fonte: Secretaria Nacional do MST**

Para a viabilização das intenções desse estudo, adotamos a abordagem teórico-descritiva de cunho qualitativa, fundamentada pelo arcabouço da Linguística Cognitiva: teoria da metáfora conceptual, modelos cognitivos idealizados. Nesse sentido, os conceitos metafóricos foram divididos em três categorias: a) metáfora orientacional; b) metáfora estrutural e, c) Metáfora Conceptual Dominante, levando em consideração que a partir de uma metáfora conceptual se podem construir diversas realizações metafóricas (LAKOFF, 1993).

Partindo dos estudos sobre a metáfora, lançamos, então, as seguintes questões:

- a) Que metáforas de guerra podem ser identificadas no discurso midiático e no

livro reportagem relacionadas ao massacre de Eldorado dos Carajás?

b) Se a metáfora conceptual é um aspecto inescapável do pensamento humano, quais são as possíveis interpretações e implicações dessas metáforas?

c) Como o discurso, a partir do massacre de Eldorado dos Carajás, passando pelas ações do MST, se modificou durante aquele período?

d) Considerando o fato de que guerra está intrinsecamente relacionada à política nacional, existem evidências de outras metáforas conceptuais que podem interagir com a metáfora dominante *O massacre de Eldorado dos Carajás é um ato de guerra*?

Temos o propósito de analisar os discursos midiáticos<sup>13</sup> sobre o MST com a finalidade de destacar a utilização das metáforas de guerra, a partir do conflito ocorrido em 1996, conhecido como “Massacre de Eldorado dos Carajás” e suas interfaces com o programa de ações pela posse da terra, cuja meta é alcançar o envolvimento da sociedade e, desse modo, fortalecer-se enquanto movimento social e politicamente engajado - intento que se realiza após o histórico conflito.

O primeiro passo foi identificar e analisar as metáforas conceptuais em artigos jornalísticos, tendo como foco os acontecimentos e desdobramentos do massacre de Eldorado dos Carajás. Para tal, mapeamos a construção de sentido em discursos selecionados, investigando o papel da metáfora. Nesta perspectiva os nossos objetivos foram:

- Mostrar como a metáfora conceptual dominante O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS É UM ATO DE GUERRA, pode ser validada na análise das falas sobre o MST, tanto dos seus militantes como dos seus simpatizantes e oponentes.

- Explorar e compreender as dimensões discursiva e ideológica das metáforas conceptuais.

- Aprofundar o entendimento da relação entre linguagem, pensamento e contexto social.

- Revelar ideologias, atitudes e crenças que subjazem aos discursos enfocados por meio da análise qualitativa do corpus.

---

<sup>13</sup> Sobre o discurso midiático, Charaudeau (2006) nos apresenta algumas abordagens interessantes. Segundo ele, o discurso da mídia busca legitimar-se enquanto discurso de informação, que, num contexto de democracia política, cumpre a função de garantir o direito de informação aos cidadãos, ancorado na prerrogativa de imparcialidade. No entanto, ao garantir a todos o direito à informação, a imprensa não está isenta de interesse de classe e, portanto, se inscreve numa dada posição ideológica. Porém, neste estudo trataremos da informação numa perspectiva discursiva, isto é, focando não apenas o conteúdo da enunciação, mas, sobretudo, o seu funcionamento e seus efeitos de sentido numa perspectiva sócio-cognitiva, destacando realizações metáforas e/ou expressões metafóricas, conforme o propósito da nossa investigação.

## 5.1 Definição e análise do corpus

O corpus consiste de:

a) **Reportagens**, distribuídas nos seguintes jornais e revistas:

<b>Jornal</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>
<i>Jornal do Brasil</i>	Rio de Janeiro	1996
<i>Folha de São Paulo</i>	São Paulo	1996
<i>Diário do Pará</i>	Belém	1996
<i>Correio Brasiliense</i>	Brasília	1996
<i>O Globo</i>	Rio de Janeiro	1996
<i>O Estado de São Paulo</i>	São Paulo	1996
<i>Jornal Sem-Terra</i>	São Paulo	1996
<i>Jornal Gazeta</i>	Brasília	1996
<i>Jornal Brasil de Fato</i>	São Paulo	2002
<b>Revistas</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>
<i>Veja</i>	São Paulo	1996
<i>Caros Amigos</i>	São Paulo	1998
<i>Istoé</i>	São Paulo	1996
<i>Revista Sem-Terra</i>	São Paulo	1998

b) **Relatos** sobre o massacre registrados no Livro de Eric Napomuceno, intitulado, *O Massacre – Eldorado do Carajás: uma história de impunidade*, publicado pela Editora Planeta, no ano de 2007. Nesta obra de 216 páginas, o jornalista, escritor e tradutor Eric Nepomuceno reconstrói um dos mais famosos conflitos agrários da história contemporânea do país, conhecido como Massacre de Eldorado do Carajás. A obra foi publicada no aniversário de 15 anos do massacre, considerada por diversos críticos como um livro reportagem de grande importância para a história dos movimentos sociais do campo e para a sociedade em geral.

A análise desenvolveu-se com base nos estudos de Lakoff e Johnson (1980/2002), Musolff (2004), Cameron (2003), Charteris-Black (2005), Deignan (1999).

### 5.1.1 Identificação e localização do corpus

No que diz respeito à escolha dos jornais e revistas como fonte de corpus da pesquisa, se deve ao fato de serem periódicos de grande circulação, credibilidade e cobertura do evento em tempo hábil (17, 18, 19 e 20 de abril de 1996). Nesta perspectiva, os textos foram escolhidos no período compreendido entre abril de 1996 e abril de 2012. Não selecionamos artigos que não estejam diretamente ligados ao evento mencionado acima porque estariam além dos propósitos da pesquisa. Assim sendo, esses textos compreendem:

## i) Reportagens

<b>Reportagem</b>	<b>Mídia</b>	<b>Local e Data</b>
1) Vergonha – Sem-terra são executados a sangue-frio no Pará	<i>Jornal do Brasil</i>	Rio de Janeiro, 19 abr. 1996
2) Tragédia vergonhosa	<i>Folha de São Paulo</i>	São Paulo, 19 abr. 1996
3) Líder foi morto com um tiro à queima-roupa	<i>Folha de São Paulo</i>	São Paulo, 20 abr. 1996
4) MST quer manter 'guerra permanente', diz governo	<i>Folha de São Paulo</i>	São Paulo, 30 dez. 1996
5) Confronto mata pelo menos 19 no Pará	<i>Folha de São Paulo</i>	São Paulo, 18 abr. 1996
6) Cronologia da invasão	<i>Folha de São Paulo</i>	São Paulo, 19 abr. 1996
7) Sem Terra, com TV	<i>Folha de São Paulo</i>	São Paulo, 19 abr. 1997
8) Médico diz que há indícios de assassinato; PM nega	<i>Folha de São Paulo</i>	São Paulo, 19 abr. 1996
9) Polícia iniciou tiroteio, dizem os feridos	<i>Folha de São Paulo</i>	São Paulo, 19 abr. 1996
10) Ministério diz que sem-terra atacaram	<i>Folha de São Paulo</i>	São Paulo, 26 abr. 1996
11) MST contesta o relatório do governo	<i>Folha de São Paulo</i>	São Paulo, 29 abr. 1996
12) Senado cria comissão para apurar massacre	<i>Diário do Pará</i>	Belém, 19 abr. 1996
13) Isso não é triste. É uma Barbaridade	<i>Diário do Pará</i>	Belém, 19 abr. 1996
14) Fuzilados à queima-roupa	<i>Correio Brasiliense</i>	Brasília, 20 abr. 1996
15) Crônica de um massacre anunciado	<i>Correio Brasiliense</i>	Brasília, 19 abr. 1996
16) FH diz que só punição dos culpados da chacina devolverá credibilidade ao país	<i>O Globo</i>	Rio de Janeiro, 21 abr. 1996
17) Sem terra procuram mais vítimas do massacre	<i>O Globo</i>	Rio de Janeiro. 20 abr. 1996
18) Uma tragédia anunciada no Complexo Macaxeira	<i>O Globo</i>	Rio de Janeiro. 19 abr. 1996
19) A tragédia é transmitida em mais de 41 línguas	<i>O Globo</i>	Rio de Janeiro, 19 abr. 1996
20) CNBB exige apuração rigorosa e imediata	<i>O Globo</i>	Rio de Janeiro, 19 abr. 1996
21) Entidades dos EUA pedem punição exemplar	<i>O Est. de S. Paulo</i>	São Paulo. 20 abr. 1996
22) Sangue em Eldorado	<i>revista Veja</i>	São Paulo, abril 1996
23) Juristas não acreditam em punição	<i>Jornal Gazeta</i>	Brasília, 19 abr. 1996

ii) **Recortes do Livro Reportagem** - “O massacre – Eldorado do Carajás: uma história de impunidade” (2006/2007)

### 5.1.2 Procedimentos de análise

a) Identificar e extrair de cada texto metáforas representativas a partir da identificação da metáfora conceptual dominante:

O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS É UM ATO DE GUERRA

Nesse sentido, os conceitos metafóricos foram divididos em três categorias: metáfora orientacional, metáfora estrutural e metáfora conceptual dominante.

Na primeira categoria, a análise privilegia os conceitos e MARCHA É PARA CIMA e MARCHA É PARA BAIXO.

Na segunda categoria, os conceitos “luta” e “guerra” são vislumbrados por meio de universos metafóricos: LUTA PELA TERRA É GUERRA; ELIMINAÇÃO DO LATIFUNDIO É GUERRA, O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS É UM ATO DE GUERRA e suas interfaces com os demais.

As ações do movimento são analisadas: MST É INIMIGO; MST É AMEAÇA; MST É PERIGO VERMELHO; MST É TERRORISTA, considerando as expressões metafóricas.

Na terceira categoria, a análise privilegia a metáfora conceptual dominante O MASSACRE DE ELDORADO DE CARAJÁS É UM ATO DE GUERRA que, mediante estabelecimento de mapeamentos diversos, dão origem a diferentes realizações metafóricas.

<b>Primeira categoria: Metáfora Orientacional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MARCHA É PARA CIMA</li> <li>• MARCHA É PARA BAIXO</li> </ul>
<b>Segunda Categoria: Metáfora Estrutural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• LUTA PELA TERRA É GUERRA</li> <li>• ELIMINAÇÃO DO LATIFUNDIO É GUERRA</li> </ul>
<b>Terceira Categoria: Metáfora Conceptual Dominante</b>	<p>O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁ É UM ATO DE GUERRA</p>
<b>Ações do MST: Expressões Metafóricas</b>	<p>MST É INIMIGO  MST É AMEAÇA  MST É PERIGO VERMELHO  MST É TERRORISTA</p>

b) Interpretação da metáfora: estabelecer uma relação entre metáforas e os fatores



cognitivos e pragmáticos que as determinam.

- Identificação de metáforas conceptuais.
- Representação social metafórica.

Após a conclusão das etapas acima, organizaremos o trabalho de acordo com as metáforas conceptuais proeminentes dos cenários

A categoria “cenário” faz parte da análise na medida em que é uma categoria analítica intermediária entre o nível do domínio conceptual como um todo e os seus elementos individuais e sistemas metafóricos que estruturam o discurso focado, com comentários sobre suas possíveis ideologias subjacentes e exemplos linguísticos encontrados no corpus.

## 5.2 Metáforas orientacional e estrutural em análise

### - *Metáfora Orientacional*

As metáforas orientacionais estruturam o espaço de experienciação dos sujeitos, seja numa dimensão horizontal (para frente, para traz, para o lado), seja numa dimensão vertical (para cima, para baixo), a qual será destacada em nossa análise. Assim, MARCHA É PARA CIMA e MARCHA É PARA BAIXO são metáforas orientacionais que refletem formas de comportamento social e político por estarem integradas a uma experienciação concreta do mundo social dos sujeitos e que podem se complementar através de metáforas conceptuais como: MARCHA É DISPUTA e MARCHA É MANIFESTAÇÃO, como podemos notar nas construções metafóricas construídas pelo e sobre o MST nos enunciados abaixo:

#### a) Metáforas (essencialmente) Orientacionais

**MARCHA É PARA  
CIMA**

"**A marcha** a Brasília comandada pelo MST **elevou** ao máximo a simpatia internacional pelos pobres brasileiros. **Acrescentou**, nos países desenvolvidos, um quarto ponto na agenda de suas preocupações com o Brasil, até há pouco centralizada em três questões: índios, direitos humanos e meio ambiente"[...] (José Serra, *Folha de S. Paulo*, 21/04/97).

"Está na hora de **reerguermos as bandeiras**. [...] **As mobilizações** de massa, nessa conjuntura, ajudam o governo, não são contra o governo. As mobilizações são contra os banqueiros, os latifundiários e contra os que querem manter privilégios". (João Pedro Stédile, *Folha on line*. 01/04/2004).

**MARCHA É PARA  
BAIXO**

“Marcha frustrada: no Paraná a polícia **barrou manifestantes**, cinquenta foram feridos e um morreu” (Veja, 1997).

## b) Metáforas Conceptuais

### MARCHA É CONFRONTO

“É uma marcha **contra** a violência e a impunidade nos assassinatos de sem-terra [...]”,

“Sem-terra lidera marcha **contra** FHC” (FSP, 18/04/1997)

João Pedro Stedile, da coordenação do MST, defendeu as ações do movimento: “A inoperância do governo federal vai criando um clima de tensão nos assentamentos. Como estamos perto das eleições, o clima vai ficando pior. “**O momento de pressionar é esse**. É uma obrigação nossa **fazer essas manifestações** pelo país”, afirmou (FSP, 18/04/1997)

“Poucas estratégias poderiam ser mais eficientes para deslegitimar o **protesto**” (FSP, 18/04/1997)

É interessante ressaltar que as expressões a *marcha elevou [...]*; a *marcha acrescentou [...]*, utilizadas pelo então Ministro José Serra, revelam traços de um discurso, de certo modo, favorável à imagem do MST. Porém, não é um fato isolado, já que o conflito de Eldorado de Carajás (1997) deixou uma comoção pública evidente, ampliada pelo sucesso da novela O Rei do gado da Rede Globo de Televisão, exibida também naquele ano.

Para alguns políticos que se opunham às ações do MST, como o Ministro José Serra, por exemplo, o fato de posicionar-se contra o movimento naquele contexto, certamente não repercutiria favoravelmente ao partido e à sociedade como um todo, como podemos notar na reportagem da Folha de São Paulo (FSP, 19/04/1997):

“Nos dois momentos em que o presidente Fernando Henrique Cardoso se referiu ontem publicamente ao MST, não conseguiu entender-se com ele próprio. Ficou entre o conciliador e o acusador, entre menosprezar e valorizar a força do movimento. Do encontro fechado com a liderança do grupo, não havia informações até o momento de escrever. Enquanto o presidente não se decide, o que espanta é a mudança no tratamento dispensado ao MST pelos telejornais. Até faz pouco, o grupo era tratado como *um bando de radicais*. Agora, viraram *queridinhos da pátria*. “Efeito Rei do Gado”, palpita Gustavo Franco, o diretor da Área Externa do Banco Central, aludindo à novela da Rede Globo que introduziu os sem-terra no horário nobre”.

No caso do MST, sob a liderança nacional de João Pedro Stedile, as expressões *reerguermos as bandeiras*; *marcha contra a violência*; *O momento de pressionar é esse*; *fazer manifestações* são proferidas num contexto em que o governo era um aliado confesso: o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (1º mandato). Nota-se uma justificativa para os

protestos, afirmando quem, de fato, são os verdadeiros inimigos: os latifundiários e os banqueiros, ao contrário do mandato de FHC, onde os inimigos eram os latifundiários e o Governo.

Para o MST, essas palavras mostram a necessidade de lutar e as intenções do movimento de motivar os trabalhadores a se reconhecerem como um grupo organizado capaz de enfrentar as adversidades. Os exemplos mostram que a expressão “*reerguermos as bandeiras*”, significa andar de cabeça erguida, está relacionada com a posição de luta, disposição corporal, em fileiras, em movimento.

São motivos dessa natureza que fazem da metáfora (MARCHA É CONFRONTO) um instrumento simbólico para além de certa estilização do discurso para colocá-lo com a instrumentação de um sentido corporificado. A metáfora não ilustra o comportamento dos sujeitos, mas o materializa.

O punho esquerdo erguido, as palavras de ordem, destacam a identidade sem-terra, aquela à qual se apresenta ao público como um grupo organizado, politizado e que se difere dos oprimidos que não reagem, são subservientes. Marchar significa levantar a bandeira da luta. Nesse caso, percebemos o uso da metáfora orientacional relacionado à posição que os sem-terra ocupam perante a sociedade, pois a preposição *contra* impossibilita diluir o teor de confrontação necessária do MST por condições de vida mais dignas. Por isso, a direção nacional – representada por Stedile -, insiste, na motivação para a marcha:

*“O momento de pressionar é esse. E é uma obrigação nossa fazer essas manifestações pelo país. [...] De nossa parte continuaremos na luta, organizando os trabalhadores, realizando marchas e ocupações de latifúndios improdutivos e exigindo o cumprimento da lei” (JST, abr/96).*

A motivação/encorajamento é um exemplo de que o conceito metafórico orientacional MARCHA É PARA CIMA é coerente com a noção de que “marchar” é “mexer”, elevar o corpo e o espírito (sua dimensão corpórea), aumentar a autoestima dos trabalhadores sem-terra.

**“A mobilização social** que houve durante todo mês de abril [...] **foi impressionante** e refletiu o que nós já vínhamos sentindo na base havia algum tempo”, afirmou o líder sem-terra. Segundo Stedile, a “herança” do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e a continuidade do modelo econômico na gestão Lula obrigam os movimentos a se **“mexer”**. [...] “Nós recebemos uma herança perversa de acúmulo de problemas sociais durante oito anos e, agora, com a continuidade da política econômica, os trabalhadores e **os pobres estão percebendo que, se não se mexerem, não haverá mudanças”**. (Folha Online, 2002)

O MST, ao incentivar que os trabalhadores unidos marchem de cabeça erguida, tenham autoconfiança, demonstra que é indispensável a compreensão coletiva. O dirigente do MST enfatiza expressões como **mobilização social**, **mexer**, **mudança**, elementos integrados à dimensão cognitiva da metáfora em análise, como uma condição de destacar a força, o ideal e a vitória. O ato de **mexer** (marchar de cabeça erguida, animados, destemidos) é o único modo de demonstrar uma disposição para a luta, materializando a metáfora central da nossa discussão (O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS É UM ATO DE GUERRA).

Por esses exemplos iniciais, podemos recorrer a Lakoff & Johnson (2002) que reconhecem o papel da experiência com o corpo humano e com o meio na estruturação do sistema conceptual. Assim, os itens lexicais selecionados comandam simbolicamente a realização material de uma experiência de luta que o MST se propõe a praticar. Nesse sentido, a metáfora tende a estabelecer um movimento que parte do concreto para o abstrato, a dignidade, o *status*, a virtude, são aspectos que devem estar “para cima”, o que significa dizer que a construção metafórica se relaciona com o sentimento e, portanto, define esse sentimento por meio da metáfora orientacional.

Vimos até aqui que a metáfora orientacional está relacionada com a base física e social. Ao analisar esses enunciados, notamos que o objetivo do dirigente do MST é motivar os trabalhadores sem-terra pela expressão “mexer”, por meio das ações seguidas por uma pauta de reivindicações. Para tanto, a participação de um público ou de militantes nesse processo enunciativo faz-se presente, ou seja, como o próprio alvo de uma mensagem (como sujeito determinado ou como um *auditório social*), no discurso, implicando a elaboração de um enunciado “socialmente válido”, isto é, produzido nos limites de uma dimensão sociocultural na qual os participantes estão englobados e podem reconhecer situações que os aproximam, numa marcha de cabeça erguida, capaz de **mexer** com a militância e com a sociedade que os assiste. A **marcha** é o fio que liga os interlocutores e permite ao MST a interação com o seu público e vice-versa.

#### - *Metáforas Estruturais*

As Metáforas Estruturais são responsáveis pela estruturação de conceitos, tendo como base outros conceitos que lhes são correlatos ou que se tornam correlatos em função de uma sistematicidade que tem como fonte uma metáfora matriz. Na presente análise, estamos assumindo a metáfora A LUTA PELA TERRA É GUERRA como matriz estruturante para outros conceitos relativos ao episódio em análise.

Nesta segunda categoria, vamos privilegiar a análise do conceito ‘luta pela terra’ e outros conceitos associados ao universo bélico que são projetados no movimento do MST. Fundamentalmente, isso será realizado por meio de universos metafóricos representados pela expressão LUTA PELA TERRA É GUERRA e pela extensão a outras expressões como MST É AMEAÇA; MST É PERIGO VERMELHO; MST É TERRORISTA.

O primeiro conceito, como já dissemos, é a *Luta pela Terra*. Analisamos a construção de uma metáfora estrutural para explicar outras ações do MST para conquistar a terra (Reforma Agrária) que podem ser desdobradas a partir dessa matriz conceitual. Nesta perspectiva identificamos que os enunciados estão relacionados com o conceito “Guerra”, como podemos notar na reportagem da Folha:

“MST quer manter '**guerra** permanente', diz governo.  
Relatório interno do governo diz que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) definiu que vai "manter uma verdadeira **guerra permanente**" contra o Executivo. Assessores do presidente Fernando Henrique Cardoso consideram o MST o principal foco de "**tensão social**" do atual governo. Chegam a avaliar que os líderes do movimento podem perder o controle sobre a organização, com **consequências imprevisíveis**. Essa avaliação fez com que o Palácio do Planalto determinasse um acompanhamento sistemático das ações do grupo, principalmente depois do **incidente de Eldorado do Carajás** (PA). Na época - abril de 1996 -, 19 sem-terra morreram durante **conflito** com a Polícia Militar. O governo avaliou que foi pego de surpresa por esse e outros episódios envolvendo sem-terra". (FSP, 30/12/1996)

No título da matéria, encontramos uma referência direta à metáfora matriz pelo uso da expressão “guerra permanente”. É este movimento, qualificado pela expressão, que corporifica a conquista da terra como a meta prioritária do MST, como a sua marca identitária, razão de sua existência. A organização dos trabalhadores em torno desse movimento, já caracterizado na metáfora orientacional, sempre manteve o propósito de combater o latifúndio, forjar a Reforma Agrária no Brasil e proclamar a sua sobrevivência pela conquista da terra. Essa meta aparece respaldada na metáfora-matriz A LUTA PELA TERRA É GUERRA e no aglomerado de tantas outras metáforas que giram em torno dela, como veremos no decorrer desta análise.

As expressões destacadas nos enunciados espelham a metáfora em análise. Inicialmente, temos a palavra *guerra*, ainda que em circunstâncias enunciativas diferentes por se tratar de um locutor que atribui ao MST tais predicções. Além de *guerra permanente*, repetida no corpo da matéria, expressões como *tensão social*, *consequências imprevisíveis*, *incidente de Eldorado do Carajás*, *conflito* respaldam o teor estrutural da metáfora-matriz, pois é a partir delas que podemos avaliar outros efeitos metafóricos decorrentes. Assim,

*tensão social* é um efeito de sentido, que aqui assume o teor belicoso por se associar metaforicamente a *guerra permanente*. O mesmo se pode dizer de *consequências imprevisíveis, incidente* que se deixam contaminar pela metáfora-matriz, inserindo-se numa dimensão de um campo de efeitos gerado por guerra.

Por outro lado, o enunciado “A **Guerra Amazônica** pela Terra no Sul do Pará” (JST, 1997), por exemplo, destaca o objetivo (e o cenário) da guerra, isto é, a posse da ‘terra no Sul do Pará’, o que implica a pressuposição de *luta*, como o elemento que materializa a ideia de *acontecimento* na matriz metafórica. Da mesma forma, os enunciados “Uma tragédia anunciada no *complexo macaxeira*” (*O Globo*, 1996), e “Senado cria comissão para apurar *chacina no Pará*” (Diário do Nordeste, 1996), destacam o cenário da guerra – *complexo macaxeira* - e suas consequências – *chacina no Pará*. A caracterização deste cenário acolhe as ações de luta, de batalha e de confrontação que materializam a grande metáfora experienciada pelo MST: LUTA PELA TERRA É GUERRA. Vejamos os dois enunciados abaixo:

“Muitos homens começaram a descer dos ônibus da polícia e **montar o acampamento**, por volta de três da tarde, e ficaram cerca de 90 minutos preparando-se, como se fossem para uma **guerra**”, relata Oliveira. (*Jornal Brasil de Fato*, 2011);  
 “O trabalhador em busca de terra/acaba encontrando a **guerra**. Alguns tiveram mais sorte, mas 19 acharam a **morte**” (militante do MST, Gilson Lira, 1996).

Os enunciados são quase proféticos ao traçar o caminho do MST - *como se fossem para uma guerra* – e seu inevitável embate na luta pela terra: *acaba encontrando a guerra*. Igualmente, podemos destacar aqui o papel da metáfora estruturante por acolher em seu campo conceitual uma expressão que, aparentemente, seria indiferente ao sentido de guerra – *montar acampamento* -, mas que assume aqui o teor beligerante, ao lembrar o sentido de trincheira, de abrigo para a guerra. Assim, todas essas observações se tornam coerentes com a ideia da metáfora-matriz de que LUTA PELA TERRA É GUERRA. Vejamos outros desdobramentos da metáfora estrutural.

### MST É INIMIGO

A extensão estrutural da metáfora-matriz (LUTA PELA TERRA É GUERRA) permite gerar outras metáforas. Nesse caso, a correlação conceitual entre *guerra* e *inimigo* possibilita a estruturação da metáfora MST É INIMIGO, que sustenta uma disseminação de sentido por diversas outras formas metafóricas materializadas nos discurso, como se pode notar no trecho abaixo:

“O governo resolveu adotar uma linha mais dura para **enfrentar o MST**. O objetivo é **impedir** não apenas as invasões de sedes do Incra, como o MST vem fazendo nas grandes cidades, mas também a ocupação de fazendas, ação preferencial dos sem-terra. A proposta aprovada na reunião foi coordenar a **repressão ao MST** no Gabinete Militar da Presidência, em vez de deixar a tarefa para os governadores de Estado, como aconteceu até a semana passada. Toda vez que se verificar que as polícias militares não estão dando conta dos conflitos, **tropas do Exército serão chamadas**”. (Veja, 26/06/96).

O sintagma *adotar uma linha dura* significa, como numa guerra, adotar uma estratégia para enfrentar o *inimigo*, neste caso, o MST, materializado na metáfora. Para *impedir invasões, ocupações de fazendas, conflitos*, supõe-se que a ação esteja decorra de um agente não amigável, isto é, um *inimigo*, o que nos faz voltar à metáfora. Numa guerra, é de praxe a *repressão ao inimigo, apoio militar, convocação das tropas do exército*, enfim o inimigo precisa ser enfrentado como tática de guerra, o que nos remete tanto a essa metáfora local – MST É INIMIGO - como à metáfora-matriz – LUTA PELA TERRA É GUERRA. Com esses exemplos, efetua-se, assim, o mapeamento entre “MST” e “inimigo”, a partir de toda uma ramificação metafórica construída a partir dessa metáfora local.

Numa dimensão política, constata-se que, para o Governo FHC, o MST é um inimigo de guerra. Ele - o governo - é o general que indica a função da polícia e, até mesmo, as tropas do Exército como instrumentos a combater o inimigo. As palavras “enfrentar”, “impedir”, “repressão ao MST”, demonstram a ação do presidente, um líder que tem autoridade para conchamar a guerra. Observa-se que a construção metafórica MST É INIMIGO, mostra o empenho do governo para vencer uma possível batalha. Por esse motivo, as metáforas são mais do que uma estilização do discurso, são antes formas concretas que caracterizam ações no campo social, ações concretas que colocam agentes sociais em campos antagônicos como mostra a metáfora presente e suas extensões.

### MST É AMEAÇA

MST É AMEAÇA é outra metáfora gerada a partir da matriz estrutural (LUTA PELA TERRA É GUERRA). Aqui, a correlação conceitual entre *guerra* e *ameaça* é que permite a estruturação dessa nova metáfora que, por sua vez, sustenta uma disseminação de sentido por diversas outras formas metafóricas marcadas no discurso em análise, como se pode notar no trecho abaixo:

“MST **usa armas** e tem uma tradição de **enfrentar** a polícia” (Veja. São Paulo, ed. 1.441, 24 abr. 1996, p. 38).  
 “[...] os sem-terra **invadem** propriedades, **desrespeitam** a lei e **enfrentam**”

a polícia. Já **morreram** e **mataram** nesses conflitos. (Veja. São Paulo, ed. 1.491, 16 abr. 1997, p. 34).

O primeiro enunciado apresenta duas afirmações: a) *o MST usa armas*; e b) *o MST enfrenta a polícia*. Esses sintagmas teriam um uso normal se não fossem sustentados pela metáfora em análise e que inserem o MST no domínio de guerra, daí *o MST é uma ameaça*. O segundo conecta um conjunto de ações, fazendo delas uma rede de causalidade compatível com um contexto de guerra. Assim, *invadir, desrespeitar, enfrentar, morrer e matar* são todas ações pertinentes a um campo de batalha e que fazem do MST, portanto, uma ameaça à sociedade, motivando a violência.

Além do mais, pode-se notar que a metáfora **MST É UMA AMEAÇA**, desdobra-se numa outra: **MST É PERIGO VERMELHO**, num processo recursivo que trazem outras ações e fatos para a ideia central de guerra, embate que o próprio movimento, materializa, simbolizado pela cor vermelha:

“O Abril Vermelho não é um **roteiro de ocupações e invasões de terra**, mas sim um **movimento de mobilizações** organizadas [...] é preciso aproveitar este primeiro de abril para **envermelhar o Brasil**. Vamos partir para as estradas. Nem que seja em **passeatas**, calados, quietos **em protesto contra o capital**”(Jornal Último Segundo, 2004).

“Abril vai ser o **mês vermelho**. Servidor público, estudantes, a turma da moradia, nós, os sem-terra [...], **nós vamos infernizar**” (*Diário Vermelho online*, 28/03/2004).

A metáfora é construída através de uma imagem convencionalizada na ideologia do MST: a cor vermelha, que, entre outros aspectos, personifica a cor do socialismo/comunismo. Esses trechos refletem essa escolha como símbolo de resistência; uma resistência marcada por uma forma de ação que contrapõe *roteiro de ocupações, invasões de terra*, tão a gosto da denominação da mídia tradicional ao referir-se ao MST, a *movimento de mobilizações*. O objetivo de *envermelhar o Brasil*, de marcar abril como *mês vermelho* por meio de *passeatas*, de *protestos contra o capital* e até de *vamos infernizar*, como extensão imagética do vermelho, é o modo pelo qual o MST torna viável mostrar à sociedade a questão agrária no país.

No Brasil os movimentos e organizações sociais, partidos de esquerda e sindicatos, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, trazem em sua ideologia a gênese socialista, evidenciada nas cores das bandeiras, camisa e demais adereços identitários. A bandeira do MST carrega, além da cor vermelha, a foice e a enxada (esta última substitui o martelo comunista, mas mantém similaridades com o socialismo). Na base desta imagem



convencionalizada, constrói-se o mapeamento entre um “perigo vermelho”, porque é providencial nos momentos posteriores ao massacre de Eldorado e a reação do MST nas suas manifestações e marchas pelo país.

Entretanto, essa mesma simbologia do vermelho, marca universal do pensamento e das organizações de esquerda, é vista pela mídia tradicional como ameaça política, como intolerância e como ameaça às liberdades individuais, conforme se nota nos trechos publicados na Revista Veja:

“A **esquerda** com raiva – inspirados por ideais **zapatistas, leninistas, maoístas** e cristãos, os líderes do MST pregam a **implosão da democracia burguesa** e sonham com um **Brasil socialista**” (Veja, 1998)  
 “A tática da baderna – O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a **revolução socialista**” (Veja, 2000)  
 “Numa palavra, o MST não quer mais terra. O movimento quer toda a terra, quer **tomar o poder** no país por meio da **revolução** e, feito isso, **implantar** por aqui um **socialismo** tardio (Veja, 2000)”.

As informações são todas contaminadas pelo sintagma *esquerda com raiva* a partir do qual a Revista estende sua para *implosão da democracia, tomar o poder, implantar o socialismo*, como se tais ações trouxessem como resultados apenas denominações como *zapatistas, leninistas e maoístas*.

### MST É TERRORISTA

Uma terceira extensão metafórica da matriz (LUTA PELA TERRA É GUERRA) associa MST a terrorista. A correlação conceitual entre *guerra* e *inimigo*, materializada pela metáfora MST É TERRORISTA, dissemina-se por diversas outras formas metafóricas que aparecem nos discurso sobre o MST:

“**Ligações perigosas** – escuta mostra que o MST orientou a **facção criminosa PCC** a organizar uma manifestação” (Veja, 2005)  
 “Assim como os internatos muçulmanos, as escolas dos Sem-Terra **ensinam o ódio** e instigam a **revolução**. Os infiéis, no caso, somos todos nós” (Veja, 2004)  
 “O **terror** contra o saber – braço feminino do MST **destrói** laboratório com mais de uma década de pesquisas” (Veja, 2005)  
 “Stédile declara **guerra**” (Veja, 2004)

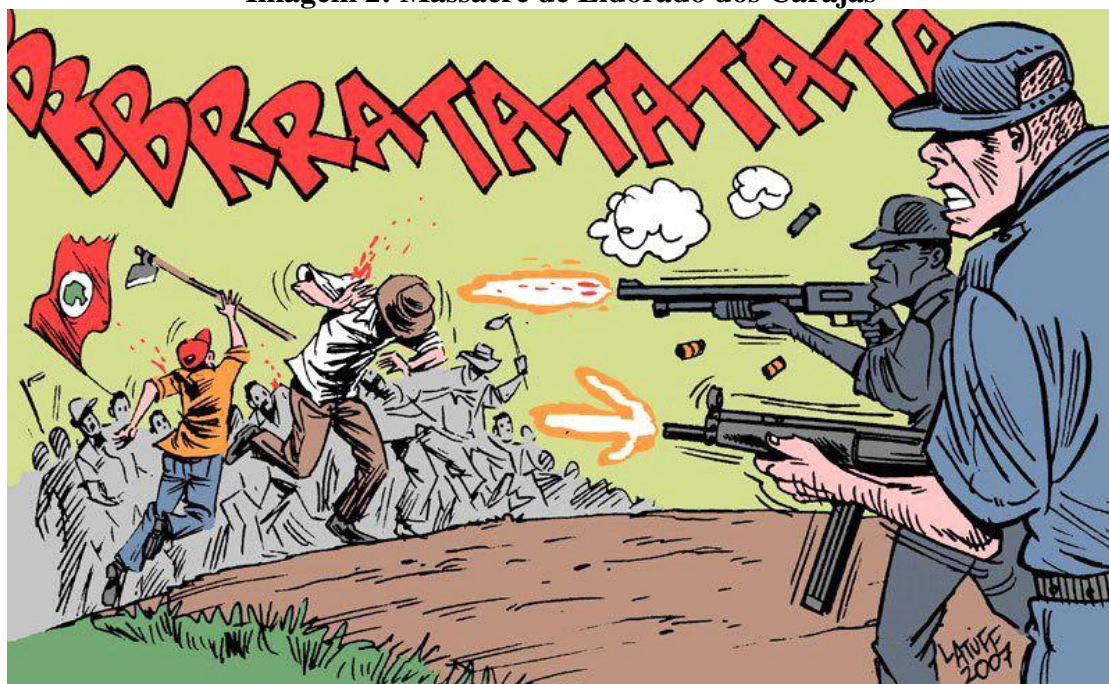
No conceito metafórico *MST é terrorista*, por exemplo, observamos a criação de um inimigo poderoso, difícil de ser derrotado, cujas ações são violentas e semelhantes a grupos terroristas que aliciam seguidores: *facção criminosa; ensinam o ódio; instigam a revolução; terror contra o saber; destrói; declara guerra*. Além disso, associa-o ao PCC, com a ideia de que o seu poder ultrapassa o plano de uma auto-organização, servindo de base

para organização desta facção.

Portanto, o que se nota, nas publicações da revista em questão, é a materialização de um estado beligerante sob o comando do MST.

### 5.3 Extensões Metafóricas a partir de “Luta pela terra é Guerra”

Imagem 2: Massacre de Eldorado dos Carajás



Fonte: Arquivos Secretaria Nacional do MST

Seguem abaixo alguns exemplos de trechos dos discursos proferidos sobre o MST, em que identifica o problema da luta pela terra com a guerra por meio de uma rede metafórica conceptual:

**CONFRONTO É  
GUERRA**

**Confronto mata pelo menos 19 no Pará** (FSP, 18/04/1996)

Um **confronto** entre a Polícia Militar e sem-terra, por volta das 17h de ontem, no município de Eldorado de Carajás (oeste do Pará), deixou pelo menos 19 mortos e vários feridos, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Pará.

"Os corpos têm **várias perfurações de bala**, inclusive na cabeça. É provável que o número de cadáveres aumente" [...].

O secretário de Segurança Pública do Pará, [...], afirmou que [...] "**o quadro é assustador**".

Até disse que até as 22h15 não havia conseguido falar com o comandante da operação no local para saber mais detalhes sobre o **confronto** e para saber se houve excesso da polícia.

"Ainda não temos uma avaliação precisa, mas um companheiro que esteve no local afirmou que as **vítimas fatais** foram muitas", afirmou Charles Trocati, da direção estadual do MST no Pará.

Os policiais e sem-terra feridos estavam sendo transferidos para Marabá - distante 80 quilômetros de onde ocorreu o **conflito**.

Segundo o secretário de Segurança, **os policiais foram recebidos a tiros, pauladas e pedradas** pelos sem-terra. O MST afirma que os policiais começaram o **tiroteio** e que os sem-terra usavam apenas enxadas e foices.

Câmara afirmou que os policiais foram obrigados a **reagir** para se **defender**. "É lamentável que os sem-terra tenham tomado essa atitude de confronto após tanta negociação para resolver o problema de terra no Estado", afirmou. (FSP, 18/04/1996)

Esta narrativa da Folha de São Paulo traz uma formatação da matéria em termos de um campo de batalha, onde nas apenas as ações descritas *confronto, conflito, tiroteio, perfurações a bala, reagir, defender*, como objetos e fatos decorrente das ações, isto é, *cadáveres, mortos, feridos, vítimas*. Tudo que se destaca nessa narrativa relaciona-se com o conceito "Guerra", portanto, há uma motivação para a ação bélica. A matéria chama a atenção para o fato de que a luta do MST é "uma verdadeira guerra". Para mostrar isso, utiliza-se de expressões linguísticas que reforçam essa intenção de combate. "*É lamentável que os sem-terra tenham tomado essa atitude de confronto [...]*". Nas entrelinhas nota-se uma atribuição de responsabilidade ao MST, conferindo-lhe a culpabilidade, marcado pelas expressões - **lamentável, tenham tomado e atitude de confronto** - que conferem ao movimento a iniciativa de guerra.

Na rede metafórica conceptual LUTA PELA TERRA É GUERRA, emerge o conceito metafórico MILITÂNCIA É SOLDADO, que engloba os movimentos sociais organizados, militantes, agricultores, jovens e a população de uma forma geral. Esse conceito nos mostra que o líder do MST assume o papel de comandante da pátria e convoca todo o brasileiro como soldado para participar do combate ao latifúndio.

"**Vamos quebrar o tabu** da reforma agrária com esse assentamento, por isso os fazendeiros são tão raivosos, por isso patrocinaram o massacre. Mas **vamos resistir**" (João Pedro Stedile, *Jornal do Brasil*, 22/09/96)

Afirma João Pedro Stedile: "De nossa parte **continuaremos na luta, organizando** os trabalhadores, **realizando marchas e ocupações** de latifúndios improdutivos e **exigindo** o cumprimento da lei" (*JST*, abr/96).

Neste caso, a militância assume, por pressão estrutural da metáfora, valor de um soldado nessa guerra; o MS, personalizado por seu líder nacional, é aquele que comanda, que organiza a tropa, que indica a função de cada soldado (militantes) e, finalmente, os trabalhadores brasileiros: os mantenedores dessa guerra. As expressões "*Vamos quebrar o tabu*", "*vamos resistir*", "*continuaremos na luta*", "*realizando marchas*", "*organizando os*

*trabalhadores*”, “*realizando marchas e ocupações*”, “*exigindo o cumprimento da lei*”, demonstram a ação do MST, com o objetivo de motivar os trabalhadores e tornar público a força do movimento. Trata-se de um convite aberto à sociedade para participar dessa guerra: um discurso feito por um líder, que tem autoridade para conclamar a guerra.

Nesse sentido, emerge a construção metafórica “ELIMINAÇÃO DO LATIFÚNDIO É GUERRA”, que, por sua vez, destaca o empenho do MST em mostrar a força coletiva desse movimento, ao mesmo tempo, que pretende atrair a atenção da sociedade, um detalhe fundamental para vencer essa batalha. Por esse motivo, o caráter persuasivo no discurso deve ser ressaltado, visto que, quando um país está em guerra todos se mobilizam de alguma forma para vencer.

[...] O Movimento dos Sem-Terra é hoje um ator de primeira grandeza na cena política quer pelo assentamento legal dos **invasores**, quer pela permanência deles nas **terras ocupadas**, quer pelo convencimento das autoridades públicas de que não se deve impor o respeito à lei, mas aceitar as invasões e negociar. Pelas razões acima expostas e outras mais, **o fato é que a organização nacional do movimento conseguiu êxitos políticos inegáveis na sua política de invasão.** (*O Estado de S.Paulo*, 03/11/95)

Muitos discursos da mídia hegemônica foram marcados por um teor narrativo, ora qualificado por ironias – *ator de primeira grandeza* -, ora por ressaltar contradições – *assentamento legal dos invasores* -, ora ainda pelo caráter da permissividade do poder público – *não se deve impor o respeito da lei, mas aceitar as invasões* -, mas que se escancaram na sua intolerância em aceitar a discutir uma causa social importante, como uma distribuição justa das terras produtivas – *êxitos políticos inegáveis na sua política de invasão*.

Alguns linguistas afirmam que devemos conhecer melhor a ideia de inimigo para retirar da metáfora o máximo de proveito, pois estão escondidas muitas informações nesse tipo de enunciado, depende do leitor fazer as devidas considerações sobre o tema e as possíveis associações. Isso é algo que podemos avaliar nessa matéria ESP: o caráter da intolerância se inscreve numa argumentação de usar luvas de pelica para desfechar socos contundentes.

### 5.3.1 *O locus do confronto*

Para visibilizar o campo de batalha onde a guerra se propaga, utilizamos o conceito metafórico que é ELDORADO É CAMPO DE BATALHA. Dessa forma, não apenas o MST, mas, também todas as notícias que circulam sobre o conflito, delimitam o território da batalha

e as ações que ocorrem nesse espaço. Assim, a construção metafórica é finalizada, mostrando o lugar Eldorado, como a fotografia do Brasil Agrário, o lugar onde ocorre uma guerra que impressiona a sociedade.

Eldorado dos Carajás é o campo de batalha nessa guerra. Embora com toda carga de violência humana que a polícia protagonizou, devemos pensá-la como uma metonímia para todo o movimento, ela se estende em muitas outras áreas, onde quer que o latifúndio se faça presente. Primeiramente o MST quer vencer o latifúndio, representado pelos fazendeiros do Pará, que são guarnecidos pela polícia local. Em campo aberto a batalha se materializa, resumida na reportagem do jornal A Folha de São Paulo (1996):

Um **confronto** entre a Polícia Militar e sem-terra, por volta das 17h de ontem, no município de Eldorado de Carajás (oeste do Pará), deixou pelo menos 19 mortos e vários feridos [...]

"Os corpos têm várias perfurações de bala, inclusive na cabeça. É provável que o número de cadáveres aumente", disse o médico. O secretário de Segurança Pública do Pará, afirmou que "o quadro é assustador".

Até disse que até as 22h15 não havia conseguido falar com o **comandante da operação** no local para saber mais detalhes sobre o confronto e para saber se houve excesso da polícia.

"Ainda não temos uma **avaliação precisa**, mas um companheiro que esteve no local afirmou que as vítimas fatais foram muitas", afirmou Charles Trocati, da direção estadual do MST no Pará.

Os policiais e sem-terra feridos estavam sendo transferidos para Marabá - distante 80 quilômetros de onde ocorreu o **conflito**. [...] (FSP, 18/04/1996)

Nessa tentativa de situar histórica e geograficamente o episódio, é importante não apenas o reconhecimento de uma região de latifúndios, marcada pela violência na disputa de terras, mas também a presença dos agentes envolvidos. O texto ressalta, do lado do poder público, *Polícia Militar, médico, Secretário de Segurança Pública-PA, comandante da operação* e do outro, sem-terra, diretor do MST, mas desconhece aqueles que representam a origem do problema: os latifundiários. Embora agindo como poder público, os integrantes do pelotão do massacre são apenas um instrumento a serviço de uma intolerância, aqui perversa, contra um movimento social. Nas manchetes, esse conflito entre os agentes fica evidenciado: aqui o poder público se coloca a serviço do latifúndio.

Polícia iniciou tiroteio, dizem os feridos (FSP, 19/04/1996)  
 MST diz que há "política de extermínio" (FSP, 19/04/1996)  
 Incra acusa "política" do MST (FSP, 19/04/1996)  
 Ministro culpa trabalhadores (FSP, 19/04/1996)

### 5.3.2 O massacre de Eldorado de Carajás é um ato de guerra

Essa rede metafórica não foi simplesmente uma maneira de ver a realidade, ela constitui uma justificativa para mudanças de conduta e para ações políticas e econômicas. A aceitação real da metáfora permitiu certas inferências, por exemplo, apesar da definição de inimigo relacionar-se, em primeiro momento com os policiais envolvidos na chacina, ocorre, também, outras indicações metafóricas, como “POLICIAL É CRIMINOSO”; “MANDANTE É CRIMINOSO”, “GOVERNO É CULPADO”, “POLICIA É CULPADA”. Esse conjunto de metáforas secundárias, mas nem por isso menos importante emerge das relações de tensões que caracterizam o massacre. Podemos apontar algumas extensões discursivas dessa rede de relações:

**POLICIAL É  
CRIMINOSO**

“[...] Pelo menos três policiais militares já foram processados por **homicídio** a mando de fazendeiros locais” (*FSP*, 27/04/96).

**MANDANTE É  
CRIMINOSO**

“A **ordem** para a ação policial partiu do Secretário de Segurança do Pará, [...], que declarou, depois do ocorrido, que autorizara "usar a força necessária, inclusive **atirar**" (*JST*, 1998).

**GOVERNO É  
CULPADO**

“Na sexta-feira passada, num **reconhecimento de culpa**, o governador do Pará anunciou um projeto para pagar pensão vitalícia às famílias das vítimas” (*Veja*, 1996).

**POLÍCIA É  
CULPADA**

“[...] Almir Gabriel decidiu responsabilizar um coronel da PM pela violência e pelas mortes” (*Veja*, 1996).

A falta de provas para enquadrar os supostos responsáveis indiretos pelo massacre (neste caso, os mandantes/fazendeiros e/ou o governo do estado do Pará), não permite que o cenário “crime” seja levado às últimas consequências (justiça-punição) uma vez que não havia, ainda, um criminoso definido, além da ação policial (autorizada por alguém): quem eram os responsáveis pelo ato em si: os policiais que atiraram nos sem-terra ou os supostos mandantes?

O enquadramento inicial como crime ressalta o fato de que não havia elementos que justificassem uma situação de guerra. Assim, o cenário de crime foi dando lugar ao cenário de guerra:

“Muitos homens começaram a descer dos ônibus da polícia e montar o acampamento, por volta de três da tarde, **e ficaram cerca de 90 minutos preparando-se, como se fossem para uma guerra**”, relata Oliveira. (*Jornal Brasil de Fato*, 2011)

Dentro desse enquadramento conceptual estruturado pela metáfora “O MASSACRE DE ELDORADO DE CARAJÁS É UM ATO DE GUERRA”, a população percebeu que estava diante de uma situação de guerra, e não de crime. Destacamos que essa situação não se enquadra no que é, canonicamente, entendido como guerra, como visto no capítulo dedicado a definições de guerra. Não havia exército inimigo, regimentos, tanques, navios, força aérea, campo de batalhas, alvos estratégicos e nenhum ato de vitória claramente identificado na ocasião do massacre de Eldorado dos Carajás. Não se veem elementos para uma guerra “literalmente falando”, o que nos remete a Lakoff (2001, p. 05), ao afirmar que “uma vez que o conceito de ‘guerra’ não se enquadre, há uma busca frenética por metáforas”. E por que as metáforas de guerra?

O conceito “guerra” evoca a ideia de que os trabalhadores ligados ao MST estariam sob um ataque militar – um ataque que só pode ser respondido com um contra-ataque:

“O **confronto** ocorreu no instante em que cerca de 200 policiais militares tentavam desimpedir a rodovia PA-150. **A estrada tinha sido interditada por cerca de 3.500 sem-terra** no início da tarde de ontem, segundo o MST.  
Segundo o secretário de Segurança, **os policiais foram recebidos a tiros, pauladas e pedradas pelos sem-terra**. O MST afirma que os policiais começaram o tiroteio e que os sem-terra usavam apenas enxadas e foices”. (*FSP*, 18/04/1996)

#### 5.4 Análise das metáforas conceptuais subjacentes aos relatos do massacre

Já que o corpus desse trabalho consiste de falas sobre o MST, direcionadas ao Massacre de Eldorado dos Carajás e as consequentes ações dessa organização nos conflitos

agrários vivenciados a partir de então, foi necessário explicitarmos as diferentes formas como essas falas foram relatadas nos jornais e no livro “O massacre – Eldorado do Carajás: uma história de impunidade”.

A força e a flexibilidade da linguagem é extremamente ampliada quando ela é capaz de se referir a uma fala dentro de outra. E esse processo é feito através de inúmeras formas. O corpus consiste naquilo que a opinião pública<sup>14</sup>, o MST e seus colaboradores falaram sobre o evento de 17 de abril (o Massacre de Eldorado dos Carajás) e o que aconteceu a partir de então.

Vimos, anteriormente, o papel determinante da metáfora em moldar consciências (LAKOFF, 1996), em possibilitar a construção de uma rede conceitual que interliga enunciados, sintagmas, signos, todos conectados à grande metáfora, ajudando a articular a presença do MST na sociedade brasileira e disseminados pela mídia. Assim, uma análise das metáforas conceptuais subjacentes aos relatos envolvendo o Massacre de Eldorado dos Carajás e os acontecimentos posteriores podem nos ajudar a compreender como a aceitação e/ou rejeição dos brasileiros às ações do MST foram, em parte, determinados pela linguagem metafórica presente na mídia, na época.

Os fatores históricos determinantes da aprovação e/ou rejeição dos conflitos (guerras) mencionados pelo público foram extremamente complexos, e não é a nossa intenção atribuir essa recepção favorável apenas às metáforas por meio das quais o conflito é apresentado. Entretanto, uma análise da linguagem figurada usada em diversos textos sobre as ações do MST no Livro, em reportagem e nos jornais, indica um papel claro dessas metáforas como ferramentas, diretas ou indiretas, de persuasão, mas também da construção possível de redes associadas.

Depois de analisarmos as expressões metafóricas verificamos que poderiam ser licenciadas por diferentes metáforas conceptuais, do tipo *estrutural*, sendo a mais central e abrangente:

**O MASSACRE DE ELDORADO DE CARAJÁS É UM ATO DE GUERRA**

---

<sup>14</sup> Charaudeau (2006), explica que a mídia, de modo geral, transforma um acontecimento em notícia interpretada por um jornalista que organiza seu discurso de acordo com o público alvo do jornal para o qual trabalha. Esse discurso corresponde à possibilidade de se propagar uma crença, legitimando grupos dominantes.



Quando os leitores se deparam com várias expressões linguísticas motivadas por essa metáfora, eles estão, de certa forma, sendo convidados a focar as características de um acontecimento/evento como um “ato de guerra”. A inevitabilidade de uma guerra, em grande parte construída discursivamente, pode diluir possíveis questionamentos sobre as verdadeiras razões para a guerra ou, até mesmo, justificar determinados eventos, mesmo que criminosos, como atos suficientes para se estar em guerra.

Apesar de estar respaldado, empiricamente, nas marcas linguísticas das metáforas conceptuais que propomos para mapearmos conceptual e ideologicamente o discurso sobre os acontecimentos enfocados, temos consciência de que poderá haver outras leituras alternativas àquela que aqui apresentamos.

Considerando que a análise crítica da metáfora pressupõe a inevitabilidade de um recorte subjetivo e ideológico, outros leitores poderão ver outras relações que não necessariamente estão presentes naquelas metáforas identificadas. Assim, deixamos claro que as metáforas conceptuais aqui enfocadas e suas ideologias subjacentes são, em última análise, frutos desse recorte.

### 5.5 Guerra das palavras: sentimentos subjetivos e julgamentos explícitos

Imagem 3 – Massacre de Eldorado dos Carajás



Fonte: Jornal do Brasil, 07/05/1996

Ai, palavras, ai palavras,  
sois o vento, ides no vento,  
e, em tão rápida existência,  
tudo se forma e transforma!  
Ai, palavras, ai palavras,  
que estranha potência, a vossa!

Cecília Meireles

Esta análise seguiu uma organização cronológica, para que o processo de (re)significação relatado e discursivamente construído pela mídia em torno do acontecimento de 17 de abril de 1996 pudesse ser identificado.

Partimos da convicção de que metáforas conceituais, por meio de suas marcas linguísticas, foram essenciais nesse processo. Como vimos na introdução deste trabalho, a reação ao massacre de Eldorado dos Carajás, em primeiro lugar, foi marcada, discursivamente, pela expressão da incredulidade, de sentimentos subjetivos e de julgamentos explícitos sobre o acontecimento. Conceptualizar cognitivamente e linguisticamente seus contornos históricos e políticos não foi um processo imediato, ao menos para este caso em análise.

Ora, se o substantivo *barbárie* é contrário a tudo aquilo que é a condição humana de progresso, avanço e desenvolvimento, acionamos aqui uma metáfora conceptual que encampa a incredulidade e a “falta de palavras” para descrever tanto o choque inicial quanto o acontecimento em si: **BARBÁRIE É GUERRA**, que podemos acompanhar pelas citações seguintes:

“Isso não é triste. É uma **Barbaridade**” (*Diário do Pará*, 1996)  
 “A mais **bárbara** chacina de trabalhadores sem-terra já cometida no país” (*IstoÉ*, 24/04/96).  
 “**Cruel chacina**” (*CNBB*, 1996)  
 “**Tragédia** vergonhosa” (*FSP*, 1996)  
 Fernando Henrique desceu de seu gabinete no Planalto para dizer que considerava o episódio “inaceitável, injustificável, e que constrange o país e o presidente da República” (*Veja*, 1996).  
 “Não precisamos da eliminação de vidas inocentes em atos bárbaros de violência para sermos solidários e termos consciência.” (Marina Silva, ex-senadora da República e ministra do Meio Ambiente no governo Lula).

A metáfora do conduto (REDDY, 1979) foi aqui acionada: palavras são recipientes que contêm significados. Mas neste caso, os recipientes se mostraram inadequados diante da dimensão do significado. No primeiro enunciado, *barbaridade* foi a forma que o locutor escolheu para mostrar que está muito além de um sentimento *triste*; no segundo e no terceiro, o termo *chacina* que já é por si próprio perverso aparece qualificado, respectivamente, por *mais bárbara* e *cruel*; no quarto, existe um deslizamento para o termo *tragédia* com uma qualificação também significativa para o teor perverso do ato – *vergonhosa* -; e, por último, duas manifestações com uma qualificação protocolar do episódio que procuram racionalizar o inadmissível – *inaceitável, injustificável, Não precisamos da eliminação de vidas inocentes* -, mas que perde em emoção e até em comoção face aos julgamentos anteriores. Nada melhor para quebrar esse distanciamento protocolar do que colhendo a fala de um dos sobreviventes.

Nele, a linguagem é pura emoção e se volta também para a sua função expressiva: cidadãos comuns que experienciaram a “magnitude do acontecimento”: “*Nós não queria guerra não. Nós ‘queria’ era terra pra trabalhar*” (José Agarito, sobrevivente, *JST*, 1996).

Essas expressões de perplexidade e indignação, marcadas por metáforas ontológicas, relacionados a emoções como descrença, tristeza, choque e raiva; são acompanhadas de um julgamento, ainda subjetivo (indicado pelo uso de adjetivos como horrível, terrível, covarde, triste, trágico, bárbaro) do evento em si.

Outra metáfora que merece um destaque para nossa análise é: CARANDIRU DA AMAZÔNIA É GUERRA:

<p>"Carandiru da Amazônia" (Veja, 1996)</p>
---

O termo “Carandiru” foi uma forma de dinamizar conceptual e semanticamente a tragédia de Eldorado dos Carajás. Os jornalistas Mônica Bergamo e Gerson Camarotti (Veja, 1996), encontram paralelo no massacre do Carandiru, episódio que resultou, segundo a versão oficial apresentada pelas autoridades da época, na morte de 111 detentos do pavilhão 9 do maior presídio da América Latina, localizado em São Paulo e que foi invadido pela tropa de choque da Polícia Militar no dia 2 de outubro de 1992. O apelo à guerra via metáfora, estava feito: "Carandiru da Amazônia".

## 5.6 O acontecimento 17 de abril é crime

Havia uma preocupação da direção nacional do MST e seus colaboradores no sentido de emoldurar e enquadrar o episódio de Eldorado de Carajás (1996) o mais rapidamente possível. Isto é, um acontecimento daquela natureza com sérias implicações políticas deveria receber um enquadramento conceptual a ser discursivamente legitimado, compatível com os interesses do movimento e da sua militância política.

Na ocasião o episódio alcançou repercussão internacional e o ator MST esteve no centro das atenções:

<p>Uma consequência imediata à condenação internacional de Eldorado dos Carajás foi o cancelamento de uma viagem do presidente a Washington, por temer protestos e manifestações por parte de defensores dos direitos humanos (<i>O Globo</i>, 27/04/96).</p>
---

Para Comparato (2001), o MST tem consciência da importância desse apoio externo e da sua influência no tratamento dispensado ao movimento pelo governo:

Foi possível provar que o MST cresceu e se expandiu durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, mas o governo só percebeu a força do movimento em 1997, a partir da Marcha a Brasília. De fato, naquele ano o MST esteve no auge, e podemos dizer que foi a partir daí que o movimento se tornou definitivamente um ator político: nos seus discursos o presidente passou a se referir explicitamente ao movimento, os editoriais de jornais passaram a tratar periodicamente do MST e a reforma agrária contava com o apoio de 94% da população. (COMPARATO, B. K., 2001)

Grande parte dessa repercussão sobre o episódio é devido até mesmo a natureza semântica que lhe foi atribuído, isto é, uma configuração de *crime*. Essa configuração propiciou uma produção intensa de matérias jornalísticas e no centro de todas elas estava a metáfora-matriz- O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJAS É UM CRIME - que pode ser observada, conforme os exemplos abaixo: “carnificina”, “vítimas”, “matanças”, respectivamente:

“Os sem-terra bateram em retirada quando começaram a tomar as primeiras vítimas” (*Veja*, 1996).  
 “Sem terra procuram mais vítimas do massacre” (*O Globo*, Rio de Janeiro. 20 abr. 1996)  
 “Uma carnificina com duas dezenas de sem-terra mortos e 51 feridos. [...] O maior massacre da história do movimento dos sem-terra” (*Veja*, 1996)  
 “Uma das mais frias e emblemáticas matanças da história contemporânea do país” (NAPUMOCENO, p. 16).

Entretanto, podemos inferir que no caso de uma configuração de *crime*, ocorre uma rede de intenções: quem deu o primeiro tiro, os motivos, a forma, o alvo, entre outros aspectos. No contexto do conflito de Eldorado dos Carajás, sabe-se que a polícia estava aparelhada ou metaforicamente falando, “vestida para matar”: “O MST afirma que os policiais começaram o tiroteio e que os sem-terra usavam apenas enxadas e foices. [...] (FSP, 18/04/1996). Tendo em vista que a versão dos policiais difere da apresentada pelo MST - “[...] segundo o secretário de Segurança, os policiais foram recebidos a tiros, pauladas e pedradas pelos sem-terra” (FSP, 18/04/1996) -, identificamos a metáfora conceptual INTENÇÃO DE MATAR É CRIME a partir da qual muitos sentidos foram engendrados, ratificando, assim, o teor de crime, suscitado em muitas versões do episódio. Abaixo temos as seguintes imagens metafóricas:

“Do lado contrário, apareceram os policiais comandados por Pantoja. A

tropa de Marabá chegou **jogando bombas** de gás lacrimogêneo. Eles **não foram para negociar, chegaram atirando**", diz a jornalista Marisa Romão, da TV Liberal, que cobriu o episódio e, num ato de coragem, em pleno tiroteio, tentou convencer a PM a manter a cabeça fria" (*Veja*, 1996).

"[...] Inclusive com **esmagamento de crânio e mutilações** que evidenciam o **animus necandi** dos **executores da ação criminosa**" (NAPUMOCENO, p. 111).

Neste cenário, as narrativas tipificam a materialização do crime, pois a descrição da jornalista encadeia uma sequência de ações – *jogando bombas, não foram negocia, chegaram atirando* – que converge para caracterizar a cena de crime, amplamente ratificada pelo relato realista e de extrema crueldade que faz Napumoceno – esmagamento de crânio, mutilações, animus necandi, executores da ação criminosa.

Dentro do cenário do crime, no entanto, para haver justiça é necessário, em primeiro lugar, identificar o criminoso, uma vez que tanto o crime em si (o massacre de Eldorado dos Carajás) como a vítima que, metonimicamente, foi enquadrada como os trabalhadores do campo, já haviam sido conceptualmente demarcados. Embora não fosse absolutamente claro quem havia sido, de fato o(s) mandante(s), a polícia era o criminoso, materialmente, declarado:

Avaliações e testemunhos sobre esse *crime* fizeram com que sua responsabilidade recaísse sobre os participantes do ataque policial que resultou em 19 (dezenove) trabalhadores rurais mortos, o que traria para a sociedade brasileira o entendimento de que o MST, metonimicamente, era a maior vítima.

Para o sociólogo James Petras, o MST “tem mostrado como pode transformar uma derrota tática (massacre de camponeses) em vitória estratégica (protestos nacionais que tornam a opinião pública favorável a sua luta)” (1997, p. 276), o que, entretanto, não pode eximir de culpa os responsáveis.

Se antes havíamos analisado a metáfora conceitual LUTA PELA TERRA É GUERRA, como responsável por desencadear diversos padrões discursivos que caracterizaram as narrativas sobre o episódio, agora, avaliando as consequências trágicas do episódio, deparamos com outra metáfora conceitual, isto é, LUTA PELA TERRA É MORTE, que aparece refletida nas seguintes imagens metafóricas:

“Os homens e as mulheres atacados na floresta, que **deixaram sangue e pedaços de cérebro espalhados pelo chão e pela relva**, são esses brasileiros chamados de sem-terra, cidadãos que andam descalços, têm as roupas sujas de barro e só costumam ser notícia sob a forma de cadáver” (*Veja*, 1996).

A condição de vítima provê ao MST e aliados uma legitimidade para suas ações. A

vítima tem o direito moral de se defender. Para tal, é necessário identificar os malfeitores e levá-los a julgamento. Fica claro que o MST e seus aliados estariam prontos para a retaliação contra os “outros”.

O fato, todavia, de os executores integrarem o poder do estado tornam duvidosos e vagos os apelos à punição. Notemos que a vagueza proposicional da expressão “punir”, como também o uso de “pagar” como “sofrer as consequências de seus atos”, nos leva a identificar a metáfora conceptual: JUSTIÇA É PUNIÇÃO. A retaliação seria um sentimento expresso não apenas pelo MST, mas pela sociedade e suas diversas representações políticas e sociais:

“Dias depois da matança, Fernando Henrique Cardoso, presidente na época, fez um pronunciamento nos seguintes termos: ‘**que ponham na cadeia o responsável**, ou ninguém mais vai acreditar neste país. Tenho a convicção de que, desta vez, **os culpados serão julgados**’[...]” (NAPUMOCENO, p. 111)

“FHC diz que só **punição dos culpados** da chacina devolverá credibilidade ao país” (*O Globo*, 1996)

“Entidades dos EUA pedem **punição exemplar**” (*O Estado de São Paulo*, 1996)

“OAB pede a **cabeça dos responsáveis**” (*O Liberal*, 2006)

“Juristas não acreditam em **punição**” (*Gazeta*, 1996)

Os enunciados acima alternam estados mentais de consternação com intensidade diferente em relação ao fazer da metáfora JUSTIÇA É PUNIÇÃO, um ato social concreto. De uma vaga promessa de que *os culpados serão julgados*, passando por *punição dos culpados*, *punição exemplar*, chegamos até a forma mais emocional da OAB de pedir a *cabeça dos responsáveis*. Todo esse conjunto de predicacões converge para a materialização da metáfora em análise. Entretanto, as desconfianças sobre a impunidade de agentes oficiais e para-oficiais contra movimentos populares parece alcançar sua expressão maior exatamente por aqueles agentes que têm como atributo a aplicação da lei: *juristas não acreditam em punição*.

No cenário de crime, quando se julgam os criminosos, após sua identificação, espera-se que estes sejam punidos pelos atos que cometeram. A punição não é aleatória: ela é legitimada dentro do enquadramento “crime”, que requer “justiça”, que, por sua vez, confere autoridade e legitimidade à punição.

Por outro lado, vemos que a luta do MST aparece desdobrada em diversas dimensões metafóricas que implicam uma avaliação de cunho espiritual, de compaixão, de gradação da violência. Nesse sentido, identificamos as seguintes metáforas conceptuais:

- a) de *cunho espiritual*

**LUTA PELA TERRA É  
MARTÍRIO**

“[...] os sem-terra morrem como mártires, com as roupas ensanguentadas, os corpos machucados, mas suas almas têm revelado um estranho poder para encantar as autoridades tucanas que aparecem em seu caminho” (Veja, 1996).

Apesar da histórica posição contrária ao MST (e à esquerda em geral), nesse episódio a Revista *Veja* fez duras críticas ao confronto, não poupou FHC e seus aliados. O texto acima aparece sustentado por um discurso romântico que de certo modo dignifica as vítimas do massacre, porém, nota-se certo efeito de interdiscursividade entre o Governo e o MST. Isso se dá a partir de uma estratégia de atribuição discursiva. Ou seja: uma crítica irônica à postura dos tucanos (FHC reformulou sua postura diante da repercussão do massacre, sobretudo em relação à comunidade internacional, afinal sua imagem e seu discurso sofreram um evidente desgaste). Era preciso corrigir a postura (e o discurso) diante do momento e do próprio MST – um movimento que possui um “estranho poder para encantar as autoridades tucanas que aparecem em seu caminho”.

O massacre de Eldorado de Carajás causou comoção mundial e a revista *Veja* não pode mais ignorar o movimento. Na edição de 24 de abril, a revista era pura indignação. A própria capa já era uma denúncia contra a atrocidade, com a exibição de um trabalhador rural assassinado com um tiro na nuca.

Na reportagem, *Veja* trouxe pela primeira vez a menção a um Brasil arcaico e um outro moderno, a partir de uma analogia usada dias antes pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo a revista, “como um sociólogo debruçado sobre personagens de uma tese acadêmica, e não pessoas de carne e osso, com sonhos de um futuro melhor, filhos para criar e uma vida para tocar, Fernando Henrique classificou os sem-terra e a PM de representantes do ‘Brasil arcaico’, em oposição ao ‘moderno’, do qual se considera representante, talvez condutor”

b) de *compaixão*

**LUTA PELA TERRA É COMOÇÃO  
PÚBLICA**

“[...] divulgaram a versão, *muito comovente*, de que Gabriel *chorou* na noite de quarta-feira ao fazer um relato do ocorrido ao presidente do PSDB, Artur da Távola. Muitas pessoas até *soluçaram de pena*” (Veja, 1996).

Neste exemplo, estaríamos diante de uma crítica à postura do governo em relação a um evento tão impactante. Uma alusão ao que o senso comum chama de “lágrimas de crocodilos” ou choro da hipocrisia de quem quer “amenizar” uma evidente chacina previamente orquestrada.

Para Brait (1996, p. 90), o discurso irônico, “joga com a lógica dos contrários e pode funcionar como um princípio de organização dos textos”. Logo, a ironia pode ser compreendida sob a perspectiva de uma contradição e, ao lidar com a contradição, podemos observá-la enquanto fenômeno polifônico, uma vez que este fenômeno prova a existência do enunciador, faz ouvir uma voz e distingue locutor e enunciador, nesse sentido, portanto, a ironia opõe o que está dito com o que de fato se quis dizer, como postula Ducrot (1987, p. 197): “Um enunciador irônico consiste sempre em fazer dizer, por alguém diferente do locutor, coisas evidentemente absurdas, a fazer, pois ouvir uma voz que não é a do locutor e que sustenta o insustentável.”

“Chegando lá, começou o *penoso processo* de identificação dos mortos [...]. Essa jornada macabra só terminou ao amanhecer do dia 20 de abril [...]. E outro – Oziel – foi enterrado em Parauebas, numa cerimônia de *demolidora emoção* [...].” (NEPOMUCENO, p. 180);

“[...] O *doloroso*, na rapidez dessas medidas, na facilidade com que são anunciadas, é a visão de que homens pobres, sem sapatos e mãos calosas, só conseguem ser ouvidos quando formam um *coro de cadáveres massacrados*” (Veja, 1996).

Os desdobramentos metafóricos incluem em sua perspectiva não apenas aspectos da materialidade bélica do confronto, mas outros aspectos levam à manifestação das mais diversas formas de emoção. Nos exemplos acima, a matriz *guerra* leva a essa metáfora – LUTA PELA TERRA É COMOÇÃO PÚBLICA. A disseminação dessa metáfora manifesta-se através de termos irônicos como *penoso processo*, *jornada macabra*, *demolidora emoção*, *coro de cadáveres massacrados* e tantos outros que figuram em exemplos já analisados com outros propósitos.

b) de *gradação de violência*

**LUTA PELA TERRA É  
CHACINA**

“Quem disparou, *mutilou e trucidou* lavradores sem terra?” (NEPOMUCENO, p. 17)



“[...] As vítimas da *matança*: chutes, pontapés, *cabeças abertas e tiros na testa*” (Veja, 1996)  
 “[...]informam que tomaram *chutes e pontapés, enormes buracos de bala e manchas de pólvora* comprovam que foram dados *tiros à queima-roupa, membros mutilados e cabeças arreventadas* denunciam uma selvageria além de qualquer razão ou limite” (Veja, 1996)

Podemos ver que esse novo desdobramento metafórico inicia com uma pergunta retórica de Nepomuceno, onde a combinação luta-chacina aparece espelhada em expressões como mutilou, trucidou. A ratificação desse procedimento aparece também nas matérias de Veja e em termos ainda mais contundentes – cabeças abertas, tiros na testa, enormes buracos de bala, membros mutilados, cabeças arreventadas. Essa extensão metafórica talvez revele um dos lados mais cruéis do Massacre de Carajás, pois até mesmo órgãos da imprensa nacional não-favoráveis ao MST – como a Revista Veja – não pouparam descrições realistas fieis sobre a brutalidade da ação policial.

## 5.7 Visibilidade do MST pós massacre

**Foto 5: Manifestação do MST**



Fonte: Secretaria Nacional do MST

Prender e submeter os criminosos à justiça para que fossem julgados e punidos não seria uma tarefa fácil e talvez até impossível, na compreensão de muitos juristas que acompanharam o caso. No entanto, até mesmo antes do enterro das vítimas, o MST e seus colaboradores (militantes, simpatizantes, partidos de esquerda, setores da Igreja Católica e Luterana, movimentos sociais brasileiros e da América Latina, entre outros) entenderam que

os responsáveis por esse crime contra os trabalhadores do campo não deveriam ser necessariamente julgados, mas sim, *pagarem pelo que fizeram*.

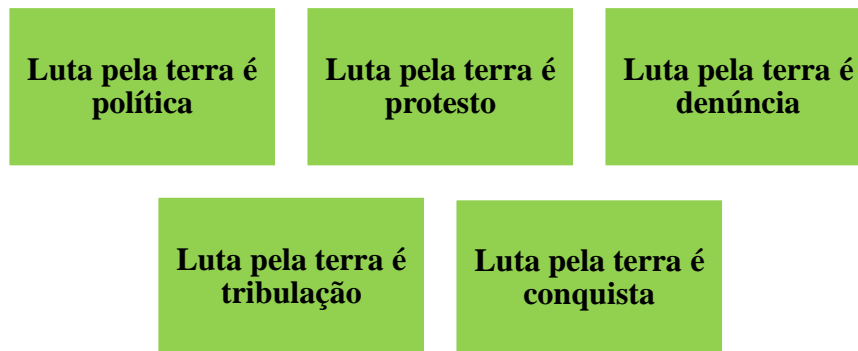
Lakoff (2002) elabora a distinção entre os conceitos retaliação e vingança. O primeiro é o efeito da ação de uma autoridade e o segundo implica fazer justiça pelas próprias mãos. O teor brutal da ação policial criou a expectativa de uma retaliação, na mesma proporção, do poder público não apenas em relação aos executores, mas também em relação aos mandantes.

Entretanto, a identificação real dos culpados pelo massacre permanece ainda uma questão em aberto. O que fica claro é que havia um grande desejo por parte do MST de “justiça” pelos atos identificados como “uma tragédia anunciada no Complexo Macaxeira” (O Globo, 19 abr. 1996). As imagens do episódio permaneceram (e ainda permanecem para muitos) vivas por muito tempo em setores diversos da sociedade, como atestam registros jornalísticos de fontes diversas:

Em função disso, por onde os sem-terra passavam promoviam debates, reuniões e encontros que lhes permitiram denunciar “[...] a inoperância do governo [...] em viabilizar a democratização da estrutura fundiária do País” (JST, abr./maio 1997).

### **5.7.1 Visibilidade midiática e reconhecimento político do MST**

A partir da metáfora conceptual LUTA PELA TERRA É GUERRA, é possível afirmarmos que a configuração de uma guerra implica poderes especiais para o MST e seus representantes, uma vez que, a partir do histórico massacre, o movimento se torna o centro de todas as atenções, inclusive políticas. Por esse tratamento dado ao episódio, evoca-se também um sentimento de solidariedade, comoção nacional com a causa defendida pelo MST. Eldorado agora é um exemplo de que, se por um lado a guerra, promovida pela polícia do Pará contra trabalhadores sem-terra, deixou 19 vítimas; por outro, inegavelmente, fortaleceu o MST (nacional e internacionalmente) e suas respectivas ações. Portanto, a configuração de guerra não enseja uma finalidade última do movimento, nem inclui um fim ao evento, mas o transforma num marco memorialístico como uma forma de motivar e renovar as futuras ações do MST, batizado de Abril Vermelho, onde a missão, segundo a militância, ainda não está concluída, mas em permanente construção. Então, com base na metáfora conceptual LUTA PELA TERRA É GUERRA podemos apontar cinco conceitos metafóricos extensivos e ainda reincidentes nas diversas circunstâncias de manifestação da sociedade:



A lista ainda poderia ser, certamente, maior, mas os casos destacados já dão uma ideia conclusiva daquilo que foi evocado em termos discursivos sobre os desafios propostos pelo MST para a sociedade brasileira. Na sequência listaremos alguns registros, de lugares enunciativos diferentes, sobre cada uma desses desdobramentos metafóricos; apenas destacaremos algumas expressões mais representativas. Lembramos, todavia, que grande parte dessas extensões metafóricas teria também como realizações exemplos que já foram discutidos e analisados ao longo da tese.

**LUTA PELA TERRA É  
POLÍTICA**

A repercussão do fato é muito grande e *obriga o governo a reagir*. FHC, tentando responder ao episódio, *cria o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária* e o entrega a Raul Jugmann, do PPS. E, em dezembro, o Congresso aprova medidas para agilizar a desapropriação de terras. Mas o MST continua aumentando seu poder de mobilização: em abril de 1997 promoverá a *maior manifestação de sua história*, com 30 mil pessoas participando de uma marcha nacional em direção a Brasília. (*Jornal dos Metalúrgicos de SP/ABC da Luta*, 1996).

**LUTA PELA TERRA É  
PROTESTO**

Secretaria da Justiça é *depredada* em Belém: “Cerca de 2000 manifestantes invadiram o prédio em protesto contra mortes” (*O Estado de São Paulo*, 20/04/1996).

**LUTA PELA TERRA É  
DENUNCIA**

“Sem-terras *acusam sumiço de corpos*”; “General apoia Reforma Agrária” “Políticos ocupam rodovia”; “Laudo do legista aponta execução” (*Diário do Pará*, 20/04/1996).

“A *impunidade dos crimes* alimenta a violência: não há registro de latifundiário preso e o *número de condenações de PMs é insignificante* - entre oficiais, apenas o major Vitório Mena Mendes, um dos comandantes da chacina de Corumbiara, foi condenado. No entanto, no dia 3 de julho passado, a juíza Ana Cristina Paz Néri, da comarca de Boituva, SP, condenou a oito anos e 10 meses de

prisão, em média, seis integrantes do MST incriminados por roubo, incêndio e danos a instalações públicas a um posto da Rodovia Castelo Branco, durante manifestação contra fome e o desemprego." (*Caros Amigos*, out.2000).

As expressões ilustram, respectivamente, realizações das metáforas acima destacadas e mostram um teor um pouco diferente de tantas formas metafóricas que já foram consideradas ao longo dessa análise. O conjunto dessas formações metafóricas assume a função de enquadrar o episódio num território de guerra, mas elas não são ainda uma materialização da guerra, advinda, sobretudo, da descrição do episódio de Carajás. Poderíamos assumir que são metáforas propulsoras da guerra, ou que representam condições de sua produção, de sua realização.

Por razões dessa natureza, o enquadramento de guerra é conveniente por justificar uma série de políticas a serem seguidas como também suas consequências: conflito com a polícia, ocupações, marchas, protestos e possíveis mortes de agricultores e manifestantes. A guerra – mesmo em palavras – justifica ações e suscita o debate nos meios de comunicação e divide a opinião pública.

Nesse sentido, argumenta Motta (2007) que existem diversos tipos de enquadramentos dramáticos lúdicos identificados nas páginas dos jornais. Guerra, por exemplo, é um enquadramento onde predomina uma ideia temática de luta entre as forças do bem e do mal, destruição do adversário, relato de ações em combates, guerreiros, cólera e rancor, ataque e defesa, exército inimigo ou aliado, vitórias, ocupação, derrotas, etc.

Para esse autor, os enquadramentos não são produzidos pelos jornalistas, mas recolhidos por eles da experiência e cultura humanas. Compartidos pelo narrador e leitores, servem para organizar a complexa realidade e estabilizar a “situação de comunicação”.

A partir das metáforas que representaram um enquadramento da guerra de forma mais definida, seria importante analisarmos o efeito desse enquadramento sobre duas outras metáforas: aquela que representa uma expectativa de vitória e aquela que aponta uma iminência de derrota. Vejamos as duas metáforas, seguidas de exemplos e de alguns comentários:

**LUTA PELA TERRA É  
CONQUISTA**

“[...] quando o Governo Federal desapropriou a Macaxeira e instalou o assentamento, houve uma clara *conquista* do MST”. (NEPOMUNCENO, p. 194)  
 “O fato de terem sido anunciadas mudanças profundas na política de Fernando Henrique Cardoso para a reforma agrária também foi uma *vitória*”

importante, resultado das repercussões provocadas pela matança na Curva do S” (NEPOMUNCENO, p. 194).

### LUTA PELA TERRA É TRIBULAÇÃO

Hoje o MST admite que *calculou a extensão do mal-estar* e da irritação que suas ações provocaram entre os grandes proprietários de terra, na PM e no próprio governo estadual: a violência que culminou na curva do S foi a resposta (NEPOMUNCENO, p. 194)

O Massacre de Eldorado do Carajás *abalou profundamente* aquilo que coordenadores do movimento chama de “a própria estrutura psicológica do MST” (NEPOMUNCENO, p. 194)

A certeza de que sobre os responsáveis e os autores do Massacre de Eldorado do Carajás tinha sido estendido um *pesado manto de impunidade*. (NEPOMUNCENO, p. 194-5)

O trauma da violência, as famílias dilaceradas, a memória que jamais poderá ser apagada. (NEPOMUNCENO, p. 195)

**Foto 6: Enterro das vítimas do massacre de Eldorado de Carajás**



Fonte: Arquivo Secretaria Nacional do MST

O enquadramento de guerra, no entanto, é elaborado, a princípio, a partir de um cenário ainda não muito claro, uma vez que nem todos os elementos característicos desse cenário haviam sido configurados. Não estaria claro, por exemplo, a participação dos

mandantes, seja na forma do poder de estado - governador, comandante da PM – seja na qualidade dos oponentes diretos do MST – latifundiários, fazendeiros, capatazes.

Para compreendermos melhor a natureza desses elementos típicos do cenário/enquadramento conceptual de guerra (uma guerra justa, ou a ser justificada), podemos nos remeter à metáfora (ou “sistema metafórico”) proposta por Lakoff (1991, p. 5), que, por sua vez, acredita “que a maneira mais natural de se justificar moralmente uma guerra é sobrepor a estrutura do conto de fadas a uma dada situação”.

De acordo com o autor, os personagens deste sistema seriam: o vilão, a vítima e o herói, e estes dois últimos poderiam ser a mesma pessoa. No caso do ataque e reação correspondente (a “situação”) de Eldorado do Carajás, a vítima e o herói foram conceptualizados como um só: os trabalhadores sem-terra ligados ao MST. Esse segmento foi visto, por uma parte da grande mídia e de alguns setores sociais, como vítimas de uma ação desproporcional do poder de estado, ao menos em sua revelação mais imediata, e como heróis, por lutarem por uma causa social justa, por intelectuais, movimentos sindicais, pela Igreja e outros estratos da sociedade afeitos à justiça social.

Como já foi dito acima, o herói - o MST - não iria à guerra apenas pela retaliação motivada pela morte das 19 vítimas diretas dos ataques na Curva do S (Eldorado do Carajás). A fragilidade do cenário “retaliação”, de algum modo suposto na estrutura do episódio, é logo evidenciada, na sequência dos fatos apresentados pelo MST (conjuntura brasileira, 1996):

- a) O pior conflito ocorre em abril, em Eldorado dos Carajás (PA);
- b) Os sem-terra ocupam a Rodovia PA-150;
- c) Os policiais da Polícia Militar do Pará, enviados para desocupar a estrada, atiram contra os manifestantes e matam 19 deles;
- d) Laudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro diz que 10 sem-terra foram executados depois de já terem sido dominados pelos policiais, que são todos (total de 155) indiciados;
- e) O comandante da operação é preso por 30 dias;
- f) O próprio governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), é apontado pela Procuradoria-Geral da República como o principal responsável pelas mortes.

De acordo com Nepumoceno, a repercussão do fato é muito grande e obriga o governo a reagir. FHC, tentando responder ao episódio, cria o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária e o entrega a Raul Jugmann, do PPS, e, em dezembro, o Congresso aprova medidas

para agilizar a desapropriação de terras. como já foi documentado nessa análise. Mas o MST continua aumentando seu poder de mobilização: em abril de 1997 promoveu a maior manifestação de sua história, com 30 mil pessoas participando de uma marcha nacional em direção a Brasília.

Com relação aos processos pelo massacre de Eldorado dos Carajás, somente em 1999, depois de várias batalhas judiciais, ocorreu o julgamento dos policiais, os quais, para espanto geral, foram todos absolvidos.

Não obstante falas protocolares do poder público, quando Almir Gabriel, governador do Pará assegurou que os culpados seriam responsabilizados e que “ninguém, mais do que eu, tem mais interesse em que as investigações sejam rápidas e perfeitas”. Rápidas, é verdade. Perfeitas, nem pensar” (NAPUMOCENO, p. 195).

A lentidão do processo e o passar dos anos deixaram clara a construção discursiva daquele enquadramento. Os cenários metafóricos justificaram as ações do MST a partir do histórico massacre de Eldorado dos Carajás (1996), mas não foram suficientes para garantir ao herói a plena vitória, ainda que algumas conquistas materiais e políticas tenham sido alcançadas. Nem mesmo se pode considerar que houve uma completa retaliação por parte do poder público, apesar do reconhecimento internacional da perversidade, do uso de força desproporcional nas ações policiais. Se essa dimensão da guerra, conforme Lakoff deixou de ser atendida pelo poder público, o MST parece ter agido de forma diferente de tal forma a contemporizar com qualquer dimensão de vingança, conforme se comprova nas palavras de Nepumoceno:

A partir do massacre, o MST mudou. Um dos coordenadores do movimento em Marabá conta que passaram a analisar melhor a história do campo nas diferentes regiões do país, a avaliar as reais possibilidades da política da reforma agrária do governo federal, a reexaminar suas relações com organismos vinculados à Igreja e também com sindicatos. Assim foram projetadas, a partir de meados de 1996, as lutas futuras do MST. (NEPUMOCENO, p. 195).

Como expusemos na primeira parte dessa análise, vimos que a metáfora orientacional está relacionada com a base física e social. Ao analisar esses enunciados relacionados à metáfora conceptual LUTA PELA TERRA É GUERRA, notamos que um dos principais objetivos do MST no pós-massacre é motivar que seus adeptos e a sociedade brasileira em geral não se esqueçam do episódio de Eldorado dos Carajás, muito embora esse memorial se relacione com as demais reivindicações e lutas defendidas pelo movimento.

“O MST começou ontem uma série de mobilizações em 23 Estados para lembrar os três anos do massacre de 19 sem-terra, em Eldorado do Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996. Em pelo menos dez Estados, marchas de sem-terra chegaram ontem pela manhã às capitais. Cerca de 15 mil trabalhadores participaram das marchas em todo o país, segundo estimativa do MST. Em Porto Alegre (RS), no final da tarde de ontem, cerca de 500 integrantes do movimento começaram uma "vigília" na frente do prédio do Incra, prevendo um jejum que duraria todo o dia de hoje. Em Eldorado do Carajás, um monumento utilizando 19 castanheiras mortas será inaugurado hoje para lembrar o conflito”.

No título e no corpo do texto, a mobilização organizada pelos sem-terra está atrelada às mortes em Eldorado dos Carajás. Ou seja, o motivo propulsor da mobilização é trazido para a estrutura de relevância. Observemos no título: “Ato lembra morte de 19 sem-terra”. Desse modo, o MST intenciona alcançar os seus interlocutores, para, lenta e gradualmente internalizem duas características de sua luta: i) de que a Reforma Agrária é uma necessidade para resolver os conflitos agrários; e ii) de que ele, como o maior movimento social da América Latina, detém as condições para estimular e promover o debate político com a sociedade organizada.

Ora, o MST é visivelmente reconhecido e, de vítima, tornou-se o herói de uma guerra que deixou 19 mortos, centenas de feridos. Uma guerra que marcou o MST e a sociedade brasileira, mas deixou como legado um movimento revigorado, como afirma o refrão do seu hino:

“Vem, lutemos punho erguido / Nossa Força nos leva a edificar / Nossa Pátria livre e forte / Construída pelo poder popular” (BOGO, Ademar, 1987).

Porém, a guerra das palavras - e da cultura das palavras - faz parte da vida e das ações do MST, celebrada pela mística que reativa a mesma utopia do poeta Pedro Tierra: “Se calarmos, as pedras gritarão”.





## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa tivemos como proposta entender o papel e o funcionamento das metáforas conceptuais que, de acordo com a nossa hipótese de trabalho, subjazem ao discurso político do MST e de seus colaboradores em torno do Massacre de Eldorado dos Carajás em 17 de abril de 1996 e de seus desdobramentos, isto é, as futuras ações do MST motivadas pelo conflito. Para isso, realizamos a análise de um corpus com trechos de discursos sobre esse evento, retirados de artigos publicados nos principais jornais da época: Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, Diário do Pará, Correio Brasiliense, O Globo, O Est. de S. Paulo, Jornal Gazeta, Jornal Sem-terra, Caros Amigos; revistas Veja, Istoé, Sem-terra, etc., e nos relatos extraídos do livro do jornalista Eric Napumoceno, intitulado “O Massacre – Eldorado do Carajás: uma história de impunidade” (2007).

A análise mais detalhada foi apresentada, no capítulo anterior, porém, algumas dessas conclusões merecem tratamento mais sistemático para que possamos tentar compreender o fenômeno analisado a partir de uma perspectiva geral coerente.

Em relação ao enquadramento metafórico dos acontecimentos de 17 de abril de 1996, observamos que o choque inicial gerou o que identificamos como um “vazio semântico” diante do horror daquele conflito conhecido no mundo inteiro como “Massacre de Eldorado dos Carajás”. Dar sentido discursivo àquele fato parecia, de início, ser tão difícil quanto expressar os sentimentos diante do acontecimento.

No entanto, esse vazio não podia durar muito: era necessário significar para poder agir. Os dados mostraram dois cenários que foram sendo cognitiva e linguisticamente construídos: o cenário do crime e o cenário da guerra, ambos marcados linguisticamente. O primeiro cenário, que enquadrava os ataques como crime e, conseqüentemente, os soldados como criminosos, impossibilitava uma ação politicamente efetiva por parte da militância do MST. Assim, em pouco tempo, os acontecimentos de 17 de abril de 1996 passaram a ser conceptualizados e explicitamente referidos como um “ato de guerra”. A metáfora central O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS É UM ATO DE GUERRA foi, assim, determinante para todo o cenário de guerra (cognitivo e factual) que se consolidou daí adiante.

Outras metáforas conceptuais referentes à guerra foram identificadas, porém não analisadas, por não termos considerado-as relevantes dentro dos cenários que abrigaram a ideologia subjacente ao discurso que promoveu a guerra.

Em relação aos objetivos propostos para este estudo, a análise dos dados nos indicou um re-enquadramento conceptual, linguisticamente marcado, dos acontecimentos de 17 de

abril: de *crime* para um *ato de guerra*. A metáfora O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS É UM ATO DE GUERRA, assim, ao promovermos, através do discurso, a conceptualização daqueles acontecimentos como um ato de guerra, mostramos a série de enquadramentos subsequentes, também no cenário de guerra, que motivaram e justificaram outros atos de guerra.

A hipótese que surge como consequência deste estudo é a de que esta metáfora licencia vários enquadramentos de eventos específicos como “guerra” para criar na comunidade um sentimento de unidade, solidariedade e compaixão (que normalmente acompanha uma guerra) para que uma determinada (re) ação possa ser justificada e “abraçada” pela mesma comunidade.

Ao propormos, por meio da análise aqui desenvolvida, enquadramentos metafóricos (metáforas conceptuais, sistemas metafóricos e cenários) que subjazem às falas que constituíram o corpus da pesquisa, entendemos que, ao mesmo tempo, revelamos as ideologias que motivam esses enquadramentos e os discursos dele provenientes.

As metáforas se fazem presentes nos discursos políticos por omitirem importantes aspectos do que é real, persuadirem por meios pacíficos e refletirem um sistema compartilhado de crenças sobre o mundo e sobre o lugar da humanidade nesse mundo (CHATERIS-BLACK, 2005, p. 20). Por isso, é essencial que saibamos que realidades elas estão omitindo e quais estão ressaltando.

Com base nas evidências da pesquisa, aliadas à nossa convicção militante, ressaltamos que embora não seja considerado um partido político ou uma representação do governo, não apenas situamos, mas, sobretudo, acreditamos que o MST é um ator político. A esse respeito, o cientista político Bruno Konder Comparato (2001), a partir de uma ampla pesquisa em material jornalístico, verificou que o MST conquistou um espaço político importante no quadro público atual, “[...] contrariando toda uma suposta tradição de passividade e anomia do povo brasileiro, ao conseguir se organizar, ter força política e desafiar os poderes constituídos”.

No entanto, as metáforas aqui enfocadas não são apenas fruto de uma ideologia originada no pensamento de determinados grupos políticos e usadas, retoricamente, em discursos isolados. Como vimos anteriormente, as metáforas não refletem a operação de estruturas mentais ou estratégias discursivas individuais, mas, principalmente, são motivadas por diferentes modelos culturais. Esses modelos culturais podem ser entendidos como uma representação da visão de mundo de uma sociedade/cultura no que tange às suas crenças, atos, maneira de falar sobre o mundo e suas próprias experiências.

Nessa perspectiva, as metáforas de guerra refletem também modelos culturais. Lakoff e Johnson, por exemplo, acreditam que ao usarmos expressões como “atacar uma posição”, “nova linha de ataque”, “vencer”, “ganhar terreno”, etc., estamos sistematizando a linguagem usada para falar do conceito de guerra e que, no mundo ocidental, tais expressões fazem parte do ato de discutir (LAKOFF; JOHNSON, 1980/2002, p. 07; KÖVECSES, 2002, p.74).

Assim, a inseparabilidade da mente, do corpo, da ideologia e de modelos culturais implica uma visão de metáfora em que esta emerge da interação entre todos esses fatores. No caso da análise das metáforas de guerra aqui desenvolvida, ressaltarei as dimensões cognitivas e políticas já que o foco do estudo, por adotarmos uma perspectiva crítica, foi mais direcionado para a instância ideológica da metáfora .

Gostaríamos de tecer algumas considerações finais no que diz respeito à metodologia da pesquisa e algumas possíveis limitações dela decorrente. No decorrer da análise, a abordagem mais convencional de identificação da metáfora, na perspectiva cognitiva, não se mostrou suficiente para relevar as macro-estruturas que surgiram como elementos (unidades de análise) relevantes: os cenários (MUSOLFF, 2004) e sistemas metafóricos (LAKOFF, 1991). Em uma análise mais tradicional, a identificação de metáforas conceptuais implica a seleção de marcas linguísticas por elas licenciadas. Apesar de correr este risco, acreditamos que esta proposta, também adotada em Lakoff (1991), conseguiu dar conta de aspectos cognitivos importantes que estruturam o discurso em um caráter mais amplo. Temos absoluta convicção que o ato de buscar revelar esses aspectos não é tarefa fácil, no entanto, a partir do momento que a metáfora adquiriu um estatuto de figura de pensamento (e um pensamento sociocultural e ideologicamente inserido) e não só de linguagem, a tarefa do pesquisador tornou-se, empiricamente, mais complexa e mais instigante.

Por outro lado, ao analisarmos a relação que o MST tem com a política e o poder, conforme demonstra o corpus investigado, foi possível constatar que o estudo das metáforas discursivas pode contribuir para o aprofundamento de questões sobre cognição, cultura, ideologia e argumentação. Da interface entre esses campos emerge a compreensão do discurso político.

Acreditamos, assim, que este estudo tenha contribuído para a pesquisa na área da metáfora em geral e, mais especificamente, para a compreensão do papel da metáfora no discurso, entendendo discurso aqui como a instância onde a cognição, a cultura e a ideologia se manifestam linguisticamente.



## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- BAKHTIN, M./ VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 10. ed. São Paulo, Hucitec, 1999.
- BEAUGRANDE, R. **Text, discourse and process**. Londres: Longman, 1980.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. **Introduction to Text Linguistics**. London: Longman, 1981.
- BENETTI, M. **Narratologia, teoria e análise da narrativa jornalística**. Brasília, Casa das Musas, 2005.
- BENETTI, M. 2002. **Para uma antropologia da notícia**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, Vol. XXV, No. 2, Julho/Dezembro, pág. 11 a 41.
- BLACK, M. *Metaphors: the fortune of. Nigel*, livro 2 – cap.2. trad. PAGANI, L.A, 1993.
- BOERS, F. *Applied Linguistics Perspectives on Cross-Cultural Variation in Conceptual Metaphor*”. **Metaphor and Symbol**, 18(4), p. 231-238, 2003.
- BOWERS, J. W.; OSBORN, M. Attitudinal effects of selected types of concluding metaphors in persuasive speeches. **Speech Monographers**, 33, p.147-155, 1966.
- BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- CACCIARI, C. Compactness and conceptual complexity of conventionalized and creative metaphors in Italian. In: HILLERT, D. (Ed.). **Syntax and Semantics**, vol. 31, Acrosslinguistic perspective (p. 405-425). New York: Academic Press, 1998.
- CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAMERON, L. **Metaphor in Educational Discourse**. London: Continuum, 2003.
- CAMERON, L.; LOW. G. **Researching and Applying Metaphor**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- CAMINHA, J. C. G. **Delineamentos de Estratégia**. Florianópolis: SC, 1980.
- CARVALHO Sérgio Nascimento de. **A “guerra” nas palavras: uma análise crítica da metáfora conceptual na retórica do presidente G. W. Bush Jr e de seus colaboradores**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense/UFF, 2006. Disponível em: [www.bdtd.ndc.uff.br/tde\\_arquivos/23/TDE.../Tese-SergioCarvalho.pdf](http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/23/TDE.../Tese-SergioCarvalho.pdf). Acesso em: 20/04/2011.
- CERDERA, Cristiane Pereira. **O Discurso da Ciência e a Construção do Real**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2002.
- CHARTERIS-BLACK, J. **Corpus approaches to critical metaphor analysis**. London:

Palgrave MacMillan, 2004.

CHARTERIS-BLACK, J. **Politicians and Rhetoric**. London: Palgrave, 2005.

CHILTON, P. **Analysing Political Discourse: Theory and Practice**. London: Routledge, 2004.

CHOULIARAKI, Lillie. **Political discourse in the news: Democratizing responsibility or aestheticizing politics?**. In: **Discourse & Society, Vol. 11, No. 3, 2000, p. 293-314**

CIAPUSCIO, G. E. (2003). **Metáfora e ciência**. *Ciencia Hoy*, 13 (76), 60-66

CLAUSEWITZ, C. M. Von. **Da Guerra**. 2. ed São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COMPARATO, B.K. **A ação política do MST**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, 2001.

CONDOR, S.; ANTAKI, C. Social Cognition and Discourse. In: Van DIJK, I. M. (ed). **Discourse as Structure and Process**. London, Sage Publications, 1999.

DAVIDSON, D. O que as metáforas significam. In: SACKS, S. (Org). **Da Metáfora**. São Paulo: Pontes, 1991, p. 35-51.

DEIGNAN, A. Metaphorical Expressions and Culture: An Indirect Link. **Metaphor and Symbol**, 18 (4), p.255-271, 2003.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

DURANTI, A. **Linguistic Anthropology**. Cambridge U. Press, 1997.

ECO, U. **As Formas do Conteúdo**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

EUBANKS, P. **A war of words in the discourse of trade: The rhetorical constitution of metaphor**. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois U. Press, 2002.

FAUCONIER, G. (1995). **Mental spaces**. New York Cambridge University Press.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis: the Critical Study of Language**. London: Longman, 1995b.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London & New York: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. London: Edward Arnold, 1995

FILIPAK, F. **Teoria da Metáfora**. Curitiba: Livros HDV, 1983.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1997.

FOWLER, R. **Language in the News: Discourse and Ideology in the Press**. London: Routledge, 1991.

FONSECA, Renata Barreto da. **Ambiguidade como recurso da publicidade: análise de**

propagandas das havaianas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Linguística Programa de Pó (2013)

FOUCAULT, M. **The Archaeology of Knowledge**, London: Tavistock, 1972.

FRANÇOZO, E. & ALBANA, E.C. Virtudes e vicissitudes do cognitivismo, revisitadas. In: *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. V. 3, São Paulo: Cortez, 2008.

GIBBS, R. W. Why idioms are not dead metaphor. In: CACCIAIRI, C.; TABOSSI, P. (eds.) **Idioms: processing structure and interpretation**. Hillside, NJ: Erlbaum, p. 57-78, 1993b.

GIBBS, R. W. Figurative thought and figurative language. In: GERSNBACHER, M. A (ed.) **Handbook of psycholinguistics**. San Diego: Academic Press, 1994b, p. 411-446.

GIBBS, R. W. **Intensions in the experience of meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999b.

GIBBS, R. W. Interpreting what speakers say and implicate. **Brain and Language** (68), p.466- 485, 1999a.

GIBBS, R. W. Process and products in making sense of tropes. In: ORTONY, A. (ed.) **Metaphor and Thought**. 2. ed., Cambridge: Cambridge University Press, p. 252-276, 1993a.

GIBBS, R.; H. Colston. The Cognitive Psychological Reality of Image Schemas and Their Transformations. **Cognitive Linguistics** 6, p. 347-378, 1995.

GIBBS, R.; LIMA, P. L.; FRANCOZO, E. Metaphor is grounded in embodied experience. **Journal of Pragmatics**, Vol. 36, Issue 7, p. 1189-1210, 2004.

GOATLY, A. **Washing the brain: metaphor and hidden ideology**. Philadelphia: John Benjamins, 2007.

GOODENOUGH, W. H In: D. Hymes (ed.), **Language and Culture and Society: a reader in Linguistics and Anthropology**, p.36-9, N. J. Haper & Raw, 1964

GRADY. J. E. Theories are buildings revisited. **Cognitive Linguistics**, 8(4), p. 267-290, 1997a.

GREEN, G. **Pragmatics and Natural Language Understanding**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Ass, 1989.

HABERMAS, J. 1999 [1973]. **A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio**. Rio de

HABERMAS, J. 2002. **A Inclusão do Outro – Estudos de Teoria Política**. São Paulo,

HAGUE, R. M.; M. Harrop; S. Breslin. **Comparative Government and Politics: An Introduction**. Basingstoke, Macmillian , 1998.

HODGE, R. & G. KRESS. **Language as Ideology**, (2nd ed.), London: Routledge, 1993.

HUNSTON, S.; THOMPSON, G. **Evaluation: an introduction**. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (Orgs.) **Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse**. New York: Oxford University Press, 2005.



- JOMINI, Baron de. **L'Art de la Guerre**. Bruxelas: Meline, Cans et Compagnie, 1838.
- JONES, B. (ed). **Politics UK**; 2 nd ed., New York: Harvester Wheatsheaf, 1994.
- KEEGAN, J. **Uma História de Guerra**. São Paulo: Cia da Letras, 2003.
- KEESING, Felix. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971.
- KOLLER, V. A. **shotgun wedding**: co-occurrence of war and marriage metaphors in mergers and acquisition discourse. *Metaphor and Symbol*, 17, 179-204. 2002.
- KÖVECSES, Z. **Metaphor in Culture**: universality and variation. Cambridge: C.U.P., 2005.
- KÖVECSES, Z. Language, Figurative Thought, and Cross-Cultural Comparison. In: **Metaphor and Symbol**, 18(4), 311-320, Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2004.
- KRESS, G. & HODGE, R. **Language as Ideology**. London: Routledge and Kegan Paul, 1993.
- KROEBER, A. O Super orgânico. In: PIERSON, D. (org.) **Estudos de organização social**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1986.
- LANGACKER, Ronald W. 1994. **Culture, cognition, and grammar**. In: Martin Pütz (ed.), *Language Contact and Language Conflict*, 25-53. Amsterdam: John Benjamins.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. 1999. **Philosophy in the Flesh**. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought. New York, Basic Books.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Mercado das Letras. Tradução: Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora (GEIM). Coord. Mara Sophia Zanotto e pela tradutora Vera Maluf. SP., 2002.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: Harvard University Press, 1980. LAKOFF, G. & TURNER, M. **More than cool reason**: a field guide to poetic metaphor. Chicago: The University of Chicago Press. 1989.
- LAKOFF, G. **Metaphor and war**: the metaphor system used to justify war in the gulf. An open letter to the Internet. The Metaphor Home Page, [www.compapp.decu.ie/~tonnyv/metaphor.html](http://www.compapp.decu.ie/~tonnyv/metaphor.html), 1991.
- LAKOFF, G. The meaning of literal. **The metaphor and Symbolic Activity** 1(4), p. 291-296, 1986.
- LAKOFF, G. **War on Terror**, Rest in Peace. [Http://www.alternet.org/story/23810,2005](http://www.alternet.org/story/23810,2005).
- LAKOFF, G. 1990. **Women, Fire, and Dangerous Things**. What Categories Reveal about the Mind. Chicago, The University of Chicago Press.
- LAKOFF, George and Turner, Mark. (1989) *More than Cool Reason: A field guide to poetic metaphor*. Chicago: University of Chicago Press.
- LARAIA, R. **Cultura**: Um Conceito Antropológico. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LEVINO, José. **O massacre de Eldorado dos Carajás: se calarmos, as pedras gritarão.** Disponível em: Sítio: A verdade: O massacre de Eldorado dos Carajás: se calarmos, as pedras gritarão. Online. Disponível em: <http://averdade.org.br/2012/04/o-massacre-de-eldorado-dos-carajas-se-calarmos-as-pedras-gritarao/> acesso em: 16/04/2012.

LITTLEMORE, J. The effect of cultural background on metaphor interpretation In: **Metaphor and Symbol**, 18(4), 273-288, Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2003.

LOPES, E. **Metáfora: da Retórica à Semiótica**. 2. ed. São Paulo: Atual Editora, 1987.

Loyola.

LYONS, J. **Linguistic Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MARCUSCHI, L. A. 2007a. A Ação dos Verbos Introdutores de Opinião. In: **Fenômenos da Linguagem**. Reflexões Semânticas e Discursivas. Rio de Janeiro, Lucerna. Série

MARI, Hugo. **Os lugares do sentido**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras. (Cadernos de Pesquisa/ NAPq, 1). Belo Horizonte: UFMG, 1991.

MARQUES, O. **Teoria da Metáfora & Renascença da Poesia Americana**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

MEDEIROS, Evandro Costa de. **A dimensão educativa da *mística* sem terra: a experiência da escola nacional "Florestan Fernandes"**. Dissertação de Mestrado. Santa Catarina: PPGE-UFSC, 2002.

MENDES, P.H.A. Metáfora/Metonímia e discurso político. In: PAIVA, V. L. S. (org.) **Metáforas do Cotidiano**. Belo Horizonte, Ed. do autor, UFMG, p. 133-156, 1998.

MEURER, J. L. **Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough**. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). In: **GÊNEROS: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 81-106.

MILLER, E. F. Metaphor and political knowledge. **American Political Science Review**, 73, p.155 -170, 1979.

MIO, J.S; KATZ, N. (eds). **Metaphor: Implications and applications**. Lawrence Erlbaum Publishers, 1996.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. P.143-167.

MUNARIM, Antonio. **Educação na Reforma Agrária: gênese da Educação do Campo no Brasil**. Prefácio. In: LENZI, Lucia Helena Correa; CORD, Denise (Orgs.). Formação de educadores(as) em EJA no campo: compartilhando saberes. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007, p. 07-16.

MUNARIM, Antonio. **Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil**. Educação. Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 57-72, jan./abr. 2008.

- MUSOLFF, A. **Metaphor and Political Discourse**: analogical reasoning in debates about Europe. London: Palgrave Macmillann, 2004.
- NAPUMOCENO, Eric. **O Massacre Eldorado do Carajás**: uma história de impunidade. São Paulo: Planeta, 2007.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. 6.ed. Campinas, SP: Cortez, 2001.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- ORTONY, A. **Metaphor and Thought**. Cambridge University Press, 1993.p.19-41.
- PAIVA, V. L. M. (Org.). **Metáforas do Cotidiano**. Belo Horizonte,: UFMG, 1998.
- PÊCHEUX, M. **Language**, Semantics and Ideology. New York: St Martin's Press, 1982.
- PETRAS, James. Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina. In:
- POLLIO, H. et al. Figurative language and cognitive psychology. **Language and Cognitive Processes**, 1990.
- PONTES, E. (Org.). **A Metáfora**. 2. ed.Campinas: Unicamp, 1990.
- PRESTON, R. & WISE, S. **Men in Arms**. NY: Holt, Rinehart and Winston, 1979.
- QUINN, N.The Cultural Basis of Metaphor. In: **Beyond Metaphor**: The Theory of Tropes in Anthropology, Ed. By D. Fernandez, 56-93.Stanford: Stanford U. Press, 1991.
- REDDY, M. (1979). The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In ORTONY, A. (ed.). **Metaphor and thought**, End. Ed., Cambridge: Cambridge University Press, p. 164-201, 1993.
- RICHARDS, I. A. **The Philosophy of Rhetoric**. Oxford: Oxford U. Press, Reprint, 1936.
- RICOEUR, P. **The Rule of Metaphor**: multidisciplinary studies of the creation of meaning in language. London: Routledge, 2005.
- RITCHIE, D. Argument is War – Or is it a game of chess? Multiple meanings in the analysis of implicit metaphors. **Metaphor and Symbol**, 18, p.125-146, 2003.
- ROHRER, T. The metaphorical logic of (political) rape revisited: The New Word Order. **Metaphor and Symbolic Activity**, V.10, n° 2, Spring, 1995.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **No (abril) vermelho**: sentidos de resistência e silenciamento. Graphos- Revista da Pós-Graduação em Letras - UFPB /João Pessoa, Vol 6., N. 2/1, 2004 – p. 9-16. Disponível em:  
<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/graphos/article/viewFile/9528/5176>
- RUMELHART, D. E. Natural categories. In **Cognitive Psychology** 7, p. 573-605, 1973.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.
- SEARLE, J. R. 2002. Metaphor. In ORTONY, A. (Ed.), **Metaphor and Thought**.

Cambridge, C.U.P.

STEDILE, João Pedro (org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 271-277.

TOLENTINO, M. V. F. de. Muito além das Metáforas. In: PONTES, E. (Org.) **A Metáfora**. 2nd. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, p. 77-89, 1990.

TOMASELLO, M. 2003. **Origens Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano**. São Paulo, Martins Fontes.

TOMASELLO, M. **The cultural origins of Human Cognition**. Harvard U. Press, Cambridge, Mass., 1999.

TURNER, M. **The literary mind**. New York: Oxford U. Press, 1996.

TYLOR, E. **Primitive Culture**. London: John Murray & Co., New York, Harper Torchbooks, 1958.

Van DIJK, T. A. Opinions and ideologies in the press. In: BELL, A.; GARRETT, P. eds. **Approaches to Media Discourse**. Oxford: Blackwell, p. 21-63, 1998.

Van DIJK, T. A. Social Cognition and Discourse. In: HOWARD, G. ; ROBISON, R. P. (eds). **Handbook of Social Psychology and Language**, Wiley, Chichester, p. 163-83, 1990.

Van DIJK, T. A. What is Political Discourse Analysis? In: BLOMMAERT, J.; BULCAEN, C. (ed.). **Political Linguistics**. Amsterdam, Benjamins: p. 11-52, 1997b.

Van DIJK, T.A. Principles of critical discourse analysis. **Discourse & Society**, 4.2, p. 249-283, 1993.

VANPARYS, J. A Survey of Metalinguistic Metaphors. In: GOOSSENS, L.; VANPARYS, J. **By Word of Mouth: metaphor, metonymy and linguistic action in a cognitive perspective**. J.J. Benjamins Co., Amsterdam, Philadelphia, 1995.

VEREZA, S. Anotações e seminários durante o curso **A indeterminação do sentido econceitual no discurso**. Niterói: UFF, 2007.

VEREZA, S. **Literalmente falando: o sentido literal como metáfora**. Cognitivo - Pragmática, tese de doutorado, PUC/SP, São Paulo, 1998.

VIDAL, G. **Sonhando a Guerra: sangue por petróleo e a Junta Cheney-Bush**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

WAGGONER, E. B. **Television and Fanfiction Online: Finding Identity, Meaning, and Community**, Tese (Doutorado em Estudos de Comunicação e Artes). Spokane: Gonzaga University, 2012.

WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK; MEYER, Michel (orgs.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 17-34

YADO, Thaís Harumi Manfré; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Discurso sobre massacre de Eldorado de Carajás: a voz de um sujeito-jornalista.** Leitores de Imagens. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008. Disponível em: <http://www.jornadaadci.ufscar.br/pdfs/ebook/9.pdf>. Acesso em: 08/10/2012.

ZANOTTO, M. S. A construção e a indeterminação do significado metafórico no evento social da leitura. In: PAIVA, V. L. **Metáforas do Cotidiano.** Belo Horizonte: edição do autor, UFMG, 1998.

ZANOTTO, M. S. **Em busca da Elucidação do Processo de Compreensão da Metáfora.** Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, vol. 12, p.175- 189, jul./dez., 1990.

### **SITES, JORNAIS E REVISTAS CONSULTADOS**

Diário Vermelho, [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br).

Jornal Folha OnLine, <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u59704.shtml>

Jornal Estado de S.Paulo, <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2004/mar/31/214.htm>

Jornal Último segundo, <http://ultimosegundo.ig.com.br/useg/brasil/artigo/0,,1566258,00.html>

O Globo - <https://plus.google.com/+JornalOGlobo>

Jornal do Brasil - [www.jb.com.br/](http://www.jb.com.br/)

O Liberal - [www.oliberal.com.br/](http://www.oliberal.com.br/)

Correio Brasiliense - [www.correiobrasiliense.com.br/](http://www.correiobrasiliense.com.br/)

Veja - [veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx](http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx)

IstoÉ - [www.istoe.com.br/expediente/](http://www.istoe.com.br/expediente/)

Caros Amigos - [www.carosamigos.com.br/](http://www.carosamigos.com.br/)

Jornal Sem-Terra - [www.mst.org.br/2014/12/05/jornal-sem-terra-326.html](http://www.mst.org.br/2014/12/05/jornal-sem-terra-326.html)

Jornal Expressão Popular - <https://www.expressaopopular.com.br/>

#### **Eldorado dos Carajás - 10 anos - 2006 (41:00`)**

Documentário realizado pelo Setor de Comunicação do MST sobre o massacre de Eldorado dos Carajás, 10 anos depois da chacina, discute a impunidade, com depoimentos de sobreviventes, estudiosos.

A luta dos sem-terras no Pará e as conquistas por justiça e soberania.

<https://www.youtube.com/watch?v=FuoIKuOem8I>

#### **Memória: Massacre do Eldorado dos Carajás**

Vídeo produzido pelo MST. Com depoimento do integrante da Coordenação Nacional do MST, Tito Moura, sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás.

<https://www.youtube.com/watch?v=BtSM4tXb3xA>

**Massacre de Carajás: a impunidade continua - Jornada de Lutas MST -2012 (04:30`)**

Vídeo produzido pela Brigada de Audiovisual da Via Campesina sobre a Jornada de lutas de 2012.

<https://www.youtube.com/watch?v=hFd0dyZQQX8>

**Massacre Eldorado dos Carajás (32:49`)**

Compilados de matérias televisivas feitas na época do massacre.

[https://www.youtube.com/watch?v=n59th4opL\\_E](https://www.youtube.com/watch?v=n59th4opL_E)

**Massacre 1996 - Eldorado dos Carajás (08:55`)**

Matéria da telesur, entrevista com sobreviventes, imagens de arquivo (massacre, velório, enterro) e entrevista com Sebastião Salgado. (Com legenda em espanhol)

<https://www.youtube.com/watch?v=IOXV7vNBagA>

**Massacre de Eldorado dos Carajás (Nas terras do Bem-Virá) (16:46`)**

Trecho do filme *Nas terras do Bem-Virá* que aborda a questão do Massacre, entrevista com sobreviventes e também com Dom Thomáz Balduino e ao fim falam do envolvimento da Vale.

[https://www.youtube.com/watch?v=PlcVS\\_UPtDI](https://www.youtube.com/watch?v=PlcVS_UPtDI)

**Documentário Curva do S: o relato de um massacre (17:10`)**

<https://www.youtube.com/watch?v=aYLqS05LYFk> (parte 1)

<https://www.youtube.com/watch?v=gO46PfbjWDg> (parte 2)

**A farsa da Justiça (42:50`)**

Intervenção teatral da Companhia Estudo de Cena, realizada na curva do S.

<https://www.youtube.com/watch?v=6mL41DCpPds>

**A farsa da Justiça (40:13`)**

Intervenção teatral da Companhia Estudo de Cena, realizada em 2013 em Belém.

<https://www.youtube.com/watch?v=FnNXz-69cFg>

**Fragmento 1 - A farsa: ensaio sobre a verdade (01:46`)** - Companhia Estudo de Cena

Trecho da peça apresentada no acampamento da juventude, na curva do S.

<https://www.youtube.com/watch?v=SVfqtAOE8nE>

**Fragmento 2 - A farsa: ensaio sobre a verdade (04:14`)** - Companhia Estudo de Cena

Militante canta no carro de som em marcha (rumo ao cemitério onde as vítimas do massacre estão enterradas) e se emociona.

<https://www.youtube.com/watch?v=jfGISfJHNa8&list=PLPnxKcwiv4jz-0X6OY6Osdh0Wui-Kslnr&index=21>

**Massacre Eldorado dos Carajás (01:20`)**

Matéria da TVT de 2013, ato de solidariedade em São Paulo.

<https://www.youtube.com/watch?v=fnHUVj9vhuA>

### **Brasil relembra 16 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás**

Matéria da Telesur lembrando os 16 anos do massacre, imagens dos atos em solidariedade.

[https://www.youtube.com/watch?v=9PY\\_dBEfJPU](https://www.youtube.com/watch?v=9PY_dBEfJPU)

### **Dor e Revolta (04:07`)**

Vídeo-documentário produzido pela TVColetiva sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás

[https://www.youtube.com/watch?v=PlcVS\\_UPtDI](https://www.youtube.com/watch?v=PlcVS_UPtDI)

### **Mística realizada na curva do S (01:52`)**

Material bruto.

<https://www.youtube.com/watch?v=uBl4ueOav2k&list=PLPnxKcwiv4jz-0X6OY6Osdh0Wui-Kslnr&index=11>

### **Intervenção 17 de abril de 2010 no Rio Grande do Sul (06:53`)**

Intervenção do grupo Levanta Favela em memória das vítimas do Massacre de Eldorado de Carajás. Esquina Democrática, Porto Alegre, 17 de abril de 2010.

<https://vimeo.com/11238083>

### **Marcha Interrompida (05:21`)**

Vídeo de divulgação do livro Marcha Interrompida, romance escrito pelo jornalista Pedro César Batista, com base na história do massacre de Eldorado dos Carajás (PA).

<https://www.youtube.com/watch?v=eyt3NOpJFqQ>

## ANEXO A



### SINOPSE

Neste livro, Eric Nepomuceno apresenta a história do massacre de Carajás, uma das mais marcantes matanças da história contemporânea do Brasil. Em 17 de abril de 1996, dezenove trabalhadores rurais foram mortos em Eldorado do Carajás, no Pará, com uma brutalidade que o autor só havia visto durante a cobertura da guerra civil de El Salvador, entre 1979 e 1983. A Justiça ainda não decidiu nada sobre os responsáveis e os envolvidos na operação, e ninguém está preso.

título: O MASSACRE: ELDORADO DO CARAJAS - UMA HISTORIA DA IMPUNIDADE  
isbn: 9788576653042  
idioma: Português  
encadernação: Brochura  
formato: 16 x 23  
páginas: 214  
ano de edição: 2007  
edição: 1ª



## “A cicatriz não fecha nunca”, diz autor de livro sobre massacre de Eldorado dos Carajás

Eric Nepomuceno foi ao Pará reconstruir tragédia que matou 19 sem-terra no Pará  
José Henrique Lopes, do R7



Em livro, Nepomuceno reconstrói massacre no Pará e narra drama de vítimas

Quando decidiu escrever um livro sobre o massacre de Eldorado dos Carajás, o escritor e jornalista Eric Nepomuceno temia que o episódio caísse no esquecimento.

Na tarde do dia 17 de abril de 1996, 19 trabalhadores rurais foram mortos pela polícia do Pará, enviada ao local para desobstruir a rodovia PA 150. Um episódio marcado por tanta brutalidade, que o autor compara à Guerra Civil de El Salvador - na qual mais de 70 mil pessoas morreram entre 1980 e 1992 -, não poderia sucumbir ao passar dos anos. De 144 policiais levados ao banco dos réus, apenas dois foram condenados, e ainda aguardam o julgamento de um recurso em liberdade.

Não por acaso, Nepomuceno escolheu a palavra “impunidade” para dar título à sua obra. *O Massacre - Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade* foi publicado em 2007, 11 anos após a tragédia.

- Esse caso é um retrato, como se fosse uma lâmina de microscópio, das muitas mazelas provocadas pelos abusos e pela impunidade. Eric Nepomuceno nasceu em São Paulo, em 1948. Trabalhou como jornalista, é autor de livros de contos e traduziu para o português obras de importantes escritores latino-americanos, entre eles o colombiano Gabriel García Márquez, o argentino Julio Cortázar e os uruguaios Juan Carlos Onetti e Eduardo Galeano.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida pelo escritor ao R7.

**R7 - Como você tomou contato com a história do massacre de Eldorado dos Carajás? Quando**

**surgiu o interesse pelo caso?**

**Eric Nepomuceno** - No fim de 2003, o advogado Nilo Batista, meu amigo, me ligou dizendo que tinha uma ideia para um livro. A ideia era contar os julgamentos provocados pelo massacre. Expliquei que fazer um livro dos julgamentos era muito árido, mas lembrei que aquilo ia cair no esquecimento. Em 2003, fazia sete anos [do massacre]. Aí conversei com o Nilo, expliquei que tinha interesse, sim, mas em refazer a história inteira, o julgamento inclusive. Entrei em contato com o MST, para ver o que eles achavam. Comecei conversando com os advogados que atuaram no caso, e a partir deles fui atrás da Comissão de Direitos Humanos da OEA, fui pegar o processo inteiro, e durante um tempo de preparação o trabalho se limitou a entrevistar advogados, fazer uma enorme pesquisa de tudo o que tinha sido publicado na época. Em fevereiro ou março de 2004, comecei a trabalhar mesmo. Não queria ir para Eldorado dos Carajás enquanto não tivesse o arcabouço do livro todo armado, porque lá eu estaria em contato direto com os sobreviventes, os moradores da vila [assentamento 17 de abril, que fica em Eldorado dos Carajás], com o MST, e queria ter uma visão própria antes disso.

**R7 - Você se instalou no Pará. Como os militantes do MST receberam você e a ideia do livro?**

**Nepomuceno** - Foi muito rápido. Eles se dispuseram a ajudar em tudo e eu pus duas condições. Primeiro, eles não poriam um tostão. Segundo, teriam direito a ver o livro quando estivesse pronto e fazer correções factuais, mas não de opinião. Antes de ir a Marabá [cidade próxima de Eldorado], passei por Brasília para conversar com uma repórter que testemunhou tudo, e de lá fui para Marabá. Depois, passei por Belém, aí já para entrevistas com advogados dos réus, políticos, gente que estava no governo na época do massacre.

**R7 - As condições de segurança foram uma dificuldade?**

**Nepomuceno** - Foi um negócio muito complicado, porque eles falavam muito da questão da segurança. Eu cobri guerra, guerrilha, e achava que estavam exagerando. Tanto que o combinado foi que eu ficaria no máximo cinco dias em Marabá, por questão de segurança. Eu achava aquilo um exagero, mas era verdade. O negócio é de uma violência palpável no ar. Fui à vila várias vezes e a todas as cidadezinhas, conversei muito com as pessoas. Fiz a viagem acompanhado de um motorista e um suposto segurança, era um cara desarmado.

**R7 - Mas você, em algum momento, chegou a ser diretamente ameaçado?**

**Nepomuceno** - Não. Não houve telefonemas misteriosos de madrugada, nada disso. Mas era uma coisa bastante ostensiva. Às vezes eu saía pra comer e era tão ostensivo que não me causava medo. Mas em nenhum momento houve alguma ameaça direta. Quando o livro saiu, tinham me advertido muito, de que agora viria o perigo, mas não aconteceu nada. Depois

voltei a Belém uma ou duas vezes para palestras e nada. O que, sim, me chamou a atenção foi o silêncio da imprensa. Foi um livro que não existiu.

**R7 - Passados 15 anos da tragédia, nenhum dos policiais que participaram daquela operação está preso. Os trabalhadores rurais protestam contra a impunidade. A quem você atribui o fato de que os acusados pelo massacre permaneçam em liberdade?**

**Nepomuceno** - O sistema. Uma coisa vaga que eu chamaria de sistema. É como, no Brasil, os grandes poderes econômicos transformam as forças de segurança pública em forças de segurança privada. Em segundo lugar, até que ponto a Justiça, não só no Pará, mas a Justiça brasileira, é completamente comprometida, e isso fica claro nos próprios julgamentos. É um negócio completamente absurdo. Esse caso é um retrato, como se fosse uma lâmina de microscópio, das muitas mazelas provocadas pelos abusos e pela impunidade.

**R7 - Além das impressões pessoais de cada um dos trabalhadores rurais que estiveram no massacre, existe também uma experiência coletiva. O que ficou como marca naquele grupo?**

**Nepomuceno** - Todo mundo me dizia a mesma coisa lá na vila: 'isso aqui é um sonho, um paraíso, enfim a gente tem o que sempre quis'. Mas você vai esticando a conversa, e caía sobre todo mundo o peso de saber que estavam em uma terra que foi conquistada com sangue alheio. Esse peso da alma você não tira. A cicatriz não fecha nunca.

**R7 - Há alguma história que tenha chamado a sua atenção especialmente durante o trabalho?**

**Nepomuceno** - Tinha a história de um pai, acho que se chamava Raimundo, que foi considerado morto, jogaram ele na caçamba de uma caminhonete e foram colocando cadáveres em cima. Quando chegou na polícia, o soldado viu que ele estava vivo e o mandou sair correndo. E aí ele descobriu que, dois corpos acima dele, o que sangrava e gemia e empapava ele de sangue era o filho dele. Essas histórias são de uma brutalidade... Eu só me lembro de horror igual na Guerra Civil de El Salvador, era uma coisa de horror mesmo.

**R7 - Você acha que seu livro pode ser útil em uma eventual retomada do caso na Justiça?**

**Nepomuceno** - Absolutamente impossível. É um sistema podre em um país que louva a impunidade. Não tenho nenhuma esperança de que se faça justiça nesse caso e em tantos outros mais. Ninguém lembra que houve esse massacre, que pessoas morreram, e que os caras que comandaram isso estão soltos. O governador [do Pará na época, Almir Gabriel] não foi nem interrogado. Muitos dos soldados que participaram do massacre estão lá até hoje. Os caras encontram na rua o PM que matou o amigo, o irmão, o filho.

## **Reportagem A Folha de São Paulo - 1**

### **MST quer manter 'guerra permanente', diz governo (FSP, 30/12/1996)**

Relatório interno do governo diz que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) definiu que vai "manter uma verdadeira guerra permanente" contra o Executivo. Assessores do presidente Fernando Henrique Cardoso consideram o MST o principal foco de "tensão social" do atual governo.

Chegam a avaliar que os líderes do movimento podem perder o controle sobre a organização, com consequências imprevisíveis. Essa avaliação fez com que o Palácio do Planalto determinasse um acompanhamento sistemático das ações do grupo, principalmente depois do incidente de Eldorado do Carajás (PA).

Na época \_abril de 96\_, 19 sem-terra morreram durante conflito com a Polícia Militar. O governo avaliou que foi pego de surpresa por esse e outros episódios envolvendo sem terra. Atualmente, relatórios quase diários são produzidos sobre o MST. A Folha teve acesso a alguns desses documentos. Todos trazem a identificação de relatório confidencial. Suas folhas são carimbadas com códigos para tentar evitar vazamento de informações. Um deles, do final deste ano, traz o seguinte título: "Avaliação da conjuntura agrária faz MST reorientar linhas de ação". O documento tem sete páginas e, em sua abertura, traz uma síntese das informações nele contidas.

O texto informa que, após "avaliação da conjuntura agrária, a Secretaria Nacional do MST enviou circular às suas direções estaduais para comunicar a adoção de novas linhas de ação, a manutenção de uma verdadeira guerra permanente contra o governo e a decisão de trabalhar melhor as alianças com trabalhadores urbanos".

### **Guerra popular**

No tópico "linhas políticas gerais", o relatório menciona que os líderes do MST avaliam que a guerra permanente contra o governo será uma "verdadeira guerra popular prolongada". No mesmo item, o documento traz a seguinte informação, atribuída aos líderes dos sem terra: "Embora estejamos numa verdadeira guerra, devemos cuidar para não expormos nossos contingentes. Evitar confrontos desnecessários e buscar acúmulo orgânico".

O tópico "definições práticas/encaminhamentos" relata que o MST vai organizar no próximo ano uma marcha sobre Brasília, saindo de cinco regiões do país. A marcha deve ter "em torno de mil quilômetros", com chegada prevista na capital no dia 17 de abril.

O texto produzido pelo governo relata ainda que o MST considera que os latifundiários tiveram uma derrota política com a nova proposta de rito sumário \_que reduz o

prazo 240 para o Incra tomar posse de terra desapropriada. A proposta é classificada como um avanço, "embora na prática tenha pouca eficácia".

### **Reeleição**

Até a emenda da reeleição está presente no documento. Ela aparece no item "as táticas do governo" para a reforma agrária. Segundo o relatório confidencial, os sem-terra analisam que a estratégia oficial é "ganhar tempo" para elaborar uma "proposta mais consistente, pensando num período maior que compreenderia a reeleição de FHC". Para ganhar tempo, a tática do governo seria confundir a opinião pública. "A cada semana, (o governo) anuncia uma nova medida de pouca eficácia". O documento relata algumas dessas medidas, como a compra de terras dos bancos Econômico e Nacional, a mudança do ITR e o empréstimo de US\$ 150 milhões do Banco Mundial.

### **Guerrilheiros**

Outro relatório ao qual a Folha teve acesso fala de um contato entre líderes do MST e guerrilheiros da Colômbia. O movimento teria tentado obter informações sobre a situação dos engenheiros da empreiteira Andrade Gutierrez sequestrados pela Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). O documento do governo ressalta que o contato não teve nenhum objetivo de troca de táticas de atuação, mas destaca que é um sinal de que o MST pode estar se aproximando de movimentos de guerrilha da América Latina.

## **Reportagem A Folha de São Paulo - 2**

### **Confronto mata pelo menos 19 no Pará (FSP, 18/04/1996)**

Um confronto entre a Polícia Militar e sem-terra, por volta das 17h de ontem, no município de Eldorado de Carajás (oeste do Pará), deixou pelo menos 19 mortos e vários feridos, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Pará. Segundo informações do Hospital Elcione Barbalho, da cidade vizinha de Curionópolis, haviam chegado 18 corpos de trabalhadores sem terra até as 21h45. A direção estadual do MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra) diz que o número de mortos é de cerca de 60. "Os corpos têm várias perfurações de bala, inclusive na cabeça. É provável que o número de cadáveres aumente", disse o médico Faisal Saemem, do hospital. O secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara, afirmou que, pelas informações que obteve da delegacia de Curionópolis, "o quadro é assustador". Até disse que até as 22h15 não havia conseguido falar com o comandante da operação no local para saber mais detalhes sobre o confronto e para saber se houve excesso da polícia.

### **Vítimas fatais**

"Ainda não temos uma avaliação precisa, mas um companheiro que esteve no local afirmou que as vítimas fatais foram muitas", afirmou Charles Trocati, da direção estadual 241 do MST no Pará. Câmara afirmou que os primeiros socorros foram prestados em Eldorado de Carajás. Os policiais e sem-terra feridos estavam sendo transferidos para Marabá \_distante 80 quilômetros de onde ocorreu o conflito. O confronto ocorreu no instante em que cerca de 200 policiais militares tentavam desimpedir a rodovia PA-150. A estrada tinha sido interditada por cerca de 3.500 semterra no início da tarde de ontem, segundo o MST. Segundo o secretário de Segurança, os policiais foram recebidos a tiros, pauladas e pedradas pelos sem-terra. O MST afirma que os policiais começaram o tiroteio e que os sem-terra usavam apenas enxadas e foices. Câmara afirmou que os policiais foram obrigados a reagir para se defender. "É lamentável que os sem-terra tenham tomado essa atitude de confronto após tanta negociação para resolver o problema de terra no Estado", afirmou.

### **Caminhada**

Os sem-terra estavam em caminhada para Marabá. Eles saíram há dois dias do município de Curionópolis, onde reivindicam a desapropriação da fazenda Macaxeira. Hoje, eles teriam em Marabá encontro com o superintendente estadual do Incra, Valter Cardoso, que daria uma posição sobre o processo de desapropriação da fazenda Macaxeira. A interdição da estrada começou anteontem. Os sem-terra pararam no km 100, a oito quilômetros de Eldorado do Carajás. Após negociação com a PM, eles acamparam no acostamento. No início da tarde de ontem, voltaram a ocupar a rodovia e reivindicar 50 ônibus para transportá-los até Marabá. Pediam, segundo a polícia, dez toneladas de alimentos. Câmara afirmou que o governo não podia tolerar o bloqueio da PA-150, que é a principal ligação do sul do Estado com Belém. Câmara afirmou que o processo de desapropriação da fazenda Macaxeira já dura um ano e quatro meses e que está em fase final de aprovação no Incra, em Brasília, para desapropriação da área.

## **Reportagem A Folha de São Paulo - 3**

### **Cronologia da invasão (FSP, 19/04/1996)**

- maio.94 \_ Um grupo de trabalhadores ligados ao MST invade a fazenda Rio Branco, em Parauapebas. Eles querem a desapropriação da Rio Branco e da Macaxeira, fazenda

vizinha - outubro.95 \_ Depois de um ano e meio, o Inbra compra a fazenda Rio Branco e começa a assentar 850 famílias. No mesmo mês, as lideranças do MST no Pará começam a cadastrar trabalhadores para participar do movimento e das invasões. - 8.nov.95 \_ Cerca de 3.500 sem-terra invadem o Centro Agropastoril da Prefeitura de Curionópolis - 29.dez.95 \_ Cerca de mil trabalhadores ocupam a pista da PA-275. Depois de oito horas de interdição, eles liberam a estrada - 1.mar.96 \_ Aproximadamente 500 integrantes do MST ameaçam invadir o complexo Macaxeira. A Polícia Militar informa que a situação está cada vez mais tensa - 3.mar.96 \_ O governo do Pará define um prazo até junho para resolver o problema da Macaxeira - 5.mar.96 \_ Às 5h, os sem-terra iniciam a invasão da Macaxeira. Muitos se instalam no km 18 da rodovia PA-275 - 6.mar.96 \_ É firmada uma trégua de 30 dias entre o governo do Estado e os invasores. O governo se compromete a negociar junto ao Inbra o assentamento dos sem-terra - 11.mar.96 \_ O governo envia ao acampamento dos sem-terra na Macaxeira 12 toneladas de alimentos e 70 caixas de remédios - 15.mar.96 \_ A Human Rights Watch, uma das mais importantes organizações não governamentais de defesa dos direitos humanos, solicita ao governo do Pará providências para evitar o conflito armado na Macaxeira - 28.mar.96 \_ Mais de 40 fazendeiros de Marabá e região vão a Belém para pedir ao governo providências contra as invasões - 8.abr.96 \_ Começa caminhada dos sem-terra de Curionópolis rumo a Belém. - 11.abr.96 \_ Cerca de 1.200 sem-terra interditam a PA-275 ainda em Curionópolis e saqueiam um caminhão com 16 toneladas de alimentos - 15.abr.96 \_ Marcha dos sem-terra completa 40 km e chega a Eldorado de Carajás - 16.abr.96 \_ Os sem-terra caminham rumo a Marabá e interditam a PA-150 (principal rodovia de ligação do sul do Estado a Belém). São enviados cerca de 200 PMs para o local - 17.abr.96 \_ Governo do Estado ordena que a PM retire os sem-terra da estrada. Os dois grupos entram em confronto. Pelo menos 23 pessoas morrem no tiroteio

### **Reportagem A Folha de São Paulo – 4**

#### **Sem Terra, com TV (FSP, 19/04/1997)**

Nos dois momentos em que o presidente Fernando Henrique Cardoso se referiu ontem publicamente ao MST, não conseguiu entender-se com ele próprio. Ficou entre o conciliador e o acusador, entre menosprezar e valorizar a força do movimento. Do encontro fechado com a liderança do grupo, não havia informações até o momento de escrever. Enquanto o presidente não se decide, o que espanta é a mudança no tratamento dispensado ao MST pelos telejornais. Até faz pouco, o grupo era tratado como um bando de radicais. Agora, viraram queridinhos da pátria. "Efeito Rei do Gado", palpita Gustavo Franco, o diretor da Área Externa do Banco

Central, aludindo à novela da Rede Globo que introduziu os sem-terra no horário nobre. 246 Do ponto de vista dos desdobramentos políticos, é importante saber quanto tempo dura tal efeito, se é que ele de fato existe. O MST parece disposto a manter por mais algum tempo o acampamento armado na Esplanada dos Ministérios. Será politicamente relevante enquanto permanecer sob o foco das câmeras de TV. Quando voltarem para os "eldorados do carajás" espalhados pelo país, no entanto, só retornarão às telas se houver alguma outra matança coletiva. Afinal, foram 57 os mortos de 1996, mas só os 19 de Eldorado do Carajás subiram ao horário nobre. E a marcha durou dois meses, mas apenas a sua aproximação do coração do poder mereceu o destaque (e a simpatia) que agora se vêem. Nada impede que, em pouco tempo, os sem-terra sejam devolvidos ao anonimato. Ou por motivos extrajornalísticos ou, pura e simplesmente, pela velocidade com que, hoje, um fato novo atropela o imediatamente anterior. Parte do impacto político do movimento se diluirá, então, ao se apagarem os holofotes da TV sobre ele. A menos que o MST tenha uma estratégia para mantê-los acesos sem que seja preciso iluminar também o sangue.

## **Reportagem A Folha de São Paulo - 5**

### **Médico diz que há indícios de assassinato; PM nega (FSP, 19/04/1996)**

Os corpos dos 19 sem-terras mortos anteontem em conflito com a Polícia Militar em Eldorado de Carajás, no Pará, apresentam indícios de assassinato. A afirmação foi feita à Folha pelo cirurgião Orlando de Medeiros, um dos primeiros médicos do hospital municipal de Curionópolis (Pará) a ver os corpos entregues pela PM envoltos em lona. "Vários deles tinham tiros pelas costas e um teve a frente da testa sacada por um tiro disparado à altura da nuca", disse o médico. O médico Vinicius Tassis disse que os 19 corpos tinham uma média de três a quatro tiros. O comandante da PM que participou da operação, major José Maria Oliveira, 41, negou o assassinato e afirmou que "houve fogo cruzado e correria". Segundo ele, "os sem-terra receberam balas de seus próprios companheiros". A PM afirma que apreendeu 63 armas, algumas de fabricação caseira, após o confronto. Uma menina, de idade não revelada, foi encontrada ontem morta em um riacho próximo ao local do confronto. A PM diz que a menina morreu afogada e que o caso não teria conexão com a batalha. Os sem-terra, porém, afirmam que ela estava no local do confronto e se afogou durante a fuga.

### **Mortos**

O número oficial das vítimas entre os sem-terra é de 19 mortos e 45 feridos (41 sem-terra e 4 policiais). Onze feridos foram transportados para Belém para retirada de balas, três



deles em estado grave. Entre eles, Rubenita Silva, que levou três balas no corpo. Um dos policiais feridos seria um sargento que está em estado grave, segundo o major Oliveira. Na terça-feira, os sem-terra interditaram a rodovia PA-150, que liga Eldorado de Carajás a Belém. Segundo o MST, havia 2.500 pessoas. A PM aponta 800 sem-terra. 247 Eles queriam uma negociação direta com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para desapropriação da Fazenda Macaxeira, que fica a 12 km de Eldorado de Carajás, onde parte do grupo estava acampada. Na negociação, os sem-terra aceitaram retirar a barreira, dando prazo até 11h de anteontem. Eles exigiam dez toneladas de alimentos, 50 ônibus para levá-los até Marabá e outros cinco ônibus que seguiriam até Belém, onde tentariam falar com representantes do Incra e do governo estadual. Às 12h, o grupo voltou a interditar a rodovia, depois de receber recado de que as exigências não seriam cumpridas. Por volta das 16h, um grupo de cerca de 160 policiais militares chegou ao local. Pela primeira apuração da Polícia Federal, a PM foi enviada ao local sem qualquer plano prévio.

### **Direitos humanos**

Dois membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Humberto Espínola e Percílio Neto, encontraram os corpos dos mortos jogados em três salas no porão do prédio do Instituto Médico Legal de Marabá. O massacre mudou a agenda de Alison Sutton, da Anistia Internacional, que chegou ao Brasil ontem. Alison cancelou todos os seus compromissos e embarcou à noite para Marabá.

## **Reportagem A Folha de São Paulo - 6**

### **Polícia iniciou tiroteio, dizem os feridos (FSP, 19/04/1996)**

Os trabalhadores sem-terra feridos no conflito Polícia Militar negam a versão oficial de que teriam feito o primeiro disparo, e acusam os policiais de terem feito tiros de metralhadora e revólver à queima-roupa. A Agência Folha ouviu quatro dos dez feridos que foram levados ontem à Unidade Mista de Saúde de Marabá. José Carlos Moreira Santos, 17, um dos feridos mais graves, perdeu a visão do olho direito por um dos disparos. "Eu estava brincando com meus amigos, de repente, eles (os policiais) chegaram atirando. Quando caí, um amigo tentou me ajudar e os PMs nos humilharam", relatou o sem-terra ferido. Segundo Moreira Santos, os policiais "pediram que deitássemos no chão para não vê-los. Depois, deram três minutos para a gente sair de lá correndo. Minha mãe e eu corremos mais de dois quilômetros pela beira da estrada". Jurandir Gomes dos Santos, 30, o primeiro a ter sido baleado, mostrou a radiografia que mostrava os 11 tiros em suas pernas, "feitos numa rajada

só", segundo suas declarações. Raimundo José da Conceição, 20, que teve a perna direita fraturada por tiros, disse que "depois do massacre, os policiais atiravam para cima e pediam para que aparecêssemos. Estávamos escondidos no mato". Sete dos dez feridos da Unidade Mista de Saúde de Marabá aguardavam transferência para hospitais de Belém. 248 Outros seis sem-terra feridos foram levados para o Hospital Celina Gonçalves, que tinha também dois policiais internados.

### **Reportagem A Folha de São Paulo - 7**

#### **Ministério diz que sem-terra atacaram (FSP, 26/04/1996)**

Os sem-terra teriam comprado armas com dinheiro dado pelo Incra para comprar comida. A informação está em um relatório do Ministério da Justiça sobre o massacre do dia 17. O relatório diz também que os sem-terra foram os responsáveis pela agressão inicial aos PMs que, na linha de frente do confronto, não estariam armados. O autor do texto é o coordenador-geral do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), Humberto Espínola. "Não estou acusando ninguém, apenas relatando o que ouvi", afirmou Espínola à Folha, que passou quatro dias no local do conflito. Disse ter ouvido do executor do Incra em Marabá (PA), José Líbio de Matos, e de outras duas pessoas \_não revelou nomes\_ que pagamentos de créditos de alimentação e fomento aos sem-terra foram desviados para a compra de armas. A Folha apurou que a Polícia Federal também detectou, há dois meses, a compra das armas. O Incra distribuiu em fevereiro e março uma ajuda de R\$ 800 para cada família da região. Com 16 páginas, o relatório considera as reivindicações dos sem-terra legítimas, mas faz críticas à ação do grupo. Sobre a PM, condena a violência e os assassinatos citados por testemunhas. Segundo o relatório, o coronel Mário Pantoja, comandante da operação, "tem bom conceito na região". O documento diz ainda que na linha de frente do contingente de Marabá havia apenas soldados com cassetetes e bombas de gás lacrimogênio. Espínola cita, "em favor da PM", "a reação agressiva inicial dos sem-terra partindo para cima" da polícia. O relatório critica o MST por ter "indivíduos com atividades diversas da agrícola", como professores de dança, de de canto e funcionários públicos. O coordenador-geral afirmou que considera mais grave o fato de os sem-terra estarem armados \_foram apreendidas 37 armas\_ e de terem colocado mulheres e crianças na barreira na estrada. Francisco Dalchazon, da coordenação nacional do MST, disse que "o Ministério da Justiça não tem resposta para o que houve e que está partindo para a estratégia de que o ataque é a melhor defesa". Segundo ele, os sem-terra de Eldorado do Carajás não foram assentados ainda e por isso não receberam

dinheiro do Incra. "Todos têm o direito de mudar de profissão", disse sobre o fato de nem todos serem lavradores. Para a posse de armas, alegou defesa pessoal.

### **Reportagem A Folha de São Paulo - 8**

#### **MST contesta o relatório do governo (FSP, 29/04/1996)**

Líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) questionaram ontem em Belém o relatório do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), do Ministério da Justiça. Eles negaram a versão do relatório, que diz que os sem-terra atacaram primeiro no confronto com os PMs em Eldorado do Carajás. Jorge Neri, 30, e Gustavo Filho, 26, afirmaram que a PM chegou jogando bombas de efeito moral e abriu fogo contra os sem-terra, que bloqueavam a rodovia PA-150. Nery e Filho também disseram que há mais trabalhadores desaparecidos, além dos cinco já apontados pelo MST. Segundo eles, nesta semana o MST divulgará os nomes dos desaparecidos. "Também há crianças mortas, cujos corpos a polícia escondeu. Os pais não apareceram para reclamar seus filhos porque foram mortos também", disse Filho. Neri afirmou que o fato de um grande número de trabalhadores ter se juntado ao movimento nos dias anteriores ao massacre está dificultando o levantamento dos nomes de desaparecidos. O MST disse que suas lideranças na área estão sendo ameaçadas.

### **Reportagem A Folha de São Paulo - 9**

#### **Ato lembra morte de 19 sem-terra (FSP, 17/04/1999)**

O MST começou ontem uma série de mobilizações em 23 Estados para lembrar os três anos do massacre de 19 sem-terra, em Eldorado do Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996. Em pelo menos dez Estados, marchas de sem-terra chegaram ontem pela manhã às capitais. Cerca de 15 mil trabalhadores participaram das marchas em todo o país, segundo estimativa do MST. Em Porto Alegre (RS), no final da tarde de ontem, cerca de 500 integrantes do movimento começaram uma "vigília" na frente do prédio do Incra, prevendo um jejum que duraria todo o dia de hoje. Em Eldorado do Carajás, um monumento utilizando 19 castanheiras mortas será inaugurado hoje para relembrar o conflito, Exemplo 14: Comissão estrangeira vê descaso do governo (FSP, 21/07/1996) Representantes de igrejas e do Parlamento europeus, em visita a Eldorado dos Carajás (PA), declararam que há um descaso das autoridades brasileiras sobre os 19 sem-terra mortos no confronto com a Polícia Militar em abril. Um relatório será enviado ao presidente e ao governador do Pará.

## FOLHA DE SÃO PAULO

### ELDORADO DE CARAJÁS

O episódio do Eldorado dos Carajás, do massacre dos Sem Terra, foi o momento maior de um processo de tolerância com o MST, a partir da romantização do movimento por uma telenovela da rede Globo. De repente, criou corpo na mídia a idéia de que todo movimento de contestação às leis estabelecidas eram legítimo, em um retorno extemporâneo aos anos 70, período de ditadura, quando a contestação visava substituir as leis da ditadura por leis democráticas. A partir da redemocratização do país, o jogo passou a ser outro. Havia leis, imperfeitas mas em funcionamento. Todo o trabalho, agora, trata de questionar as imperfeitas e procurar aperfeiçoá-las dentro do sistema democrático e do respeito às regras do jogo. Não se podia confundir princípios democráticos com desordem. Antes de explodir o caso de Carajás, um leitor, funcionário da Companhia Vale do Rio Doce, havia me enviado um e-mail contando os abusos cometidos pelos garimpeiros em Eldorado – em um movimento político de ocupação muito semelhante ao do MST. Já tinha, portanto, idéia da truculência que permeava essas ações, tanto do lado da política quanto dos invasores. Na tragédia de Eldorados, a cinegrafista da rede Globo de Belém filmou o início do confronto, mostrando os sem-terra avançando sobre os policiais. No entanto, o patrulhamento era tanto que se criou uma estranha conspiração do silêncio e da imagem. A Rede Globo passava exaustivamente as cenas dos sem-terra atacando a polícia militar, mas sem locução. Resolvi investir contra essa conspiração do silêncio. Foi muito oportuna uma entrevista com Xico Graziano, o ex-responsável pela reforma agrária no governo, que pela primeira vez apresentou, de forma clara, a natureza do MST, seu caráter revolucionário, a forma como se organizava. As colunas antecederam o período seguinte, de desgaste do MST com os exageros nas invasões seguintes.

119 08/03/1996 Território livre de Carajás Do leitor Romildo Guerrante, funcionário da Vale do Rio Doce: “Estou em Carajás há uma semana, a serviço da Vale do Rio Doce. E cada vez entendo menos meu país”. “Há seis meses, a Vele está tentando uma parceria internacional para tocar um projeto mineral perto da Serra Leste. Já contatou 12 grandes investidores internacionais. Ninguém que nada com o sul do Pará. Os estrangeiros não acreditam no governo”. “Há dois meses, 13 sondas da Vale estão bloqueadas pela ação dos garimpeiros (e também de não garimpeiros ligados ao MST). Elas representam 20% de toda a capacidade de prospecção mineral do país. Uma delas alcança 1.500 metros (recorde no país) e seria a primeira vez que se prospectaria ouro com sonda a essa profundidade”. “Com as sondas paradas, a Vale já acumula quase US\$ 5 milhões em prejuízos”. “A Justiça já reconheceu que

o direito de lavra é da Vale. Mas os garimpeiros não reconhecem. Açam que o garimpo é deles porque Figueiredo lhes concedeu provisoriamente a posse durante três anos, no início dos anos 80. Querem que a autorização provisória se perpetue”. “A Vale foi à Justiça do Pará e ganhou todas. Mas não levou. Já foi decretada a prisão preventiva de 14 líderes garimpeiros, até mesmo por seqüestro de dois funcionários da Vale, no sábado à noite”. “Mas quem vai prendê-los? A PM do Pará está aquartelada desde o episódio de Eldorado dos Carajás (que fica a 60 km daqui) e não se mexe. A Polícia Civil alega não ter potencial de fogo para envolver-se no povoado de Serra Pelada, onde 300 líderes do antigo garimpo submetem uma população de 6.800 pessoas sob terror”. “Agem igualzinhos aos traficantes do Rio. Aquilo lá é território deles, e ninguém entra. Seus funcionários não podem entrar nem mesmo nas terras que a estatal comprou nas redondezas, para construir acampamentos do projeto de extração de ouro, porque os garimpeiros cavaram valas nas estradas e bloqueiam a passagem com violência. Dão até crachá para as pessoas considerada insuspeitas circularem pelo povoado”. “Sequer permitem que os moradores interessados em mudar-se para Curionópolis, aceitando ofertas de casa da Vale, embarquem nos ônibus colocados à sua disposição. São arrogantes e impunes. Nada têm de coitadinhos, como às vezes nos parece do asfalto”. “Enquanto isto, o Exército não se mexe. Tem medo? A Polícia Federal tem seis homens em Serra Pelada e foi ridícula no episódio do seqüestro, pois serviu apenas de intermediária para liberar os reféns e garantir que as sondas permanecessem bloqueadas ilegalmente”. “O governador Almir Gabriel parece que tem medo. O DNPM está calado. Garante que o direito de lavra é da Vale, mas não avança além disso. O Ministério das Minas e Energia também está calado. E a Vale quer investir US\$ 250 milhões em 3 ano para começar a extrair as 150 toneladas de ouro já cubadas. E não pode”. “Tem que se ter muita paciência para suportar a ausência de autoridade no país”. 120 13/04/1996 O sertão vai virar mar O massacre dos sem-terra, no Pará, traz dois alertas, um óbvio, outro pouco percebido. O óbvio é o absurdo de se enviar para o local de confronto policiais armados de metralhadoras. Os episódios do Carandiru e do Paraná já deveriam ter servido de lição para a não repetição dessa imprudência. Por mais que confrontos açulem os ânimos, a selvageria do episódio não encontra atenuantes nem em ambientes de guerra. O mínimo que se espera agora é que esses selvagens—especialmente os oficiais que comandavam a operação—sejam submetidos a julgamentos em tribunais civis. Ultra radicais O dado pouco percebido é a maneira preocupante com que o movimento dos sem-terra vai gradativamente se excluindo do jogo político, e fugindo ao controle de suas lideranças mais sensatas. A partir de 1968, a exclusão política da oposição levou ao aparecimento da luta armada. À medida em que a ditadura foi se esboroando, grupos de oposição passaram a galgar

espaços cada vez mais amplos dentro dos mecanismos oferecidos pela democracia formal. A classe mais intelectualizada juntou-se em torno de entidades da chamada sociedade civil. O movimento sindical ressurgiu agressivo, conquistando por méritos próprios seu espaço político. Derrotados pela repressão, os grupos ultra-radicais foram se abrigar em diversas entidades, tentando conquistar seu controle político. Foi emblemática a tentativa recente de tomada do controle do PT por uma aliança de grupos ultra-radicais. A estratégia falha porque, à medida em que os novos atores passam a ocupar espaços políticos, principalmente a partir do momento em que conquistaram os primeiros cargos executivos relevantes, e que Lula tornou-se possibilidade concreta para a presidência, houve natural esvaziamento das lideranças mais radicais—as viúvas da luta armada. Reduziram-se as desconfianças em relação à democracia, a alternância no poder tornou-se possibilidade concreta, antigos líderes radicais amadureceram e se integraram ao jogo institucional. E os ultra-radicais não encontraram mais espaço para seu jogo dúbio. Com o amadurecimento político e econômico do país, aliás, cada vez mais estruturas orgânicas—como centrais sindicais e partidos políticos—vão ocupar o espaço institucional das chamadas entidades representativas da sociedade civil—OAB, ABI e Igreja--, que cresceram no vácuo político dos últimos 15 anos. Virar mar Hoje a CUT e a Força Sindical, o PT e demais partidos de esquerda, são personagens atuantes no jogo político. Quanto mais aprofundar-se a democracia, mais importância terão e menos espaço haverá para os grupos ultra-radicais. 121 É por aí que entra o movimento dos sem-terra. Há o risco concreto de que se torne o palanque ideal para a aglutinação dos ultra-radicais expulsos das instituições políticas urbanas. Não há nada que justifique a selvageria da polícia. Mas as excepcionais imagens da repórter da Globo foram claras, mostrando os sem-terra partindo para o confronto, armados de paus, foices e, alguns deles, de revólveres. Os gatilhos das metralhadoras foram acionados por comandantes irresponsáveis, mas também por lideranças que não se incomodaram em colocar velhos, mulheres e crianças na linha de fogo. Não se trata de transformar vítimas em algozes. Mas de chamar a atenção para uma situação política complexa. Se não houver responsabilidade de lado a lado—do Executivo, do poder judiciário e de instituições como a Igreja (que tem na reforma agrária trunfo político relevante)-- o sertão vai virar mar. E lideranças de aparente bom senso—como Rainho—vão acabar engolfadas pelos radicais.

**FOLHA DE S. PAULO** 75 anos

São Paulo, domingo, 31 de abril de 1998

DETORES DE REDAÇÃO: GUSTAVO FRASSER/REDAÇÃO • \* \* \* UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL • ALAMEDA BAIXO DE LIMEIRA, 655 • ANO 25 • Nº 14.009 • R\$ 4,00

**Exército manda PM ficar no quartel, patrulha a região e, com o Ministério da Justiça, investiga o massacre de sem-terra**

# Pará sofre intervenção "branca"

**O EDITORIAL**

## O OUTRO LADO DA MOEDA

O tecido social brasileiro está chegado ao seu ponto limite de esgarçamento. Dorida social, uma expressão que nasceu com sabor acadêmico para designar as brutais carências do país nessa área, ganha, cada vez mais, novos e locais concretos: os mortos de Corumbá e Eldorado de Carajás, de Vigário Geral e da Candelária, os mortos-vivos que habitam sua condição subumana em cada uma das coxilhas das grandes cidades e, crescentemente, das cidades médias.

O cambalêo fiscal, mais demagógico, já cansado pelo que imaginam beneficiar-se efetivamente de uma situação como essa, é o culpado o governo de tempo-pela-muita acumulada há décadas, talvez séculos.

O Império que a atual administração tem em sua cabeça é culpa, pelo menos por inação. Ainda assim, deve-se reconhecer-lhe o mérito de ter, acima de tudo, mantido a estabilidade econômica, com ligeiras melhorias para as camadas mais pobres. E também o de ter proposto uma ampla reforma do Estado e das regras econômicas que são necessárias, urgentes e modernizantes.

Mas não basta. Cresce a impopularidade com o abandono da agenda social, tão nobre e claramente orientada ao objetivo de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi ele quem apostou a "Folha de Inação Social" como "o grande desafio do Brasil no século XXI".

O mito do que tempo de transformar a reserva paratista em prática de governo. No que se refere à miséria absoluta (estatizada por renda inferior ao necessário para alimentar-se e à família), um estudo do Banco Mundial, recentemente reunido pela Folha, mostra que, com apenas 0,7% do PIB ao ano se consegue hoje, grosso modo, a R\$ 2 a bilhões), seria possível retirar da marginalidade absoluta todos os 17 milhões de miseráveis que marcam de vermelho o mapa do Brasil.

Não é uma quantidade assombrosa de recursos. Ainda mais se comparada ao fato de que, para analisar a situação, há muito em dificuldades, o governo vai abocar uma quantia aproximadamente três vezes maior.

Esse contraste mostra que se trata de déficit prioritários. E o próprio presidente, pelo menos na sua posse, disse que a prioridade é enfrentar a miséria e a fome. De que voltar a ela e, mais do que isso, sair do mero discursão.

Esta Folha reconhece, como é óbvio, que o desafio é imenso e árduo. Mas, a partir do pressuposto de que é também de urgência inquestionável, inicia a partir do próximo domingo uma série de reportagens e editoriais que tentam ir além da crítica fiscal.

Há iniciativas que dependem apenas de decisão política para serem implementadas. Um exemplo é o chamado Imposto de Renda negativo, uma taxa que tem aceitação à direita e à esquerda, que permitiria dar uma renda mínima aos que hoje vegetam na miséria absoluta. Mas há também ações indispensáveis na área de educação e saúde, sem as quais o ciclo da miséria se eterniza. Crianças cujas mães se alimentam mal, para dizer o mínimo, terão inúmeras dificuldades de aprendizagem quando há consenso hoje de que o grande ativo de qualquer país no mundo globalizado é o conhecimento.

Há também que se enfrentar a questão da terra, sabendo-se que todos os países que se desenvolveram ou estão se desenvolvendo no mundo — dos Estados Unidos no século passado aos "tigres asiáticos" de hoje — fizeram algum tipo de reforma agrária.

Na pauta da hora de resgatar a dívida social. Ou se começa a fazer-lo já ou o país estará condenado a servir, a cada posse presidencial, o lamentoso "Folha Justiça Social". Na ausência de ação, o lamentoso vai se transformar na desoladora certeza de que o país se dividirá em duas partes irreconciliáveis: uma, capaz de engajar-se no processo de globalização, e, outra, excluída até dos requisitos mínimos de cidadania em sua própria pátria.



1998 A sem-terra Andréia Araújo, com o filho no colo, chora pelo morte do marido à beira de sepultura no cemitério de Carapicuíba (SP), onde foram enterrados, sob controle do Exército, 14 dias 19 corpos encontrados após massacre no distrito rural para 4 cidades do estado. Pág. 1-10

O massacre em Eldorado de Carajás, em que pelo menos 19 sem-terra morreram em confronto com PMs, levou o governo federal à primeira intervenção "branca" no Pará. O Exército ordenou que a Polícia Militar fique no quartel e vai patrulhar a região. A justificativa é que o governo estadual não controla a situação.

Os laços sobre os mortos dos sem-terra variam a cargo do Ministério da Justiça. O governador Almir Gabriel (PSDB) acusa a Interpol. Se confirmados a pedido do coronel Mário Paes, que comanda os PMs. Pág. 1-10 e 1-11

**Presidente nega responsabilidade**

Fernando Henrique Cardoso disse na convenção do PSDB que o governo não assumirá a responsabilidade pelo massacre de sem-terra, "se pelo menos não houver um estudo que nos dêem os instrumentos", afirmou. Pág. 1-11

**Hizbollah diz rejeitar acordo até Israel sair**

Os líderes do grupo palestino rejeitam qualquer acordo até que Israel saia do sul do Líbano. "Israel é o agressor", disse a Folha Nauf Mansour, um dos líderes do grupo bilânico. Para conseguir voltar ao território israelense, Mansour pediu o colapso de Israel. Para colocar o corpo de civis na terra", afirmou. Mundo Pág. 1-14

**Folha lança no dia 28 o seu serviço on line**

O grupo Folha lança dia 28, experimentalmente, o primeiro serviço on line de grande porte no país. O Universo Online terá acesso ao conteúdo da Folha e de revistas "Elle" e "Veja" — porém no conteúdo —, haverá jornais estrangeiros em português. Pág. 1-14

**DOMINGO**

- COLEÇÕES**  
Receba hoje o 8º fascículo Enciclopédia
- tv folha**  
"Sai de Baixo", da Globo, bate SBT TV Folha
- Emprego**  
Cada mês costam 4.798 vagas em busca de emprego
- revista**  
Hugh Grant ainda vive seu pesadelo
- veículos**  
Confira avaliação do novo Fiat Palio

**São Paulo perde para o América**

O São Paulo perdeu do América 2 a 1 ontem pelo Paulista e torce contra o Palmeiras, que enfrenta hoje o Santos, que disputam o clássico da 15h45, no Pacembu.

A boa fase paulistense no campeonato é também a preocupação de Corintianos e Santos, que disputam o clássico da 15h45, no Pacembu.

"Alguns tem de resolver problemas do Palmeiras", disse o goleiro Ramalho (Corintiano). Para Giovanni (Santos), "assim fica tudo mais difícil". Esporte Pág. 1-14

**Opinião da Folha**

Lula se subestima "O último profeta", afirma de João Maynard Ruyter. "Folha e opinião", por controle de qualidade e "Folha de 19", sobre discursos de Cardoso. Pág. 1-2

**ATMOSFERA**

Temperatura máxima mínima

**26.314**

opções em 112 páginas de classificação

[http://www.istoe.com.br/reportagens/30440\\_A+NOVA+GUERRA+DO+MST](http://www.istoe.com.br/reportagens/30440_A+NOVA+GUERRA+DO+MST)

## ISTOÉ Independente

### CONFLITO

| Nº Edição: 1608 | 26.Jul.00 - 10:00 | Atualizado em 22.Mar.14 - 12:21

### A NOVA GUERRA DO MST

*Na semana em que dois sem-terra foram assassinados, movimento resolve combater importação de alimentos transgênicos*

Ines Garçon

O MST voltou a agitar. Na última semana, o País viu protestos contra a política agrícola do governo Fernando Henrique empreendidos pelo movimento em todos os cantos. Nas manifestações, chamadas de Levante do Campo, os sem-terra lavaram a Praça dos Três Poderes, ocuparam o Fórum de Teodoro Sampaio (SP) e o prédio inacabado do TRT, bloquearam estradas e pontes no Rio Grande do Sul e marcharam em passeatas por inúmeras cidades. Saldo: Francisco Aldemir Mesquita foi assassinado por pistoleiros em Ocara, a 87 quilômetros de Fortaleza (CE), e José Marlúcio da Silva morreu alvejado pela polícia, no confronto em frente da superintendência do Banco do Brasil, em Recife. E foi na capital pernambucana que a manifestação quase pegou fogo, literalmente. Armados de coquetéis molotov, cerca de 1500 trabalhadores invadiram e depredaram um navio africano atracado no porto da cidade. A intenção de atear fogo na carga — 11,6 mil toneladas de milho transgênico argentino — foi malograda, mas o movimento embarcou na polêmica questão sobre alimentos geneticamente modificados.

Um imbróglio judicial, travado pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), resultou na proibição da

importação, do cultivo e da comercialização de transgênicos no Brasil. Só depois de uma guerra de liminares, o milho argentino pôde aportar no Recife. Para o MST, a utilização de produtos geneticamente modificados ameaça o pequeno agricultor. “Essas sementes não se reproduzem e pedem uma série de adubos e venenos específicos. O agricultor vai gastar mais do que pode e os transgênicos também exigem técnicas que eles não dominam”, explica Jaime Amorim, líder do movimento em Pernambuco. E completa: “O governo precisa olhar para o pequeno agricultor. Além disso, a comercialização destes produtos só favorece as multinacionais.” Uma delas, a Monsanto, teve a entrada de sua unidade gaúcha bloqueada pelos sem-terra na terça-feira 25, em Não-Me-Toque (RS). A empresa americana atua em 130 países e fatura US\$ 9,15 bilhões por ano. No Brasil, ela tem bons aliados. O governo federal recorreu das decisões judiciais que proibiram a entrada de transgênicos no País até que se prove a segurança dos produtos e o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, tem se esmerado na tentativa de liberar a soja modificada da Monsanto.

**Mercado europeu** – Atacando a política agrícola federal, ou a “falta dela”, como ironiza Amorim, o MST diz que sua nova causa é “pelo bem da humanidade e do futuro da agricultura brasileira”. No Rio Grande do Sul, o secretário de Agricultura do Estado, José Hermeto Roffman, guerreiro na luta contra os alimentos modificados, alerta para o risco da perda do mercado europeu se o Brasil insistir em importar o milho transgênico. “Os nossos frangos para a exportação não vão entrar na Europa se estiverem sendo alimentados com esse milho.” De fato, a União Européia tem restrições aos transgênicos americanos e argentinos, que o governo tanto quer fazer entrar no País. “Só a permissão da entrada daquele milho em Recife já chacoalhou o mercado lá. Vão surgir dificuldades para vender o frango”, prevê Hoffman.

Em comum, MST, Idec e Hoffman têm o mesmo discurso: “O governo pressiona a liberação para atender aos interesses americanos.” Já tem até quem fale em CPI dos Transgênicos. Marilena Lazzarini, coordenadora do Idec, quer que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a CTN-Bio, responsável pelos pareceres técnicos sobre os produtos, seja investigada. “A CTN-Bio não é transparente. Ela aprovou o milho argentino num parecer de quatro linhas, sem explicar como foram feitas as análises”, diz. É fato que o órgão adotou uma postura claramente favorável aos alimentos modificados. A própria presidente Leila Macedo Oliva já declarou que acha “quase impossível conter o avanço dos alimentos geneticamente modificados”. A polêmica ainda vai render muito. Depois do Levante do Campo, o MST avisa que não vai parar por aí e diz que pode optar por incendiar as lavouras transgênicas. João Pedro Stédile, principal dirigente do movimento, chegou a dizer que se os sem-terra fizerem isso estarão “dentro da lei”. Na última quarta-feira, preocupado com os coquetéis molotov utilizados pelo MST na invasão do navio, o ministro da Justiça, José Gregori, se reuniu com o secretário de Segurança Institucional da Presidência, Alberto Cardoso, para discutir o assunto.

## BRASIL

| Nº Edição: 1617 | 20.Set.00 - 10:00 | Atualizado em 18.Mar.14 - 20:26

### O FIM DA FARSA

Laudo da Unicamp prova em vídeo que a PM atirou primeiro no massacre de Eldorado dos Carajás  
*Mário Simas Filho e Alan Rodrigues (fotos), do Pará*

A PM afirma que os manifestantes atiraram primeiro e que os policiais apenas reagiram em legítima defesa. Esta versão prevaleceu até a quinta-feira 14, quando o Laboratório de Fonética Forense e Processamento de Imagens da Unicamp concluiu a perícia da única fita de vídeo gravada com cenas do conflito. Com equipamentos e programas especiais, os peritos Ricardo Molina de Figueiredo e Donato Pasqual Júnior conseguiram desdobrar cada segundo da fita em 33 frames ou cenas. O resultado foi a descoberta de imagens inéditas. O laudo, obtido com exclusividade por ISTOÉ, identifica cenas impossíveis de se ver numa exibição comum e prova que a tese de legítima defesa da PM é uma farsa. Os policiais atiraram primeiro. E mais: antes do conflito, dois manifestantes foram feridos e pelo menos um sem-terra foi morto pelas costas depois da desobstrução da estrada.

Até a divulgação do laudo, a farsa prevaleceu. Tanto que, em agosto do ano passado, os três primeiros oficiais da PM levados a julgamento foram absolvidos, entre eles o coronel Mario Colares Pantoja, principal responsável pela operação. O

Miguel Pereira





Ministério Público recorreu e em maio o Tribunal de Justiça do Pará anulou a sentença. Um novo julgamento deverá ser marcado ainda este ano. Se o laudo da Unicamp for encarado com seriedade, será difícil manter a impunidade. A perícia feita na fita VHS gravada pelo cinegrafista Osvaldo Araújo revela exatamente o que aconteceu no dia 17 de abril de 1996 em Eldorado do Carajás.



O promotor Nascimento, com a perícia feita na fita

**O confronto** – Ao contrário do que afirmaram os policiais, os sem-terra não partiram para cima da PM com o objetivo de atacar a tropa. Logo no começo da fita, numa das cenas do sétimo segundo da gravação, vê-se a polícia disparar armas de fogo e lançar bombas de efeito moral, próximo a um caminhão boiadeiro. Os sem-terra jogam em direção ao acampamento na beira da estrada, desobstruindo a pista. O desdobramento de imagens feito após um minuto e cinco segundos de gravação mostra claramente um sem-terra ferido ao lado da roda traseira direita do caminhão, antes do início do embate entre os manifestantes e os policiais. “Nós só queríamos socorrer o companheiro, mas a PM fez um cerco e começou a confusão”, lembra a sem-terra Maria Abadia Barbosa, que recebeu um tiro na parte de trás da coxa esquerda. O rapaz ferido era Amâncio Rodrigues, conhecido como surdinho. Dias depois, o resultado do exame cadavérico realizado no Instituto Médico Legal

de Marabá atestou que ele morreu vítima de três tiros. “Antes do confronto propriamente dito, o surdinho estava caído perto do caminhão”, confirma o cinegrafista Araújo.

A sem-terra Maria Abadia relatou essa cena na Justiça. Como ela não aparecia na fita de Araújo, o seu depoimento não foi considerado no julgamento dos três oficiais da PM. O laudo da Unicamp mostra, no entanto, que a sem-terra estava no conflito. Ela aparece mostrando o furo de bala na parte anterior da coxa esquerda. Numa outra cena, socorre seu filho, Júlio César, ferido de raspão na cabeça. “Foram minutos que quero esquecer”, diz Maria Abadia, hoje com 61 anos e sofrendo com um tumor no seio. “Mas, se for preciso, volto ao tribunal e repito tudo o que vi.” Na última semana, durante uma conversa com a reportagem de ISTOÉ, o cinegrafista Araújo lembrou-se que além de Amâncio havia um outro sem-terra ferido antes do embate. “Ele se arrastava em uma vala à esquerda do caminhão”, disse. O laudo confirma. Com dois minutos e sete segundos, é possível observar, na gravação desdobrada pelos peritos, os sem-terra socorrendo o ferido.

#### **Excelência no limbo**

O laudo da Unicamp sobre o massacre de Eldorado do Carajás reflete a importância das perícias feitas naquela universidade desde 1985, quando foi criado seu Departamento de Medicina Legal (DML). Na história recente do País, diversos episódios foram elucidados devido a laudos do departamento. O fato, porém, não é reconhecido pela própria universidade. Em dezembro passado, o DML foi extinto, por causa de divergências internas e de sua suposta baixa produtividade. Na prática, a crise começou com críticas a laudos feitos pelo legista Fortunato Badan Palhares. O mais polêmico afirmava que PC Farias havia sido vítima de um crime passionai. A tese, no entanto, fora descartada em outro laudo do Laboratório de Fonética Forense e Processamento de Imagens, do mesmo DML. “O laboratório não teve sua credibilidade arranhada pelo processo dramático que atingiu o departamento”, afirma o foneticista Ricardo Molina de Figueiredo. O problema é que, com a extinção do DML, o laboratório está no limbo. Sem autonomia de atuação,

Roberto de Biasi/Agência Brasil. “Essa ilha de excelência corre o risco de fechar as portas. “O ideal seria criar um departamento multidisciplinar de perícias”, sugere Molina.



améa

**O primeiro tiro** – Uma das imagens capturadas a um minuto e cinco segundos mostra que o batalhão da PM de Marabá se posiciona em frente ao sem-terra e o agonizante Amâncio. O grupo avança e lança pedras e paus na polícia. Num dos segmentos registrados a partir dos 35 segundos, um policial dispara o revólver. “Essa cena é a mais difícil de ser visualizada. Só conseguimos chegar a essa conclusão depois de analisar a fumaça que parte da arma em poder do policial”, explica Molina.

Molina: “O labor com a imagem em movimento muito lento. Assim, é possível verificar a fumaça que parte da arma em poder do policial”, explica Molina.



Dois segundos depois, um tiro é disparado por um sem-terra. “Essa ordem dos disparos, primeiro o da polícia, depois o do sem-terra, agora provada cientificamente, é importantíssima”, afirma o promotor Marco Aurélio Nascimento. Ele explicou que um dos motivos que levaram à absolvição dos oficiais foi o fato de o jurado Sílvio Queirós de Mendonça ter defendido a tese de que os sem-terra atiraram primeiro. A lei brasileira não permite que durante o julgamento os jurados façam nenhum tipo de exposição.

Segundo o promotor, os policiais levaram à Justiça diversas armas, inclusive espingardas, que teriam

sido usadas pelos sem-terra no momento do conflito. As imagens agora reveladas deixam tudo claro. Nenhuma espingarda é vista em poder dos sem-terra. A perícia confirma, no entanto, que os manifestantes portavam pelo menos três revólveres. “Depois do conflito, em dois momentos da fita é possível ver revólveres com os sem-terra, mas não se sabe se eles foram disparados”, dizem os peritos.

Depois que os sem-terra rompem o bloqueio da PM e alcançam os companheiros feridos, o cinegrafista registra dezenas de pessoas feridas e muita gritaria. No julgamento, os PMs alegaram que atiraram para o alto, com o objetivo de impedir o avanço dos sem-terra, sem intenção de ferir. As novas imagens, mais uma vez, desmentem essa versão. Muitos foram baleados nas pernas e nos pés, mas num dos quadros gravados aos três minutos e 30 segundos da fita, um rapaz exhibe um tiro de raspão no abdome. Aos quatro minutos e 30 segundos e aos cinco minutos e 11 segundos é possível visualizar Júlio César com um ferimento na cabeça. “Os ferimentos indicam que a polícia não atirou apenas para o alto”, contesta Molina. No julgamento, essas últimas cenas poderiam ter sido vistas com clareza, mesmo em um simples videocassete. A Justiça do Pará, no entanto, preferiu acreditar em um laudo preparado pelo polêmico médico-legista Fortunato Badan Palhares, feito a pedido da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Em seu laudo, Badan diz que a maioria dos sem-terra morreu vítima de armas brancas. Como a polícia não usa facas nem estiletes, os jurados entenderam que os sem-terra mataram uns aos outros. Uma conclusão à altura dos laudos anteriores de



ares, como o de que PC Farias foi vítima de um crime passional. Quando os manifestantes já retornavam para as barracas e a estrada estava liberada, chegou ao local o batalhão da PM de Paraopebas. Os sem-terra correram para o mato, para as barracas e para um barracão de madeira. O cinegrafista também entrou nesse barraco. Nesse momento, ele abre o diafragma da câmera, tentando gravar as cenas no ambiente de pouca luz. Não consegue muita coisa. A imagem fica escura e só se ouvem gritos e tiros.

**Execução** – Quando a gravação chega aos sete minutos e 42 segundos, o cinegrafista e a repórter Marisa Romão resolvem abandonar o barracão de madeira. Ela grita para os policiais pararem de atirar, avisando que não há mulheres e crianças. Araújo corre, mas a câmera continua com o diafragma aberto e tudo o que ele consegue captar é um branco. “Ao analisar o depoimento de Abadia não foi considerado, mas digitalizamos essas imagens, isolando e filtrando algumas cenas, pudemos constatar a existência de um corpo caído de braços com uma perfuração de arma de fogo nas costas”, afirma o laudo da Unicamp. Segundo Molina, a poça de sangue sob o corpo do rapaz, sem rastros para as laterais, indica que ele foi atingido e morreu ali mesmo. O corpo aparece em uma das cenas obtidas aos sete minutos e 46 segundos de filmagem.

“Isso prova a execução”, enfatiza o promotor Nascimento. “A estrada já estava liberada, os sem-terra tinham corrido para o mato e para as barracas e mesmo assim os policiais atiraram pelas costas e quase à queima roupa.” O cinegrafista concorda. “Não sei o que a Justiça define como execução, mas esse corpo eu só vi depois que o conflito estava sob controle”, recorda-se Araújo. Ele também recorda que durante a confusão filmou diversos feridos, mas nenhum morto. “Está evidente que a matança aconteceu depois que a missão policial foi cumprida e quando os sem-terra estavam acuada”, afirma o promotor.

Nascimento já avisou que no novo julgamento vai levar para o Tribunal o perito Molina para explicar aos jurados cada uma das novas cenas identificadas por meio da perícia. Molina diz que atenderá à convocação e pretende levar um telão para que todos possam ver e ouvir o que realmente aconteceu na curva do “S”, da PA – 150, em Eldorado do Carajás, em 17 de abril de 1996.

### ***Massacre também no júri***

Quanto vale a vida de dez sem-terra, entre eles uma menina de sete anos morta com um tiro nas costas? Se o critério for o resultado do julgamento do massacre de Corumbiara, ocorrido em Rondônia em 1995, vale muito pouco. Nove dos 12 policiais militares acusados pelas mortes foram absolvidos. E quanto vale a vida de um tenente e de um soldado? Considerando-se o mesmo julgamento como referência, valeu a condenação de dois sem-terra: Cícero Leite Neto e Claudemir Ramos. No 1º Tribunal do Júri de Porto Velho, o promotor Tarcísio Leite de Mattos alegou falta de provas e pediu a absolvição de dois oficiais. Exaltado, chamou os sem-terra de “nazistas” e bradou: “Ou o Brasil acaba com os sem-terra ou eles acabam com o Brasil.” Resultado: os jurados absolveram o capitão José Pachá e o tenente Mauro Flores. Depois dessas declarações, Mattos foi afastado do caso. No seu lugar assumiram Cláudio Harger e Rudson Coutinho. O último julgado foi o coronel José Ventura Pereira, que comandou a desocupação da fazenda Santa Elina, palco do confronto entre 193 policiais e cerca de 600 famílias, que resultou na morte de dez sem-terra e dois PMs. Foi absolvido. Ele era acusado de omissão na morte do sem-terra Sérgio Gomes, retirado por pistoleiros da base da PM e encontrado morto, com três tiros na cabeça, dias depois. O coronel jogou a culpa no major Vitório Mena Mendes, condenado juntamente com os soldados Daniel Furtado e Airton Ramos. A Anistia Internacional ficou indignada com o

resultado do julgamento. “O sistema judiciário estadual do Brasil demonstrou mais uma vez sua incapacidade para investigar e processar os responsáveis por casos graves de abuso de direitos humanos”, diz o relatório da Anistia. E mais: “Desde o início, a polícia procurou solapar a investigação da chacina, destruindo provas no local do crime.” Para a Comissão Pastoral da Terra de Porto Velho, “a postura incoerente do Ministério Público levou os jurados a absolver a maioria dos acusados. E a contradição se estabelece a partir do momento que os promotores, mesmo sem provas, pediram a condenação das vítimas da truculência da força policial.” O promotor Coutinho admitiu a precariedade de provas e exemplificou: “A perícia da balística foi feita em Curitiba porque em Rondônia não tinha aparelhagem.” E culpou o governo: “O Ministério Público oficiou o governador pedindo recursos para as investigações, mas não foi atendido”, acusa Coutinho.

*Madi Rodrigues*

## Arquivo VEJA

---



18/6/2003



24/4/1996

19/6/1985



3/6/1998



| Nº Edição: 1559 | 18.Ago.99 - 10:00 | Atualizado em 19.Mar.14 - 08:35

### DUELO MACABRO

*Julgamento dos acusados pelo massacre de 19 sem-terra no sul do Pará se transforma em guerra entre polícia, governo e MST (Diário da Justiça/PA, 18/08/1999)*

*AZIZ FILHO - Eldorado dos Carajás*

De um lado, manifestantes sem-terra com foices e enxadas; de outro, policiais militares assustados. A combinação, que há três anos produziu a carnificina de Eldorado dos Carajás, ameaça se reeditar em Belém nesta segunda-feira. O MST e a Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Pará (Apomi) passaram a semana organizando atos públicos para a primeira sessão do julgamento dos 150 PMs acusados do massacre de 17 de julho de 1996, que deixou 19 sem-terra mortos e 69 feridos. As manifestações são parte do script de um espetáculo disputado por juízes, advogados, estudantes, políticos, ONGs e jornalistas do Brasil e do Exterior. Num auditório da Universidade do Amazonas, com 300 poltronas, foi montado o Tribunal do Júri. Trata-se de um duelo judicial que vai rerepresentar ao mundo as cenas dantescas de corpos dilacerados, crânios partidos e

execuções à queima-roupa que projetaram a cidadela de 14 mil habitantes do sul do Pará para os quatro cantos do planeta.

No tablado, sete jurados estarão numa situação nada invejável. Como os acusados desmontaram o cenário do crime – retirando corpos, recolhendo restos de massa encefálica e atrasando a entrega das armas –, não há provas documentais de culpa individual. Entre oficiais e subordinados, provavelmente deve haver inocentes. Por outro lado, como tornar impune um crime que chocou a humanidade e deixar parentes de tantas vítimas órfãos de Justiça? Na primeira sessão, serão julgados os comandantes da PM, em Marabá, coronel Mário Pantoja, e em Parauapebas, major José Maria Pereira de Oliveira, e o capitão Raimundo Lameira (Marabá). São os réus da primeira das 27 sessões previstas para até 3 de dezembro, sob o comando do juiz Ronaldo Valle. A segurança dos primeiros dias do julgamento está a cargo de 300 PMs, além de 200 homens do Batalhão de Choque que estarão de prontidão.

"Se forem inocentados, haverá uma reação imediata do nosso pessoal. Agora não dá para dizer qual será", dizia, quinta-feira, o líder sem-terra Raimundo Nonato, anunciando que mais de dois mil ativistas do MST chegariam à capital. "Estamos com tudo preparado para reagir, mas vamos aguardar o primeiro resultado", ponderava o cabo Antonio Cordeiro, presidente da Associação de Cabos e Soldados, outra entidade dos acusados. O presidente da Apomi, capitão Luiz Fernando Furtado, espera três mil nas manifestações pró-réus. Ele diz que o clima nos quartéis é tenso e vários soldados, desesperados com a possível condenação, já ameaçam abandonar a corporação e fugir. Cerca de 30 têm antecedentes criminais. Há pelo menos um foragido.

O promotor Marco Aurélio do Nascimento, ajudado por Luis Eduardo Greenhalgh (São Paulo) e Nilo Batista (Rio de Janeiro), pede a condenação dos 150 por homicídio qualificado (12 a 30 anos). Seus trunfos são os depoimentos e os laudos de vítimas abatidas a golpes de facão ou foice antes dos tiros. Outras foram atingidas por trás, o que desqualifica a tese de combate e fortalece a de massacre. Acontece que as armas entregues à perícia pelos batalhões de Marabá e de Parauapebas – que cercaram os 1.500 manifestantes na "Curva do S" (Km 100 da rodovia PA-150) – nada têm a ver com 11 das 12 balas encontradas nos cadáveres (outros 25 projéteis transpassaram os corpos). Os soldados que deixaram o quartel de Parauapebas no dia do massacre não registraram as armas que levavam. A suspeita é de que não eram do arsenal oficial, mas particulares.

#### **Manobras**

"A falta de cautela das armas comprova a tese de convergência de vontades para um fim comum", diz o promotor, antecipando a tese de dolo coletivo num crime premeditado. As táticas da defesa, conflitantes entre si, são guardadas a sete chaves. Jânio Siqueira, advogado do major Oliveira e mais 80 PMs, alega que os policiais de Parauapebas não cometeram nenhum crime. "Quando o major chegou com as tropas, tudo estava consumado. O conflito foi do lado de Marabá", sustenta.

Acuado, Américo Leal, advogado do coronel Pantoja, diz que seu cliente recebeu ordens superiores para acabar de qualquer maneira com o bloqueio que os sem-terra faziam na estrada para obrigar o governo a ceder ônibus que os levassem até Marabá e Belém. O governador Almir Gabriel (PSDB) e o secretário de Segurança, Paulo Sette Câmara, dos quais teriam partido as ordens, foram inocentados pelo STJ. Américo promete provar que Pantoja nem sequer estava armado.

A dupla de advogados não chega a dizer que houve um suicídio coletivo, mas Américo Leal chega perto: "É estranho alguns corpos terem balas de espingarda e cortes de foice. Policiais não usam esse tipo de armas." Quem já disse algo parecido sobre a carnificina de Eldorado dos Carajás foi o legista Badan Palhares, aquele que sustenta que Suzana Marcolino se matou depois de assassinar Paulo César Farias.

A falta de provas individuais não é o único problema do promotor. O advogado do major Oliveira já anunciou que pretende manobrar, recusando algum jurado, para impedir que seu cliente seja julgado com os dois outros réus. "Julgar os três numa sessão é quase cerceamento de defesa", sinaliza Siqueira. Além disso, até o fim da semana passada o Tribunal de Justiça e o Ministério Público não se entendiam sobre as despesas com o deslocamento e hospedagem das testemunhas.

Uma delas é Rita Monteiro dos Reis, 53 anos, que ISTOÉ encontrou no mesmo casebre de madeira em que morava no dia do massacre, na Curva do S. Ela se escondeu do tiroteio, mas da fresta da janela viu sem-terra alvejados quando corriam para o mato. Rita é contra invasões e não demonstra simpatia pelo MST, mas cedeu a casa nova de madeira que construía na época para a Comissão Pastoral da Terra abrigar os pertences e fotografias do Memorial 17 de Julho. "Eu jamais moraria aqui, depois de ver tanto sangue e restos de cérebro pelo chão. Vou ter de fazer outra casa." Ela conta, indignada, que depois do massacre os militares estiveram em sua casa para conversar e puseram cinco sacos com sangue coagulado e punhados de massa encefálica na mesa de sua sala. "Aí eu fiquei brava e mandei eles tirarem aquela nojeira de lá."

#### **Terra sagrada**

A "Curva do S", lugarejo visado por bandoleiros em trânsito entre Eldorado e Marabá, acabou virando ponto turístico. "Todo dia passa pelo menos um gringo por aqui para tirar foto", ri Elza Alves, 47 anos, que vendeu uma casa em Parauapebas para construir um casarão e uma lanchonete em frente ao memorial, erguido por um artista suíço com 19 troncos de castanheiras chamuscados. A curva fica a 23 quilômetros da Vila 17 de Abril, onde 690 famílias de sem-terra conseguiram no ano passado do Incra lotes de cinco alqueires na fazenda

Macaxeira (desapropriada), além de empréstimos para a lavoura e a construção de casas de alvenaria na vila. O calor insuportável e a poeira fina, que se levanta a qualquer movimento e teima em ficar suspensa, desanimam os novos agricultores nesta época do ano. Não chove desde abril. Recolhidos, eles deixam as ruas à mercê de uma profusão de crianças. Nasceram muitas na vila, que ainda não tem energia elétrica. Dezenas de assentados preferem vender a madeira nativa a trabalhar. Outros se dedicam aos sítios e aos esforços coletivos, que já resultaram na construção de uma farinheira, uma máquina de beneficiar arroz e uma granja.

"Fico aqui para sempre, mesmo se ganhar a indenização. Vou honrar meu sangue e o dos companheiros que tomaram. É minha terra sagrada", diz Domingos da Conceição, o "Garoto", 24 anos, que planeja vender no fim do ano por R\$ 14 mil a mandioca que plantou em um alqueire. Garoto é um dos 69 mutilados que pedem indenizações ao governo estadual. Tem dificuldades para trabalhar porque a cirurgia de uma fratura exposta diminuiu sua perna direita em dois centímetros. A coluna dói e a perna vive inchada.

#### **Lembranças horríveis**

Muitos pensam de forma oposta, especialmente os mais velhos. Ignácio Pereira, 59 anos, quer autorização do MST para vender o sítio. Ele perdeu um filho no massacre e, fingindo-se de morto, seguiu amontoado numa carroceria com os cadáveres por cem quilômetros até Marabá. "As lembranças são horríveis e minha mulher não quer viver aqui. Não tenho forças para cultivar a terra."

A força do assentado José Carlos Moreira, 27, não ajuda mais em nada. Ele até hoje tem, no cérebro, uma bala do massacre. A cabeça dói a cada esforço físico. "Se eu tirar a bala, morro ou fico doído." A mãe, Maria Raimunda, 47, e o pai, José Maria, 58, é que cuidam da terra. "Vou vender tudo e me mudar para um lugar melhor. A gente já sofreu demais", diz Maria Raimunda, desafiando as regras do MST.

A viúva Raimunda da Conceição Almeida, 57 anos, quer ficar na vila para compensar o sofrimento do marido, Leonardo, morto no massacre. Ela cuida do filho Leandro, oito anos. "Com o Leonardo vivo, a gente iria ganhar dinheiro porque ele trabalhava muito. Morreu certo de que ia conseguir a terra." O menino, que passa o dia na escola, não gosta de falar do massacre. "Às vezes ele chora e diz que queria muito que o tiro acertasse a perna do pai e não a cabeça."

#### **Union de Pueblos de Nuestra America**

**Blog que visa a UNION DE LOS PUEBLOS, ocupar espaços e vencer as barreiras impostas por opressores imperialistas . "Y si fuéramos capaces de unirnos,... qué hermoso y qué cercano sería el futuro"**

martes, 17 de abril de 2012

---

### ***O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS: Se calarmos, as pedras gritarão***

***Por José Levino em 16 de Abril de 2012.***

Joana está perto de completar 15 anos de idade e, como todas as adolescentes, pensa numa bela festa. Mas sabe que seu olhar refletirá um misto de alegria e tristeza, porque ela sabe da história. Pensa que seu pai poderia ter sido um dos 21 mortos naquela fatídica data. 17 de abril de 1996. Ela nasceu no ano seguinte, quando as lembranças ainda eram muito fortes e lhe marcaram desde a gestação.



Foi no começo de março de 1996 que 1.500 famílias ocuparam a fazenda Macaxeira, situada em Eldorado dos Carajás, Pará. O camponês não pode viver sem terra para trabalhar, para produzir o alimento necessário ao sustento da família. A fazenda ocupada era utilizada para pasto, 40 mil hectares destinados ao lucro de um só proprietário, o Paulo Pinheiro. Mas o Incra considerava a terra como produtiva, portanto não poderia desapropriá-la. Diante disso, o MST programou uma caminhada até Belém para as famílias convencerem o Incra de que elas tinham razão. Mil e cem camponeses puseram o pé na estrada, a rodovia PA-50, no dia 16 de

abril.

Governava o Estado do Pará o Sr. Almir Gabriel (PSDB). Seu Secretário de Segurança, Paulo Sette Câmara, mandou a Polícia Militar desobstruir a estrada, em nome do direito de ir e vir. Direito de quem? Dos veículos, conduzindo mercadorias, madeiras e minérios roubados da Amazônia? E as pessoas não têm esse direito constitucional?

Não houve diálogo. Os policiais já chegaram lançando bombas de gás lacrimogêneo. Não houve confronto. O que poderiam ferramentas de trabalho contra armas de fogo? Houve, sim, resistência pacífica. Os sem-terra não aceitaram parar a caminhada. O coronel Mário Pantoja de Oliveira deu a ordem de fogo! As balas choveram sobre os trabalhadores. Dezenove morreram no local, mais de 70 ficaram feridos, dos quais dois faleceram posteriormente. Mas não foram apenas as balas. A Perícia Judicial atestou que dez camponeses foram executados e sete deles apresentavam ferimentos de foices e facas. Além de matar, os policiais tentaram lançar a culpa nos próprios sem-terra.

### **Um Processo Inglório**

A repercussão do massacre foi enorme, tanto no país como no exterior. O então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, do mesmo partido do governador do Pará, pediu a prisão imediata dos responsáveis. Mas ninguém foi preso. Para não ser injusto, registremos que o coronel Pantoja passou 30 dias em prisão domiciliar.

Só isso, apesar de José Gregori, chefe de gabinete do Ministro da Justiça, Néelson Jobim, ter dito em alto e bom som: “O réu desse crime é a polícia, que teve um comandante que agiu de forma inadequada”. Ele falou após assistir ao vídeo do massacre, pois foi tudo filmado. O coronel Mário Pantoja disse que cumpriu ordem do Secretário de Segurança e este confirmou que havia autorizado a polícia a “usar os meios necessários, inclusive a atirar”. Ricardo Marcondes de Oliveira, outro fazendeiro da região informou que dias antes contribuía com uma coleta organizada pelo dono da fazenda Macaxeira e sabia que se destinava ao dito coronel da PM. Propina. Mesmo assim nenhum fazendeiro foi indiciado. Nem o governador e seu secretário que assumiu ter autorizado o massacre. Sintomático! Indiciados foram os 155 PMs que participaram da operação. O Ministério Público denunciou-os por homicídio, mas o inquérito foi mal feito. Não existe no direito penal brasileiro punição coletiva.

Precisaria que as armas tivessem sido periciadas para identificar de onde partiram os tiros que ocasionaram as mortes. O próprio Procurador Geral da República, Geraldo Brindeiro, considerou o inquérito repleto de imperfeições técnicas e determinou que a Polícia Federal o refizesse, mas não adiantou muito.



O juiz de Primeira instância convocou júri popular, mas só dois policiais foram condenados: o coronel Mário Pantoja, a 228 anos de prisão, e o major José Mário Pereira, a 158 anos. Mas não cumpriram nem um. Tiveram o direito de recorrer em liberdade e vêm recorrendo indefinidamente. Quinze anos depois, o processo está parado, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento no Supremo Tribunal Federal (STF). O promotor Marco Aurélio Nascimento, que atuou no caso, comenta: “As decisões de primeira instância não são cumpridas, e as pessoas ficam recorrendo. No Brasil, há uma infinidade de recursos. Os processos nunca se encerram”.

### **Vitoriosos, sim!**


Se no processo judicial só houve decepção (mas qual é mesmo o papel do Poder Judiciário em nossa sociedade? Sobre o assunto, leia A Verdade nº137), os camponeses foram vitoriosos, sim. 18 mil hectares da Fazenda Macaxeira foram desapropriados, e assentadas 690 famílias. Hoje, vivem na área em torno de 6 mil pessoas, praticando a agricultura de subsistência, criando vacas de leite e pequenos animais. Avaliando toda a história, afirma o assentado Ledimar Rodrigues (depoimento ao jornal Brasil de Fato): “...Foi uma coisa difícil até conseguirmos. Mas depois foi só alegria e muito trabalho porque fomos capazes de transformar nossas vidas”. “Hoje, consegui arrumar minha família, tenho casa. O que temos, devemos aos companheiros que foram

mortos”, acrescenta o assentado Miguel Pontes. O renomado arquiteto Oscar Niemeyer projetou uma homenagem aos Sem-Terra mortos. O Monumento Eldorado Memória, inaugurado no dia 7 de setembro de 1996 em Marabá (PA) foi destruído dias depois. Quem teria sido responsável pelo ato terrorista? Alguém ousa responder? Niemeyer não se surpreendeu: “Já esperava. Aconteceu o mesmo quando levantamos o monumento em homenagem aos operários mortos pelo Exército na ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda”, disse o arquiteto. 17 de abril tornou-se Dia Nacional de Luta pela Terra. E nesse mês, o Movimento dos Sem-Terra (MST) promove ocupações e manifestações em todo o país. É o Abril Vermelho! Então, uma vida, muitas vidas valem um sonho!

“...Canudos, Contestado, Caldeirão, Candelária, Carandiru, Corumbiara, Eldorado dos Carajás... Se calarmos, as pedras gritarão” (Pedro Terra)

Fonte:

SÍTIO A VERDADE. O massacre de Eldorado dos Carajás: se calarmos, as pedras gritarão. 16/04/2012. Online. Disponível em: <http://averdade.org.br/2012/04/o-massacre-de-eldorado-dos-carajas-se-calarmos-as-pedras-gritarao/>

às 19:56 

### RSS Feeds

17 de abril de 1996 - O Massacre de Eldorado dos Carajás

17/04/2011 - 09:00 | Enviado por: Lucyanne Mano



O país das chacinas de Carandiru (1992), Candelária (1993), Vigário Geral (1993), e Corumbiara (1995), viu-se diante de um novo massacre. Determinados a desobstruir a rodovia PA-150, que liga Belém ao sul do Pará, ocupada por um manifesto dos sem-terra em Eldorado dos Carajás, a 650 km da capital do estado, cerca de 150 policiais militares, liderados pelo coronel Pantoja de Oliveira, mataram 19 pessoas, em 20 minutos de ação.

Trabalhadores rurais protestavam contra o atraso na desapropriação de terras para fins de reforma agrária, quando foram surpreendidos pelo cerco policial. Um grupo veio pelo lado de Marabá e outro pelo lado de Parauapebas. Segundo testemunhas, policiais teriam chegado atirando, dando início ao confronto. A versão



policial alegou que a operação começou com bombas de efeito moral, e somente após serem rechaçados com armas de fogo os militares responderam disparando contra os manifestantes. A tentativa fracassada de resistir à investida policial, deu lugar à barbárie com sucessivas execuções.

Tiros na testa e marcas de pólvora no rosto indicavam que as mortes foram à queima-roupa. Entre os mortos havia uma criança de três anos. Pelo menos 50 pessoas foram feridas. Nenhum policial.

Na noite do massacre o governador do Pará, Almir Gabriel, afastou o coronel Pantoja. O ministro da Agricultura, Andrade Vieira, pediu demissão da pasta. Na semana seguinte, o Governo Federal confirmou a criação do Ministério da Reforma Agrária. Foi indicado Raul Jungmann, então presidente do Instituto Brasileiro de Agricultura e Meio Ambiente, para o cargo de ministro. Passados doze anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, o crime continua impune.

#### **Um território de tensão e insegurança**

Os impasses sobre a questão da reforma agrária na região se mantêm até os dias de hoje. Parauapebas, vizinha a Eldorado dos Carajás, vive clima de insegurança e tensão. Garimpeiros e integrantes do Movimento dos Sem-Terra estão de prontidão em acampamentos, e ameaçam invadir a Estrada de Ferro Carajás, usada pela Vale para transportar minério de ferro, combustíveis e passageiros. Eles marcaram para hoje uma manifestação em protesto em memória às vítimas do Massacre de Eldorado do Carajás. O governo do Pará direcionou 500 policiais para garantir a ordem no local.

### **SANGUE EM ELDORADO**

*Por: Monica Bergamo e Gerson Camarotti, de Eldorado dos Carajás*

O governador Almir Gabriel, do Pará, mandou a PM desocupar uma estrada no sul de seu Estado. Saldo da operação de trânsito rodoviário: uma carnificina com duas dezenas de sem-terra mortos e 51 feridos

Recolhidos num posto do Instituto Médico-Legal de Marabá, os corpos de Eldorado dos Carajás trazem as marcas de um massacre. Manchas roxas informam que tomaram chutes e pontapés, enormes buracos de bala e manchas de pólvora comprovam que foram dados tiros à queima-roupa, membros mutilados e cabeças arrebentadas denunciam uma selvageria além de qualquer razão ou limite. Os homens e as mulheres atacados na floresta, que deixaram sangue e pedaços de cérebro espalhados pelo chão e pela relva, são esses brasileiros chamados de sem-terra, cidadãos que andam descalços, têm as roupas sujas de barro e só costumam ser notícia sob a forma de cadáver.

Na terça-feira passada, 1 500 deles ocupavam uma rodovia no Pará para protestar contra a demora do governo federal em assentar suas famílias. Na tarde daquele dia, o governador Almir Gabriel tomou uma decisão que mudou sua biografia e envergonhou o Brasil. Tucano com um respeitável passado de democrata, Gabriel deu a ordem que o transformou no promotor do "Carandiru da Amazônia". "Desobstruam a estrada", determinou o governador, em conversa com dois auxiliares. No dia seguinte, os policiais chegaram a Eldorado dos Carajás. Vinham de dois pontos diferentes e puderam cercar os sem-terra pela frente e por trás. Atiraram primeiro para o alto, para assustar. Depois para baixo, para ferir. Não se contabilizou o número de assustados. Mas, até o fim de semana, já haviam sido contabilizados dezenove mortos e 51 feridos.

Uma perícia realizada pelo legista Nelson Massini, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, informa que nem todos os dezenove mortos perderam a vida no confronto. Em sua análise, pelo menos dez deles – mais da metade das vítimas – foram chacinados. Três morreram com balas na cabeça, em tiros a curta distância: um na nuca, um no olho direito, o outro na cabeça. É a prova clara de que houve execução. "Execução sumária", explica o professor Massini. "Tiros de precisão. Houve excessos e foi brutal." Outros sete tiveram seus corpos retalhados a golpes de foice e estavam estraçalhados. O perito anotou: esmagamento de crânio, costas abertas, braços quebrados, mutilações. Pelos ferimentos, é possível reconstituir como algumas mortes ocorreram. As vítimas já estavam dominadas, sem condições para se defender ou reagir, desarmadas, quando foram atacadas com "golpes cortantes".

**TIRO NO ROSTO** – O primeiro a morrer era conhecido apenas pelo primeiro nome, Amâncio, e um apelido, "O Surdo". Amâncio era realmente surdo e morreu desorientado. Percebia o corre-corre, mas, sem ouvir os disparos, demorou para saber o que ocorria e tentar fugir. O primeiro tiro acertou seu pé direito. "A gente gritava para ele correr, mas não adiantava. Os soldados chegaram perto e atiraram na cabeça", diz Francisco Clemente de Oliveira, 20 anos, agricultor em Serra Pelada, que testemunhou a morte. Outro que morreu no início também era conhecido apenas pelo primeiro nome, Lourival. Alvejado, desabou aos pés de Raimundo Gouveia, que o conheceu no acampamento: "Ele caiu de bruxos. Quando o virei, estava com a boca aberta, sangrando".

Casado e pai de uma menina de 4 anos, Robson Vitor Sobrinho, de 25 anos, tinha os cabelos um pouco compridos e isso fez diferença ao tentar escapar dos policiais. "Ele foi agarrado pelos cabelos e jogado no chão. Levou um tiro no braço e outro na cabeça", diz Elka de Fátima, 35 anos, amiga de Robson. A mulher de Robson, Francinete dos Santos, empregada doméstica, foi reconhecê-lo no hospital de Curionópolis e constatou os dois

tiros. Antes de sair, aos prantos, arrancou do pescoço do marido um cordão preto com dentes de porco selvagem que Robson carregava há anos. "Ele não tinha família, como eu, e me convidou para montar uma", lembra a mulher.

O lavrador José Nunes da Silva correu quando levou um tiro de raspão. A mulher e os filhos, de 6 e 8 anos, já se haviam embrenhado no mato. "Não olhei para trás e saí correndo também. Corri mais de cinco horas. Entrei num riacho e só parei quando estava com água pela cintura", contou ele à repórter Andrea Barros, de VEJA. Maria Abadia Barbosa, de 57 anos, estava escondida numa cabana de madeira quando viu o filho Júlio César, de 23 anos, correndo dos tiros. Ela deixou o abrigo para buscar o rapaz. No meio da fuzilaria, abraçaram-se. Maria levou dois tiros na perna e Júlio César teve o rosto ferido a bala.

Muitos dos depoimentos sobre o massacre, colhidos junto aos sobreviventes em locais e momentos diferentes, coincidem até em detalhes. A agressividade policial aumentava à medida que os sem-terra fugiam. Líder dos sem-terra, apesar da pouca idade, 17 anos, o adolescente Oziel Pereira foi arrancado da casa onde se escondia e, algemado, começou a apanhar de um grupo de policiais. Um deles puxou o cabelo do rapaz e outro atirou. A cena é relatada por Maria e confirmada por Josimar Pereira Freitas, outro sobrevivente. Um advogado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST, reconheceu Oziel sexta-feira entre os corpos enfileirados no Instituto Médico Legal Renato Chaves, em Marabá. "Ele tinha dois buracos de bala nos olhos e outro na testa. Só o identifiquei pela roupa. Via-se uma massa de carne disforme no lugar onde havia sido seu rosto", relata Carlos Amaral Júnior, o advogado.

**POR ÔNIBUS E COMIDA** – Levando mudas de roupa em sacos plásticos, lonas pretas para abrigos noturnos e um pouco de comida, no dia 8 de abril um grupo de 1 500 sem-terra acampados na Fazenda Macaxeira, em Curionópolis, resolveu deixar o lugar para ir em passeata até Belém. Na capital paraense, o grupo, que incluía mulheres e crianças, pretendia cobrar desapropriações no sul do Estado. Batizada de "Marcha para Belém", a caminhada era mais uma daquelas passeatas em que o importante não é a chegada, mas o trajeto. Por onde passaram, os sem-terra deram mostras de organização, chamaram a atenção da população e também provocaram cenas de baderna. Três dias depois da partida, por exemplo, saquearam um caminhão com 16 toneladas de frutas. "Foi um ato simbólico", tenta justificar Jorge Neri, da direção estadual do MST, que acompanhava a marcha. "Queríamos laranjas para as crianças, que estavam com fome."

Na noite de segunda-feira da semana passada, sete dias e 40 quilômetros após a partida, os sem-terra resolveram montar acampamento no local que, 48 horas depois, seria o cenário da tragédia. Estavam a 5 quilômetros de Eldorado dos Carajás, próximo ao trevo das rodovias PA 150 e 275, a principal do Estado, e também tinham mudado de ideia. Cansados de caminhar com toda a tralha nas costas, e apenas à noite, pois não queriam cansar as crianças, em vez de seguir a pé até a capital, a uma distância de 650 quilômetros, resolveram pedir ônibus ou pelo menos caminhões ao governo. Para apressar o pedido, bloquearam a PA 150 por quinze horas. Foi quando apareceu o major José Maria de Oliveira, comandante de um quartel da PM na região. O major estava com boa vontade. Disse que faria o possível para arrumar cinquenta ônibus e 10 toneladas de alimentos – quantidade suficiente para alimentar aquela multidão por uma semana. Os sem-terra pagaram na mesma moeda. Saíram do asfalto e montaram acampamento fora da estrada. O tráfego na PA 150 até se normalizou, por algumas horas.

**LICENÇA PARA MATAR** – No dia seguinte, o governo endureceu. De manhã, um tenente foi ao acampamento para informar que o acordo estava desfeito e nada mais seria entregue. Nem ônibus nem comida. Os sem-terra voltaram para o asfalto. Às 15 horas, alguns ônibus se aproximaram. Mas, em vez de cinquenta, eram dois, mais uma caminhonete. E, em lugar de alimentos, traziam sob o comando do major Oliveira 68 homens, armados com duas escopetas, quatro metralhadoras, cinquenta fuzis e revólveres. O comboio da PM estacionou a 500 metros do acampamento. Pelo sentido oposto da estrada, uma hora e meia depois, chegaram mais três ônibus e uma caminhonete de Marabá. Sob a chefia do coronel Mário Collares de Pantoja, comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar da cidade, chegavam mais 200 homens. Chamavam a atenção pelo que portavam – revólveres e metralhadoras – e também pelo que haviam deixado nos alojamentos. Os policiais haviam arrancado do bolso da camisa a tira de pano costurada sobre velcro que os identifica, isto é, estavam com licença para matar sem que pudessem ser reconhecidos mais tarde.

Numa primeira tentativa de negociar, o major Oliveira se aproximou dos manifestantes, mas foi recebido a pau e pedra. "A gente só fez isso porque nunca imaginou que eles fossem atirar", diz o sem-terra Gouveia. Do lado contrário, apareceram os policiais comandados por Pantoja. "A tropa de Marabá chegou jogando bombas de gás lacrimogêneo. Eles não foram para negociar, chegaram atirando", diz a jornalista Marisa Romão, da TV Liberal, que cobriu o episódio e, num ato de coragem, em pleno tiroteio, tentou convencer a PM a manter a cabeça fria.

Quando estudantes ou funcionários públicos em greve saem em passeata na Avenida Presidente Vargas, no centro de Belém, a polícia também era chamada para garantir a circulação de automóveis, ônibus e caminhões. Seus homens, que portam escudos, coletes e capacetes da tropa de choque, trazem bombas que fazem barulho, bombas que soltam a fumaça que provoca ardência nos olhos. Nada de revólver na mão. Muito menos metralhadora. Com os sem-terra, foi e era para ter sido diferente. "Se encontrassem resistência, eles estavam

autorizados a reagir e inclusive atirar se isso fosse necessário", declarou ao Jornal do Brasil o secretário de Segurança do Pará, Paulo Sette Câmara.

**CULPANDO O MORDOMO** – "Quando começamos a reagir, jogando pedras, foi para acertar mesmo. A gente disse que não ia sair e aí piorou tudo", diz José Nunes da Silva, de 39 anos, que levou um tiro de raspão na perna direita e acabou internado no hospital municipal de Curionópolis. Os sem-terra bateram em retirada quando começaram a tombar as primeiras vítimas. Eram 18 horas de quarta-feira quando a polícia parou de atirar. Foram duas horas de confronto. Os que estavam caídos – mortos ou feridos – começaram a ser levados pelos policiais para o acostamento, onde se formou uma pilha de corpos. Na pista, só sangue, vísceras e massa encefálica. Os que estavam de pé foram levados para os ônibus. Alguns corpos – entre os quais o de um lavrador que, prendendo a respiração, se fez passar por morto e sobreviveu – foram transportados do acostamento para a carroceria de um caminhão. Cerca de cinquenta pessoas aprisionadas pelos policiais foram colocadas de bruços sobre o asfalto e algumas levaram chutes e tapas. Os policiais gritavam palavrões, espancavam e humilhavam.

Às 19 horas, a rodovia PA-150 já estava liberada, como pedira o governador Almir Gabriel, mas havia muito sangue e muita massa encefálica sobre o asfalto para se fazer uma festa. Para dar a impressão de que se cometera violência de parte a parte, a PM e o próprio governador fizeram circular a versão de que pelo menos um policial havia morrido no conflito. Mentira. Mais uma vez, o que se produziu, no Pará, foi aquela troca de tiros em que só há mortos de um lado. Como um grã-fino que sempre coloca a culpa no mordomo quando alguma coisa sai errada durante um banquete, Almir Gabriel decidiu responsabilizar um coronel da PM pela violência e pelas mortes. Na noite de quinta-feira, correligionários do governador, como o senador pernambucano Carlos Wilson, divulgaram a versão, muito comovente, de que Gabriel chorou na noite de quarta-feira ao fazer um relato do ocorrido ao presidente do PSDB, Artur da Távola. Muitas pessoas até soluçaram de pena.

**CORO DE CADÁVERES** – Com suas foices e suas lonas pretas, os sem-terra morrem como mártires, com as roupas ensanguentadas, os corpos machucados, mas suas almas têm revelado um estranho poder para encantar as autoridades tucanas que aparecem em seu caminho. Na manhã de quinta-feira passada, o presidente Fernando Henrique Cardoso estava em viagem de propaganda do Comunidade Solidária quando pediram que falasse sobre o massacre. Como um sociólogo debruçado sobre personagens de uma tese acadêmica, e não pessoas de carne e osso, com sonhos de um futuro melhor, filhos para criar e uma vida para tocar, Fernando Henrique classificou os sem-terra e a PM de representantes do "Brasil arcaico", em oposição ao "moderno", do qual se considera representante, talvez condutor. O presidente só mudou de atitude depois que outros "modernos" se mostraram sinceramente chocados com o que ocorrera com os "arcaicos". Quando o assunto se tornou manchete em todas as emissoras de rádio e TV, inclusive internacionais, Fernando Henrique desceu de seu gabinete no Planalto para dizer que considerava o episódio "inaceitável, injustificável, e que constringe o país e o presidente da República".

O massacre dos sem-terra foi mesmo inaceitável, injustificável, envergonhou o país e, descobriu-se com quase 24 horas de atraso, também constringeu Fernando Henrique. Na sexta-feira passada, num reconhecimento de culpa, o governador do Pará anunciou um projeto para pagar pensão vitalícia às famílias das vítimas. A Fazenda Macaxeira, origem de todo o conflito, será finalmente desapropriada e, em Curionópolis, haverá túmulo de graça para a família que quiser enterrar o marido ou o filho por ali. O doloroso, na rapidez dessas medidas, na facilidade com que são anunciadas, é a visão de que homens pobres, sem sapatos e mãos calosas, só conseguem ser ouvidos quando formam um coro de cadáveres massacrados.



## CONTEXTO E NÚMEROS

GALERIA DE IMAGENS

► [Um](#) [velho](#) [desafio](#) [brasileiro](#)

ENTREVISTAS

A importância da reforma agrária para o futuro do país



- ▶ [O dilema da política fundiária](#)  
Por que o modelo de reforma agrária do país fracassa
- ▶ [Uma luta pela terra](#) A violência no campo já matou centenas - e nos dois lados

## PERSONAGENS



- ▶ [Fé, enxada e chimarrão](#)  
Quem são os religiosos que lutam ao lado do MST
- ▶ [No exterior, problema resolvido](#)  
Quem fez reforma, fez; quem não fez perdeu o interesse

- ▶ [Movimentos sem-terra](#)
- ▶ [Os líderes dos grupos](#)

## ESTATÍSTICAS



- ▶ [Os números que revelam a gravidade da questão fundiária](#)

## PERGUNTAS & RESPOSTAS

- ▶ [Os nomes do governo](#)
- ▶ [As dúvidas mais frequentes sobre a reforma agrária](#)

## HISTÓRIA

- ▶ [A origem do problema e as tentativas de transformação](#)

## CRONOLOGIA

- ▶ [Os fatos mais marcantes na luta pela terra](#)

▶ [Sistema é feudal](#)

26 | mar

2003

Miguel

Rossetto,

atual

ministro do

Desenvolvi

mento

e Reforma

Agrária

▶ [O J](#)

[se](#) [pe](#)

15 | nov | 2

Raul Jungm

o ministro

a

reforma ag

no gov

FHC

▶ [Ape](#)

[s](#) [a](#)

7 | out | 2

Jaime Amc

um

chef [es](#)

dos sem-

no

nordeste

[desde 1997](#)

país

FRASES

[Declarações de ruralistas, políticos e sem-terra a VEJA](#)


[O pov](#)

[tem rain](#)

6 | ago | 199

GLOSSÁRIO

[Os termos mais importantes para a compreensão do assunto](#)

 João P. Stedil  
dirigente

gaúcho

do MST e u  
dos


ícones do grup

INFOGRÁFICOS



[Assenta-mentos](#)

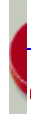
[de 1964 at 2002](#)

 [Assentamento por região do país](#)

[Invasão de terra](#)

[Morte no campo](#)

[Perfil de famílias de assentamen](#)

 [Os resultados da](#)

[reforma](#)

[terras](#)

▸ [Os obst](#)

[no](#)

[sucesso](#)

[plano](#)

## ARQUIVO VEJA



REPORTAGENS DE CAPA

▸ [O beato Rainha](#)  
18 de junho de 2003 | [ver capa](#)  
Sem-terra quer virar o Antônio Conselheiro do Paranapanema



▸ [Sem terra e sem lei](#)  
10 de maio de 2000 | [ver capa](#)  
O MST invade prédios públicos e militante é morto pela polícia



▸ [O golpe da terra](#)  
11 de novembro de 1998 | [ver capa](#)  
Empresários rurais criam uma fraude de 900 milhes de reais



▸ [O que eles querem](#)  
3 de junho de 1998 | [ver capa](#)  
O MST não quer apenas terra - fala em revolução e socialismo



▸ [Lições da longa marcha descalça](#)  
23 de abril de 1997 | [ver capa](#)



Depois do protesto e festa do MST, chegou a hora da política



▶ [A](#) [longa](#) [marcha](#)  
16 de abril de 1997 | [ver](#) [capa](#)

Diante de sem-terra, a pior escolha é ficar de braços cruzados

▶ [Sangue](#) [em](#) [Eldorado](#)  
24 de abril de 1996 | [ver](#) [capa](#)

A carnificina: duas dezenas de sem-terra mortos e 51 feridos

▶ [A](#) [jornada](#) [das](#) [foices](#)  
15 de agosto de 1990 | [ver](#) [capa](#)

Escalada da violência entre polícia e sem-terra assusta o país

▶ [O](#) [trator](#) [da](#) [direita](#)  
18 de junho de 1986 | [ver](#) [capa](#)

UDR aparece na arena da política e entra na briga da reforma

▶ [Semeadura](#) [de](#) [armas](#)  
19 de junho de 1985 | [ver](#) [capa](#)

A colheita da reforma agrária é uma tempestade para o Brasil

EM DIA



▶ [Sangue](#) [em](#) [Eldorado](#) [dos](#) [Carajás](#)

OUTRAS

REPORTAGENS



▸ [Arquivo](#) [1997-2003](#)

Índice de textos de VEJA sobre o tema nos últimos sete anos

▸ [fechar](#)

### Eldorado dos Carajás - 1996

"Manos da Baixada de Grosso Calibre"  
(grupo de favelados em Belém, capital do estado do Pará, que integra o movimento hip hop da favela)

## Os 30 anos de ódio ao MST nas páginas de Veja

O que os ataques e silêncios da revista sobre o maior movimento social brasileiro revelam sobre a história recente da política brasileira

Najla Passos



O ódio da mídia ao MST acompanha os 30 anos do movimento, desde a sua fundação, em janeiro de 1984. Mas o padrão de manipulação usado para tentar fraudar a imagem do movimento muda bastante, acompanhando a conjuntura e tentando tirar proveito dela. Prova é a forma com que a



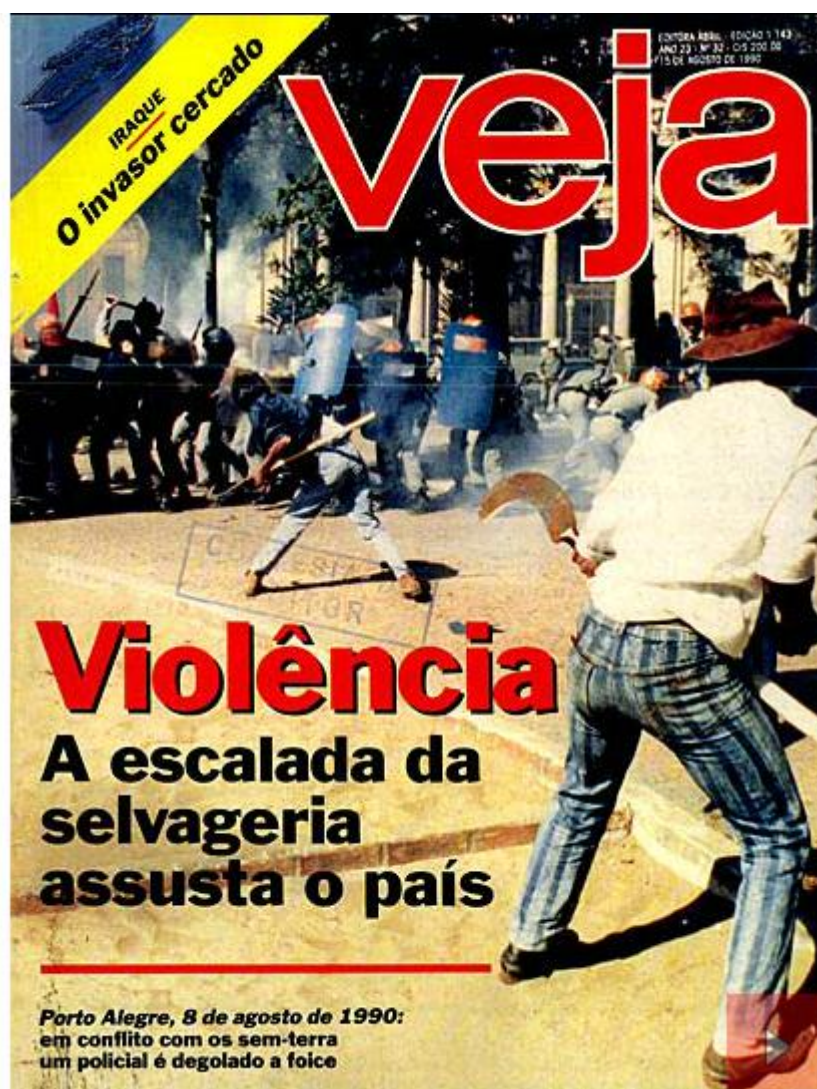
maior revista do país, a *Veja*, teceu a trajetória do MST em suas páginas: primeiro com a tentativa de cooptação, depois com total invisibilidade, até a campanha permanente de criminalização, que oscilou da associação com o perigo comunista, herdada da ditadura, à acusação de terrorismo, no período pós 11 de setembro. Nos últimos anos, uma nova condenação ao ostracismo, acompanhada pelo conjunto da mídia, garantiu a retirada do tema reforma agrária da pauta nacional.

O MST foi fundado no bojo do mesmo desejo de democracia que levou às ruas a Campanha das Diretas Já, como um movimento pacífico de luta pela terra. Mas o esforço dos companheiros que tentavam retomar a pauta da reforma agrária, interrompida com o deposição de João Goulart em 1964, não mereceu nem mesmo uma linha nas páginas da revista. Isso só viria a acontecer em junho do ano seguinte, quando José Sarney já havia herdado de Tancredo Neves o posto de primeiro presidente civil pós-ditadura, e acabava de lançar um pacote para viabilizar uma espécie de reforma agrária que jamais sairia do papel.

Assumindo para si um papel nunca a ela delegado de mediadora do “pacto social” que Sarney propunha ao Brasil polarizado, *Veja* defendeu o pacote na reportagem de capa “Reforma Agrária – os fazendeiros se armam”, de 19 de junho de 1985. O MST, que não apoiava a proposta, aparecia como um movimento localizado apenas em Santa Catarina, sem respaldo suficiente para se tornar um grande interlocutor do governo em relação ao tema.

O movimento voltou a ser capa da revista quando o país já se deparava com as falsas promessas de desenvolvimento do neoliberalismo, defendido com veemência pela revista. O alagoano Fernando Collor de Mello, lançado nas famosas páginas amarelas como o Caçador de Marajás, havia ganhado a primeira eleição presidencial pós-ditadura, prometendo abertura às importações e diminuição das funções do Estado, em contraposição ao sindicalista Luiz Inácio da Silva, que defendia pautas mais sociais, como a bandeira da reforma agrária do MST.

No dia 15 de agosto de 1990, a *Veja* publicou sua primeira reportagem atacando frontalmente o MST. Na foto de capa, um único sem-terra, “armado” com sua foice, aterrorizava um exército de policiais armados com escudos, cassetetes e revólveres. Inaugurou ali a utilização do clássico termo “baderna”, com que até hoje descreve as ações do movimento. Depois disso, a revista se calou acerca do MST, que continuou crescendo, a ponto de se transformar no maior movimento social brasileiro.



### Ostracismo midiático

Em 1994, na corrida presidencial que contrapunha o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e novamente o operário Lula, o MST começou a ganhar espaço em outros órgãos de imprensa. A Folha de S. Paulo, em 1994, publicou 40 matérias sobre o MST. Em 1995, já com Fernando Henrique na presidência, foram 450. A Veja, porém, continuou firme no seu propósito de condenar o movimento ao ostracismo e, assim, manter longe da agenda nacional a pauta da reforma agrária. Duas grandes tragédias, porém, lançaram nova luz sobre o movimento: os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás.

Em 9 de agosto de 1995, 355 sem-terra foram presos e torturados, 125 ficaram gravemente feridos e nove morreram, incluindo a pequena

Vanessa, de 6 anos. Eles não eram ligados ao MST, mas a imprensa não fez esta distinção ao tratar do caso. O assunto ganhou repercussão internacional. Ainda assim, Veja resistiu o quando pode. Só foi noticiar o massacre quase um mês depois, na edição de 6 de setembro. A matéria “Executados, torturados e humilhados” apresentava o tom de indignação que tomava o mundo e não fazia alusões ao MST.

Em 17 de abril de 1996, 21 sem-terra ligados ao MST foram brutalmente executados e 51 ficaram feridos, no Massacre de Eldorado dos Carajás. O crime causou comoção mundial e a Veja não pode mais ignorar o movimento. Na edição de 24 de abril, a revista era pura indignação. A própria capa já era uma denúncia contra a atrocidade, com a exibição de um trabalhador rural assassinado com um tiro na nuca.

Na reportagem, Veja trouxe pela primeira vez a menção a um Brasil arcaico e um outro moderno, a partir de uma analogia usada dias antes pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo a revista, “como um sociólogo debruçado sobre personagens de uma tese acadêmica, e não pessoas de carne e osso, com sonhos de um futuro melhor, filhos pra criar e uma vida para tocar, Fernando Henrique classificou os sem-terra e a PM de representantes do ‘Brasil arcaico’, em oposição ao ‘moderno’, do qual se considera representante, talvez condutor”. Mas se a matéria principal tecia uma das raras críticas da publicação ao presidente e se mostrava solidária aos sem-terra, o box intitulado “O Sindicato-partido do MST” fazia o oposto, ao afirmar que o movimento era armado e tinha tradição de enfrentar a polícia.

#### **Alvo prioritário**

Após 1996, durante o império do pensamento único, a Veja transformou o MST em seu alvo prioritário. De acordo com a pesquisadora Carla Silva, no livro “Veja: o indispensável partido neoliberal”, as investidas contra o movimento superaram até mesmo os ataques ao PT e a igreja combativa. “Neste caso [do MST] não há uma tentativa de cooptação ou de diálogo, como se vê em relação ao PT, a quem a revista busca em vários momentos apontar linhas de ação. Também não há uma visão despolitizada como a Renovação Carismática colocada em oposição à CNBB. No caso do MST, a crítica é permanente”, registrou ela.

Na edição de 16 de abril de 1997, “A marcha dos radicais – quem são e o

que querem os sem-terra” apresentava o movimento como o retrato mais perfeito do Brasil arcaico de que falava FHC em 1995 – e que até a própria Veja condenara. Os sem-terra eram apresentados como um povo inculto e atrasado, tal como os beatos seguidores de Antônio Conselheiro que desafiaram a República a se lançar na Guerra de Canudos. “Representantes de um Brasil Arcaico, descalços, dentes ruins, bicho-de-pé e pouco estudo, os sem-terra invadem propriedades, desrespeitam a lei e enfrentam a polícia. Já morreram e mataram nesses conflitos. Parecem um pouco os fanáticos do beato Antônio Conselheiro”, pregava a revista.



**A LONGA MARCHA**  
Diante da caminhada dos sem-terra, a pior escolha é ficar de braços cruzados

**A** Marcha dos Sem-Terra, depois de dois meses de andanças, chega a Brasília nessa quinta-feira. No passo de 20 quilômetros por dia, os 1.500 marchadores, que saíram de São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais, desfilam pela Esplanada dos Ministérios. Na esteira do desfile, eles andam a pé. Quando a economia se glibuliza, sua ideal é um pedaço de chão com cerca, uma vaca no pasto e uma roça atrás de casa. O mundo cantaria no passo da informática e da alta tecnologia, e eles querem trabalhar a terra, errada na mão. A moxidão vai de rock, e o leito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, canta uma música "operária e camponesa". Representantes de um Brasil arcaico, descalço, dentes ruins, bicho-de-pé e pouco estudo, os sem-terra invadem propriedades, desrespeitam a lei e enfrentam a polícia. Há in-

tabilidade de problemas a resolver e objetivos de curto prazo a alcançar. Conforme uma pesquisa feita por VIEIRA nos acampamentos, os filhos do MST são formados, numa maioria de 60%, por agricultores arruinados, mas também por trabalhadores sem perspectiva, servidores desiludidos. O que a cidade lhes oferece é desesperança, desagregação familiar, empregos humilhantes ou desemprego. A alternativa buscada por quem foi para não acampamento é outra — um pedaço de terra que lhe garanta o sustento.

Antes da abolição da escravidão, em 1888, já se debatia a questão da terra no Brasil. Porém foi feito para modificar uma situação: avaria de concentração de propriedades, desperdício e baixa produtividade. Em nome da herança recebida, não se pode culpar o presidente Fernando Henrique. A questão é saber a herança que o presidente pretende deixar. Fernando Henrique tem herança a conflitos, mas, neste caso, uma decisão trilhada no comando, pois não criou os braços nem consagrou: optou entre os grandes proprietários que alimentaram a multipartidarista e ruralista bancada ruralista do Congresso ou iniciar um processo de mudança na estrutura de propriedade da terra. O risco de nada fazer é crescer com as vagas de sem-terra que invadem e ocupam fazendas pelo Brasil afora.

A reforma agrária é um projeto caríssimo. O Plano estima que cada acampamento custa 40.000 reais. Sendo assim, a conta para assentar 1 milhão de famílias base em 40 hectares. Na reforma agrária também não existe o alívio grátis. Os custos dependem do lugar em que se instalam as famílias, de quanto se gasta com indenizações, de quanto se paga cada investimento, dos prazos, do retorno em impostos. Mas está difícil achar alternativas mais baratas. As boas empresas do país infelizmente que a criação de um emprego custa, hoje, mais de 50.000 reais. Brasília tem razão quando critica a reforma agrária do plano da caridade para tratá-la como investimento. Para o disco que se trata, de um projeto que só pode virar amarrado com propostas de crescimento econômico e distribuição de renda. O Japão, a França, os Estados Unidos e a Alemanha deram subsídios pesados a seus agricultores, que também são uma gente amaldiçoada pelos poderes locais, que gostam de bloquear rotinas e fazer barulho. Esses países já perceberam que o preço de nada fazer é mais alto — na forma de desemprego, na degradação das cidades, na elevação da delinquência. O arroz está aí. Os sem-terra são sua voz. Há, que se faça algo

matricados sob as bênçãos da Teologia da Libertação. Ninguém sabe o que está saindo daí, mas confissão. Mas sua presença em Brasília lembra, com simbolismo e clareza, que os pés-capados também querem um lugar ao sol. Querem uma reforma agrária que está vindo tarde, já não tem sentido na ordem econômica, é antiquada e ineficaz. Dois anos depois da posse de Fernando Henrique se assiste ao desmontamento do movimento sindical, da oposição de esquerda (o PT de Lula) e também da direita (o PPB de Maluf) a seu governo. O que sobrou como oposição foi o MST, sigla que identifica aquilo que na verdade é um partido político organizado pelos velhos métodos do leninismo, com viés classista, doutrinação política e centralismo duro, sem abandonar seus laços com o mundo interno e

**Mateus e enfadados, os sem-terra lembram os fanáticos de Antônio Conselheiro. Cultivam um idealismo que o sanduícho se mistura com o capitalismo e a Teologia da Libertação.**

*"A Longa Marcha - Diante da caminhada dos sem-terra, a pior escolha é ficar de braços cruzados" página da revista Veja de 16 de abril de 1997*

Em outro momento, a reportagem acabava por revelar o porquê do seu ódio ao MST, considerado por ela a única oposição, de fato, ao governo FHC, após o que classificava de “desmoronamento da oposição sindical, da oposição de esquerda (PT e Lula) e também da de direita (o PPB de Maluf)”. E, em um terceiro momento, justificava porque precisava inverter a imagem do movimento perante a população: pesquisa do Ibope realizada no período mostrava que 83% dos brasileiros apoiavam a reforma agrária e 40% eram favoráveis, até mesmo à invasão de fazendas.

### **O MST e o “perigo vermelho”**

As investidas da *Veja* contra o MST se tornaram mais agressivas nos anos seguintes. Na edição de 3 de junho de 1998, às vésperas da eleição que reconduziu FHC à presidência, a revista apresentava aos seus leitores um MST absolutamente aterrorizante. A foto de capa trazia João Pedro Stédile, umas das principais lideranças do movimento, com feições sérias, em tons vermelhos, a própria encarnação do demônio. O texto “A esquerda com raiva – inspirados por ideais zapatistas, leninistas, maoístas e cristãos, os líderes do MST pregam a implosão da democracia burguesa e sonham com um Brasil socialista” resgatava o pânico do perigo vermelho inculcado nos brasileiros pela ditadura.

Em 10 de maio de 2000, mais um exemplo: a matéria de capa “A tática da baderna – O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista” voltava a semear o pânico. O texto da reportagem seguia a mesma linha: “Numa palavra, o MST não quer mais terra. O movimento quer toda a terra, quer tomar o poder no país por meio da revolução e, feito isso, implantar por aqui um socialismo tardio (...)”. Num box com a suíte “Meu nome é Stédile, João Stédile”, uma fotomontagem apresentava o líder sem-terra vestido de smoking e portando pistola automática, no melhor estilo James Bond, o espião da série 007 que tinha licença da rainha da Inglaterra para matar.

### **O MST terrorista**

Depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, com o mundo estarelecido frente ao perigo terrorista, a *Veja* se apropriou do pânico generalizado para, mais uma vez, inovar no tratamento destinado ao MST. A etapa da tentativa de construção desse “MST terrorista” propagado pela revista começou com a publicação, em 18 de junho de 2003, quando Lula já havia assumido a presidência, da reportagem de capa em analogia direta à capa de 1998 que trazia Stédile travestido de diabo.

Nesta, o eleito para compor o quadro foi o então líder do movimento, José Rainha, estampado em foto de capa com a manchete “A esquerda delirante – Para salvar os miseráveis dos ‘desconfortos do capitalismo, o líder sem-terra José Rainha ameaça criar no interior de São Paulo um acampamento gigantesco como o de Canudos, instalado há um século por Antônio conselheiro no sertão da Bahia”,

Na reportagem, os mesmos estereótipos martelados na década anterior: anacronismo, atraso, radicalismo e táticas agressivas foram algumas das expressões reutilizadas. Também veio da década anterior a associação do líder sem-terra com o beato Antônio Conselheiro, tratado pela história oficial como o fanático que não aceitava os tempos modernos da república. Seguidores, pregação, beato, promessas e glorificação ideológica ajudavam a compor o texto que não poupou nem mesmo Euclides da Cunha, autor do clássico *Os Sertões*, que fala sobre Canudos, a ser citado na matéria para respaldar os absurdos propagados pela revista.

A partir daí, as matérias negativas contra o MST se tornaram pauta obrigatória em todas as edições da revista. Exemplo claro é o editorial “Veja avisou”, da edição de 2 de julho de 2003, que recuperava todas as críticas feitas pela revista ao movimento ao longo da década. Em 30 de julho, a matéria “Stédile declara guerra” reforçava a associação do movimento à baderna e à violência, acusando-o de misturar os “excluídos do campo e da cidade, o complexo de culpa da classe média e a falta de firmeza das autoridades com as ilegalidades praticadas”. Foi nesta toada que a *Veja* concluiu o primeiro ano do mandado do ex-presidente Lula.

No início de 2004, a bancada ruralista, munida das páginas de *Veja*, começou a colher assinaturas para a instalação da CPI da Terra. A revista continuou firme na campanha, cada vez mais ácida. Na edição de 14 de abril daquele ano, a reportagem “O abril sem lei do MST” atestava a inoperância do governo Lula para conter as “ações criminosas” do movimento: a luta pela reforma agrária. Na semana seguinte, a matéria “Como na guerra” narrava a história de um fazendeiro obrigado a fazer barricadas para se proteger dos “beligerantes” sem-terra.



**OS ASENTAMENTOS DIMINUEM...**  
Com a posse do governo petista, o número de famílias de trabalhadores sem terra assentadas continuou em queda. No ano passado, foram pouco mais de 36 300. Neste ano, o governo promete assentar 15 000 famílias, mas, até agora, assentou pouco mais de 11 095. A seguir, nesse ritmo, a meta ficará muito distante.

Ano	Famílias Assentadas
1996	42 812
1997	61 944
1998	85 226
1999	101 094
2000	108 886
2001	102 449
2002	43 406
2003	36 301
2004	11 095

**...E AS INVASÕES AUMENTAM**  
Desde 1995, o número de invasões de propriedades rurais vem crescendo. No ano passado, as invasões voltaram a crescer. Uma das razões é que o atual governo, na prática, mobilizou a aplicação da medida provisória que retirava as terras invadidas da lista das áreas desapropriáveis.

Ano	Invasões
1995	446
1996	236
1997	502
1998	158
1999	183
2000	222
2001	56

**O ABRIL SEM LEI DO MST**  
Os sem-terra voltam a agitar o campo, mas contam com um duplo auxílio do governo

**Leandro Peres**  
A bel é sempre um mês de agitação no campo. Tem sido assim desde abril de 1996, quando desfilou sem terra foram chamados em Eldorado dos Carajás, no Pará. Em abril do ano passado, houve apenas treze invasões, e a tranquilidade no interior foi uma exceção, motivada pela tré-

gates come", disse Valdir Assunção, o líder dos sem-terra na Bahia.  
O MST não ajuda a reforma agrária ao combater o campo, mas, nos últimos tempos, as invasões de terra têm crescido com duplo auxílio do governo — pelo que ele faz e pelo que deixa de fazer. No campo da ação, voltou a distribuir cestas básicas aos sem-terra. A distribuição fora cortada no governo anterior porque se descobriu que, com as cestas, as invasões aumentavam, pois o MST conseguia mobilizar mais gente por períodos mais longos. "Não vamos abandonar

retirada da lista de áreas desapropriáveis de qualquer pedaço de terra que esteja sob ocupação. A MP, que foi um acerto eficaz contra as invasões, ainda existe, ainda é coerente, mas só depois de tanta burocracia que, na prática, é quase como se não existisse. Por fim, como último empréstimo às invasões, o governo petista permitiu que as superintendências do Itacaré fossem preenchidas com indicações políticas — o que, na prática anterior, era proibido.  
O governo também tem ajudado a lentidão no curso com aquilo que des-

vio. Até agora, em seis quinze meses de governo, Lula assentou cerca de 47 000 famílias — um saldo muito inferior ao descrito pelo Ministério da Agricultura, que assentou, em média, quase 80 000 famílias a cada dois meses. O ritmo é tão comprometedor que o ministro José Dirceu, da Casa Civil, recebeu orientação de Lula para supervisionar de perto os assentamentos e evitar que o governo, pelo segundo ano consecutivo, não atinja a meta de assentados. O volume de terras desapropriadas para fins de reforma agrária também tem cal-

Com tantos estímulos para promover invasões, os movimentos de sem-terra até que estavam calmos, sobrando quando se percebe que o governo silencia e vacila na hora de agir à burocracia. Na semana passada, o ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, levou nada menos que dois dias para condenar a invasão da fazenda de cacauete no sul da Bahia. Antes, foi mais duro com os proprietários da fazenda do que com as invasões, por achar que os donos da terra exigiam uma prova de que o governo não podia dar — e que os sem-terra pediam o que tinham direito de pedir. Depois, lançou uma nota em que classificava a invasão como "institucional" e exigia a desocupação da fazenda "imediata". Diante de um ministro assim, que combate fora-da-lei com notas ofi-

*"Os sem-terra voltam a agitar o campo, mas contam com um duplo auxílio do governo"  
revista Veja, 14 de abril de 2004*

### As “madraçais” do MST

No final de setembro, o deputado João Batista usou a Tribuna da Câmara para exigir que o MEC fiscalizasse as escolas mantidas com dinheiro público nos assentamentos. Com base em matéria publicada pela *Veja*, ele acusava as escolas de formar futuros revolucionários, extirpando “o raciocínio lógico e o senso crítico” dos futuros cidadãos brasileiros. A base da denúncia que gerou calorosos debates foi a matéria “Madraçais do MST”, publicada na edição de 8 de setembro de 2004. “Assim como os internatos muçulmanos, as escolas dos Sem-Terra ensinam o ódio e instigam a revolução. Os infiéis, no caso, somos todos nós”, bradava a revista.

Em 2005, uma nova e ousada tentativa de criminalizar o MST. Na matéria “Ligações perigosas – escuta mostra que o MST orientou a facção criminosa PCC a organizar uma manifestação”, a revista acusava, sem

nenhuma base palpável, o maior movimento social de brasileiro de ter relações sólidas com o movimento criminoso que, à época, assustava o país. As ligações jamais foram comprovadas, mas a revista nunca desmentiu as acusações.

No final do ano, a tal CPI da Terra apresentou seu relatório final propondo a transformação de invasão de terra em prática terrorista. Veja apelou de novo. Na reportagem “O terror contra o saber – braço feminino do MST destrói laboratório com mais de uma década de pesquisas”. A revista, claro, omitiu que o tal laboratório, da empresa Aracruz, realizava pesquisas com sementes transgênicas que causavam imensos prejuízos à agricultura familiar e agroecológica da região.

Nesta época, o desgaste sofrido pela imagem do MST já era claramente perceptível. Uma nova pesquisa do Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em 2006, mostrou o efeito de uma década de propaganda de Veja contra o MST: 56% dos brasileiros achavam que as ações do MST causavam mais resultados negativos para a reforma agrária do que positivos e 53% acreditavam que o governo deveria usar a polícia para conter as invasões.

#### **Ataques e omissões recentes**

Em 2009, a Veja conseguiu, enfim, respaldar a instalação de mais uma CPI para investigar o MST, a partir da reportagem de capa “Por dentro do cofre do MST”, na qual a revista acusava o governo federal e entidades internacionais de financiar as atividades classificadas como criminosas do movimento. Era a terceira, criada em cinco anos, para investigar e desgastar o MST. Para o governo Lula, ficava cada vez mais temerário apoiar o movimento já associado ao terrorismo, mesmo que, contra eles, não se provasse nada. A causa da reforma agrária foi sendo cada vez mais minada e abandonada.



Desde então, a presença do MST nas páginas da revista foi declinando. A luta dos sem-terra pela reforma agrária nunca mais mereceu reportagem de capa, ainda que para criticá-la. A presidenta Dilma Rousseff assumiu a presidência e governou os três primeiros anos do seu mandato com o MST e a reforma agrária na mais absoluta invisibilidade. Portanto, foi mais fácil para ela registrar os piores índices de investimentos na causa: conseguiu destinar um volume de terras à reforma agrária menor do que seu adversário, FHC, e assentou um número menor de famílias do que seu antecessor, Lula. E com a benevolência da revista.

### **O Massacre de Eldorado dos Carajás**

**Pesquisa: Sandra Carvalho\***

**Dados e Fontes de Pesquisa: MST Pará; CPT - Comissão Pastoral da Terra.**

**“A Luta Contra a Impunidade do Massacre de Eldorado de Carajas”, Carlos Guedes, advogado da Comissão Pastoral da Terra**

### **Caros Amigos**

**“Massacre de Eldorado dos Carajás: Em Disussão o Maior Julgamento da História do Brasil”,**

**Número 5 - Novembro de 1999**

Altamiro Ricardo da Silva recebeu dois tiros na cabeça e um na perna. Antônio Costa Dias, um tiro no tórax. Raimundo Lopes Pereira foi vitimado com três tiros: dois na cabeça e

um no peito. Leonardo Batista de Almeida foi atingido por uma bala na testa.

Graciano Olímpio de Souza, dois tiros, sendo um na nuca e outro no peito. A necropsia no corpo de José Ribamar Alves de Souza mostrou que ele recebeu dois tiros e um deles, na cabeça, foi à queima-roupa. Ao atirarem em Manoel Gomes de Souza, os autores queriam matar o rapaz. A prova são os três tiros disparados que atingiram a testa e o abdômen, regiões altamente letais. Lourival da Costa Santana foi atingido no coração. Antônio Alves da Cruz levou um tiro no peito e teve ferimentos com arma branca. O laudo apontou como causa morte uma hemorragia interna e externa com explosão do coração e do pulmão esquerdo por instrumento corto contundente. Abílio Alves Rabelo morreu com três tiros, dois no pescoço e um na coxa direita. João Carneiro da Silva teve morte por esmagamento do crânio, indicando Ter sido ele vítima de extrema violência e crueldade. Ao prestar depoimento, Luiz Wanderley Ribeiro da Silva revelou que viu um policial militar atacar João Carneiro com um pau, que foi introduzido na cabeça da vítima, partindo-a e expondo os seus miolos. Antonio, conhecido apenas como “Irmão”, morreu com um tiro na nuca. João Alves da Silva levou dois tiros: um na cabeça, por trás, e um na canela direita. A trajetória do projétil que o atingiu na região temporal fez um percurso de cima para baixo e de trás para diante, indicando Ter sido ele alvejado quando se encontrava no chão. Robson Vitor Sobrinho levou quatro tiros – dois pelas costas e à queima-roupa, na altura do tórax, um no braço e outro no rosto – enquanto estava no chão. Amâncio Rodrigues dos Santos recebeu três tiros, sendo um na cabeça, um na parte pélvica e um na região axilar. Valdemir Pereira da Silva levou um tiro no peito. Dois tiros atingiram o peito e um a região axilar direita de Joaquim Pereira Veras. A trajetória de entrada do projétil na axila mostra que a vítima encontrava-se num plano inferior ao agente que disparava a arma de fogo. João Rodrigues Araújo foi atingido por um tiro no braço direito e morreu devido a hemorragia pelo seccionamento da artéria femural esquerda pelo uso de arma branca.

Esses 19 homens foram assassinados na tarde de 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, Pará. Seus alvos foram 155 policiais, divididos em dois grupos. O primeiro, saído de Paraupabas e comandado pelo major José Maria Pereira de Oliveira, era composto por 69 homens armados com 2 metralhadoras 9 mm, 1 revólver calibre 38, 10 revólveres calibre 32 e 38 fuzis calibre 7,62. Ocuparam uma das extremidades do Km 96 da Rodovia PA-150.

A outra tropa veio de Marabá. Era comandada pelo coronel Pantoja, comandante da operação, e tomou conta do outro lado da estrada. Seus 85 policiais militares estavam armados com 8 submetralhadoras 9 mm, 6 revólveres calibre 38, 1 revólver calibre 32, 28 fuzis calibre 7,62, 29 bastões e 14 escudos.

Os 19 mortos eram integrantes da “Caminhada pela Reforma Agrária”, iniciada no dia 10 de abril por 1.500 famílias de trabalhadores rurais sem terra. Um dia antes do massacre, por volta das 15h, essas famílias montaram um acampamento no Km 96 da PA-150, na denominada “Curva do S”, próxima à cidade de Eldorado dos Carajás. Os trabalhadores interditaram a estrada e exigiam alimentos e transporte, em negociação com a Polícia Militar, que acompanhava a marcha.

Naquele momento, a tropa do 4º Batalhão de Polícia Militar, em Marabá, estava pronta para realizar a desobstrução da rodovia. Por volta das 20h, a operação foi cancelada em um acordo entre integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Polícia Militar. O major José Maria Pereira de Olivera, comandante da 10ª CIPM/1ª CIPOMA, que negociava com o MST, garantiu que as reivindicações dos trabalhadores seriam levadas às autoridades competentes nos âmbitos federal e estadual. No dia seguinte, data do massacre, às 11h, o tenente da PM Jorge Nazaré Araújo dos Santos informou que as negociações estavam encerradas e que nenhuma das reivindicações seriam atendidas, nem mesmo a doação de alimentos.

Enquanto isso, na capital, o governador do Estado, Almir Gabriel, ordenou ao secretário de Segurança, Paulo Sette Câmara, ao superintendente estadual do Incra, Walter Cardoso, e ao presidente do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Ronaldo Barata, a desobstrução do Km 96 da PA-150.

A Polícia Militar iniciou a ação jogando bombas de gás lacrimogêneo contra os trabalhadores e disparando tiros para o alto. Em seguida, a PM começou a disparar rajadas de metralhadora. Os integrantes do MST se defenderam arremessando paus, pedras, foices, terçados e disparando alguns tiros de um revólver. Além dos 19 trabalhadores mortos, a ação da PM resultou em 81 pessoas feridas, sendo 69 sem terra e 12 policiais militares.

A história do assassinato deste 19 homens tem ligação direta com uma tentativa anterior e em vão de negociação do MST com o governo do Pará.

No dia 5 de março de 1996, 3.500 famílias de sem terra, acampadas à beira da rodovia entre Marabá e Paraupébas, decidiram ocupar a fazenda Macaxeira e iniciaram negociações com o Incra.

No dia seguinte, por meio do presidente do Iterpa, o governo do Pará comprometeu-se a fazer gestão junto ao Incra pelo assentamento dessas famílias. O governo comprometeu-se a enviar 12 toneladas de alimentos e 70 caixas de remédios ao acampamento. O prazo limite para a obtenção dessa área era de 30 dias, começando em 7 de março de 1996.

Alimentos e remédios prometidos não foram enviados. No mesmo mês, em Belém, a

Federação dos Fazendeiros fez uma reunião com o governador e o secretário da Segurança. A Federação levou diversos presidentes dos sindicatos dos fazendeiros da região de Marabá para exigir maior repressão ao MST e entregou uma lista de 19 pessoas que deveriam desaparecer para que a paz voltasse à região. Constavam na lista os principais líderes do MST.

Depois de 30 dias desde a ocupação, o governo não havia cumprido suas promessas. Os trabalhadores resolveram, em assembléia, seguir em marcha até Belém, a 800 km de Marabá, com o objetivo de sensibilizar o governo.

#### O contexto do conflito

O Estado do Pará está localizado ao Norte do Brasil. Possui uma área de 1.248.042 quilômetros quadrados, com uma população de 3.468.700 habitantes. A região de Marabá é a porta de entrada das terras da Amazônia. É lá que desembocam a ferrovia Carajás e as estradas que sobem de Tocantins (Belém-Brasília) e vêm de Imperatriz, rumo à Transamazônica. É o desaguadouro de milhares de camponeses em busca de terra. Há ainda os contingentes atraídos no passado pela ilusão do garimpo ou de algum emprego na Cia. Vale do Rio Doce, que domina a exploração de minério. Milhões de hectares de terra desta região foram grilados, antes para a exploração de madeira e agora para algumas pastagens próximas às rodovias.

A região sul do Estado do Pará caracteriza-se pela presença de grandes grupos financeiros e industriais –Volkswagem, Liquigás, Banco Real e BCN, entre outros, que, beneficiados pela redução de impostos de até 50% sob a condição de investir 2/3 na agricultura, abocanharam grandes extensões de terras, impedindo o desenvolvimento, já que a propriedade fundiária fora adquirida apenas para a especulação imobiliária.

Ao mesmo tempo, a abertura da Mina de Carajás (a maior mina de ferro do mundo) e da estrada de ferro estimulou o crescimento rápido das cidades da região. Mas estas cidades continuaram pobres e sem infra-estrutura para suportar o crescimento populacional. O resultado são os altos índices de desemprego, marginalização, pobreza e exclusão social dos habitantes da região.

A tensão social provocada pela concentração injusta de terras, aliada à omissão do Governo Federal no equacionamento desta desigualdade, a proteção aos latifundiários e a reinante impunidade faz com que nesta área os conflitos fundiários sejam graves e constantes e o emprego da violência por parte dos fazendeiros seja um meio natural para a solução destes conflitos.

### Os números da violência

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde 1980, 1.543 trabalhadores rurais foram assassinados no Brasil. De janeiro a novembro de 2001, foram 23 assassinatos. O estado do Pará ocupa o primeiro lugar em assassinatos de trabalhadores rurais, com 766 casos desde 1980.

Também é grande o número de prisões arbitrárias. Somente este ano, 22 militantes do MST foram presos no Pará, sendo que 16 deles estavam na desocupação pacífica da fazenda Chão de Estrelas, em Aurora do Pará, em junho passado. A fazenda pertence ao senador e presidente “licenciado” do Congresso Nacional, Jader Barbalho.

A violência contra trabalhadores rurais no Pará tem aumentado durante o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Aproximadamente 15% dos assassinatos ocorreram em situações classificadas como massacres ou chacinas, verificando-se a participação regular de policiais militares. Em todos os casos de homicídio, a perseguição é dirigida contra líderes camponeses, sindicalistas, padres e outros religiosos. A perseguição é praticada por pistoleiros, integrantes da Polícia Militar ou colaboradores da corporação. A impunidade é comum nos conflitos fundiários. Normalmente, as provas são rapidamente ocultadas, as buscas de provas emperradas, os processos podem durar anos e os culpados desaparecem.

### Os laudos periciais

O médico legista Nelson Massini, indicado para o caso pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, chegou ao Pará 48 horas após o massacre e foi tratado com indiferença pelos peritos e médicos legistas locais. “Os corpos já haviam sido liberados da autópsia. Foi quando o professor Paulo Sérgio Pinheiro, que estava comigo, me alertou que a perícia poderia ter sido direcionada. Não queriam reabrir os caixões. O Paulo Sérgio teve de telefonar ao ministro Jobim para que esse, em seguida, ligasse ao Instituto Médico Legal emanando ordens expressas de se abrir os caixões. Os corpos já exalavam, estavam putrificando. Sentei com os médicos locais e apontei algumas observações que deveriam passar a constar dos laudos.” Massini atesta sobre o que viu e periciou: “Foi um massacre típico, com uso de força desnecessária, imobilização das vítimas, seguida de execução sumária. Os que fugiram eram recapturados para serem liquidados. Não nos interessa se um sem-terra atirou a primeira pedra ou não, porque ninguém morreu ali de pedrada. Os sem-terra não morreram em confronto, morreram subjugados e imobilizados nas mãos da Polícia Militar.”

Os laudos periciais emitidos pelo Instituto Médico Legal (IML) do Pará demonstram também que os trabalhadores rurais foram vítimas de um massacre, pois sofreram várias

lesões pelo corpo, provocadas por projéteis de armas de fogo e por instrumentos cortantes, como facas e foices. O parecer conclui que as vítimas foram dominadas e, em seguida, executadas: “As mortes dos integrantes do MST não resultaram do confronto. A perícia técnica, robustecida pela prova testemunhal, autoriza a constatação de uma desmedida e injustificável execução sumária revelada por tiros de precisão, inclusive à queima-roupa, por corpos retalhados a golpes de instrumentos cortantes, inclusive com esmagamento de crânio e mutilações que evidenciam o ‘animus necandi’ (vontade de matar) dos executores da ação criminosa”.

Datado de junho de 1996, e a pedido do secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara, o legista Fortunato Antônio Badan Palhares, através do Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), faz um contralaudo dedutivo. Apesar de uma lista qualificações desafiadas pelo próprio em seu currículo, Badan Palhares, nas palavras de especialista, cometeu uma heresia ao organizar um contralaudo dedutivo e não indutivo.

#### As imagens em vídeo

No dia 14 de setembro de 2000, o Laboratório de Fonética Forense e Processamento de Imagens da UNICAMP concluiu a perícia da única fita de vídeo gravada com cenas do Massacre de Eldorado dos Carajás. Os peritos Ricardo Molina de Figueiredo e Donato Pasqual Júnior conseguiram desdobrar cada segundo da fita em 33 cenas. O resultado identifica cenas impossíveis de se ver em uma exibição comum e prova que a tese de legítima defesa da PM é uma farsa.

Ao contrário do que afirmaram os policiais, os trabalhadores rurais sem terra não partiram para cima da PM com o objetivo de atacar a tropa. Logo no começo da fita vê-se a polícia disparar armas de fogo e lançar bombas de gás lacrimogêneo, próximo a um caminhão boiadeiro. Os sem terra fogem em direção ao acampamento na beira da estrada, desobstruindo a pista. As imagens revelam ainda um sem terra ferido ao lado da roda traseira direita do caminhão, antes do início do embate entre os manifestantes e os policiais. O rapaz ferido era Amâncio Rodrigues, conhecido como “Surdinho”. Dias depois, o resultado do exame cadavérico realizado no IML de Marabá atestou que ele morreu vítima de três tiros.

Uma das imagens mostra que o batalhão da PM de Marabá se posiciona entre os sem terra e o agonizante Amâncio. O grupo avança e arremessa paus e pedras na polícia. Em seguida, um policial dispara um revólver. Dois segundos depois um tiro é disparado por um sem terra. Essa sequência é importantíssima porque derruba a versão de que os sem terra

dispararam primeiro. Depois que os sem terra rompem o bloqueio da PM e alcançam os companheiros feridos, a fita registra dezenas de pessoas feridas e muita gritaria.

### O julgamento

As suspeitas que pairavam sobre a isenção no julgamento levou o Ministério Público a pedir seu desaforamento de Curionópolis para Marabá e, posteriormente, para Belém. Um dos elementos que fundamentou o pedido de desaforamento foi o fato de que pelo menos 12 dos 21 jurados pré-selecionados para o julgamento em Marabá eram fazendeiros ou pessoas ligadas a eles.

O julgamento foi desdobrado em 27 sessões, com três a sete acusados em cada uma delas. Duas teses se confrontaram. A da acusação, de homicídio qualificado, argumentando que as tropas deslocadas para obstruir a estrada tinham a intenção de matar, inclusive selecionando as vítimas entre as lideranças do MST – 13 dos 19 assassinados eram líderes locais. A acusação se apoiava nas provas periciais, apontando que 11 dos sem terra foram atingidos por tiros na cabeça, 7 foram atingidos por armas brancas e pelo menos 3 foram executados com tiros à queima roupa, em um total de 36 perfurações a bala para 19 vítimas. Além disso, de acordo com vários depoimentos, as tropas cercaram os manifestantes pelos dois lados, e perseguiram os que fugiram para o mato.

Outra tese defendida pela acusação foi a de premeditação dos homicídios, uma vez que os policiais militares agiram sem identificação para encobrir a autoria dos tiros e que as cautelas (ou registros das armas nos quartéis) sumiram e reapareceram adulteradas meses depois.

A defesa argumentou que havia uma “guerra” entre os sem terra e os policiais. Apesar da discrepância absoluta no número de vítimas, a defesa alegou negativa de autoria e afirmativa de que a acusação não conseguiu reunir provas suficientes para convencer os jurados da responsabilidade individual dos réus.

Durante três dias de sessão, o juiz Ronaldo Valle sistematicamente cerceou os poderes da acusação, impedindo a utilização em plenário de documentos juntados no prazo legal, permitindo manifestações públicas de jurados criticando a tese da acusação e defendendo pontos de vista apresentados pela defesa, além de permitir à defesa críticas grosseiras ao promotor de justiça. Por fim, o juiz Ronaldo Valle manipulou o resultado da votação do Conselho de Sentença, obtendo assim a absolvição dos réus pelo placar de quatro votos a três.

Com a pronta atuação do Promotor, dos assistentes de acusação, do MST e de entidades de defesa dos direitos humanos, os julgamentos dos demais 152 réus foram

imediatamente suspensos. Os meios ilegais que o juiz Ronaldo Valle utilizou para obter a absolvição dos réus foram tão óbvios que o Tribunal de Justiça do Pará determinou a anulação do julgamento em abril de 2000, decisão mantida em um segundo julgamento em outubro de 2000.

O juiz Ronaldo Valle solicitou o afastamento do caso, o que ocorreu em abril de 2000. Durante o processo de substituição do juiz, dos 18 juizes criminais da Comarca de Belém, 17 informaram ao Presidente do Tribunal de Justiça que não aceitariam presidir o julgamento por terem simpatia aos policiais acusados e aversão ao MST e aos trabalhadores rurais. Em abril de 2001, foi nomeada a juíza Eva do Amaral Coelho, que em junho de 2000 havia se recusado a presidir o julgamento do fazendeiro Jerônimo Alves do Amorim, acusado do assassinato de Expedito Ribeiro de Souza, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

A juíza Eva do Amaral Coelho designou o dia 18 de junho de 2001 como data para o novo julgamento dos três oficiais absolvidos em agosto de 1999. Contudo, alguns dias antes do início da sessão, a juíza Eva do Amaral Coelho determinou a retirada do processo da principal prova da acusação: o minucioso parecer técnico da Unicamp, subscrito pelo Prof. Ricardo Molina. O Promotor de justiça, os assistentes de acusação e entidades de direitos humanos protestaram contra essa decisão e, em pouco mais de 48 horas, conseguiram convencer a juíza a rever sua posição. O julgamento foi suspenso, mas até o momento a juíza não apresentou uma nova data.

### Recomendações

A principal recomendação das organizações de direitos humanos em relação ao julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás é a transferência do processo para a justiça federal. Essa recomendação se baseia na proposta de Emenda Constitucional 386, que propõe a federalização dos crimes contra os direitos humanos. Segundo parecer da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados: “Federalizar a competência do julgamento das práticas contrárias aos direitos humanos é a evidência da busca do aperfeiçoamento das instituições responsáveis pelo exercício da democracia e pela compatibilização do direito interno com os compromissos internacionais que aproximam a humanidade no caminho da paz.”

Dezoito anos depois do assassinato da líder sindical Margarida Alves, na Paraíba, o Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa absolveu, por 5 votos a 2, o latifundiário Zito Buarque. Margarida foi morta com um tiro no rosto na porta de sua casa e diante de seu filho de dez anos